

Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Instituto de Filosofia e Ciências Sociais  
Programa de Pós-Graduação em História Comparada

Wellington Barbosa Nébias

A greve geral e a insurreição anarquista de 1918 no Rio de Janeiro: um resgate da atuação das associações de trabalhadores

Rio de Janeiro  
2009

Wellington Barbosa Nébias

A greve geral e a insurreição anarquista de 1918 no Rio de Janeiro: um resgate da atuação das associações de trabalhadores

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada da UFRJ como requisito para a obtenção de título de Mestre em História Comparada.

Orientador: Prof.Dr. José Roberto Franco Reis

Rio de Janeiro  
2009

NÉBIAS, Wellington Barbosa.

A greve geral e a insurreição anarquista de 1918 no Rio de Janeiro: um resgate da atuação das associações de trabalhadores/ Wellington Barbosa Nébias – 2009. 220f.: il.

Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 2009.

Orientador: José Roberto Franco Reis.

1. Greves. 2. Anarquismo. 3. insurreição. 4. Sindicatos.
5. História – Teses.

I. REIS, José Roberto Franco (Orient.). II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências sociais. III. Título.

Wellington Barbosa Nébias

A greve geral e a insurreição anarquista de 1918 no Rio de Janeiro: um resgate da atuação das associações de trabalhadores

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada da UFRJ como requisito para a obtenção do título de Mestre em História Comparada.

Aprovada em

-----  
Prof.Dr. José Roberto Franco Reis – Fiocruz/PPGHC-UFRJ (orientador)

-----  
Prof.Dr. Silvio de Almeida Carvalho Filho - UFRJ

-----  
Prof.Dr. Alexandre Fortes - UFRRJ

## **Agradecimentos.**

Gostaria de agradecer ao Prof.Dr. Flávio dos Santos Gomes. Suas aulas ministradas no curso de História da UFRJ, não só ampliaram meus horizontes, mas também me apresentaram as idéias de E. P. Thompson, que foram fundamentais na minha formação acadêmica. Ele também contribuiu para a escolha do tema e para a construção do problema dessa dissertação. Sua generosidade como professor foi sempre um grande estímulo. Sou muito grato também ao Prof.Dr. Alexandre Fortes, com quem cursei um laboratório sobre Thompson e a História do Trabalho, ainda na graduação. O Dr. Alexandre fez a gentileza de ler e comentar esse trabalho, mais de uma vez, durante sua construção. Suas críticas foram fundamentais. Elas permitiram a realização de reflexões mais complexas, sobre o assunto tratado. Gostaria de registrar um agradecimento especial ao meu orientador, o Prof.Dr. José Roberto Franco Reis. Ele discutiu todos os assuntos abordados. Soube conduzir a orientação com muita paciência e flexibilidade. Por último, gostaria de agradecer a minha esposa, Isabela Catarineli Viana Nébias, que sempre me apoiou.

## **Resumo**

**NÈBIAS, Wellington Barbosa. A greve geral e a insurreição anarquista de 1918 no Rio de Janeiro: um resgate da atuação das associações de trabalhadores.** Rio de Janeiro, 2009. Dissertação (Mestrado em História Comparada). Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

Este trabalho tem como objeto as relações entre a insurreição anarquista e a greve geral, eventos ocorridos na cidade do Rio de Janeiro em novembro de 1918. Para entender essas relações, estudamos as correntes ideológicas que influenciavam o movimento operário. Dedicamos atenção especial ao anarquismo, pois a greve geral tradicionalmente foi considerada, até certo ponto, subordinada à insurreição anarquista. Analisamos os sindicatos e suas relações com as correntes ideológicas. Observamos a organização dos sindicatos de trabalhadores que participaram da greve geral e acompanhamos a atuação deles entre os anos de 1917 e 1918. As idéias do historiador marxista E. P. Thompson são uma referência central nesse trabalho. Assim, temos significativo interesse na cultura operária e no resgate dos trabalhadores como agentes históricos.

## **Abstract**

NÈBIAS, Wellington Barbosa. **A greve geral e a insurreição anarquista de 1918 no Rio de Janeiro: um resgate da atuação das associações de trabalhadores.** Rio de Janeiro, 2009. Dissertação (Mestrado em História Comparada). Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

The object of this paper are the existent relations between the anarchist insurrection and the general strike, events that happened in Rio de Janeiro city in November 1918. In order to understand these relations, we studied the ideological currents that influenced the labor movement. Special attention is devoted to anarchism, due to the fact that the general strike has traditionally been considered, to a certain extent, subordinated to the anarchist insurrection. We examined the syndicates and their relations with the ideological currents. We observed the organization of the worker syndicates that participated in the general strike, and we also followed their performances between the years 1917 and 1918. The theory of Marxist historian E. P. Thompson is a central reference in this work. Thus, we have interest significant in working class culture and in bringing back of the workers as historical agents.

## **Sumário:**

Introdução.	1
1) A situação dos trabalhadores, durante a Primeira República, e suas relações com o Estado.	8
2) O anarquismo e as outras tendências do movimento operário brasileiro na Primeira República.	36
2.1) As tendências do movimento operário na Primeira República.	36
2.2) O anarquismo e o sindicalismo revolucionário.	41
2.3) As razões da suposta hegemonia do anarquismo.	50
2.4) O anarquismo, uma estrela de segunda grandeza.	62
3) As associações de trabalhadores que participaram da greve de novembro de 1918, no Rio de Janeiro.	72
4) Os anarquistas que planejaram a insurreição de novembro de 1918, na cidade do Rio de Janeiro.	148
5) A greve geral e a insurreição anarquista, em novembro de 1918.	171
Conclusão.	211
Fontes.	214
Bibliografia.	215

## **Introdução.**

A preocupação central desse trabalho é a análise das associações de trabalhadores e de suas relações com as correntes ideológicas, que buscavam influenciar o movimento operário. Contudo, gostaríamos também de pensar sobre o mundo do trabalho, ou seja, investigar quem eram os trabalhadores da cidade do Rio de Janeiro no ano de 1918, como eles se relacionavam entre si e com outros grupos da sociedade. Estamos interessados em estudar quais eram seus conflitos, suas experiências e suas expectativas. Nós estamos querendo ressaltar a diversidade das experiências dos trabalhadores, no seu ambiente de trabalho. Não nos aprofundaremos no estudo da cultura operária. Vamos manter o foco na luta dos trabalhadores por melhores condições de vida. Apesar disso, gostaríamos de observar que não entendemos a esfera do trabalho como algo isolado, como um "pedaço" da vida dos trabalhadores, que pode ser destacado e analisado separadamente. Um homem não deixa de ser um trabalhador, quando está num ambiente familiar, ou numa atividade relacionada ao lazer, ou discutindo os interesses da sua comunidade ou do seu bairro, por exemplo. Da mesma forma, no ambiente de trabalho, ele não deixa de ser um pai de família, um membro de sua comunidade, alguém que está em um lugar social. Assim, estudar a história do trabalho é entendido, como algo bem mais abrangente do que observar os trabalhadores executando suas atividades dentro das fábricas.

O tema deste trabalho é a mobilização dos trabalhadores na cidade do Rio de Janeiro, nos anos de 1917 e 1918. Seu objeto, as relações existentes entre os eventos tratados, pela historiografia, como a insurreição anarquista e a greve geral, ocorridos simultaneamente no mês de novembro de 1918, na cidade do Rio de Janeiro. Queremos descobrir quem eram os trabalhadores que participaram da greve geral. Interessa-nos analisar as relações existentes entre os grevistas e o anarquismo, os objetivos dos grevistas, as paralisações de fábricas, o movimento de rua e como a greve foi entendida por diversos setores da sociedade. Para que possamos compreender o objeto construído, faz-se necessário também uma análise do tema do anarquismo, já que tanto a insurreição quanto a greve geral foram consideradas, pela historiografia, como tendo sido lideradas e organizadas pelos anarquistas. A historiografia tradicionalmente considera os anarquistas como o principal grupo a influenciar o movimento operário na Primeira República. Um estudo sobre as outras correntes existentes no movimento operário se faz

necessário, para que possamos dimensionar a real importância do anarquismo, nos eventos estudados.

Na cidade do Rio de Janeiro, no dia 18 de novembro de 1918, teve início uma greve de grandes proporções, que envolveu trabalhadores de quatro categorias profissionais: os trabalhadores em fábricas de tecidos, os metalúrgicos, os trabalhadores da construção civil e os trabalhadores das pedreiras. Os trabalhadores em sua maioria adotaram uma postura pacífica, mas houve conflitos em alguns estabelecimentos. Já há algum tempo, a polícia acompanhava de perto a atuação dos anarquistas, que planejavam liderar uma insurreição, com o objetivo de derrubar o governo, para viabilizar uma mudança radical na estrutura social. Os anarquistas tinham a intenção de mobilizar o maior número possível de trabalhadores e de soldados. Por isso, eles planejaram iniciar sua insurreição no dia em que tivesse início a greve geral. Devido ao bom relacionamento dos anarquistas com as lideranças operárias, eles sabiam que uma greve geral estava sendo planejada. O plano elaborado pelos anarquistas tinha como objetivo a tomada de muitos prédios públicos e a prisão de muitas autoridades. Decidiram que a insurreição teria início no Campo de São Cristóvão, pois próximo desse local se situava o seu primeiro alvo, o prédio da Intendência da Guerra. Assim, para criar condições para o início da insurreição, os anarquistas precisavam reunir no Campo de São Cristóvão um grande número de trabalhadores.

No final da tarde do dia 18 de novembro, aproximadamente 400 trabalhadores estavam reunidos no Campo de São Cristóvão. Um delegado, auxiliado por poucos policiais, tentava dispersar os trabalhadores, com o intuito de garantir a manutenção da ordem. Os trabalhadores se recusaram a abandonar o local e a situação foi se tornando cada vez mais tensa. Então, os anarquistas decidiram colocar em prática o seu plano. Tiros foram disparados da multidão. Os policiais reagiram, disparando suas armas. Buscando se proteger, os policiais se abrigaram na delegacia, que se situava no Campo de São Cristóvão. Houve intenso tiroteio. Bombas de dinamite foram explodidas. Uma delas dentro da delegacia, que foi tomada pelos grevistas. Cabos telefônicos foram cortados para impedir a comunicação. Um grupo de cavalaria do Exército chegou ao local, para auxiliar os policiais. A cavalaria entrou em combate com os grevistas e conseguiu restabelecer a ordem no Campo de São Cristóvão. Muitas pessoas ficaram feridas. Em vários locais da cidade, pessoas foram presas, inclusive os líderes anarquistas. A insurreição teve o seu início e o seu fim no dia 18 de novembro, mas os trabalhadores continuaram com a greve geral.

O primeiro relato detalhado, dos eventos relativos à paralisação generalizada dos trabalhadores, em novembro de 1918, no Rio de Janeiro, está no livro *O ano vermelho: a revolução russa e seus reflexos no Brasil*, organizado por Muniz Bandeira e outros, publicado em 1967. Tendo jornais como fonte, os autores procuraram relacionar os eventos ocorridos em novembro de 1918 com a conjuntura internacional - marcada pela Primeira Guerra mundial, pela Revolução Russa e por um grande crescimento do movimento operário. Também procuraram relacionar esses eventos com a condição nacional e local, dando ênfase ao agravamento das condições de vida dos trabalhadores. Eles consideram a Revolução Russa como modelo inspirador do movimento. A greve geral de julho de 1917 é considerada como um indicador da força do movimento operário, e também como um tipo de ensaio geral da revolução social no Brasil. Para os autores, o fracasso, da insurreição e da greve de 1918, ocorreu principalmente devido à traição e à violenta repressão, desencadeada pelas autoridades policiais. Esta repressão foi possibilitada pelo estabelecimento do estado de sítio. Eles consideravam que o movimento operário já se encontrava maduro, mas seus dirigentes não eram preparados para abrir as perspectivas políticas. Os anarquistas não poderiam desempenhar essa tarefa, devido às limitações de sua doutrina.<sup>1</sup>

Sheldon Leslie Maram analisou os eventos de novembro de 1918, no Rio de Janeiro, no seu livro, *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro (1890-1920)*. Ele atribuiu grande importância à sindicalização. A força do movimento operário teria como fatores determinantes, o grau de organização deste movimento e o modo como ele é organizado. Maram considerou que esses fatores estariam diretamente relacionados à consciência de classe dos trabalhadores. Ele afirmou que o trabalhador imigrante não teria consciência de classe, uma vez que este resistia a entrar nos sindicatos, e mesmo quando entrava, de um modo geral, não participava assiduamente de suas atividades. Ele deu atenção especial aos imigrantes, pois os considerava trabalhadores qualificados. Os brasileiros eram considerados trabalhadores desqualificados que ocupavam posições subalternas. Maram observou os anos compreendidos entre 1917 e 1920, e considerou que este período marcou o fracasso do movimento operário. Justificou isso dizendo que, neste período, várias greves foram derrotadas, não conseguindo trazer novos benefícios aos trabalhadores. Chamou atenção

---

<sup>1</sup> ADDOR, Carlos A. *A insurreição anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Achiamé, 2002. (p. 17-20); BANDEIRA, L.A.M. *O ano vermelho: A Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

também, para o fato de que os anarquistas, devido às prisões dos seus líderes e ao fechamento de organizações operárias, perderam influência sobre os trabalhadores. Segundo ele, os fatores responsáveis pelo fracasso do movimento operário foram: a consciência do trabalhador imigrante, ou talvez fosse melhor dizer a falta dela; as divisões étnicas da classe operária; a vulnerabilidade do trabalho organizado; as deportações; as campanhas xenófobas do governo e a estrutura dos sindicatos anarquistas. Esta estrutura, para ele, além de tolerar, também estimulava a falta de compromisso dos trabalhadores para com o movimento operário, uma vez que incentivava o voluntarismo, rejeitando todo tipo de regulamentação burocrático-normativa. Maram dividiu cronologicamente o movimento operário brasileiro, e afirmou que existiu entre 1890 e 1920 um primeiro movimento operário brasileiro. Este teria sido destruído em 1920.<sup>2</sup>

Acreditamos que esse tipo de divisão não é interessante, pois não parece contribuir para aumentar o entendimento sobre o movimento operário. Além disso, induz o pesquisador a cometer alguns erros. A idéia do fim de um primeiro movimento operário, associada à diminuição da influência dos anarquistas, supervaloriza a atuação destes. O movimento operário foi feito pelos trabalhadores como um todo e não somente pelos anarquistas. Mesmo se considerarmos que estes tiveram um papel importante, o movimento operário não se limitava à atuação deles. Esta divisão também pode levar à valorização da idéia de ruptura, e defendemos que entre as décadas de 1910 e 1920 houve muito mais continuidades do que rupturas, no movimento operário brasileiro. Consideramos um equívoco, partir da idéia de que os trabalhadores imigrantes eram qualificados, e os trabalhadores brasileiros eram desqualificados. Se a maioria dos imigrantes vinha de regiões rurais da Europa, por que deveriam ser mais qualificados que os brasileiros? Outro problema na análise de Maram é a importância exagerada dada à sindicalização. O fato do trabalhador não ser sindicalizado não significa, que ele não tenha consciência da sua situação dentro da sociedade. Havia, sem dúvida, grande diversidade de pensamento entre os trabalhadores, mas mesmo aqueles que foram menos atuantes nas lutas por melhores condições de vida, não devem ser tratados como trabalhadores dóceis ou ingênuos, que tinham suas atitudes orientadas somente de acordo com os interesses dos patrões. Estes trabalhadores tinham interesses próprios e variados que funcionavam para eles como referências. Os trabalhadores que

---

<sup>2</sup> MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (p. 11 e 159-167)

não são sindicalizados também podem participar de greves, discutir com seus companheiros sobre as condições de trabalho, participar de associações mutualistas e apoiar ou recusar práticas adotadas por parcelas dos trabalhadores. Estes trabalhadores têm uma participação muito importante dentro do movimento operário, pois sua atuação tem grande influência sobre os rumos que esse movimento irá seguir. Quanto à consciência de classe do trabalhador, julgamos que é uma perda de tempo ficar se preocupando com a consciência de classe “adjudicada”<sup>3</sup>, ou seja, a consciência de classe a qual o trabalhador deveria ter, segundo algum teórico. O que nos interessa é a consciência de classe que o trabalhador de fato tem, e como esta consciência influencia suas atitudes. A consciência de classe é um fenômeno histórico que tem relação com a cultura. A consciência de classe é o modo como os trabalhadores relacionam suas experiências a práticas e valores pertencentes a uma cultura. A classe tem relação com as experiências vivenciadas coletivamente pelos homens. Estas lhes permitem articular a identidade dos seus interesses, em oposição a grupos que possuem interesses conflitantes com os seus. Não existe classe sem a existência da consciência de classe, pois a classe não é uma coisa, mas sim uma relação, que depende do estabelecimento da identidade de interesses entre as pessoas. Para descobrirmos algo sobre a consciência de classe temos que observar as práticas, os relacionamentos e os discursos dos indivíduos, dentro de um período de tempo. A consciência de classe tem relação com o modo como um grupo se comporta, enquanto busca atingir objetivos gerais que são comuns aos membros desse grupo. Obviamente há divergências entre os membros desse grupo, mas isto não impede que eles organizem estratégias para atingir seus objetivos comuns e também particulares. Estas estratégias são construídas cotidianamente pelas pessoas, com base nos relacionamentos que elas estabelecem dentro da sociedade.<sup>4</sup>

Carlos Augusto Addor acredita que a principal contribuição de Maram, ao estudo dos eventos ocorridos em novembro de 1918, foi relacionar esses eventos à conjuntura econômica. Para Maram, essa conjuntura econômica, marcada pela recessão, seria a principal responsável pela derrota do movimento grevista, e talvez até pela derrota da insurreição anarquista. O movimento grevista é considerado como tendo sido mal planejado. A insurreição anarquista, para ele, trouxe consequências negativas para o trabalho organizado, pois o Estado o utilizou como pretexto para legitimar a violenta

---

<sup>3</sup> Georg Lukács, se preocupou com essa questão no livro *História e consciência de classe*.

<sup>4</sup> THOMPSON, E.P. *A formação da Classe Operária Inglesa. Vol. 1*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (p. 9-14)

repressão. Os libertários, superestimando sua própria força, favoreceram a repressão da parte de seus adversários<sup>5</sup>. Neste ponto, Addor discorda de Maram, considerando que o levante anarquista mesmo tendo trazido conseqüências imediatas desfavoráveis aos interesses do movimento operário, contribuiu para colocar a questão social em evidência, estimulando o debate dessa questão pela sociedade, e colaborando para a mudança de postura do Estado e do patronato, com relação ao trabalho organizado. Mudança que vai se dando gradativamente nas décadas de 1920, 1930 e 1940.<sup>6</sup>

Addor afirma que a greve generalizada que aconteceu no Rio de Janeiro, em novembro de 1918, foi uma greve insurrecional. Dessa forma, acaba alinhando os interesses dos grevistas com os interesses dos participantes da insurreição anarquista. Para ele, os indivíduos que participaram da insurreição queriam, com base numa greve geral, realizar a revolução social, com o objetivo de tornar real a utopia libertária. Eles tinham como estratégia para derrubar o governo, a combinação de uma greve generalizada com um levante armado. Após a derrubada do governo, pretendiam formar uma junta de operários e soldados, tendo como referência a Rússia soviética, com o objetivo de construir uma sociedade sem Estado e sem dominação. Ele considera que a greve era, em alguma medida, independente do movimento anarquista, pois os grevistas permaneceram parados após a prisão dos principais líderes anarquistas, e a União dos Operários em Fábricas de Tecidos (UOFT) condiciona a volta ao trabalho ao atendimento de certas reivindicações do movimento operário. Addor concorda com Boris Fausto, quando este considera que a greve teve um reduzido grau de espontaneidade, tendo sido organizada essencialmente pelos anarquistas, que haviam assumido a direção da UOFT.<sup>7</sup>

Estamos interessados em analisar o modo como a greve foi organizada. Buscaremos identificar qual foi a importância dos anarquistas nessa organização. No dia 18 de novembro, houve paralisação do serviço em quatro categorias de trabalhadores. No setor das fábricas de tecidos, os estabelecimentos paralisaram suas atividades praticamente no mesmo horário. Muitos trabalhadores não sabiam explicar com clareza as razões que tinham motivado a greve. Alguns afirmaram que interromperam o serviço porque receberam ordens. Outros alegaram que iniciaram a greve por solidariedade de classe. Isto evidencia como as lideranças operárias tinham significativa influência sobre

---

<sup>5</sup> ADDOR, C. A. *A insurreição anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Achiamé, 2002. (p. 20)

<sup>6</sup> Idem. p. 145.

<sup>7</sup> Idem. p. 123-130.

os trabalhadores. Essas lideranças tiveram um papel importante na organização da greve. Contudo, temos dificuldade em entender um movimento popular, ou seja, a greve como algo baseado em um grau reduzido de espontaneidade. Algumas fábricas já haviam entrado em greve antes do dia 18 de novembro. Por outro lado, muitos trabalhadores se recusaram a participar da greve. Dentro de um processo, os agentes históricos atuam de formas variadas de acordo com as circunstâncias. Os agentes não têm controle sobre as variáveis. Há sempre espaço para o imprevisível. Os participantes da greve geral agiram de formas variadas. Algumas vezes com violência, outras protestando de forma pacífica e até mesmo buscando dialogar com as autoridades, que haviam desencadeado uma repressão violenta. Dessa forma, não podemos deixar de analisar se a greve realmente foi insurrecional. Para isso precisamos descobrir quais eram os diversos interesses dos trabalhadores, que se envolveram na greve. Partimos da idéia de que os participantes da greve constituíam um conjunto heterogêneo, que não estava necessariamente alinhado com as idéias de determinadas correntes do movimento operário, até porque não havia homogeneidade, nem mesmo dentro de correntes específicas desse movimento.

As relações existentes, entre a greve e a insurreição anarquista, são objeto de nosso estudo, mas entendemos a análise dessas relações como o ponto de partida para identificar qual era a realidade dos trabalhadores entre 1917 e 1921, período de maior mobilização dos trabalhadores durante a Primeira Republica. Não pretendemos obviamente esgotar esse assunto, mas somente contribuir para esclarecê-lo. O nosso recorte cronológico vai somente de 1917 até 1919, pois estamos mantendo o foco nos atores envolvidos na greve e na insurreição anarquista de 1918. Nossa pesquisa é limitada e não pode dar conta de esclarecer totalmente a complexa realidade desse período, mas pode contribuir nesse sentido. Consideramos que as análises que serão feitas para determinados setores de trabalhadores, no ano de 1918, serão úteis para a análise do período compreendido entre 1917 e 1921 e para a análise dos trabalhadores de um modo geral.

### **1) A situação dos trabalhadores, durante a Primeira República, e suas relações com o Estado.**

No último quarto do século XIX, os países europeus aumentaram significativamente seus investimentos na América Latina. Grande parte desses investimentos foi destinada a empréstimos governamentais. O restante foi direcionado principalmente para a implantação de uma infra-estrutura de transportes e para a aquisição de bens de capital, para a instalação de indústrias. O Brasil foi um dos países que recebeu grande quantidade desses investimentos. A construção de ferrovias, a melhoria dos portos e o aumento da demanda européia por matérias-primas provocaram um grande crescimento no comércio externo brasileiro. As importações, que eram pagas com os recursos provenientes das exportações agrícolas, aumentaram bastante. O principal produto de exportação brasileiro era o café.<sup>8</sup> No século XIX e na primeira metade do século XX, não houve no Brasil um processo contínuo de industrialização de grandes proporções. Contudo, existiram surtos industriais. O primeiro desses surtos ocorreu na década inicial da Primeira República. O segundo, que foi mais intenso que o primeiro, ocorreu entre 1903 e 1913. Nesse período, o investimento industrial era totalmente dependente das importações de bens de capital e de matérias-primas. Assim, os surtos industriais eram dependentes do comportamento do comércio exterior. Quando esse comércio entrava em crise, os surtos industriais eram interrompidos. Os efeitos da crise internacional de 1913, que foram agravados pelo início da Primeira Guerra Mundial em 1914, interromperam o segundo surto industrial brasileiro. A guerra dificultou muito a importação de bens de capital. Assim, não foi possível realizar uma grande ampliação do parque industrial. Os preços dos produtos exportados pelo país caíram muito. Como as exportações financiavam as importações, estas tiveram que ser reduzidas. A receita federal, na qual o imposto de importação tinha grande peso, caiu muito. Isto provocou desequilíbrio nas contas do governo. Para pagar suas despesas, o governo emitiu papel-moeda, gerando com isso um aumento da inflação. A Primeira Guerra Mundial provocou uma alteração na pauta de exportação brasileira. Os europeus, que estavam tendo muitos gastos com a guerra, diminuíram suas importações de café, pois este não era um produto essencial. Em contrapartida, eles aumentaram suas

---

<sup>8</sup> SEVCENKO, N. *A literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. (p. 61-63)

importações de alimentos básicos, pois precisavam alimentar suas tropas. Isto contribuiu para o aumento do preço dos alimentos, no mercado interno brasileiro.<sup>9</sup>

No Brasil, nas últimas décadas do século XIX, houve grande interesse pela atividade industrial. A indústria têxtil foi pioneira no processo de industrialização brasileiro. Parte dos lucros, obtidos com a venda de café, foram investidos nesse setor industrial. Em 1885, a produção da indústria nacional de tecidos de algodão era estimada em 20.595.375 metros. Em 1917, essa estimativa subiu para 548.120.000 metros. No final da Primeira Guerra Mundial a indústria têxtil nacional produzia aproximadamente 80% dos tecidos de algodão consumidos no país. Nesse momento, o setor têxtil era o setor industrial mais desenvolvido no Brasil. A maior parte das indústrias têxteis se encontrava localizada no Distrito Federal, no Estado do Rio de Janeiro, no Estado de São Paulo e no Estado de Minas Gerais. Durante a Primeira República, o Estado de São Paulo foi a região do Brasil que teve o maior crescimento da indústria têxtil. Na década de 1920, a produção industrial da Cidade de São Paulo superou a produção industrial da Cidade do Rio de Janeiro. A Cidade de São Paulo passou a ser o principal centro industrial do país. A crise econômica de 1913 e a Primeira Guerra Mundial provocaram a falta de crédito no mercado brasileiro. Isto prejudicou a indústria, mas o governo restabeleceu o crédito com a emissão de papel-moeda. A guerra favoreceu a indústria têxtil, pois a desorganização do comércio mundial dificultou a importação de produtos têxteis. Dessa forma, houve um grande aumento do mercado para as indústrias nacionais, que por terem grande capacidade ociosa, puderam aumentar significativamente sua produção. Pela primeira vez a indústria têxtil exportou produtos para a Argentina e para o Uruguai. Apesar do grande crescimento da produção da indústria têxtil, durante a Primeira Guerra Mundial, houve um pequeno período de recessão, no final do ano de 1918. Isto ocorreu devido à instabilidade da economia mundial e devido ao grande aumento da produção das fábricas brasileiras.<sup>10</sup>

Desde o final do século XIX, a cidade do Rio de Janeiro estava sofrendo um processo acelerado de expansão demográfica. Ela era o principal pólo de atração para a migração interna e para a imigração. As condições de vida da população pobre eram

---

<sup>9</sup> VILELA, A. V; SUZIGAN, W. *Política do governo e crescimento da economia brasileira (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Ipea, 1973. (p. 84-85, 136 e 148)

<sup>10</sup> STEIN, S. J. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil (1850-1950)*. Rio de Janeiro: Campus, 1979. (p. 109,110 e 115-117); VILELA, A. V; SUZIGAN, W. *Política do governo e crescimento da economia brasileira (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Ipea, 1973. (p. 146)

muito ruins. As condições de moradia eram péssimas. A maioria da população pobre vivia em cortiços, estalagens e casas de cômodos superlotados. Estas pessoas eram vítimas de constantes epidemias como a febre amarela e a varíola. A tuberculose, que é uma doença mais diretamente ligada às condições de trabalho, também fazia suas vítimas. Ao longo das duas primeiras décadas do século XX, os salários não acompanharam o aumento do custo de vida. Poucos trabalhadores ganhavam o suficiente para sustentar as necessidades básicas de suas famílias. As condições do proletariado de um modo geral não eram boas. Os salários eram muito baixos e as condições de trabalho nas fábricas eram ruins. Como não existia legislação sobre o trabalho, a jornada de trabalho não era regulamentada, podendo chegar até mesmo a quinze ou dezesseis horas de trabalho diário. A jornada diária podia ser aumentada de acordo com as necessidades da produção. As crianças e as mulheres também eram utilizadas como mão-de-obra pela indústria. Suas jornadas de trabalho eram longas, sendo realizadas muitas vezes em turnos noturnos. Agressões eram freqüentes, principalmente aos trabalhadores menores de idade. Quando não atingiam suas cotas de produção ou eram apanhadas dormindo, as crianças muitas vezes sofriam castigos físicos. Cada empresa determinava a forma como seriam feitas as contratações, as demissões, os pagamentos e os descontos. Férias, descanso semanal remunerado, aposentadoria e salário mínimo simplesmente não existiam. As empresas cometiam arbitrariedades contra os trabalhadores. Estes estavam sujeitos a multas, descontos e demissões não justificadas. Devido às longas e cansativas jornadas de trabalho e à utilização de equipamento perigoso, os trabalhadores estavam sujeitos a acidentes de trabalho. Normalmente as fábricas não se responsabilizavam pelos acidentes, colocando toda a culpa pelo ocorrido nos funcionários. Dessa forma, os trabalhadores não recebiam nenhum tipo de indenização.<sup>11</sup>

Havia carência de moradias na cidade do Rio de Janeiro. Assim, o preço dos aluguéis era alto. No final do século XIX, os industriais estavam tendo alguns problemas, relacionados à mão-de-obra. Os altos custos dos aluguéis e os baixos salários afastavam os trabalhadores das indústrias. Muitos industriais se queixavam que trabalhadores, com freqüência, abandonavam o serviço. Havia significativa rotatividade de mão-de-obra. A falta de casas, próximas a uma indústria, certamente dificultava a

---

<sup>11</sup> ADDOR, C. A. *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2002. (p. 43-56); MARAM, S. L. *Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 (p. 119-124)

atuação de um operário nessa indústria. Mesmo que ele desejasse o emprego, poderia ter que recusá-lo, se não encontrasse uma casa para alugar. Buscando aglutinar a força de trabalho nas proximidades das fábricas, com o objetivo de garantir a baixa rotatividade, a pontualidade e a assiduidade dos trabalhadores, os industriais do setor têxtil investiram em habitações para os operários. A indústria têxtil, ao contrário dos outros setores industriais, utilizou de forma significativa os incentivos fiscais, oferecidos pelo governo, para a construção de casas higiênicas para os trabalhadores. Dessa forma, surgiram as vilas operárias, que assim como as fábricas foram inspiradas no modelo inglês. Entre as fábricas que construíram suas vilas operárias, no final do século XIX, estavam: a Cruzeiro, a Confiança, a Aliança, a Corcovado e a Bangu. Os grandes estabelecimentos industriais, do setor têxtil, eram verdadeiros complexos, nos quais trabalhavam e habitavam milhares de operários. Por exemplo, a fábrica Aliança, fundada no ano de 1880 no bairro das Laranjeiras, possuía vários edifícios industriais. Possuía também um armazém, uma escola, um posto médico e uma creche. Sua vila operária, com casas higiênicas, abrigava aproximadamente 1800 trabalhadores. Esses benefícios, oferecidos pela fábrica, sem dúvida interessavam aos trabalhadores, mas existiam denúncias contra a direção da fábrica. A imprensa operária afirmava que os benefícios concedidos aos operários, pela Aliança, na verdade eram mecanismos que possibilitavam a ampliação da exploração dos trabalhadores. Muitos alegavam que o armazém da companhia explorava os trabalhadores, cobrando preços mais altos que os praticados pelo mercado. Os aluguéis das casas da vila operária também eram considerados muito caros. A escola era sustentada com a contribuição dos trabalhadores. Os trabalhadores acusavam a direção da fábrica de tentar controlar a vida dos operários, que moravam na vila. Muitos desses moradores afirmavam que não tinham liberdade. Não podiam receber ninguém em suas casas, sem licença prévia da administração da fábrica. Brigas entre trabalhadores vizinhos, ocorridas na vila, eram punidas com a demissão dos trabalhadores. A direção não aceitava que os trabalhadores pertencessem a sociedades operárias. A direção só admitia que os trabalhadores se associassem a sociedades, fundadas com o apoio da fábrica.<sup>12</sup> A posse sobre as casas, nas quais moravam os trabalhadores, aumentava o poder dos industriais. Se um trabalhador fosse demitido, ele ainda teria que abandonar a casa na qual morava.

---

<sup>12</sup> AZEVEDO, Francisca N. de. *Malandros Desconsolados: o diário da primeira greve geral no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2005. (p. 44-45); SANTUCCI, Jane. *Cidade Rebelde: as revoltas populares no Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008. (p. 142-147)

O movimento dos trabalhadores enfrentou muitos desafios, na sua luta pela organização e mobilização da classe operária em torno de objetivos gerais comuns. Um grande desafio era o modo como se organizava a estrutura política do país. O número de pessoas que participava das eleições era muito pequeno. A maior parte desses eleitores pertencia ou estava relacionada às elites econômicas. Além disso, as eleições normalmente eram fraudadas. Dessa maneira, as classes populares tinham dificuldades em conseguir representantes dos seus interesses entre os políticos. No campo estava não só a base da produção econômica, mas também a base das oligarquias rurais que controlavam a estrutura política formal do país. Com base nisso, podemos considerar que existia certa limitação dos trabalhadores urbanos, no que diz respeito a sua capacidade de pressionar uma elite liderada por oligarquias rurais. No entanto, esta limitação não deve ser exagerada. Os protestos, as greves, a indisciplina, a resistência dos trabalhadores urbanos, em princípio, afetavam mais os industriais do que os fazendeiros, mas o Estado não representava unicamente os interesses das oligarquias rurais. As demandas dos trabalhadores sensibilizavam muitas autoridades do Estado. Também não devemos subestimar a importância da indústria na Primeira República. Os grandes industriais tinham poder e bons relacionamentos com as autoridades. Apesar da exportação de café ser a principal preocupação econômica dos políticos, convém não desconsiderar a influência dos industriais junto ao governo. Os industriais conseguiam que muitas de suas reivindicações fossem atendidas pelas autoridades do Estado. O movimento operário, ao pressionar os industriais, conseguia chamar a atenção do governo e da sociedade para suas demandas.

Os atritos entre grupos étnicos diferentes, também causavam problemas para o movimento operário, pois contribuíam para enfraquecer os vínculos de solidariedade existentes entre os trabalhadores. Porém, a diversidade étnica existente permitia uma grande troca de experiências. A composição étnica da classe trabalhadora era bastante heterogênea devido à imigração. Os imigrantes europeus, sem dúvida, contribuíram para a construção de ideologias que contestavam o sistema estabelecido no Brasil. Eles também tiveram um papel importante na organização da classe operária. No entanto, podemos considerar que a imigração não era a única forma de colocar os trabalhadores nacionais em contato com idéias européias. O Atlântico era um importante espaço não só para a troca de mercadorias, mas também para a circulação de pessoas e idéias. Os navios traziam livros, periódicos e pessoas, que possuíam idéias novas e diferentes formas de analisar a realidade. Muitos anarquistas de origem

européia, que atuaram no Brasil, ao chegarem ao país não eram anarquistas. Eles tiveram contato com a doutrina no Brasil e só então se converteram. Muitos trabalhadores de origem européia se tornaram mais atuantes no movimento operário, somente depois de chegarem ao Brasil e conhecerem bem a realidade local. Os trabalhadores nacionais não dependiam exclusivamente dos imigrantes para terem contato com idéias novas. O inverso também ocorria. Os imigrantes aprendiam novas idéias com os brasileiros, que conheciam muito melhor que eles a realidade local. O movimento operário brasileiro foi construído dentro do próprio país, através das experiências cotidianas dos trabalhadores. Não era a origem étnica do trabalhador que determinava se ele seria ou não engajado, na luta do movimento operário por melhores condições de vida. Isto era determinado pelas experiências e expectativas dos trabalhadores. O contexto político, econômico e social, no qual os trabalhadores se encontravam, também tinha influência nesse sentido. Devemos considerar também que grande parte dos trabalhadores, tanto imigrantes quanto nacionais, tinham como objetivo um projeto de ascensão social, baseado no esforço individual. Este objetivo não deve necessariamente ser considerado conflitante com uma postura mais mobilizada, com o objetivo de conquistar direitos para a coletividade. É perfeitamente possível lutar por benefícios individuais e ao mesmo tempo lutar por direitos coletivos. O movimento operário contou com a importante contribuição de imigrantes e brasileiros. Aqueles tanto ensinaram como aprenderam com estes. Existiam identidades étnicas que em muitos momentos geraram divisões entre os trabalhadores, mas consideramos que a identidade de classe, apesar de suas limitações, tendeu a superar as diferenças étnicas.

Outra dificuldade para a classe trabalhadora era a existência de uma oferta muito grande de força de trabalho nos centros urbanos, durante a Primeira República. O excesso de oferta de mão-de-obra contribuía para a redução dos salários e para a redução da amplitude das lutas operárias por melhores condições de vida. Quanto menos qualificada era a mão-de-obra de uma determinada categoria, menor era a estabilidade no emprego e maior a possibilidade de menores salários e piores condições de trabalho. Os industriais podiam estabelecer relações paternalistas e exigir lealdade dos seus empregados. Os trabalhadores que desafiavam seus empregadores corriam sério risco de ficar desempregados. Durante as greves, os patrões tinham como alternativa a contratação de novos trabalhadores. Isto facilitava a demissão de muitos grevistas. Trabalhadores tachados de subversivos ou anarquistas geralmente tinham dificuldades para conseguir trabalho, pois os empregadores evitavam contratá-los. Com

relação à organização sindical, esse excesso de oferta de mão-de-obra dificultava a organização e a mobilização dos trabalhadores. Os trabalhadores, que atuavam nos sindicatos, corriam o risco de perder seus empregos. A resistência dos patrões, aos trabalhadores sindicalizados, criou dificuldades para que os sindicatos se transformassem em órgãos representativos de grandes parcelas da classe trabalhadora.<sup>13</sup> O número de trabalhadores sindicalizados normalmente era baixo, apesar dos sindicatos se esforçarem para aumentar o número de filiados. Mesmo com todas essas dificuldades, no ano de 1917, na cidade do Rio de Janeiro, uma grande quantidade de associações de trabalhadores já havia atingido um significativo grau de organização. Isto foi fundamental para o aumento da mobilização operária nos anos seguintes.

Os anos compreendidos entre 1917 e 1921 foram caracterizados pela grande mobilização dos trabalhadores. No ano de 1913, chegava ao fim um período de grande crescimento da economia brasileira. Uma queda nos preços dos produtos de exportação provocou desequilíbrio na balança de pagamentos do país. Com o início da Primeira Guerra Mundial a recessão se agravou. As camadas mais pobres da população foram as mais atingidas pela recessão. Houve aumento do desemprego, redução de salários, inflação e a perda de pequenas conquistas conseguidas pelos trabalhadores. No segundo semestre do ano de 1918 no Rio de Janeiro, os setores mais afetados foram o têxtil e o da construção civil. Segundo a Federação Operária, grandes empresas têxteis estavam funcionando somente três dias por semana.<sup>14</sup> Em 1918, o mundo do trabalho estava bastante agitado, devido à conjuntura mundial. Além das dificuldades econômicas existentes relacionadas à Primeira Guerra Mundial, a vitória da Revolução Russa em outubro de 1917 também contribuiu para o aumento da tensão, pois fortaleceu as esperanças e os discursos dos grupos mais radicais que tentavam influenciar os trabalhadores. No entanto, as principais greves que ocorreram nesse período tiveram a carestia como uma de suas principais motivações imediatas. Os trabalhadores estavam encontrando sérias dificuldades para atender às necessidades básicas de suas famílias, como saúde e alimentação. A intensa mobilização deles, entre 1917 e 1921, estava diretamente ligada à deterioração do seu poder aquisitivo. A maioria dos trabalhadores não estava interessada em revolução social. A revolução social era uma expectativa de alguns grupos, dentre eles os anarquistas, que representavam somente uma parcela pequena do movimento operário. As principais preocupações do movimento operário

---

<sup>13</sup> FAUSTO, B. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. São Paulo: Difel, 1976. ( p.28)

<sup>14</sup> FAUSTO, B. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. São Paulo: Difel, 1976. (p. 157-166)

nesse período eram econômicas. Os trabalhadores queriam recuperar o poder aquisitivo perdido devido à carestia. Eles lutavam por melhores condições de trabalho e por melhores salários.

Alguns autores valorizaram excessivamente a importância do liberalismo como uma referência para o Estado, durante a Primeira República. Assim, consideraram que o Estado evitava intervir nas relações entre patrões e empregados. Estes procurariam resolver sozinhos os seus problemas. A hegemonia das idéias liberais implicaria na existência de uma oposição radical à construção de uma legislação social e na defesa de uma postura basicamente repressiva em relação aos trabalhadores. O tratamento, dispensado aos trabalhadores, estaria relacionado às preocupações relativas à manutenção da ordem. Neste caso, a intervenção do Estado não só era admitida, mas também era considerada uma necessidade. Na verdade o liberalismo tinha influência, mas não era a única referência, no que diz respeito ao modo como deveriam ser tratadas as relações de trabalho nesse período. Integrantes de vários setores da sociedade defendiam a regulamentação das relações de trabalho. Este assunto era polêmico e foi amplamente discutido pela sociedade. A expressão “liberdade de trabalho” era muito utilizada, durante a Primeira República, por autoridades do Estado e pelos patrões. Ela pode ter muitos significados. No entanto, nos textos da época, ela normalmente aparecia significando a proibição de se coagir um trabalhador, com o intuito de que este aderisse a uma greve. Com frequência, autoridades do Estado se pronunciaram em defesa da ordem pública e da liberdade de trabalho. Assim, as autoridades não estavam se recusando a reconhecer o direito de greve, mas defendiam que a greve só seria legítima se fosse feita de forma pacífica e respeitando a ordem estabelecida. Sem dúvida, em muitos momentos, a defesa da ordem pública e da liberdade de trabalho serviu como argumento para legitimar a postura arbitrária e repressiva da polícia com os trabalhadores. Porém, baseados nisso, não devemos considerar a repressão como a única estratégia que o Estado tinha para lidar com a “questão social”.<sup>15</sup>

Indivíduos pertencentes a vários setores da sociedade, dentre eles políticos, trabalhadores, intelectuais e membros da imprensa, defenderam a intervenção do Estado, nas relações entre patrões e empregados. Eles de um modo geral consideravam legítimas as reivindicações dos trabalhadores e defendiam que, devido à fragilidade dos trabalhadores frente aos patrões, somente a intervenção do Estado poderia trazer

---

<sup>15</sup> VARGAS, J. T. *O Trabalho na ordem liberal: o movimento operário e a construção do Estado na Primeira República*. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 2004. (p. 27-34)

harmonia a esses dois grupos. Os patrões e alguns políticos logicamente combatiam essa idéia. Eles utilizaram vários argumentos para evitar a regulamentação das relações de trabalho. Afirmaram, por exemplo, que essa regulamentação contrariava o princípio da liberdade de trabalho, pois interferia na liberdade que os trabalhadores tinham para vender sua força de trabalho. Outro argumento era que, devido a questões práticas, a regulamentação não era viável, pois as indústrias brasileiras seriam muito frágeis. Como o país se encontrava em um estágio inicial da industrialização, as indústrias não teriam condições de arcar com os custos dessa regulamentação. Argumentavam também que a “questão social” não fazia parte da realidade brasileira. No Brasil, ao contrário da Europa, haveria certa harmonia entre os interesses dos patrões e os interesses dos empregados. Estes se encontrariam em uma situação econômica muito melhor do que a situação dos trabalhadores europeus. Essas idéias tinham alguma força, mas não eram uma unanimidade na sociedade. Elas encontravam forte resistência em muitos setores, inclusive entre os políticos, tanto na esfera federal quanto na esfera local. Havia fortes pressões no Congresso Nacional e nos conselhos municipais para a aprovação de leis que regulassem as relações de trabalho. Ao longo do período da Primeira República, devido à organização e à mobilização dos trabalhadores, essas pressões foram ganhando força. O período compreendido entre 1917 e 1921, caracterizado pela grande mobilização dos trabalhadores e pela ocorrência de muitas greves, foi significativo nesse sentido. A partir desse período ficou mais difícil tentar negar a existência da “questão social” no Brasil. Este período, no entanto, não deve ser considerado como um marco, que daria início as preocupações do Estado com relação às demandas dos trabalhadores. Esta preocupação é anterior a esse período.

Um dos principais problemas, talvez o principal deles, para a aprovação de leis sobre o trabalho, dizia respeito às dúvidas sobre a competência para legislar sobre o assunto. Havia dúvidas se essa competência seria da União, dos estados ou dos municípios. Essas dúvidas geravam confusões e muitas vezes inviabilizavam a criação de leis sobre o trabalho. Os conselhos municipais, dentre eles o do Distrito Federal, costumavam criar leis para regular o comércio, que na verdade também tinham o objetivo de regular as relações de trabalho. Estamos falando de leis relativas à higiene e ao horário de funcionamento de setores do comércio. Elas determinavam o horário de abertura e de fechamento dos estabelecimentos, assim como os dias em que os estabelecimentos não poderiam funcionar. Dessa forma, não somente regulavam o funcionamento do comércio, mas também interferiam na jornada de trabalho e no

pagamento de horas extras. Apesar de alguns políticos, baseados no princípio da liberdade de trabalho, defenderem que nenhuma esfera do poder público tinha competência para regular as relações de trabalho, era consenso entre a maioria dos políticos que o Congresso Nacional tinha competência para isso. Sobre se os conselhos municipais tinham essa competência, as dúvidas eram maiores. Devido a isso, muitas leis municipais foram recusadas, mas por outro lado muitas leis também entraram em vigor. Estas, contudo, tinham uma abrangência limitada, pois se restringiam ao município e não conseguiam regular todas as questões relativas ao trabalho. Embora não fosse uma prioridade, a regulamentação das relações de trabalho foi amplamente discutida entre os políticos, durante a Primeira República. Havia dificuldades para que estas questões tramitassem, pois além de não serem uma prioridade eram polêmicas. No entanto, os políticos em sua maioria não eram contrários à criação de leis sobre o trabalho. A maior oposição a criação dessas leis vinha da bancada do Rio Grande do Sul no Congresso Nacional. O líder do governo do Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros, influenciado por idéias positivistas, orientou sua bancada no Congresso nesse sentido.<sup>16</sup>

O Conselho Municipal do Distrito federal, a partir de 1917, começou a fazer esforços para regular o trabalho industrial. No mês de dezembro desse ano, o Conselho Municipal aprovou uma resolução estabelecendo a jornada de oito horas, para os operários da prefeitura e para os operários das fábricas e oficinas da cidade. Foram fixadas multas, para quem desrespeitasse a lei, que variavam entre 200\$ e 1:000\$, e foi estabelecida uma pena de cassação da licença fornecida pela prefeitura em caso de reincidência. As associações de trabalhadores teriam uma função fiscalizadora, pois a elas caberia denunciar o descumprimento desta lei. No entanto, com base no argumento de que a competência para legislar sobre o trabalho pertencia ao Congresso Nacional, o prefeito Amaro Cavalcanti vetou a resolução. Havia normalmente uma interpretação mais flexível sobre a questão da competência, quando os poderes locais tentavam regular o trabalho na esfera do comércio e dos serviços. Havia uma resistência maior quando os poderes locais tentavam regular o trabalho fabril. O prefeito não estava negando os direitos dos trabalhadores das fábricas, que haviam sido reconhecidos pelo Conselho Municipal. Ele estava somente alegando que esses direitos deveriam ser estabelecidos na esfera federal.<sup>17</sup>

---

<sup>16</sup> Idem. (p. 52-81)

<sup>17</sup> Idem. (p. 38-39)

Vamos agora observar alguns trechos de artigos do *Jornal do Brasil*, os quais mostram como os trabalhadores reagiram às tentativas de regulamentar o trabalho fabril, feitas pelo Conselho Municipal em dezembro de 1917.

O projeto do Intendente municipal Sr. Ernesto Garcez estabelecendo as oito horas de trabalho para os operários, recentemente aprovado pelo Conselho e que se acha em mãos do Dr. Amaro Cavalcanti para S. Ex. sancionar ou não, está produzindo certa agitação no seio do proletariado, que ansiosamente espera seja ella sancionada pelo Sr. Prefeito...<sup>18</sup>

Descrevendo uma reunião da União dos Operários em Fábricas de Tecidos, o *Jornal do Brasil* publicou o seguinte:

...Foi tratado também na assembléa de hontem, o caso da jornada de oito horas: presentemente dependendo da sancção do Sr. Prefeito municipal.

Os nomes do Sr. Intendente Garcez e do Sr. Dr. Amaro Cavalcanti foram carinhosamente aclamados...<sup>19</sup>

Após o veto do prefeito, o *Jornal do Brasil* publicou:

Embora não fosse surpresa, não deixou, contudo, de causar má impressão nos círculos operários a resolução do Sr. Prefeito Municipal vetando o projecto do Conselho que estabelece o dia de oito horas para a modesta e laboriosa classe proletária.

Póde-se dizer mesmo que o acto do Dr. Amaro Cavalcanti já está produzindo grande agitação no seio da numerosa classe que, appellará para o Senado afim de obter ainda este anno a realização de uma de suas mais justas aspirações – o dia de oito horas e para cuja realização vem trabalhando, sem cessar, há longos annos.<sup>20</sup>

Algo que fica bastante claro é a preocupação dos políticos com relação às reivindicações dos trabalhadores. O intendente municipal, Ernesto Garcez, conseguiu o apoio de seus colegas do Conselho Municipal para aprovar uma lei que atendia uma das principais reivindicações dos trabalhadores. Devemos observar que a jornada de trabalho de oito horas encontrava grande resistência da maioria dos patrões. O Prefeito vetou a lei não por considerá-la injusta, mas por entender que o Conselho Municipal não tinha competência para legislar sobre o assunto. O *Jornal do Brasil* também demonstrou apoio aos trabalhadores nessa questão, pois considerava suas aspirações justas. Como

<sup>18</sup> *Jornal do Brasil*, 11 de Dezembro de 1917. (p. 8)

<sup>19</sup> *Jornal do Brasil*, 02 de Dezembro de 1917. (p. 6)

<sup>20</sup> *Jornal do Brasil*, 15 de Dezembro de 1917. (p. 6)

podemos observar, apesar da existência de limitações, havia algum espaço para o diálogo entre o Estado e os trabalhadores, no que diz respeito à criação de leis sobre o trabalho. Outra evidência disso era a agitação e a expectativa dos trabalhadores, com relação à atitude que seria tomada pelo Prefeito. O Jornal do Brasil deixou claro que o veto do Prefeito não trouxe surpresa, mas por outro lado causou decepção. Os trabalhadores sabiam que a aprovação de leis sobre o trabalho não era uma prioridade para a maioria dos políticos, mas mesmo assim tinham grandes expectativas com relação à aprovação dessas leis. Parte dos trabalhadores tinha a intenção de apelar ao Senado para a aprovação delas. Assim, o veto do prefeito era entendido como uma derrota em uma batalha, de uma longa guerra que estava sendo travada pelos trabalhadores. Guerra esta, que tinha o objetivo de fazer com que as reivindicações dos trabalhadores fossem reconhecidas como legítimas, pelos patrões e pelo Estado. Muitos trabalhadores estavam dispostos a adotar uma estratégia de luta, a qual se orientava por um diálogo com os patrões e com o Estado, evitando um confronto direto com eles. Esta estratégia se baseava no respeito às instituições e no respeito à ordem estabelecida, tendo como característica a adoção de uma postura pacífica pelos trabalhadores. Muitos líderes dos trabalhadores defendiam essa postura reformista e combatiam a adoção de posturas mais radicais. Para eles, o diálogo com o Estado era considerado fundamental, pois este seria o melhor caminho para que os trabalhadores conquistassem benefícios.

No mês de abril de 1918, havia grande agitação entre os trabalhadores, pois eles estavam sofrendo devido à carestia. Existiam rumores que muitas categorias de trabalhadores planejavam entrar em greve, na cidade do Rio de Janeiro. Neste contexto, um grupo de trabalhadores, liderados pelo reformista Mariano Garcia, dirigiu uma mensagem ao Presidente da República.

...“Exmo. Sr. Presidente da República – Commissionados por uma assembléa de proletários, reunida em 14 do corrente, vimos á presença de V. Ex. único poder que nos póde acudir neste momento, solicitar providências enérgicas contra a exploração que o commercio de gêneros alimentícios está fazendo, accumulando esses gêneros nos armazéns e trapiches até que apodreçam, podendo por esse meio criminoso, impor a elevação dos preços...

...Tudo faz esse commercio ganancioso para nos reduzir á fome, para nos vêr revoltados contra o vosso patriótico governo, no momento em que V. Ex. necessita do apoio popular para poder concluir o vosso quadriennio com o brilho com que o tem dirigido, no momento mais difícil da República brasileira...

...e com certeza de que V. Ex. agirá em favor deste pobre povo, vos asseguramos em toda vossa brilhante administração toda a nossa

solidariedade e voz desejamos paz, união e justiça. – Rio, 14 de Abril de 1918.”<sup>21</sup>

Interessante notar que esse grupo de trabalhadores não estava responsabilizando nem o governo nem o sistema capitalista pela carestia. Eles culpavam os comerciantes. Estes estariam especulando com os alimentos, com o propósito de se enriquecerem, sem levar em consideração que isto estaria levando à miséria os trabalhadores. O grupo de Mariano Garcia alegava que esses comerciantes não estavam prejudicando somente os trabalhadores, mas também prejudicavam o Presidente da República. A carestia, supostamente causada pelos comerciantes, estaria produzindo grande agitação entre os trabalhadores. Muitos desses trabalhadores estariam dispostos a recorrer à greve. Esta possibilidade gerava preocupação, pois o Brasil, desde outubro de 1917, estava em guerra com a Alemanha. Muitos consideravam que, por uma questão de patriotismo, os trabalhadores não deveriam recorrer à greve. Neste momento delicado em que o país se encontrava, a harmonia entre as classes deveria ser preservada. Assim, tanto os trabalhadores mais radicais quanto os comerciantes não estariam agindo como patriotas. O grupo de trabalhadores, liderado por Mariano Garcia, buscava o apoio do Presidente, pois julgava que a intervenção dele poderia resolver muitos de seus problemas. Eles demonstraram apoio ao governo e se apresentaram como um grupo pacífico, que respeitava a ordem e reclamava por justiça. Faziam isso, esperando conseguir o apoio do Presidente da República. Esses trabalhadores não eram pessoas ingênuas, sem nenhuma noção daquilo que acontecia a sua volta. Se eles buscavam dialogar com as autoridades do Estado, devemos considerar que, mesmo com restrições, o Estado tinha interesse nesse diálogo. O Estado não considerava as reivindicações dos trabalhadores uma prioridade, mas também não desconsiderava completamente essas reivindicações. Muitos políticos e líderes operários mobilizavam os trabalhadores, com a promessa de que eles iriam conseguir sensibilizar as autoridades do Estado.

Discordamos da hipótese que defende a existência de uma aproximação exagerada entre os interesses da burguesia e os interesses do Estado, durante a Primeira República. Esta hipótese embasaria o argumento de que o Estado atuaria sempre, tendo como objetivo principal, garantir os interesses da burguesia, se necessário agindo em

---

<sup>21</sup> Jornal do Brasil, 15 de Abril de 1918( p.4), *Apud* Carlos Augusto Addor. *A insurreição anarquista no Rio de Janeiro. op.cit.*,p.105.

detrimento dos interesses dos trabalhadores.<sup>22</sup> O Estado representava interesses variados e não somente os interesses da burguesia. Com base na existência dessa aproximação entre os interesses do Estado e da burguesia, muitos autores defenderam que, durante a Primeira República, existia uma política de Estado voltada para a repressão aos trabalhadores.<sup>23</sup> Contudo, a verdade é que não havia uma política de Estado para tratar da questão dos trabalhadores, nesse período. Havia sim orientações, as quais podemos considerar que foram permanentes. Neste caso, podemos citar a recusa do Estado em aceitar o anarquismo como um interlocutor legítimo. Também podemos citar o incentivo dado pelo Estado a formas de associação de trabalhadores, que não se chocavam com a ordem estabelecida. Como havia uma indefinição institucional, sobre como tratar a luta dos trabalhadores por melhores condições de vida, estes normalmente tinham dúvidas sobre qual postura o Estado adotaria diante de suas reivindicações. Havia possibilidade tanto de repressão quanto de diálogo, dependendo das circunstâncias nas quais as reivindicações ocorriam. A legislação existente reconhecia a greve como um direito dos trabalhadores, logo não defendia o combate às greves, mas somente aos excessos cometidos no decorrer destas.<sup>24</sup> Normalmente era preciso um motivo diferente da greve para desencadear a repressão policial sobre os trabalhadores.

Devido à inexistência de uma política de Estado com relação ao operariado e devido à existência de uma relativa autonomia da polícia e dos policiais, era na polícia que se encontravam os focos de decisão no que dizia respeito às ações repressivas. A repressão aos trabalhadores se baseava em dois fatores: a instrumentalização da polícia e as preocupações com a ordem pública. A instrumentalização da polícia permitia que esta tivesse um uso privado. A força policial da cidade do Rio de Janeiro era caracterizada pela falta de qualificação e pela falta de profissionalização de seus integrantes. Os policiais recebiam baixos salários e eram oriundos das camadas mais pobres da população. Os quadros superiores e intermediários da polícia eram ocupados mediante indicações políticas. Estes fatores contribuíam para a existência de significativa rotatividade dos integrantes da polícia. Muitos policiais recebiam subornos. Homens poderosos, dentre eles industriais, devido a seus bons relacionamentos com

---

<sup>22</sup> VARGAS, J. T. *O trabalho na ordem liberal: o movimento operário e a construção do Estado na Primeira República*. Campinas: CMU Publicações, 2004.

<sup>23</sup> Entre estes autores estavam Sheldon Maram e John French. VARGAS, J. T. *O trabalho na ordem liberal: o movimento operário e a construção do Estado na Primeira República*. Campinas: CMU Publicações, 2004. (p. 199)

<sup>24</sup> VARGAS, J. T. *O trabalho na ordem liberal: o movimento operário e a construção do Estado na Primeira República*. Campinas: CMU Publicações, 2004.

pessoas poderosas e devido a ocupação de cargos públicos, conseguiam exercer influência na atuação da polícia. Com relação à manutenção da ordem pública, esta era uma das principais preocupações dos escalões superiores da polícia. Sempre que julgavam que alguma greve poderia ameaçar a ordem pública, não exitavam em ordenar a repressão aos trabalhadores.

Havia uma distância entre o comportamento da polícia e as diretrizes básicas do governo, no que dizia respeito às ações policiais. Além disso, em muitos casos podia existir alguma elasticidade na linha de comando, entre o Chefe de Polícia e o restante da hierarquia policial. Embora normalmente os chefes de polícia tentassem ter um grande controle sobre a atuação de seus subordinados, esta tarefa na prática era bastante difícil. Os escalões superiores da polícia habitualmente condenavam a atitude violenta, arbitrária e muitas vezes até mesmo ilegal dos policiais, mas não possuíam meios eficazes para identificar e punir esses policiais. Não era incomum a associação entre policiais e criminosos. Essas associações tinham o objetivo de garantir a impunidade. Muitos industriais faziam questão de manter um bom relacionamento com a polícia. Os industriais buscavam influenciar os escalões superiores da polícia, através de pressões feitas por autoridades do Estado. Em muitos casos, os escalões médios e inferiores da polícia eram influenciados mediante subornos e prestação de favores. Muitos policiais agiam de forma ilegal, com o objetivo de garantir os interesses de determinados industriais. Era comum a violação de direitos civis dos trabalhadores. Assim, ocorria o desrespeito à liberdade de expressão, à liberdade de associação e ao direito de greve. Prisões arbitrárias de trabalhadores sem que existissem evidências claras de crimes, também eram muito comuns. Este tipo de atitude costumava causar atritos entre a polícia e o poder judiciário. Advogados costumavam conseguir *habeas-corpus* para os trabalhadores que haviam sido presos arbitrariamente. Muitos policiais se irritavam com isso. Em alguns casos eles chegavam a mentir alegando que não haviam prendido esses trabalhadores. Em outros casos alegavam que os trabalhadores não estavam presos, mas somente detidos. Esses eram recursos empregados com o objetivo de não cumprir os *habeas-corpus* decretados pelo Judiciário. Havia espaço para que os trabalhadores apelassem aos poderes públicos, não somente ao Judiciário, mas também ao Executivo e ao Legislativo. Deputados, intendentes municipais e até mesmo o Presidente da República, em muitas ocasiões, devido à solicitação dos trabalhadores, atuavam junto à polícia com o objetivo de beneficiar os trabalhadores que tinham sido presos. Os trabalhadores não faziam uma associação direta entre a polícia e o governo. Eles sabiam

que, em muitos casos, podiam conseguir apoio em setores do Estado para combater atitudes da polícia que consideravam injustas.

No ano de 1917, a polícia do Distrito Federal estava organizada da seguinte forma: um Chefe de Polícia, três delegados auxiliares, trinta delegados de distrito, trinta comissários de primeira classe, cem comissários de segunda classe, um administrador do Depósito de Presos na Repartição Central, três auxiliares do Depósito de Presos, três escrivões das delegacias auxiliares, três escreventes das mesmas, trinta escrivões das delegacias de distrito, vinte escreventes das delegacias de terceira e segunda entrância, vinte e oito oficiais de justiça, um Inspetor Geral da Polícia Marítima, cinco sub-inspetores, dois auxiliares, um Inspetor de Veículos, dez auxiliares, dois escreventes, um Inspetor de Investigações e Capturas, oitenta agentes, um Inspetor da Guarda Civil, um sub-inspetor, um almoxarife, mil guardas, sendo quatrocentos de primeira classe e seiscentos de segunda classe. A Brigada Policial era composta por 173 oficiais e 3015 praças. Além desses funcionários, a polícia contava com os integrantes da Secretaria de Polícia, do Serviço Médico Legal e do Gabinete de Investigação e de Estatística. Também pertenciam à polícia do Distrito Federal, a Colônia Correccional de Dois Rios e a Escola Premonitória Quinze de Novembro. Os particulares atuavam no serviço policial, mantendo guardas noturnas. A Companhia do Porto cuidava do policiamento dos seus armazéns e áreas próximas.<sup>25</sup>

No Brasil, as forças policiais foram organizadas na esfera estadual. A força policial do Distrito Federal era uma exceção a essa regra, pois estava subordinada ao governo federal. O serviço de polícia do Distrito Federal fazia parte do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e estava subordinado ao Presidente da República. Este nomeava o Chefe de Polícia, mediante indicação do Ministro da Justiça. Tradicionalmente as funções da polícia foram organizadas sem obedecer a um planejamento definido. Assim, surgiram uma polícia civil e uma polícia militar. A polícia civil tinha a função de coordenar o policiamento da cidade, manter a ordem e instruir os processos criminais. Ela era comandada pelo Chefe de Polícia. A Brigada Policial do Distrito Federal era comandada por um oficial do Exército e estava diretamente subordinada ao Ministro da Justiça. Ela possuía uma organização e uma estrutura hierárquica militar. O posto mais baixo era o de praça e o mais alto o de tenente coronel. A principal responsabilidade da Brigada Policial era o patrulhamento

---

<sup>25</sup> Primeira Tese da primeira seção – Organização da polícia – Conferência Judiciária-Policial. In: LEAL, A. *Polícia e Poder de Polícia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918.

da cidade. Era auxiliada nessa função pela Guarda Civil, que estava subordinada ao Chefe de Polícia, e pela Guarda Noturna, organizada por particulares.<sup>26</sup> No território do Distrito Federal havia trinta distritos policiais. Os distritos eram classificados em entrâncias, de acordo com o movimento policial e com a população. Cada um deles possuía um delegado e comissários designados pelo Chefe de Polícia. Cada delegado tinha três suplentes. Os distritos de terceira e segunda entrâncias tinham pelo menos quatro comissários. Os de primeira entrância tinham três.<sup>27</sup> A Inspetoria de Investigações e Capturas era responsável pela investigação policial. Seus integrantes atuavam à paisana exercendo a função de detetive. A Inspetoria era comandada por um Inspetor, que estava subordinado ao Chefe de Polícia.

Vamos observar um artigo que evidencia os sérios problemas que existiam na polícia da cidade do Rio de Janeiro.

O Jornal do Brasil provou hontem com a publicação da promoção do Dr. Procurador Criminal da República que o Corpo de Segurança Pública de má fé não trepidou em iludir as autoridades superiores da policia para que dessem o cunho de legalidade a um auto flagrante falso, que não expremia a verdade, que attribuia ao negociante Sr. Manuel de Barros um crime inexistente e imaginário.

Provamos com a publicação desse documento que agentes do Corpo de Segurança illudiram a confiança e a boa fé do Major Bandeira de Mello a tal ponto que sujeitaram esse Inspector do Corpo ao vexame de ser accusado perante a Justiça Federal como um funcionario relapso, desidioso e o que é mais grave capaz de fantasiar crimes e attribui-los a inocentes...

...Em todos os processos instaurados na policia as autoridades superiores têm necessidade de recorrer ao Corpo de Segurança, encarregando os agentes da syndicancia dos factos, da apuração de provas e de quem seja o autor do delicto.

Como pois encarregar desse mister indivíduos desclassificados, mentirosos, achacadores e chantagistas?

Como é que os delegados auxiliares, o Inspector do Corpo de Segurança, que já têm sido victimas das consequencias das falsas informações dos agentes de polícia consentem na permanência desses máo elementos?

...Diz-se, porem, que esses indivíduos permanecem exercendo o cargo de agentes de segurança unica e exclusivamente porque no dia em que forem demittidos denunciariam os escandalos pavorosos occorridos na Chefatura de Policia e que só o pessoal dessa dependência do Ministério da Justiça conhece.

Ha presos que morrem no xadrez e as familias não recebem o que lhes pertencia, ha espancamentos effectuados em condições de não serem ouvidos os gritos e lamentos das victimas, ha prisões effectuadas em nome do chefe de Policia sem sciencia desta autoridade, conforme occorreu com o cozinheiro do vapor portuguez *Macáo*, que foi enviado por uma pseudo ordem do Dr. Aurelino Leal para a Casa de Detenção e ahi se conservou até que foi restituído á liberdade por concessão de um *habeas-corpus*, no qual o Juiz Federal da 1ª Vara qualificou o Dr. Chefe de Policia de criminoso passível de pena por ter informado não estar preso o paciente no mesmo dia

<sup>26</sup> BRETAS, M. L. *Ordem na Cidade: O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro (1907-1930)*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

<sup>27</sup> LEAL, A. *Polícia e Poder de Polícia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918.

em que a Casa de Detenção o apresentava em juízo com a declaração de preso á ordem do Chefe de Polícia. Este *habeas-corporis* subiu em gráo de recurso ao Supremo Tribunal Federal e o Dr. Chefe de Polícia sabe o trabalho que teve para impedir que o tribunal confirmasse a severa sentença do juiz federal...<sup>28</sup>

O artigo nos mostra as grandes dificuldades que os escalões superiores da polícia tinham para controlar a atuação dos seus subordinados. As atitudes destes em muitos momentos lhes causavam sérios problemas. O major Bandeira de Mello, responsável pela Inspetoria de Investigações e Capturas, anteriormente chamada de Corpo de Segurança, devido à confiança na atuação de seus subordinados, foi exposto a um grande constrangimento. Foi acusado perante a justiça de fantasiar crimes e atribuí-los a inocentes. Situação semelhante ocorreu com Aurelino Leal, o Chefe de Polícia. Ele foi acusado de mentir para um juiz federal, pois afirmou que não havia dado ordem para prender na Casa de Detenção o cozinheiro do vapor *Macáo*. No entanto, este se encontrava preso lá. Assim, pessoas eram presas em nome do Chefe de Polícia, sem que ele tivesse conhecimento das prisões. O *Jornal do Brasil* relatou que o Chefe de Polícia teve muito trabalho para impedir que o Supremo Tribunal Federal confirmasse a sentença de prisão decretada pelo juiz. Como podemos perceber, a desorganização e a corrupção existentes na polícia causavam muitos problemas para os escalões superiores. O jornal também denunciou irregularidades como espancamento e roubo de presos. O Chefe de Polícia e seus auxiliares tinham consciência que estes tipos de coisa aconteciam. Porém, devemos observar que detectar problemas é muito mais fácil do que resolvê-los. Segundo o *Jornal do Brasil*, os integrantes da Inspetoria de Investigações e Capturas seriam mentirosos, achacadores e chantagistas. A polícia dependia desses indivíduos para fazer as investigações. O Chefe de Polícia não possuía meios adequados para corrigir o funcionamento da polícia. Demitir alguns policiais e substituí-los por outros obviamente não resolveria o problema. Isto só poderia ser resolvido a médio ou longo prazo, caso o Estado considerasse a reforma da polícia como uma prioridade. Apesar das limitações dos policiais, o Chefe de Polícia sabia que na maioria das situações devia apoiá-los, pois dependia deles para que a polícia funcionasse. A lógica era mais ou menos essa: ruim com eles, pior sem eles. Entre apoiar um policial corrupto e arbitrário e apoiar um anarquista que estava sendo preso injustamente, optava-se pelo primeiro caso. Isto era bastante razoável, pois os policiais eram considerados honestos, pelos escalões superiores da polícia, até que se provasse o contrário. Os anarquistas

---

<sup>28</sup> *Jornal do Brasil*, 26 de agosto de 1918 (p. 4)

eram considerados uma ameaça muito maior do que os policiais corruptos. Na dúvida, era melhor prender os anarquistas para garantir. A manutenção da ordem era uma prioridade para os dirigentes da polícia. A polícia já era extremamente mal vista pela imprensa e pela população, se o Chefe de Polícia não apoiasse seus comandados a situação ficaria insustentável.

Aurelino Leal, durante os anos que esteve à frente da polícia, foi um grande defensor da reforma da polícia do Distrito Federal. Para ele, a polícia tinha uma organização deficiente que precisava ser reformada com urgência. Considerava que, devido à complexidade do serviço policial, a polícia deveria ter mais autonomia. Por isso, defendia a criação de uma Prefeitura de Polícia. Dessa forma, o Chefe de Polícia teria os seus poderes aumentados, pois deixaria de estar subordinado ao Ministro da Justiça e passaria a estar diretamente subordinado ao Presidente da República. Isto evitaria a ocorrência de atritos entre o Chefe de Polícia e o Ministro da Justiça. As decisões do Chefe de Polícia deixariam de ser questionadas administrativamente, através de recursos feitos ao Ministro da Justiça. O Chefe de Polícia deveria ter mais autonomia e a centralização do serviço policial deveria ser uma orientação fundamental. A Brigada Policial, que estava diretamente subordinada ao Ministro da Justiça, deveria ser submetida imediatamente à autoridade do Chefe de Polícia. Isto tornaria a atuação da polícia mais harmônica, contribuindo para o aumento da eficiência. Os conflitos entre integrantes da Polícia Civil e da Polícia Militar eram comuns. As duas forças possuíam quadros hierárquicos diferentes. Os oficiais militares não precisavam se submeter à autoridade dos delegados. As forças agiam de forma corporativa, protegendo seus integrantes, e até certo ponto conservando um sentimento de rivalidade mútuo. Aurelino Leal desejava a profissionalização da polícia. A polícia de carreira deveria ser adotada sem caráter de inamovibilidade. Deveria existir um sistema de garantias que beneficiasse os policiais, mas o governo deveria dispor de meios fáceis para afastar do serviço funcionários inúteis ou corruptos. Os funcionários não deveriam ser demitidos apenas com base na vontade do Chefe de Polícia. Eles deveriam ter direito a um processo administrativo, mas a decisão final do Chefe de Polícia não poderia ser questionada. A polícia deveria atuar através de critérios técnicos. As nomeações dos funcionários não seriam mais feitas mediante influência política. Esta influência continuaria existindo, mas precisava ser limitada. Os policiais passariam a ter a expectativa de ascensão profissional. Isto, além de estimulá-los, contribuiria para reduzir a rotatividade existente entre os integrantes da polícia. A permanência dos

policiais por um tempo longo, no serviço policial, permitiria que eles adquirissem experiência. Isto era considerado fundamental para melhorar a qualidade desse serviço. O ingresso na polícia somente poderia ocorrer mediante provas de habilitação e deveria ficar vinculado à instrução técnica, obtida em escolas especiais. Aurelino Leal propunha a criação de uma Escola de Polícia, para dar treinamento aos policiais. Também considerava ser necessário a organização de um plano de carreira, no qual guardas civis e soldados da Brigada Policial poderiam concorrer às vagas de agentes da Inspetoria de Investigações e Capturas. Seria conveniente a instituição de pensões, para os policiais que se tornassem inválidos, durante o serviço, e para as famílias dos policiais que falecessem no cumprimento do dever. Apesar de seus esforços, Aurelino Leal não conseguiu realizar a reforma da polícia, no período que atuou como Chefe de Polícia.<sup>29</sup>

No dia três de maio de 1917, na Biblioteca Nacional, ocorreu uma sessão solene para a instalação da Conferência Judiciária-Policial, organizada pelo Chefe de Polícia do Distrito Federal, Aurelino Leal.<sup>30</sup> Esta conferência permaneceu em atividade até o mês de agosto e tinha os seguintes objetivos:

- 1º, Estreitar os laços de harmonia entre os membros da magistratura e as autoridades policiais;
- 2º Discutir a organização do serviço de polícia no Distrito Federal;
- 3º, Esclarecer as questões limitrofes ou de interesse commum á justiça e á policia;
- 4º, Traçar com a possível claraza a linha de acção legal da policia, diminuindo as possibilidades do poder arbitrario.<sup>31</sup>

Como podemos perceber a Conferência tinha dois objetivos centrais: incentivar e discutir a reforma da polícia e reformular o relacionamento existente entre a polícia e o Judiciário. Aurelino na verdade desejava conseguir mais poder e maior autonomia para a polícia. Queria se desvincular da supervisão do Ministério da Justiça. Porém, seu objetivo principal era diminuir as restrições impostas à atuação da polícia, pelas leis que garantiam as liberdades individuais. A Conferência havia sido organizada pelo Chefe de Polícia, com o objetivo de solucionar problemas que este havia identificado, durante sua atuação cotidiana no exercício do cargo, desde 14 de novembro de 1914. Aurelino Leal conhecia muito bem os problemas que a polícia enfrentava e sabia também que a

<sup>29</sup> Tese 1º da 1º Secção – Organização da Polícia – Conferência Judiciária-Policial. IN: LEAL, A. *Polícia e Poder de Polícia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918.

<sup>30</sup> Jornal do Brasil, 04 de Maio de 1917. (p. 6)

<sup>31</sup> Discurso proferido por Aurelino Leal no ato de inauguração da Conferência Judiciária-Policial, em 03 de maio de 1917. IN: LEAL, A. *Polícia e Poder de Polícia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917. (p. 6)

reforma da polícia era algo que custaria muito dinheiro. Para que a reforma fosse realizada, seria preciso conseguir apoio político. A Conferência era um meio de discutir a reforma e ao mesmo tempo divulgar sua importância e utilidade, diante de políticos e autoridades do Poder Judiciário. A Conferência também era uma oportunidade para Aurelino exaltar os seus feitos no comando da polícia, para seus superiores. O cargo de Chefe de Polícia do Distrito Federal, por permitir ao seu ocupante um contato próximo com a elite política, gerava oportunidades para obter benefícios profissionais. A maior expectativa normalmente era conseguir uma nomeação para o Supremo Tribunal Federal. Algo que alguns chefes de polícia do Distrito Federal conseguiram, inclusive Aurelino Leal.

Durante o período em que esteve comandando a polícia, Aurelino se esforçou para aumentar os poderes dessa instituição, principalmente no que dizia respeito ao combate às ameaças à manutenção da ordem. Ele havia tentado sem sucesso, tornar crime a propaganda anarquista ou subversiva. Também não conseguiu que fossem definidas as modalidades criminais do anarquismo perigoso, segundo ele qualquer prática do anarquismo violenta ou que ameaçasse à ordem. Procurando controlar as manifestações de rua, insistiu para que o Judiciário considerasse crime, a presença de grevistas nas imediações das fábricas. Segundo ele, isso deveria ser considerado como uma ameaça à liberdade de trabalho. Ele também não obteve sucesso nessa questão. Os políticos se mostraram preocupados com relação à violação das liberdades individuais. Eles temiam a concentração de poderes nas mãos do Chefe de Polícia.<sup>32</sup> Devido a isso, Aurelino considerou que o assunto mais importante, que constava no programa da Conferência Judiciária-Policial, dizia respeito às liberdades individuais e às suas restrições. Ele defendia uma interpretação restritiva das liberdades individuais. Liberdade não deveria ser confundida com licença. Argumentava que o limite de todas as liberdades estava na necessidade de controlá-las, para que não comprometessem o equilíbrio social. Para Aurelino, como o Estado era liberal, as autoridades deveriam adotar uma postura conservadora. Isto seria necessário para garantir a manutenção da ordem e o respeito aos valores da sociedade.<sup>33</sup>

Durante a Conferência, Aurelino Leal demonstrou grande preocupação com a manutenção da ordem, por isso procurou discutir sobre o poder de polícia. Ele defendia

---

<sup>32</sup> LEAL, A. *Polícia e Poder de Polícia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918. (p. III – VI)

<sup>33</sup> Discurso proferido por Aurelino Leal, no ato de inauguração da Conferência Judiciária-Policial, em 3 de maio de 1917. IN: LEAL, A. *Polícia e Poder de Polícia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918.

que a aplicação das leis continha um componente subjetivo. Estava se referindo ao poder discricionário das autoridades. As leis deveriam ser cumpridas, mas as autoridades deveriam decidir, de acordo com as circunstâncias, se uma lei estava ou não sendo violada e o modo adequado de combater essa violação. Na verdade, Aurelino queria um pouco mais de autonomia da polícia em relação ao Judiciário. Ele acreditava que elementos subversivos se aproveitavam das leis, por estas serem brandas, e das decisões do Judiciário, para escaparem da punição merecida. Eles utilizavam o *habeas corpus* para soltar os presos e recorriam ao Judiciário, alegando que a polícia violava as liberdades individuais. Para Aurelino, a polícia deveria ter como referência o fim pretendido pelas pessoas. Assim, em princípio não devia proibir um *meeting*, mas seria perfeitamente legítimo proibir um *meeting* criminoso. Não se devia perseguir os estrangeiros, mas era justo expulsar do país os estrangeiros perigosos. As associações de trabalhadores deveriam ser toleradas, mas as associações que pregavam a subversão da ordem deviam ser fechadas. E quem deveria decidir se algo era legal ou não? Aurelino reconhecia que isto era tarefa do Judiciário, mas considerava que parte desta tarefa também era função da polícia. Ele defendia que o chefe de polícia devia ter mais poder para combater os subversivos. Queria mais apoio do Judiciário nessa cruzada. Aurelino queria poder agir com firmeza e rigor para manter a ordem, sem por isso ser acusado de estar cometendo arbitrariedades e violações das liberdades individuais. Baseado nesses argumentos, ele criticou também a atuação da imprensa. Considerava que a polícia era excessivamente censurada e ridicularizada pela imprensa. Para evitar isso, sugeriu a regulamentação da liberdade de imprensa. Dessa forma, ele julgava que o direito ficaria assegurado e ao mesmo tempo ficaria coibido o abuso desse direito. Ele não entendia isso como uma violação da liberdade de imprensa. Considerava a restrição desse direito como algo muito razoável. Esta seria, segundo ele, uma postura conservadora, sem ser arbitrária.<sup>34</sup> O aumento dos poderes da polícia, defendidos por Aurelino Leal, encontrou algum apoio entre as autoridades, mas também foram duramente criticados por muitos. Aurelino não conseguiu aprovar suas propostas. O advogado Joaquim Gonçalves da Silva considerou as conclusões da Conferência Judiciária-Policial como cômicas.<sup>35</sup> Elas, na prática, representavam uma autorização, para a violação das liberdades individuais e para a legitimação dos abusos cometidos pelas autoridades policiais.

---

<sup>34</sup> Discurso proferido por Aurelino Leal, no ato de encerramento da Conferência Judiciária-Policial, em 9 de agosto de 1917. IN: LEAL, A. *Polícia e poder de Polícia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918.

<sup>35</sup> O Graphico: órgão da associação graphica do Rio de Janeiro, 16 de abril de 1919. (p. 2)

Aurelino Leal foi Chefe de Polícia do Distrito federal por aproximadamente quatro anos, tendo ocupado esse cargo durante todo o ano de 1918. Os anos de 1917 e de 1918 foram caracterizados pela grande mobilização dos trabalhadores, na cidade do Rio de Janeiro. Muitas categorias de trabalhadores organizaram ou reorganizaram suas associações nesse período. Aurelino teve que lidar com a eclosão de greves, inclusive greves gerais. Ele adotou uma política conciliatória, na qual buscou atuar como mediador nos conflitos entre patrões e empregados. No entanto, sempre que julgou existir ameaça à ordem estabelecida, não exitou em reprimir o movimento dos trabalhadores. Nessas ocasiões, a polícia normalmente agia de forma violenta e arbitrária, violando direitos dos trabalhadores e tendo influência significativa no fracasso das greves. Sobre uma reunião que foi feita no gabinete do Chefe de Polícia, com o objetivo de conseguir um acordo entre a Resistência dos Trabalhadores de Trapiche e Café e a Empresa de Transportes Comércio e Indústria, o Jornal do Brasil fez o seguinte comentário:

Como succede em todos os momentos de attrictos entre operarios e patrões ou negociantes, o Sr. Dr. Chefe de Polícia, se offerece para mediador entre as partes interessadas e isto no empenho de evitar graves attrictos e alterações da ordem pública...<sup>36</sup>

Como podemos observar, Aurelino Leal tinha o hábito de atuar como mediador nos conflitos entre operários e patrões. Ele não era contrário às reivindicações dos trabalhadores. Sua preocupação consistia em tentar controlar o modo como essas reivindicações seriam feitas. Temia que a falta de solução para os impasses existentes, entre patrões e empregados, levasse os trabalhadores a adotar uma postura mais radical, na qual a violência fosse um recurso empregado. Ele fazia um grande esforço para evitar alterações da ordem pública. Como ele fazia esse papel de mediador com frequência, devemos considerar que tinha grande credibilidade, entre os patrões e os operários. Como o Estado não possuía mecanismos eficientes para resolver as questões relativas ao trabalho, as autoridades superiores da polícia, por necessidade, tentavam criar esses mecanismos.

Em agosto de 1917, o Chefe de Polícia recebeu o seguinte ofício do Centro Industrial:

---

<sup>36</sup> Jornal do Brasil, 07 de Abril de 1918. (p. 6)

O Centro Industrial do Brasil vem trazer-vos os seus mais sinceros agradecimentos pelos inolvidáveis e extraordinários serviços que, em carácter pessoal, prestastes, como esclarecido mediador, á boa causa da indispensável harmonia entre patrões e operários, na recente greve das fabricas de tecidos de algodão e de lã, deste districto, e, também, pela maneira ao mesmo tempo prudente e energica, com a qual soubestes, em dias tão agitados, manter a ordem publica, garantindo, assim, o effectivo e pacifico exercicio de todos os direitos...<sup>37</sup>

O Centro Industrial do Brasil, associação que representava os industriais, fez elogios ao Chefe de Polícia, mostrando satisfação com a conduta adotada por ele, durante as greves de julho de 1917, na cidade do Rio de Janeiro. Aurelino Leal havia adotado uma estratégia que misturava repressão com negociação. Indivíduos que eram considerados subversivos ou anarquistas eram presos, mesmo que não existissem evidências claras de crimes cometidos por eles. Por outro lado, o Chefe de Polícia atuou como mediador, entre patrões e operários, conseguindo acordos que terminaram com greves em algumas categorias de trabalhadores. A repressão da polícia sobre os trabalhadores normalmente era desejada pelos industriais, pois contribuía para desorganizá-los, forçando-os a aceitar as propostas dos patrões ou a desistir da greve, sem conseguir nada em troca. Porém, devemos observar que os patrões reconheceram a importância do papel do Chefe de Polícia como mediador. Aceitar um acordo, tendo o Chefe de Polícia como testemunha, significava reconhecer que ele tinha o direito de zelar pelo acordo. Dessa forma, se violassem o acordo, forneceriam argumentos para a reação dos trabalhadores. Reconhecer o Chefe de Polícia, como mediador, era até certo ponto reconhecer que o Estado tinha o direito de intervir em negociações privadas. Os industriais desejavam a repressão sobre os trabalhadores, mas sabiam que somente isto não resolveria seus problemas. Os trabalhadores tinham muita desconfiança com relação aos patrões, pois estes resistiam duramente à concessão de direitos. Os industriais também desconfiavam dos trabalhadores, pois julgavam que eles estavam sendo influenciados por elementos radicais, estranhos ao movimento operário. Eles temiam a violência e ataques à propriedade privada. A presença do Chefe de Polícia como mediador, era uma forma de conseguir um canal de negociação mais estável e confiável, entre patrões e empregados. Ao aceitar o Chefe de Polícia como mediador, os industriais mostraram que estavam dispostos, até certo ponto, a dialogar com os trabalhadores, pois reconheciam que isto era inevitável. Ao adotarem a mesma postura,

---

<sup>37</sup> Jornal do Brasil, 07 de Agosto de 1917. (p. 6)

os trabalhadores mostravam que não eram baderneiros violentos, mas homens que exerciam legitimamente o seu direito de greve. Isto dificultava a repressão e aumentava a pressão sobre os patrões. O diálogo entre patrões e trabalhadores era extremamente difícil, pois a maioria dos patrões não considerava legítima a maior parte das reivindicações dos trabalhadores. Eles também davam muito valor a princípios como autoridade e hierarquia. Quando consideravam que esses princípios haviam sido quebrados, tinham maior resistência em negociar com os trabalhadores. Os trabalhadores, por outro lado, sabiam que normalmente os patrões procuravam argumentos para legitimar e desencadear a repressão policial sobre eles. Diante de todas essas desconfianças, a presença do Chefe de Polícia, como mediador, representava a criação de um espaço para o diálogo, no qual poderiam ser feitos acordos, mesmo que limitados. Mesmo com a existência da repressão da polícia sobre os trabalhadores, algum tipo de entendimento entre patrões e operários sempre era necessário para viabilizar essa difícil convivência.

Vamos agora observar a opinião de Aurelino Leal sobre o anarquismo. Sobre os anarquistas ele declarou o seguinte:

...O anarchista não é asqueroso, não é nojento. Seria injusto tratá-lo assim. O anarchismo, em si, nada tem de imoral. É utópico, pelo menos no actual estado da civilização humana. Anarchistas há verdadeiramente ideólogos, incapazes de uma reacção contra a ordem, contra a segurança, contra a liberdade alheia, contra a propriedade. Outros, porém, provavelmente por um consorcio entre as concepções abstractas da doutrina e as tendências pessoais são perigosos...

...O mal do anarchismo reside, principalmente no facto de ser elle estudado nos meios de escassa cultura mental, e, por isso mesmo, por homens de nullo poder de assimilação.

Aqui, um anarchista platino pregou em plena Federação Operaria a subversão da patria, da familia, do governo e da burguezia! O arrojado dessa concepção iconoclasta pôde ser julgado inocuo, devido á propria extensão de sua formula. Mas, senhores, predicas desta natureza não são innocentes em meios inexpertos. A terra recolhe a semente da boa e da má arvore, e, indifferentemente, a fecunda. O cérebro recebe a idéa, grava-a, transforma-a em suggestão e pratica-a. Este phenomeno se explica pelo gráo e natureza da receptividade individual. Cérebros impetuosos, mal educados, tarados talvez, são terrenos onde medra, na sua feição damninha, o anarchismo feroz.

E esses terrenos não faltam nas classes operarias...<sup>38</sup>

O Chefe de Polícia mostrou que tinha algum conhecimento sobre a doutrina anarquista. Ele a considerava uma utopia. Em principio não era contra o anarquismo.

---

<sup>38</sup> Discurso proferido por Aurelino Leal no ato de encerramento da Conferência Judiciária-Policial, em 9 de agosto de 1917. IN: LEAL, A. *Polícia e Poder de Polícia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918. (p. 58-59)

Não se incomodava com intelectuais que gastavam seu tempo filosofando. Sua preocupação era com aquilo que chamou de anarquismo feroz. Preocupava-se com os homens que estavam dispostos a recorrer à violência para concretizar sua utopia. Preocupava-se principalmente com a possibilidade de aproximação entre anarquistas e operários. A existência de anarquistas, dentro da Federação Operária, pregando aos trabalhadores contra valores fundamentais; como a pátria, a família e o governo; era para ele inaceitável. Isto representaria uma séria ameaça à manutenção da ordem e ao progresso da sociedade, inclusive ao progresso dos trabalhadores. Os anarquistas não poderiam pregar esse tipo de coisa, amparados pelo princípio da liberdade de expressão. Neste caso, estaria ocorrendo um abuso desse princípio. Julgava que os trabalhadores, pelo fato de terem pouca instrução, poderiam distorcer a doutrina e utiliza-la de forma muito perigosa. Assim, os trabalhadores agiriam não só contra os interesses do Estado, mas também contra seus próprios interesses. Podemos perceber, através do raciocínio de Aurelino, a postura preconceituosa que as elites tinham com relação aos trabalhadores. Os trabalhadores eram vistos como indivíduos extremamente limitados, que tinham dificuldade em compreender a realidade que os cercava. Assim, mesmo quando bem intencionados, suas atitudes se caracterizavam pelo erro. Devido às suas limitações, eles seriam também pessoas facilmente manipuláveis. Afirmar que o anarquismo podia ser mal interpretado não significava afirmar nada novo. Qualquer idéia, princípio ou doutrina, pode ser mal interpretado por qualquer pessoa, mesmo que ela seja culta. Por esse raciocínio, os trabalhadores não teriam condição de assimilar nenhum conhecimento complexo, por eles próprios. Eles precisariam sempre da mediação das elites. Os homens “instruídos”, que supostamente levariam em consideração o bem estar da sociedade como um todo, explicariam aos trabalhadores o que era certo e o que era errado, evitando que estes, baseados em idéias mal compreendidas, adotassem uma postura insensata e perigosa. Quando o diálogo fosse possível, tudo bem. Já se o diálogo não fosse possível e alguma ameaça fosse identificada, devido à postura adotada pelos trabalhadores, a utilização da violência seria legítima. A violência não seria praticada somente para defender a coletividade, mas também pelo bem dos trabalhadores, que estariam seguindo um caminho que só lhes traria prejuízos. Aurelino aceitava a existência do movimento operário, mas a associação entre anarquistas e operários era considerada por ele como uma ameaça, pois isso além de não beneficiar os trabalhadores, representava um perigo para a manutenção da ordem.

Sobre os anarquistas, Aurelino continuou argumentando:

...Quanto aos pregadores do anarchismo entre nós, si os conhecesseis, rir-vos-eis á grande. Excepção de um velho agitado, que um litterato talentoso, poucos dias atrás, denunciou em linda chronica, como burguez de facto, proprietario e pai de filhas professoras, todos os outros são ignorantissimos.

No meu gabinete, um lavador de pratos de hotel discutiu commigo as efficiencias do anarchismo e as vantagens da parede geral...<sup>39</sup>

Aurelino fez essa declaração em agosto de 1917, pouco depois de fechar a Federação Operária, durante as greves de julho de 1917. Ele então considerava que a maioria dos anarquistas era muito ignorante. Por isso mesmo eles seriam uma ameaça. Contudo, muito em breve ele teria conhecimento da existência de anarquistas muito cultos, como José Oiticica e Álvaro Palmeira, entre outros. Em função disso, ele não mudaria muito o seu modo de entender o anarquismo. Os trabalhadores continuariam sendo tratados como indivíduos ingênuos, que seriam facilmente manipulados segundo os interesses dos anarquistas. Estes seriam considerados elementos estranhos ao movimento operário, sendo a maioria dos seus militantes estrangeiros. A presença de intelectuais entre os anarquistas só contribuiria para tornar a atuação deles ainda mais perigosa. A discussão com o lavador de pratos é uma ótima demonstração do preconceito existente nas elites com relação aos trabalhadores. Foi considerada ridícula a tentativa de discutir com o Chefe de Polícia, feita pelo lavador de pratos. Como poderia um homem humilde querer discutir assuntos complexos com um homem culto? Para Aurelino, isto não teria cabimento, pois seus argumentos seriam racionais e bem elaborados, enquanto os argumentos do lavador de pratos estariam baseados em sentimentos e em idéias mal compreendidas. O melhor que o lavador de pratos teria a fazer era aceitar os bem intencionados conselhos do Chefe de Polícia. Aurelino Leal não levava em consideração a possibilidade do lavador de pratos ter aprendido muito com sua experiência de vida. Os trabalhadores lutavam cotidianamente pelo sustento de suas famílias. Eles conheciam muito melhor do que as elites as dificuldades que enfrentavam. O lavador de pratos talvez nem fosse um anarquista, mas somente alguém que simpatizava com o anarquismo e o associava à idéia de parede geral. Afinal, não devemos esquecer que no mês anterior ao discurso de Aurelino, em julho de 1917, os trabalhadores da cidade do Rio de Janeiro tinham vivenciado a experiência da greve

---

<sup>39</sup> Discurso proferido por Aurelino Leal no ato de encerramento da conferência Judiciária-Policia, em 9 de agosto de 1917. IN: LEAL, A. *Polícia e Poder de Polícia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918. (p. 59-60)

geral, e obtido resultados razoáveis. Assim, seria possível considerar que o lavador de pratos tivesse argumentos, baseados na experiência, para discutir com Aurelino sobre a greve geral. O Chefe de Polícia considerava que sua luta era para defender não só o Estado, mas também os trabalhadores ingênuos. Ele julgava que sabia, melhor do que os trabalhadores, o caminho que estes deveriam seguir para poderem melhorar de vida. A postura das elites, com relação aos trabalhadores, era caracterizada pela arrogância. O trabalhador, que ousou discutir com Aurelino, talvez se chamasse Pedro, Paulo ou Francisco. O Chefe de Polícia não lembrava seu nome, lembrava somente que era um lavador de pratos. Isto o definia perante a sociedade.

## **2) O anarquismo e as outras tendências do movimento operário brasileiro na Primeira República.**

Inicialmente gostaríamos de fazer uma observação. Devemos estar atentos para as diferenças existentes entre os termos História da classe operária e História do movimento operário. O primeiro é mais abrangente do que o segundo. A História da classe operária se refere a todos os aspectos da História dessa classe, enquanto o termo História do movimento operário se limita ao estudo dos segmentos formalmente organizados dessa classe.<sup>40</sup> Não estamos interessados em fazer uma separação rígida entre a classe operária e o movimento operário. Em função disso, vamos tentar analisar as relações existentes entre os trabalhadores e as organizações por eles construídas.

### **2.1) As tendências do movimento operário na Primeira República.**

Para Boris Fausto, entre os últimos anos do século dezenove e o início da década de 1920, três correntes organizatórias tiveram significativa influência no movimento operário. Essas correntes eram as seguintes: o anarquismo, o socialismo reformista e o trabalhismo carioca.<sup>41</sup>

Os trabalhistas cariocas almejavam a conquista de alguns direitos para os trabalhadores. Eles não questionavam o sistema social vigente. Defendiam que o movimento operário devia se orientar segundo os interesses que eram comuns a todos os operários. Estes seriam interesses ligados à melhoria da condição econômica e intelectual dos trabalhadores. A atuação dos trabalhadores devia estar voltada para a conquista de direitos sociais, sendo considerado perda de tempo discutir e planejar a derrubada do sistema e a construção de uma nova forma de organização social. Não acreditavam na eficácia da ação direta como meio para obter direitos sociais. A ação direta causaria muitos problemas aos trabalhadores que estariam sujeitos à perda do emprego, à repressão policial e à expulsão do país, caso fossem estrangeiros. Além disso, a luta através da ação direta exigiria um esforço contínuo e intenso, o que desanimaria a maioria dos trabalhadores. O caminho a ser seguido deveria ser o político, respeitando as instituições e mecanismos políticos estabelecidos. Defendiam o

---

<sup>40</sup> BATALHA, C. H. M. A Historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências. In: FREITAS, M. C. (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2005.

<sup>41</sup> FAUSTO, B. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. São Paulo: Difel, 1976. (p. 41)

estabelecimento de uma legislação que garantisse direitos aos trabalhadores, sendo que as reivindicações deveriam ser feitas através do diálogo com as autoridades e através da criação de partidos políticos, respeitando a ordem.<sup>42</sup>

Segundo Boris Fausto, o trabalhismo carioca se baseava na existência de trabalhadores dispostos a aceitar a dependência com relação ao Estado e a cooperação entre as classes. Baseava-se também na existência de setores sociais dispostos a se aliar à classe operária. Com base nisso, ele tenta explicar por que o trabalhismo, segundo sua análise, é uma especificidade do Rio de Janeiro. Para ele, o Rio de Janeiro era a única cidade brasileira, no período estudado, que tinha uma estrutura social diversificada. Existiriam, nessa cidade, setores intermediários menos dependentes das classes agrárias, como profissionais liberais, membros da burocracia e militares. Ao mesmo tempo, existiriam trabalhadores do setor de serviços que não haviam sofrido influências dos anarquistas, como por exemplo, os ferroviários e os marítimos. Essas classes intermediárias, ainda que fracas, e esse grupo de trabalhadores seriam responsáveis pela existência do trabalhismo no Rio de Janeiro.<sup>43</sup>

Com relação à existência de trabalhadores que apoiavam o trabalhismo carioca, Boris Fausto explica essa suposta singularidade do Rio de Janeiro com base em duas circunstâncias: a maior presença de trabalhadores nacionais na composição da classe operária e a significativa importância do núcleo estatal de serviços. Os trabalhadores nacionais, dos quais havia um grande número no Rio de Janeiro, seriam mais acessíveis às relações paternalistas que os estrangeiros, logo teriam maior interesse em se subordinar ao Estado e a colaborar com os patrões. A existência de um setor de serviços de importância considerável, no Rio de Janeiro, favoreceria a atuação dos trabalhistas cariocas, pois negociar com Estado era menos difícil que negociar com os industriais. O setor público seria mais sensível às reivindicações dos trabalhadores, pois podia operar com baixas taxas de Lucro e até mesmo com prejuízo. Já os industriais orientados pela lógica da acumulação ofereceram uma enorme resistência às reivindicações dos trabalhadores.<sup>44</sup>

Cláudio Batalha considera aquilo que Boris Fausto chamou de trabalhismo carioca como uma das duas concepções de prática sindical existentes no período, o sindicalismo reformista. Ele considera o termo trabalhismo anacrônico, pois remete ao

---

<sup>42</sup> Idem. (p. 56-57)

<sup>43</sup> Idem. (p. 41-42)

<sup>44</sup> Idem. (p. 52-57)

sindicalismo oficial existente a partir da década de 1930. Mesmo que existissem semelhanças, o sindicalismo reformista anterior a 1930 e o sindicalismo organizado durante essa década eram muito diferentes. Assim, o termo trabalhismo pode provocar confusão. Ainda mais problemático é considerar esse trabalhismo como carioca. Cláudio Batalha considera que essa corrente do movimento operário teve uma atuação muito mais ampla.<sup>45</sup> Por que deveríamos supor que somente na cidade do Rio de Janeiro teriam existido trabalhadores dispostos a dialogar com as autoridades, com a finalidade de obter melhores condições de vida? Somente no Rio de Janeiro existiram trabalhadores que, além de rejeitarem a ação direta, estariam interessados no estabelecimento de uma legislação que garantisse direitos aos trabalhadores? O movimento operário era heterogêneo não só na cidade do Rio de Janeiro, mas também nas outras cidades onde estava presente. Podemos até considerar que o sindicalismo reformista tinha maior força no Rio de Janeiro do que em outras cidades brasileiras, mas isso não significa que ele estava restrito a essa cidade.

Vejamos os argumentos que Boris Fausto utilizou para justificar a restrição dessa corrente do movimento operário à cidade do Rio de Janeiro. A existência de classes intermediárias. Ora, é verdade que o Rio de Janeiro, pelo fato de ser a capital do país, possuía um grande número de funcionários ligados à burocracia do Estado. No entanto, outras cidades também possuíam esse tipo de profissional, principalmente as capitais dos estados. Também havia ferroviários e marítimos fora do Rio de Janeiro e o mesmo vale para os militares e membro das forças armadas estaduais. Assim, o que Boris Fausto chama de classes intermediárias não era exclusividade do Rio de Janeiro. Quanto ao fato da existência de trabalhadores que não haviam sido influenciados significativamente pelo anarquismo, isso existia em todo lugar. Com relação às características dos trabalhadores que os levavam a apoiar o sindicalismo reformista, a afinidade com relações paternalistas obviamente não pode ser entendida como uma característica exclusiva dos trabalhadores cariocas. O argumento, de que os trabalhadores nacionais estavam mais acostumados às relações paternalistas que os estrangeiros, não se sustenta. As relações paternalistas não eram uma exclusividade brasileira. Seria razoável considerar que também existissem nas áreas rurais da Europa, de onde se originavam a grande maioria dos imigrantes. Desta forma, concordamos com

---

<sup>45</sup> BATALHA, C. H. M. *O Movimento Operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editora, 2000. (p. 32)

Cláudio Batalha quando este considera que o sindicalismo reformista não se restringia a cidade do Rio de Janeiro.

Outra corrente organizatória citada por Boris Fausto foi o socialismo reformista. Seus integrantes defendiam a mudança gradual do sistema social e a organização autônoma dos trabalhadores. Segundo Boris Fausto, eles constituíam um grupo pequeno, com indivíduos oriundos da classe média intelectual. Suas idéias tinham uma reduzida penetração nos meios populares. Os socialistas reformistas defendiam a atuação política e mostravam interesse na formação de partidos políticos. Eles buscavam pressionar o Estado objetivando a ampliação da cidadania. Suas propostas tiveram pouca difusão e não se concretizaram. Boris Fausto considerou que o fracasso do projeto socialista reformista teve relação direta com as condições objetivas brasileiras. A formação de um partido socialista dependia do apoio de parcelas das camadas médias urbanas, do apoio de parte dos operários e do reconhecimento da necessidade da existência desse partido por setores da classe dominante. Isso não ocorreu. O sucesso do socialismo reformista dependia da ampliação da participação política das classes populares, mas isto no Brasil não foi aceito pela classe dominante.<sup>46</sup>

Para Boris Fausto, a corrente hegemônica no movimento operário brasileiro no início do século vinte era o anarquismo. Os anarquistas queriam acabar com Estado e construir uma sociedade sem dominação, na qual os homens fossem livres. Eles recusavam a luta política parlamentar e defendiam a ação direta como estratégia de atuação. Boris Fausto trabalhou com a idéia de anarco-sindicalismo. Este seria uma corrente do anarquismo que teria se desenvolvido na década de 1890, com base nas organizações sindicais francesas. O anarco-sindicalismo enfatizaria a importância do sindicato não só como órgão de luta, mas também como núcleo básico da futura sociedade que deveria ser construída. Para esses anarquistas, os sindicatos não deveriam ter funções assistencialistas e deveriam estar abertos aos operários de todas as tendências políticas.<sup>47</sup> Não concordamos com utilização do termo anarco-sindicalismo. Mais adiante tentaremos explicar nossos motivos.

Vamos agora sintetizar algumas informações que já foram fornecidas anteriormente, com o objetivo de deixar claro nosso entendimento acerca das correntes existentes no movimento operário, na Primeira República. Estamos nos baseando, em grande parte, nas classificações apresentadas por Cláudio Batalha. Este considera terem

---

<sup>46</sup> FAUSTO, B. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. São Paulo: Difel, 1976. (p. 21-22)

<sup>47</sup> Idem. (p. 63-67 e 75)

existido duas correntes ideológicas principais: o socialismo e o anarquismo. Além dessas duas, havia outras correntes ideológicas de menor expressão, como o positivismo e tendências católicas, por exemplo. Além das correntes ideológicas havia estratégias sindicais. As duas estratégias sindicais eram o sindicalismo revolucionário e o sindicalismo reformista. Segundo ele, o sindicalismo revolucionário foi a tendência mais influente no movimento operário, durante a Primeira República. Neste trabalho estamos procurando entender o sindicalismo revolucionário e o sindicalismo reformista, não apenas como estratégias sindicais, mas também como correntes ideológicas. Com o intuito da análise adotamos as categorias citadas, mas temos consciência que qualquer trabalhador se encaixa nelas somente de forma parcial. As fronteiras existentes, entre as correntes ideológicas do movimento operário, eram fronteiras borradas. Membros de uma determinada corrente do movimento operário podiam adotar idéias oriundas de outra corrente. Um trabalhador, que não se declarasse como pertencente a nenhuma corrente, podia adotar idéias e práticas pertencentes a uma corrente e combina-las com idéias pertencentes à outra corrente. O que deve ficar claro é a imensa diversidade existente dentro do movimento operário. Os militantes "mais instruídos", ligados a correntes ideológicas, também encontravam dificuldades quando tentavam aplicar suas teorias à prática. Muitas vezes, devido ao desejo de conseguir avanços concretos para movimento operário, entravam em algum tipo de contradição com suas concepções teóricas. Isto acabava, em algumas situações, gerando um esforço no sentido da flexibilização do referencial teórico de uma corrente ideológica, o que normalmente gerava atritos entre os militantes.

O anarquismo foi tradicionalmente tratado pela historiografia como a corrente hegemônica no movimento operário brasileiro, nas duas primeiras décadas do século vinte. Temos interesse em relativizar a importância do anarquismo nesse período. Consideramos que autores como Sheldon Leslie Maram, Boris Fausto e Carlos Augusto Addor confundiram em parte o anarquismo com o sindicalismo revolucionário, porque trabalhavam com a idéia de anarco-sindicalismo. Isto contribuiu para maximizar a importância do anarquismo e reduzir a importância do sindicalismo revolucionário. Defendemos que em muitos momentos o sindicalismo revolucionário teve mais força dentro dos sindicatos que o anarquismo. Precisamos agora analisar comparativamente o anarquismo e o sindicalismo revolucionário, para que possamos identificar a importância dessas correntes dentro do movimento operário brasileiro, na Primeira República.

## 2.2) O anarquismo e o sindicalismo revolucionário.

O sindicalismo revolucionário pode ser entendido de formas variadas. Já foi considerado uma variação do socialismo, um socialismo operário. Já foi considerado uma variação do anarquismo, um anarquismo operário. Pode ser considerado também como uma corrente independente, tanto do anarquismo quanto do socialismo, que no entanto sofreu influência dessas duas correntes. Adotamos esta última posição. Contudo, estamos considerando que os trabalhadores estavam imersos numa cultura. Havia uma cultura operária construída ao longo do tempo, com base no convívio existente entre os trabalhadores, nos vários espaços que eles atuavam na sociedade. Como exemplos desses espaços podemos citar: as fábricas, os sindicatos, as associações mutualistas, as vilas operárias, entre outros. Essa cultura tinha relação com a noção de identidade, construída entre os trabalhadores, e com a união deles com o objetivo de combater opositores comuns. Tinha relação também com a luta cotidiana pela sobrevivência, uma vez que eles estavam submetidos a condições de vida muito difíceis. A luta pela sobrevivência gerava conflitos e entendimentos não só entre trabalhadores e patrões, mas também entre os próprios trabalhadores. Este convívio existente no mundo do trabalho gerou uma cultura própria, que obviamente não estava desvinculada da cultura da sociedade como um todo. Essa tradição de luta dos trabalhadores, que já atravessava gerações, lhes fornecia um conjunto de referências importante.

Estamos tratando o anarquismo, o socialismo, o sindicalismo revolucionário e o sindicalismo reformista como correntes ideológicas que influenciavam os trabalhadores. Isto não quer dizer que estamos considerando o movimento dos trabalhadores como uma soma de correntes ideológicas. Apesar de ser possível identificar grupos de militantes que defendiam uma corrente ideológica específica, estamos mais interessados nas idéias que essas correntes representavam, do que nos grupos que se declaravam pertencentes a uma delas. Com isso não estamos dizendo que não nos interessamos pelas pessoas. Estamos apenas reconhecendo que nesses grupos não existia pureza ideológica. O ser humano tem a contradição como uma característica. Assim, ninguém segue exatamente à risca as idéias que defende. Sempre existem desvios entre a teoria e a prática. A grande maioria dos trabalhadores não se considerava como pertencente a nenhuma corrente ideológica, mas sofria influência das idéias defendidas por algumas dessas correntes. Para nós, mais importante, do que classificar os trabalhadores como pertencentes a uma corrente ideológica, é identificar como as idéias divulgadas por

essas correntes influenciavam os trabalhadores. Normalmente eles eram influenciados por idéias de mais de uma dessas correntes ideológicas. Essas idéias faziam parte da cultura operária, na qual eles estavam inseridos. Dessa forma, as correntes ideológicas são utilizadas aqui não com o objetivo de classificar rigorosamente os trabalhadores em uma delas, mas com o objetivo de possibilitar a análise do movimento operário. Elas nos permitem identificar e analisar diferenças e semelhanças existentes entre os trabalhadores. Elas são construções arbitrárias, mas necessárias. Digo isto por que toda referência construída é em algum grau arbitrária. No nosso caso, o sindicalismo revolucionário e o sindicalismo reformista são referências mais subjetivas do que o anarquismo e o socialismo. É muito mais fácil encontrar pessoas que se declaravam como anarquistas ou como socialistas, do que encontrar pessoas que se declaravam como sindicalistas de uma determinada corrente. O grupo de trabalhadores que atuava nos sindicatos era bastante heterogêneo. Quando falamos em sindicalismo reformista e sindicalismo revolucionário estamos querendo analisar e diferenciar idéias e atitudes adotadas pelos trabalhadores e não rotulá-los. Além de ser uma referência para a análise dos trabalhadores, o termo sindicalismo revolucionário tem o objetivo também de servir como contraponto ao anarquismo, contribuindo para evitar o equívoco de considerar trabalhadores que não eram anarquistas como anarquistas. A categoria sindicalismo revolucionário é utilizada com o objetivo de evitar que os trabalhadores sejam rotulados e não de rotulá-los.

Edilene Toledo analisou a presença do anarquismo e do sindicalismo revolucionário no movimento operário no estado de São Paulo. Ela considerou o sindicalismo revolucionário como uma corrente autônoma em relação ao anarquismo e ao socialismo, não só no Brasil, mas em vários países. O sindicalismo revolucionário começa a se constituir a partir da década de 1890 em vários países. Ele surge com base na luta cotidiana desenvolvida nos sindicatos ou a partir de uma dissidência do partido socialista, dependendo do país. No Brasil, ele surge a partir da prática sindical desenvolvida por militantes de tendências políticas diversas. Apesar de terem semelhanças, o sindicalismo revolucionário e o anarquismo são diferentes.<sup>48</sup> Para Edilene Toledo, as características do sindicalismo revolucionário são as seguintes:

É um fenômeno internacional, uma prática sindical que se constituiu como corrente política autônoma; é um movimento em defesa do sindicato como

---

<sup>48</sup> TOLEDO, E. *Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário: Trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004. (p. 12-14)

único órgão capaz e suficiente para garantir as conquistas presentes e futuras dos trabalhadores; defende a luta de classes, a ação direta dos trabalhadores, a autonomia operária associada à autonomia sindical e a neutralidade política do sindicato, ou seja, a não-associação deste último a qualquer corrente política, o que se traduz em garantia de sua autonomia e da superação das divisões entre os trabalhadores.<sup>49</sup>

O sindicalismo revolucionário possuía duas dimensões: no curto prazo almejava a conquista de direitos, no longo prazo, almejava uma revolução social que mudasse a estrutura da sociedade, permitindo a construção de uma sociedade baseada na propriedade coletiva e gerida pelos trabalhadores. Com relação aos seus objetivos, o sindicalismo revolucionário se mostrou paradoxal. Seu objetivo de curto prazo parecia estar em desacordo com seu objetivo de longo prazo. A conquista de direitos era algo que contribuiria para a redução das tensões entre patrões e empregados. Isto favoreceria a estabilidade do sistema social vigente, contribuindo para sua manutenção. Assim, ficaria mais difícil fazer a revolução social. Contudo, esse paradoxo era a grande força do sindicalismo revolucionário. Sua atuação estava focada na conquista de direitos para os trabalhadores. A revolução social era algo que ficava em segundo plano. Isto contribuía para a mobilização dos trabalhadores que normalmente estavam interessados na conquista de direitos. Além de manter seu foco na conquista de direitos, o sindicalismo revolucionário ainda mantinha o discurso da revolução social. Porém, essa revolução era sempre apresentada no futuro. Não era tratada como uma prioridade. Isto a tornava mais aceitável para muitos trabalhadores, que estavam dispostos a aceitar o discurso revolucionário, desde que o foco de atuação dos sindicatos continuasse orientado para a conquista de direitos. O sindicalismo revolucionário, ao mesmo tempo em que lutava pelas demandas dos trabalhadores, mantinha a promessa de um futuro novo, no qual a vida dos trabalhadores seria muito melhor. Isto tudo, sem ter que submeter, no presente, os trabalhadores ao risco de uma ação revolucionária. Os anarquistas normalmente assumiam uma postura contrária a luta por direitos para os trabalhadores. Parte deles considerava isso uma perda de tempo, pois retardaria uma mudança significativa na estrutura da sociedade. Outra parte dos anarquistas tolerava a luta por direitos, apenas por considerar que isto era fundamental para atrair os trabalhadores para os sindicatos. Os anarquistas, através da construção da nova sociedade libertária, queriam acabar com a propriedade privada e com todas as formas de dominação. Para eles, o Estado deveria ser destruído. A existência do Estado

---

<sup>49</sup> Idem. p. 13

implicava na existência de dominação sobre os homens. Na sociedade anarquista, os homens deveriam ser livres, mas isso só seria possível se eles não se subordinassem de nenhuma forma a outros homens. Os anarquistas normalmente tinham vínculos sólidos com sua doutrina. Os sindicalistas revolucionários tinham referências teóricas menos elaboradas, sendo mais sensíveis às referências acumuladas, durante a atuação prática dos trabalhadores nos sindicatos. A revolução social proposta pelos sindicalistas revolucionários não era algo que estava muito claro. Eles não tinham uma posição tão claramente contrária à existência do Estado quanto os anarquistas. Eles eram contrários à existência do Estado capitalista, que não representava os interesses dos trabalhadores. Queriam criar, através da greve geral revolucionária, uma sociedade organizada e conduzida pelos sindicatos de trabalhadores. Muitos anarquistas criticavam essa postura, alegando que de nada adiantaria sair da dominação do Estado para entrar na dominação dos sindicatos. Na verdade, os sindicalistas revolucionários pareciam estar mais preocupados com a construção de uma sociedade, na qual os interesses dos trabalhadores tivessem prioridade, do que com a construção de uma sociedade sem Estado.

Assim como os anarquistas, os sindicalistas revolucionários defendiam a ação direta. Só que os anarquistas defendiam a livre iniciativa dos indivíduos, enquanto os sindicalistas revolucionários vinculavam a autonomia operária à ação sindical. O foco dos anarquistas estava nos indivíduos, enquanto o foco dos sindicalistas revolucionários estava na classe. O sindicato permitiria que os trabalhadores exercessem sua autonomia. A ação direta, defendida pelos anarquistas, tinha como objetivo a revolução libertária. A ação direta defendida pelos sindicalistas revolucionários tinha como objetivo a conquista de direitos para os trabalhadores, apesar deles possuírem um discurso revolucionário. Em teoria, os objetivos desses dois grupos eram diferentes. Os sindicalistas revolucionários pretendiam representar os trabalhadores. Os anarquistas pretendiam mobilizar todos os explorados do mundo. Os sindicalistas revolucionários não eram defensores de organizações hierárquicas, mas tinham menos resistência à hierarquia do que os anarquistas, que tinham verdadeira repulsa a esse conceito. A construção de uma sociedade sem nenhuma espécie de dominação ou hierarquia era uma bandeira anarquista e não dos sindicalistas revolucionários, apesar destes simpatizarem com essa sociedade anarquista.

Tradicionalmente a historiografia associou o movimento operário ao anarquismo, durante a Primeira República. Segundo Edilene Toledo, este erro aconteceu

em parte devido a uma tendência de incorporar o sindicalismo revolucionário ao anarquismo, através da idéia de anarco-sindicalismo. O anarquismo procura criar, através da livre experimentação, uma sociedade sem Estado baseada em comunidades autogeridas, onde seja possível prevalecer valores como a igualdade e a fraternidade. O anarquismo em princípio é contra todo tipo de dominação sobre o indivíduo, inclusive a dominação do sindicato. Por isso muitos anarquistas eram contrários à atuação nos sindicatos, na melhor das hipóteses admitiam a participação nesses órgãos com o objetivo de difundir as idéias anarquistas. Como se recusavam a fazer parte de qualquer organização hierárquica e enfatizavam a importância da liberdade do indivíduo, os anarquistas tinham dificuldades quando tentavam colocar suas teorias em prática. Queriam derrubar o Estado e construir uma nova sociedade, mas ao mesmo tempo queriam garantir a liberdade dos indivíduos. Essa ênfase na liberdade dificultava o estabelecimento de consenso em torno de objetivos práticos comuns. Um grupo de líderes não podia decidir o que os anarquistas iriam fazer, pois assim estaria violando a liberdade dos indivíduos. Como os anarquistas poderiam se organizar sem a criação de organizações com um mínimo de hierarquia e sem abdicarem, pelo menos em parte, de interesses individuais? Colocar em prática suas teorias era um desafio para os anarquistas. Buscando resolver esse problema, eles se dividiram e diversificaram as leituras sobre o anarquismo.<sup>50</sup>

Alguns anarquistas, na prática, abdicaram da defesa radical da liberdade individual. Tradicionalmente, os anarquistas tinham como referência a idéia da derrubada do sistema vigente, através da organização de insurreições. No entanto, essa estratégia ao longo do tempo não se mostrou eficaz. A corrente dos anarquistas conhecida como anarco-comunistas combateu essa idéia. Caso não quisessem ficar limitados somente a uma atuação orientada no sentido de divulgar suas idéias, os anarquistas se viam obrigados a ter uma atuação prática, até certo ponto, divergente de suas teorias. A partir de certo momento, os sindicatos passaram a ser considerados, por parte dos anarquistas, como o espaço fundamental de atuação. Isto não quer dizer que esses anarquistas reconheçam estar em desacordo com as teorias anarquistas. Apesar do conflito, eles procuravam conciliar a atuação prática e a teoria. Podemos considerar que havia três tendências entre os anarquistas. Os que recusavam qualquer tipo de atuação nos sindicatos. Os que aceitavam o ingresso dos anarquistas nos sindicatos, pois o

---

<sup>50</sup> Idem. (p. 48-52)

reconheciam como um importante espaço de difusão de idéias. Estes, porém, não aceitavam a neutralidade dos sindicatos. Havia também, os anarquistas que tinham o anarquismo como doutrina, mas concordavam com a neutralidade política dos sindicatos. Esses reconheciam o sindicato como fundamental para a construção da nova sociedade. Absorveram em graus variados muitas idéias do sindicalismo revolucionário. Eles consideravam o sindicato como espaço de unidade dos trabalhadores e de lutas por melhores condições de trabalho e de vida.<sup>51</sup> Temos que considerar também a existência de trabalhadores que não se converteram ao anarquismo, mas absorveram em graus variados idéias anarquistas.

O sindicalismo revolucionário defendia que os sindicatos não deviam se associar a nenhuma corrente política específica, porém ele se apropriou de idéias socialistas e anarquistas. A idéia socialista de luta de classes teve grande força dentro do sindicalismo revolucionário. Do mesmo modo, a idéia anarquista de destruição do Estado também teve força. A diferença é que os anarquistas queriam destruir todas as instituições existentes, enquanto que os sindicalistas revolucionários queriam substituir o Estado capitalista por um outro tipo de organização, baseado nos sindicatos. O sindicalismo revolucionário também trouxe idéias novas como a vinculação da autonomia operária à ação sindical. Assim, os sindicatos possibilitariam a atuação autônoma dos trabalhadores. Os sindicatos seriam os legítimos representantes dos trabalhadores, pois seriam associações conduzidas pelos próprios trabalhadores. Os sindicatos permitiriam a união e a mobilização conjunta da classe dos trabalhadores. O sindicato passa a ser considerado um instrumento de autonomia das massas trabalhadoras, permitindo que estas recusassem a delegação de poder a representantes políticos. Para os sindicalistas revolucionários, o sucesso dos sindicatos dependia de sua autonomia. O fato, do sindicato não adotar nenhuma linha política específica, permitiria que trabalhadores de tendências políticas diferentes atuassem juntos nos sindicatos. Também se recusavam a adotar uma linha religiosa. O sindicalismo revolucionário buscava unir os trabalhadores. Dessa forma, no sindicato podíamos encontrar os mais variados tipos de tendências: católicos, sindicalistas de várias tendências, socialistas, anarquistas, e outros.<sup>52</sup> O sindicalismo revolucionário agiu no sentido de fortalecer uma identidade de classe entre os trabalhadores. Enfatizava que, apesar das opções políticas

---

<sup>51</sup> Idem. p. 51 e 88.

<sup>52</sup> Idem. p. 59 e 64.

e religiosas, todos eram trabalhadores e deviam agir juntos buscando atingir interesses gerais comuns.

Podemos agora fazer a seguinte pergunta: se o sindicalismo revolucionário era tão parecido com o anarquismo, por que não chamá-lo de anarco-sindicalismo, alegando que ele era o anarquismo adaptado aos sindicatos? Embora houvesse sindicalistas adeptos do anarquismo, a grande maioria dos sindicalistas não se considerava como filiado a uma corrente ideológica específica. Eles se consideravam trabalhadores que lutavam por melhores condições de vida e por justiça. Neste trabalho, grupos heterogêneos de sindicalistas estão sendo considerados como pertencentes ao sindicalismo revolucionário, ou mais precisamente como grupos significativamente influenciados pelas idéias dessa corrente. Se considerarmos que esses sindicalistas eram anarquistas, vamos ser obrigados a considerar que grande parte do movimento operário do Rio de Janeiro tinha como foco principal a construção da nova sociedade libertária, que poderia ser alcançada de forma violenta através da revolução, ou de forma pacífica, através da divulgação das idéias anarquistas e da gradativa conscientização das pessoas. Isto não era verdade. Esses sindicalistas não executavam a principal tarefa dos militantes anarquistas, que era a divulgação da doutrina anarquista, através de jornais, panfletos e palestras. Devemos observar que um anarquista que atuava nos sindicatos, como palestrante ou como filiado, era algo muito diferente de um sindicalista que compartilhava algumas idéias com o anarquismo. Ele também compartilhava idéias com outros grupos.

Segundo Edilene Toledo, o sindicalismo revolucionário teve um período curto de existência.

O sindicalismo revolucionário foi uma corrente política autônoma somente até a Primeira Guerra Mundial -- quando tantas mudanças, sobretudo, o sucesso da primeira revolução socialista no mundo, levaram grande parte dos trabalhadores a aceitar outros espaços e estratégias de luta. Entretanto muitas de suas idéias e práticas seriam incorporadas a outros movimentos políticos. O sindicalismo revolucionário abandonou a cena histórica, mas não sem deixar marcas, influenciando a história posterior do movimento socialista, anarquista e comunista.<sup>53</sup>

Essa observação de Edilene Toledo é importante, pois nos ajuda a esclarecer nosso entendimento sobre os sindicatos que participaram da greve geral de 1918, no Rio de Janeiro. Consideramos que o anarquismo foi supervalorizado pela historiografia,

---

<sup>53</sup> Idem. p. 123.

através da idéia de anarco-sindicalismo. Como já observamos, dentro dos sindicatos atuavam as mais variadas correntes ideológicas. A atuação prática dos sindicatos era resultado do encontro dos trabalhadores influenciados por diferentes tendências. Se falarmos em anarco-sindicalismo, somos levados a crer que os sindicatos tinham uma orientação anarquista. Como explicaríamos então a forte presença da idéia marxista de luta de classes nos sindicatos. Falar em anarco-sindicalismo é tão equivocado quanto falar em algo como sócio-sindicalismo, uma espécie de união entre idéias socialistas e o sindicato. Os sindicatos normalmente evitavam aderir a uma corrente ideológica específica, pois isso provocaria divisões entre seus militantes. Estamos considerando o anarquismo, o socialismo, o sindicalismo revolucionário e o sindicalismo reformista como correntes ideológicas que atuaram dentro dos sindicatos. Essas correntes disputavam espaço nos sindicatos. No entanto, a adoção de idéias de uma corrente ideológica não anulava necessariamente as idéias de outras correntes. A combinação de idéias pertencentes a correntes ideológicas variadas era comum. Essa combinação era feita com base nas expectativas dos membros dos sindicatos, que estavam inseridos em uma cultura operária.

Com base em um estudo feito sobre São Paulo, estamos considerando a possibilidade do sindicalismo revolucionário ter tido, no Rio de Janeiro, uma influência significativa. Isso não quer dizer que desconsideramos a importância do anarquismo. O anarquismo foi importante, porém menos importante do que tradicionalmente a historiografia o considerou. Os anarquistas ajudaram na organização dos sindicatos, mas não foram os únicos a atuar nesse sentido. Mais importante ainda, os sindicatos no Rio de Janeiro não tinham uma orientação anarquista. Como se organizavam então os sindicatos no Rio de Janeiro em 1918, já que Edilene Toledo considera que o sindicalismo revolucionário só foi uma corrente política autônoma até a Primeira Guerra Mundial? No entanto, ela afirma que o sindicalismo revolucionário deixou marcas no movimento operário. Defendemos que, nesse período, o sindicato era um espaço no qual conviviam diversas correntes ideológicas que ganhavam ou perdiam força de acordo com a conjuntura. Os sindicatos mesmo intercalando períodos de funcionamento com períodos de inexistência, pois eram fechados pela polícia quando causavam problemas às autoridades, tinham uma história. Os trabalhadores que atuavam nos sindicatos traziam suas experiências e expectativas. Consideramos que o anarquismo, o socialismo, e mesmo uma corrente que talvez já não existisse, como sindicalismo revolucionário, influenciaram na formação dessas experiências. Edilene Toledo disse

que em muitos momentos o movimento operário foi mais "sindicalista do que revolucionário"<sup>54</sup>. Defendemos que os sindicatos em 1918 no Rio de Janeiro não eram, no que diz respeito a sua prática, revolucionários. Eles estavam fundamentalmente preocupados em garantir melhores condições de vida e trabalho aos operários. Então nos sindicatos não havia hegemonia nem do anarquismo nem do sindicalismo revolucionário, apesar da atuação dos sindicatos estar mais próxima desta última corrente. Porém, os sindicatos não atuavam no sentido de buscar a construção de uma nova sociedade. Isto não quer dizer que membros do sindicato ligados ao anarquismo ou a outra corrente ideológica não tivessem a revolução como referência, mas a prática sindical não estava orientada nesse sentido. O sindicalismo reformista também tinha grande influência nos sindicatos. O sindicalismo predominante era um sindicalismo baseado na ação direta, que através das greves buscava forçar os patrões a aceitar as reivindicações dos trabalhadores. No entanto, em muitos momentos, os sindicatos aceitaram a atuação de autoridades do Estado como mediadores nas discussões, que almejavam um acordo entre patrões e empregados. Para os trabalhadores, o objetivo principal era a conquista de direitos. O modo como os objetivos iriam ser conquistados não era irrelevante, mas ficava em segundo plano. Se a conjuntura indicasse que o caminho mais proveitoso a ser seguido era o diálogo com as autoridades do Estado, os sindicatos abririam mão da ação direta. Os sindicatos até certo ponto eram flexíveis, com relação às suas estratégias de mobilização. Estas levavam em consideração as demandas dos trabalhadores e a conjuntura.

Devemos estar atentos às diferenças existentes entre os interesses dos sindicatos e os interesses dos trabalhadores. O sindicato é uma organização que pretende representar os trabalhadores, mas a orientação seguida por um sindicato muitas vezes pode estar em desacordo com as expectativas dos trabalhadores. Para que um sindicato tenha sucesso, no que diz respeito à mobilização dos trabalhadores, é fundamental que ele consiga captar de um modo geral quais são as expectativas da maioria dos trabalhadores. Como o período compreendido entre os anos de 1917 e 1921 foi de grande mobilização, consideramos que os sindicatos nesse período não só conseguiram perceber as expectativas dos trabalhadores, mas adotaram uma estratégia de atuação que buscava realiza-las. Como o período em questão foi caracterizado pela recessão e pela carestia, consideramos que os trabalhadores se sensibilizavam com propostas que

---

<sup>54</sup> Idem. p. 11-12.

almejavam melhorar suas condições de vida. Com este raciocínio queremos reforçar o argumento de que os sindicatos não estavam preocupados em planejar levantes, com o objetivo de derrubar o sistema social vigente. Os sindicatos tinham concentrado todos os seus esforços na luta pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores.

### **2.3) As razões da suposta hegemonia do anarquismo.**

Como o anarquismo foi tradicionalmente considerado hegemônico, durante as duas primeiras décadas do século vinte, no movimento operário brasileiro, alguns autores se preocuparam em explicar as razões dessa hegemonia. Dentre esses autores se encontram Sheldon Leslie Maram, Boris Fausto e Carlos Augusto Addor. Addor utilizou as mesmas classificações das correntes do movimento operário apresentadas por Boris Fausto: trabalhismo carioca, socialismo reformista e anarquismo. Para ele, o anarco-sindicalismo era a tendência dominante dentro do anarquismo e a maioria dos sindicatos no Brasil seguiu essa tendência até o início da década de 1920.<sup>55</sup>

Inicialmente a explicação dada para justificar a predominância do anarquismo no movimento operário teve como base a estrutura produtiva. O anarquismo seria forte nos locais nos quais existisse uma estrutura com características semi-artesaniais, baseada em pequenas oficinas. Segundo este argumento, uma estrutura baseada na grande indústria fabril não estimularia as idéias anarquistas. Essa hipótese, no entanto, não está bem fundamentada. Ela foi construída através da associação entre as militâncias anarquistas e as estruturas produtivas de determinadas regiões. Primeiro foram selecionados os lugares nos quais se supunha que o anarquismo era forte, depois se procurou identificar a base da estrutura produtiva desses lugares. Como o anarquismo foi considerado forte em países como a Espanha e a Itália e como esses países eram menos industrializados que os países do norte da Europa, a difusão das idéias anarquistas foi associada à estrutura produtiva dos países com uma industrialização menos desenvolvida. No entanto, não foram explicadas as relações entre uma estrutura produtiva semi-artesanal e a predominância do anarquismo. Por que a difusão do anarquismo depende desse tipo de estrutura? Além da associação entre o anarquismo e a pequena indústria semi-artesanal, uma outra associação é feita quando consideramos países latino-americanos que receberam imigrantes. O anarquismo seria influente porque uma quantidade muito

---

<sup>55</sup> ADDOR, C. A. *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Achiamé, 2002. (p. 43-166)

grande de imigrantes teria participado do processo de formação da classe operária. A maioria desses imigrantes teria uma formação na qual o anarquismo seria uma referência. Assim, o anarquismo seria a corrente predominante, no movimento operário brasileiro, porque os principais organizadores desse movimento já eram anarquistas quando chegaram ao Brasil.<sup>56</sup>

Sheldon Leslie Maram critica essa explicação tradicional. Para ele, a imigração não explica a hegemonia do anarquismo, pois nos países de origem dos imigrantes o anarquismo não era a única corrente ideológica do movimento operário. Havia outras correntes influentes. Essas correntes não se tornaram tão fortes no Brasil quanto nos seus países de origem. Maram discorda também da associação feita entre o grau de desenvolvimento do capitalismo e a influência do anarquismo. Para desvincular a expansão do anarquismo da necessidade de uma estrutura baseada na pequena produção semi-artesanal, ele cita exemplos de locais nos quais a indústria fabril era desenvolvida e ao mesmo tempo o anarquismo era predominante. Segundo ele, no caso brasileiro, os anarquistas conseguiram um espaço significativo entre os trabalhadores da indústria têxtil, setor no qual a grande unidade fabril era comum.<sup>57</sup>

Embora considere relevantes as críticas feitas por Maram, Boris Fausto continuou considerando importante, para explicação da hegemonia anarquista, a base da explicação tradicional: a estrutura produtiva semi-artesanal e a presença do imigrante na formação da classe operária. Por que manter argumentos que já sofreram críticas contundentes? Primeiramente devemos observar que, em nenhum momento, Boris Fausto coloca em questão a hegemonia do anarquismo. Para ele, o anarquismo era a principal corrente organizatória do movimento operário, não só em São Paulo mas também no Rio de Janeiro, apesar de reconhecer que os anarquistas tinham menos força na última cidade citada. Assim, continua existindo a necessidade de justificar a hegemonia anarquista. A influência dos imigrantes e a estrutura produtiva, segundo Boris Fausto, ajudariam a explicar a disseminação do anarquismo, mas por si só não justificariam sua hegemonia. Explicar a hegemonia do anarquismo em uma determinada região dependeria da análise de um conjunto de elementos.<sup>58</sup>

Carlos Augusto Addor, que também admite a relevância dos argumentos levantados pela explicação tradicional sobre a hegemonia anarquista, considera os

---

<sup>56</sup> Idem. P. 71 e 72.

<sup>57</sup> Idem. p. 72.

<sup>58</sup> FAUSTO, B. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. São Paulo: Difel, 1976. (p. 62 e 68-69)

novos elementos apresentados por Boris Fausto importantes para explicar essa hegemonia. Esses elementos são as características do Estado brasileiro e de suas relações com o movimento operário, o conteúdo utópico-milenarista e o internacionalismo presentes no anarquismo. Para Addor, o primeiro elemento citado é o mais importante. Como o Estado brasileiro era liberal, oligárquico, excludente e anti-socialista, não havia muito espaço para o diálogo entre o Estado e o movimento operário. Normalmente, quando intervinham nas relações entre patrões e empregados, as autoridades atuavam de acordo com os interesses dos patrões. Atuavam no sentido de garantir a ordem e a propriedade privada, mas não procuravam defender os interesses dos trabalhadores. O liberalismo vigorava quando eram feitas, pelos trabalhadores, reivindicações relativas a salários e a condições de trabalho, mas não vigorava quando os interesses dos patrões estavam em jogo. Quando esses interesses eram ameaçados, o Estado liberal intervinha sem constrangimento, mas procurava justificar sua atitude dizendo que atuava no interesse da sociedade e não dos patrões. Dessa forma, operários em greve eram presos e expulsos do país, enquanto patrões que não pagavam os salários ou indenizações por acidentes ficavam impunes. O fato do movimento operário não ser considerado um interlocutor legítimo, teria contribuído para a hegemonia do anarquismo. A repressão ao movimento operário dificultaria o trabalho das correntes ideológicas que defendiam algum tipo de diálogo com o Estado. O anarquismo, que buscava combater o Estado, seria a única corrente capaz de apresentar resultados concretos na luta dos trabalhadores por melhores condições de vida.<sup>59</sup> Os outros argumentos apresentados por Boris Fausto, o conteúdo utópico-milenarista e o internacionalismo dos libertários, seriam atrativos aos trabalhadores imigrantes. Para Boris Fausto, o conteúdo utópico-milenarista do anarquismo compensaria as frustrações dos imigrantes que não conseguiram ascender socialmente. O internacionalismo atrairia os imigrantes pelo fato de contribuir para diminuir os conflitos étnicos dentro do movimento operário, ou seja, contribuiria para que os imigrantes fossem aceitos pelos trabalhadores nacionais e vice-versa.<sup>60</sup>

O fato, do Estado liberal oligárquico brasileiro não ter tido interesse, ou pelo menos ter tido certa resistência, em dialogar com o movimento operário, optando em muitos casos pelo caminho da repressão, pode ser considerado como um elemento que contribuiu para o fortalecimento do anarquismo. No entanto, devemos observar que esse

---

<sup>59</sup> ADDOR, C. A. *A insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Achiamé, 2002. (p. 73-74)

<sup>60</sup> FAUSTO, B. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. São Paulo. Difel, 1976. (p. 70)

argumento, assim como os outros que defendem a hegemonia do anarquismo, também apresenta problemas. O anarquismo não era a única corrente do movimento operário que combatia o Estado. O sindicalismo revolucionário também o combatia. Ele defendia a ação direta, a greve, a autonomia dos trabalhadores e o diálogo entre patrões e empregados, sem a intervenção das autoridades do Estado. Se as características do Estado brasileiro beneficiavam o desenvolvimento do anarquismo, temos que considerar que também beneficiavam o desenvolvimento do sindicalismo revolucionário. Na verdade, podemos considerar que essa situação contribuiria para uma radicalização do movimento operário. Mas não devemos associar necessariamente essa radicalização com uma opção dos trabalhadores pelo anarquismo. A participação de um trabalhador na organização de uma greve não o torna necessariamente um militante anarquista. Ele pode ser um trabalhador ligado a algum sindicato, ou ligado a outros trabalhadores que em um determinado momento decidiram se mobilizar. Esses trabalhadores podem não se considerar ligados a nenhuma corrente ideológica específica. Podem ter se mobilizado porque companheiros foram demitidos injustamente ou porque crianças sofreram acidentes de trabalho. A ação direta não é exclusividade de anarquistas ou de sindicalistas revolucionários. Qualquer trabalhador que julgue apropriado, em uma determinada circunstância, pode recorrer à ação direta. Os outros elementos citados por Boris Fausto não contribuem para explicar a suposta hegemonia do anarquismo. Como podemos garantir que o conteúdo utópico-milenarista do anarquismo traria conforto a imigrantes que tiveram suas expectativas de ascensão social frustradas. Temos chamado a atenção insistentemente para a diversidade de experiências e expectativas existentes entre os trabalhadores. O fato de um trabalhador imigrante não ter alcançado a almejada ascensão social não significa que ele passa a ter uma tendência ao anarquismo. O trabalhador tem diante de si muitas possibilidades. Uma delas seria ficar eternamente tentando ascender socialmente. Mesmo que resolvesse entrar para movimento operário, poderia não escolher se juntar aos anarquistas. O anarquismo não é a única corrente do movimento operário que promete dias melhores aos trabalhadores. Quanto ao internacionalismo, devemos observar que não era uma característica exclusiva do anarquismo. Tanto o socialismo quanto o sindicalismo revolucionário estavam presentes em vários países. O sindicalismo revolucionário tinha a clara preocupação de viabilizar a convivência dos trabalhadores de origem, religião e idéias diferentes. Os socialistas também buscavam unir os trabalhadores em torno da idéia de luta de classes.

Maria Cecília Velasco e Cruz questionou a hegemonia anarquista no Rio de Janeiro, no início do século vinte. Ela agrupou os sindicatos dos trabalhadores da cidade em quatro grupos de associações e identificou a presença dos anarquistas em apenas um desses grupos. Segundo a autora, os socialistas reformistas e os grupos ligados ao chamado trabalhismo carioca disputavam o controle dos sindicatos com os anarquistas. Com o objetivo de defender a idéia da hegemonia anarquista questionada por Marília Cecília Velasco e Cruz, Carlos Augusto Addor considerou bons indicadores dessa hegemonia: o fato dos anarquistas terem sido os principais responsáveis pela organização dos mais importantes congressos operários realizados no Brasil, e o fato das principais resoluções aprovadas nesses congressos terem um claro conteúdo anarco-sindicalista.<sup>61</sup> Com o objetivo de sustentar esses argumentos, Addor analisou as teses aprovadas no Primeiro Congresso Operário realizado no Rio de Janeiro em 1906, e no Segundo Congresso Operário também realizado no Rio de Janeiro, em 1913. Vamos agora identificar as observações feitas, por alguns autores, sobre o Primeiro Congresso Operário Brasileiro, e analisar de forma geral o conteúdo das resoluções aprovadas nesse congresso.

Aqui devemos fazer uma observação. Quando trataram dessas questões, Paulo Sérgio Pinheiro e Michael M. Hall consideravam os termos anarco-sindicalismo e sindicalismo revolucionário como sinônimos.<sup>62</sup> No entanto, para eles esses termos não representavam uma corrente do anarquismo, mas sim a corrente do movimento operário conhecida como sindicalismo revolucionário. Vou tentar ser mais claro, pois o que acabei de dizer pode parecer confuso. Enquanto que para Boris Fausto, Sheldon Leslie Maram e Carlos Augusto Addor o anarco-sindicalismo é entendido como uma corrente do anarquismo, para Paulo Sérgio Pinheiro e Michael M. Hall o anarco-sindicalismo é uma outra corrente ideológica do movimento operário. Para estes últimos, o anarquismo e o anarco-sindicalismo são coisas diferentes, ou melhor, o anarco-sindicalismo e o sindicalismo revolucionário são a mesma coisa. O termo anarco da palavra anarco-sindicalismo não estaria indicando uma subordinação às idéias anarquistas. Ao contrário dos outros autores citados, eles não cometeram o equívoco de subordinar o sindicalismo revolucionário ao anarquismo. Para evitar dúvidas, quando tratar das idéias de Paulo

---

<sup>61</sup> ADDOR, C. A. *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Achiamé, 2002. (p. 74-75)

<sup>62</sup> PINHEIRO, P. S. e HALL, M. M. *A Classe Operária no Brasil. Documentos (1889 a 1930). Vol. I. O Movimento Operário*. São Paulo. Editora Alfa e Omega, 1979. (p.129)

Sérgio Pinheiro e Michael M. Hall, usarei o termo sindicalismo revolucionário e não anarco-sindicalismo.

O Primeiro Congresso Operário Brasileiro foi realizado em abril de 1906 na sede do Centro Galego, na cidade do Rio de Janeiro. Participaram do Congresso quarenta e três delegados que representavam vinte e oito sindicatos de trabalhadores, de várias regiões do país. Dezesesseis dessas associações eram do Distrito Federal.<sup>63</sup> Paulo Sérgio Pinheiro e Michael M. Hall analisaram brevemente as teses aprovadas neste congresso. Segundo eles, não só podemos perceber uma clara influência do sindicalismo revolucionário nas teses, como dificilmente podemos encontrar alguma evidência do anarquismo. Eles reconhecem que, nos anos anteriores à realização do congresso, o sindicalismo revolucionário dominou a organização do movimento operário em São Paulo e exerceu grande influência no movimento operário do Rio de Janeiro. Pelo fato das resoluções do Congresso não se referirem à destruição do Estado e à construção de uma nova sociedade, Paulo Sérgio Pinheiro e Michael M. Hall afirmaram que "as resoluções do Congresso eram muito mais sindicalistas do que revolucionárias"<sup>64</sup>. Para eles, as resoluções foram produzidas com a preocupação de solucionar dificuldades enfrentadas cotidianamente pelos trabalhadores, como o direito de reunião e a questão das multas impostas aos operários, por exemplo.<sup>65</sup> Dessa forma, poderíamos considerar que a revolução não era uma questão central, para os participantes do Congresso, pelo menos para a maioria dos participantes. As preocupações dos delegados estariam orientadas no sentido de melhorar as condições de vida dos operários.

Carlos Augusto Addor discorda de Paulo Sérgio Pinheiro e Michael M. Hall quando estes defendem a proeminência do caráter sindicalista e a pouca influência do anarquismo no Primeiro Congresso Operário Brasileiro. Para ele, apesar das questões da destruição do Estado e da construção de uma nova sociedade não terem sido discutidas, as principais resoluções aprovadas pelo Congresso têm uma clara influência anarco-sindicalista. Essa influência ficaria evidente nas seguintes orientações: a recusa à ação política, o destaque dado à ação direta e o incentivo à luta econômica e

---

<sup>63</sup> ADDOR, C. A. *A insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Achiamé, 2002. (p.75); SAMIS, A. R. "*Minha Pátria é o Mundo Inteiro*": *Neno Vasco, o anarquismo e as estratégias sindicais nas primeiras décadas do século XX*. Tese de Doutorado. Prof.Dr. Daniel Aarão Reis Filho. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2006. (p. 167)

<sup>64</sup> PINHEIRO, P. S. e HALL, M. M. *A Classe Operária no Brasil. Documentos (1889 a 1930). Vol. I. O Movimento Operário*. São Paulo. Editora Alfa Omega, 1979. (p. 41)

<sup>65</sup> Idem. p. 41-42.

ideológica.<sup>66</sup> Ora, essas orientações representam bandeiras tanto do anarquismo quanto do sindicalismo revolucionário. Com base nelas não podemos afirmar que o Congresso era anarquista.

Concordando com Paulo Sérgio Pinheiro e Michael M. Hall, Edilene Toledo considera que o Primeiro Congresso teve clara influência do sindicalismo revolucionário e quase nenhuma influência do anarquismo. Ela cita um trecho das resoluções aprovadas no Congresso que evidencia a influência do sindicalismo revolucionário.

Considerando que o operariado se acha extremamente dividido pelas suas opiniões políticas e religiosas; que a única base sólida de acordo de ação são os interesses econômicos comuns a toda classe operária, os de mais clara e pronta compreensão; que todos os trabalhadores, ensinados pela experiência e desiludidos da salvação vinda de fora da sua vontade e ação, reconhecem a necessidade iniludível da ação econômica direta de pressão e resistência, sem a qual, ainda para os mais legatários, não há lei que valha; o congresso aconselha o proletariado a organizar-se em sociedades de resistência econômica, agrupamento essencial e, sem abandonar a defesa pela ação direta, dos rudimentares direitos políticos de que necessitam as organizações econômicas, a pôr fora do sindicato a luta política especial de um partido e as rivalidades que resultariam da adoção, pela associação de resistência, de uma doutrina política ou religiosa, ou de um programa eleitoral.<sup>67</sup>

A primeira observação importante é que os delegados do Congresso reconheceram que o operariado se encontrava bastante dividido por opiniões políticas e religiosas. Essa informação vai de encontro à idéia de hegemonia de um grupo dentro do movimento operário. Afinal de contas, a palavra hegemonia denota grande superioridade de um grupo em relação aos demais. Provavelmente nenhum grupo tinha hegemonia no movimento operário, tinha sim uma maior influência num determinado período. Mesmo a corrente de maior influência dentro do movimento operário dificilmente alcançaria seus objetivos se agisse isoladamente. Um mínimo consenso, pelo menos entre as correntes mais fortes, seria necessário para conseguir enfrentar os padrões e as autoridades do governo. Segundo o documento citado, os interesses econômicos comuns eram a única base sólida de acordo. Podemos perceber um esforço, dos membros do Congresso, no sentido de promover a união dos operários. Esta é sem

---

<sup>66</sup> ADDOR, Carlos A. *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Achiamé, 2002. (p. 84-85)

<sup>67</sup> PINHEIRO, Paulo S. e HALL, Michael M. *A Classe Operária no Brasil. Documentos (1889 a 1930)*. Vol. I. *O Movimento Operário*. São Paulo. Editora Alfa e Omega, 1979. (p. 46-47); TOLEDO, E. *Anarquismo e sindicalismo revolucionário: Trabalhadores e molitantes em São Paulo na Primeira República*. São Paulo: Editora Perseu abramo, 2004. (p. 89)

dúvida uma preocupação do sindicalismo revolucionário. Outras recomendações contidas no texto também têm clara influência dessa corrente. Eles não esperam a salvação vinda de fora, ou seja, julgavam que os próprios trabalhadores deviam agir buscando resolver seus problemas. A defesa da autonomia operária era uma idéia fundamental do sindicalismo revolucionário. A defesa da ação direta e da neutralidade dos sindicatos também eram idéias do sindicalismo revolucionário. Assim, consideramos que a influência do sindicalismo revolucionário fica evidente nas resoluções do Primeiro Congresso Operário.

Segundo Edilene Toledo, os operários participantes do congresso sentiam-se parte de um movimento sindicalista internacional. Os jornais operários de São Paulo mostravam que o movimento sindicalista francês tinha grande influência no movimento operário brasileiro. Além disso, os participantes do Congresso expressaram por escrito sua simpatia e solidariedade ao operariado francês. O Congresso aconselhou como meio de ação, para os sindicatos, a greve, o boicote, a sabotagem e as manifestações públicas. Recomendou também que os trabalhadores concentrassem seus esforços na luta pela redução da jornada de trabalho e na fundação de bibliotecas e instituições de ensino.<sup>68</sup>

Com objetivo de evidenciar o clima de otimismo e solidariedade que contagiou os congressistas, Carlos Augusto Addor cita como a comissão redatora do Primeiro Congresso Operário Brasileiro se referiu à sessão que fechou a discussão do último tema, no dia vinte de abril no Centro Galego.

Todos estavam exaustos, estafados pelas lutas travadas, pelos debates em renhidos; não obstante, quando a Mesa declarou não haver mais nada a tratar e disse que o Congresso ia ser encerrado, parece que o coração de todos se dilatou em saudade e pena pela separação que se ia fazer dos obreiros da emancipação operária. Quase todos então quiseram dizer duas palavras de amor e concórdia, abraçando-se com a maior sinceridade e entusiasmo, companheiros que durante os debates pareceram adversários. Todos, sem nenhuma exceção, podemos dizer, se confessavam satisfeitos, contentes com a obra a que se acabava de dar a última demão. E parece que se lia viva nos olhos de todos a calma feliz e serena, que dá a consciência do dever cumprido, dissolvendo-se a reunião na mais perfeita harmonia.<sup>69</sup>

O trecho acima citado fala de companheiros que durante o debate pareceram adversários, mas que se consideravam satisfeitos com o resultado do Congresso. Quem

---

<sup>68</sup> TOLEDO, Edilene. *Anarquismo e sindicalismo revolucionário: Trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República*. São Paulo. Editora Perseu Abramo, 2004. (p. 99)

<sup>69</sup> PINHEIRO, Paulo S. e HALL, Michael M. *A Classe Operária no Brasil. Documentos (1889-1930)*. Vol. I. *O Movimento Operário*. São Paulo. Editora Alfa e Omega, 1979. (p. 187-188); ADDOR Carlos A. *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Achiamé, 2002. (p. 84)

eram os companheiros? Eram todos representantes de sindicatos. Então, a primeira observação que deve ser feita é que estamos falando de um congresso que foi organizado e realizado por sindicalistas. Não havia a presença de partidos políticos, de autoridades do governo ou de representantes de correntes específicas do movimento operário. Mesmo que os delegados estivessem ligados a correntes ideológicas, eles se apresentavam como representantes de sindicatos. Podemos considerar que, apesar de terem opiniões próprias, pelo menos até certo ponto estavam comprometidos com os interesses dos sindicatos que representavam. Os sindicatos possuíam membros ligados a diversas correntes ideológicas, mas eles tinham interesses gerais comuns. Consideramos que os sindicatos não eram criados com o intuito de derrubar o Estado ou criar uma nova sociedade. Dependendo das circunstâncias, essas idéias até podiam ganhar algum espaço, mas o objetivo principal dos sindicatos era melhorar as condições de vida do grupo de trabalhadores que eles representavam. A idéia de classe operária estava presente. No congresso havia representantes de sindicatos de várias partes do país que representavam categorias profissionais variadas. A comissão redatora se referiu a todos como obreiros da emancipação operária. Que emancipação era essa? Como observamos, não era a emancipação baseada na construção de uma nova sociedade sem dominação. Era uma emancipação que se baseava na união dos trabalhadores em torno de objetivos econômicos comuns. Esses trabalhadores buscavam se unir para se contrapor aos interesses dos patrões. Estamos falando de um congresso de sindicalistas e não de um congresso de anarquistas. Um congresso onde as idéias do sindicalismo revolucionário tiveram grande influência, mas não tiveram hegemonia. Este não era um congresso de sindicalistas revolucionários. Paulo Sérgio Pinheiro e Michael M. Hall tinham razão. O congresso era mais sindicalista do que revolucionário. Que sindicalismo era esse? Um sindicalismo que se baseava na ação direta, buscando conseguir melhores condições de vida para os trabalhadores. Um sindicalismo que estava mais preocupado com as conquistas econômicas do que com uma revolução. Um sindicalismo que buscava dialogar com as diversas correntes ideológicas do movimento operário, com o intuito de estabelecer um mínimo consenso entre elas.

O Primeiro Congresso Operário Brasileiro aconteceu num contexto de disputa entre revolucionários e reformistas. Em 1905, o reformista Pinto Machado, dirigente da União Operária do Engenho de Dentro, havia anunciado a intenção de realizar um congresso nacional operário, com o apoio de algumas associações de trabalhadores do interior do estado do Rio de Janeiro. Pinto Machado declarou publicamente que neste

congresso só poderiam participar os socialistas, sendo proibida a participação de elementos revolucionários. A Federação Operária Regional Brasileira, reagindo à iniciativa da União Operária do Engenho de Dentro, teve a iniciativa de organizar um congresso. Este não deveria ter um caráter particularista, sendo aberto a todas as correntes do movimento operário. Pinto Machado inicialmente criticou a iniciativa da Federação, mas como o congresso planejado por ele acabou não acontecendo por falta de adesão, a União dos Operários do Engenho de Dentro aderiu ao congresso organizado pela Federação.<sup>70</sup>

Estavam presentes no Primeiro Congresso Operário Brasileiro os seguintes anarquistas: Luigi Magrassi, Caralâmpio Trillas, Giullio Sorelli, João Arzua, Motta Assunção, João Benevenuto, Edgard Leuenroth, Ulisses Martins, Carlos Dias, Manuel Moscoso, José Santos Marques, Eduardo Vassimon e Augusto Altro. Entre os reformistas estava presente Mariano Garcia, representante da União dos Manipuladores de Tabaco. Mesmo possuindo profundas divergências com os anarquistas, Pinto Machado presidiu algumas sessões do Congresso e fez parte da sua comissão preparatória. Para ilustrar as discordâncias existentes entre anarquistas e reformistas podemos citar o jornal paulista anarquista *Terra Livre*. Os militantes que organizaram esse jornal eram defensores da participação dos anarquistas nos sindicatos. Desde seu primeiro número, em dezembro de 1905, este jornal publicou artigos divulgando o sindicalismo revolucionário e criticando socialistas franceses como Jean Jaurés. Entre seus organizadores estavam Neno Vasco, Edgard Leuenroth e Manuel Moscoso. Estes dois últimos participaram como delegados do Primeiro Congresso Operário Brasileiro. Em dezembro de 1905, Magrassi, que também seria delegado no Congresso, publicou um artigo no *Terra Livre*, sobre o Rio de Janeiro. Ele criticava políticos que se relacionavam com as organizações de trabalhadores. Para ele, o Centro das Classes Operárias e a União Operária do Engenho de Dentro, lideradas respectivamente por Vicente de Souza e Pinto Machado, prejudicavam a emancipação dos trabalhadores, devido à sua orientação reformista. Magrassi combatia a negociação com os políticos e autoridades do Estado. Ele defendia que os operários não deveriam se desviar do caminho da ação direta.<sup>71</sup>

---

<sup>70</sup> SAMIS, A. R. “*Minha Pátria é o Mundo Inteiro*”: Neno Vasco, o anarquismo e as estratégias sindicais nas primeiras décadas do século XX. Tese de Doutorado. Orientador: Daniel Aarão Reis Filho. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2006. (p. 167)

<sup>71</sup> Idem. (p. 147, 164 e 168)

Alguns meses depois do Congresso, no dia treze de agosto de 1906, o anarquista Neno Vasco fez a seguinte observação, no jornal *Terra Livre*.

O Congresso não foi, de certo, uma vitória do anarquismo. Não o devia ser. A Internacional, desfeita por causa das lutas de partido no seu seio, deve ser memorável lição para todos. Se o Congresso tivesse tomado caráter libertário, teria feito obra de partido, não de classe. O nosso fim não é construir duplicatas dos nossos grupos políticos. Mas se o congresso se não o foi, a vitória do anarquismo, foi, porém, indiretamente útil à difusão das nossas idéias. Muita gente, graças a uma lenda, filha da ignorância e da malícia, formam dos anarquistas um conceito estranho e supersticioso: fisicamente, imagina-se como monstros, de pêlo hirsuto, olhos esgazeados, berros atroadores, com as mãos cheias de dinamite.<sup>72</sup>

Ao contrário do jornal anarquista paulista *La Battaglia*, organizado por Oresti Ristori, Tobia Boni e Ângelo Bandoni, o jornal anarquista *Terra Livre* defendia a participação dos anarquistas nos sindicatos. Para os seus organizadores, o *Terra Livre* deveria ser um jornal explicitamente sindicalista, que abordasse assuntos de interesse das classes trabalhadoras. O jornal deveria defender as idéias libertárias, mas ao mesmo tempo colaborar com indivíduos que pudessem introduzir nos sindicatos propostas radicais compartilhadas com os anarquistas. O movimento operário era visto como o espaço ideal para a difusão das idéias libertárias.<sup>73</sup> Neno Vasco não participou do Congresso, mas convivia com homens que participaram dele como delegados. Neno acompanhou os debates ocorridos no Congresso. Ele reconheceu publicamente que o Congresso não representou uma vitória do anarquismo. Ele considerava que as idéias libertárias não deveriam regular os trabalhadores através de um conjunto de normas e regras. Dessa forma o Congresso estaria fazendo a obra de um partido. Isto seria contrário à liberdade individual, que era considerada fundamental pelos anarquistas. Contudo, Neno Vasco estava satisfeito com o resultado do Congresso. Este não havia representado a vitória do anarquismo, mas tinha sido útil à difusão das suas idéias. Os anarquistas se mostravam muito preocupados em dissipar a imagem negativa que grande parte da sociedade fazia deles.

Como anteriormente observamos, o anarquismo e o sindicalismo revolucionário eram coisas diferentes, mas possuíam idéias em comum. Havia muito mais afinidade

<sup>72</sup> A *Terra Livre* 13/08/1906. Apud Alexandre Ribeiro Samis. “*Minha Pátria é o Mundo Inteiro*”: Neno Vasco, o anarquismo e as estratégias sindicais nas primeiras décadas do século XX. op. Cit., p.170-171.

<sup>73</sup> SAMIS, A. R. “*Minha Pátria é o Mundo Inteiro*”: Neno Vasco, o anarquismo e as estratégias sindicais nas primeiras décadas do século XX. Tese de Doutorado. Orientador: Daniel Aarão Reis Filho. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2006. (p. 138 e 147)

entre as idéias do anarquismo e do sindicalismo revolucionário do que entre as idéias do anarquismo e do sindicalismo reformista. Anarquistas e sindicalistas revolucionários defendiam a ação direta e a revolução, apesar da revolução significar coisas diferentes para os dois grupos. Tanto anarquistas quanto sindicalistas revolucionários defendiam a autonomia. A diferença é que os anarquistas defendiam a autonomia dos indivíduos, enquanto os sindicalistas revolucionários defendiam a autonomia da classe dos trabalhadores, através dos sindicatos. Esses dois grupos defendiam também que os sindicatos fossem exclusivamente de resistência, ou seja, estivessem voltados para a defesa dos interesses dos trabalhadores, através do combate aos interesses dos patrões. Aqui havia influência da idéia de luta de classes. Ao contrário, o sindicalismo reformista recusava a ação direta e a idéia de revolução. Em oposição a idéia de revolução eles defendiam uma política de reformas graduais, feitas dentro do sistema estabelecido. Eles defendiam a presença do Estado, atuando como árbitro, nos conflitos entre os patrões e os trabalhadores. Não tinham a luta de classes como referência, mas sim a idéia de harmonia entre as classes. Por isso não defendiam o sindicato de resistência, mas sim um sindicato baseado no diálogo com os patrões e as autoridades do Estado, no qual havia espaço para práticas mutualistas.

Se os anarquistas percebessem que não tinham forças para controlar o Congresso, devido a pouca penetração de suas idéias junto ao movimento operário, qual seria a estratégia a adotar? Os anarquistas ligados ao jornal *Terra Livre* consideraram que a melhor estratégia a ser adotada era apoiar o sindicalismo revolucionário. Neno Vasco considerou positivo o Congresso ter tido grande influência do sindicalismo revolucionário, pois isso contribuiria para a difusão das idéias anarquistas. Uma vitória do sindicalismo reformista traria maiores dificuldades para a divulgação das idéias libertárias, devido às grandes divergências existentes entre essas duas correntes. A proximidade existente entre as suas idéias facilitava o diálogo entre anarquistas e sindicalistas revolucionários. Com isso não queremos dizer que esse diálogo não fosse cheio de problemas. No entanto, devemos considerar que dentro das associações de trabalhadores, essas duas correntes não só disputavam espaço, mas também agiam em conjunto de acordo com as circunstâncias. As idéias do sindicalismo reformista deviam incomodar bastante tanto anarquistas quanto sindicalistas revolucionários. Entretanto, devemos observar que nem todos os anarquistas tinham uma postura tolerante com relação ao sindicalismo revolucionário. Os militantes que aceitavam a participação dos anarquistas em associações de trabalhadores eram mais tolerantes, ao contrário dos

militantes que recusavam qualquer tipo de participação dos anarquistas nessas associações.

#### **2.4) O anarquismo, uma estrela de segunda grandeza.**

Até agora, temos tratado das tendências do movimento operário brasileiro e de suas relações com os sindicatos e a classe operária, buscando relativizar o papel do anarquismo. Tentaremos agora dimensionar a importância do anarquismo para a classe operária, durante a Primeira República.

Paulo Sérgio Pinheiro e Michael M. Hall reconheceram que determinar a influência das doutrinas anarquistas no movimento operário é uma coisa difícil. Porém, de uma coisa eles não tinham dúvidas, essa influência não era grande. Consideravam que, pelo fato de muitos autores terem confundido o anarquismo com o sindicalismo revolucionário, houve uma supervalorização do anarquismo. Segundo eles, os próprios militantes anarquistas sabiam que suas idéias tinham pouca penetração junto aos operários.<sup>74</sup> Para evidenciar isso, vamos citar um trecho de um artigo publicado, em 1913, no jornal paulista *La Barricata*.

A nossa propaganda não é ainda bem entendida pela maior parte dos companheiros. Se é bem entendida certamente é muito negligenciada. [...]

A maior parte dos trabalhadores têm medo das nossas idéias porque não as conhecem e também pelo que apregoa o padre no púlpito, pelo que escrevem os jornais burgueses, pelas calúnias que contra nós vomitam os nossos adversários interessados.

Quando, entretanto, esses mesmos trabalhadores souberem por meio da nossa palavra e dos nossos escritos o que a anarquia é realmente, vereis que os nossos ideais farão progressos gigantescos e que o número dos companheiros se tornará infinito.<sup>75</sup>

O trecho do jornal mostra um militante anarquista se lamentando. Ele reconhece que os operários desconheciam as idéias anarquistas, ou o que talvez fosse pior, os que as conheciam não as praticavam. Esta realmente é uma imagem diferente daquela que tradicionalmente foi pintada pela historiografia. Os anarquistas foram considerados, por muitos autores, como possuidores de um grande poder de organização e mobilização dos trabalhadores, durante a Primeira República. Isto realmente é verdade, mas não significa que as idéias libertárias tiveram grande penetração junto aos trabalhadores.

<sup>74</sup> PINHEIRO, P. S. e HALL, M. M. *A Classe Operária no Brasil. Documentos (1889-1930). O Movimento Operário*. São Paulo: Editora Alfa e Omega, 1979. ( p. 127)

<sup>75</sup> Idem. p.128.

Devemos observar que o artigo está se referindo à realidade da cidade de São Paulo. Se havia dificuldades para divulgar o anarquismo em São Paulo, podemos supor que as dificuldades para divulgá-lo no Rio de Janeiro fossem ainda maiores. Digo isto porque a historiografia considerou o anarquismo como tendo menos força no Rio de Janeiro do que em São Paulo, o que consideramos ter sido razoavelmente demonstrado. O militante anarquista faz uma revelação importante. Ele afirmou que a maior parte dos trabalhadores tinha medo das idéias anarquistas e responsabilizou os adversários dos anarquistas por isso. No entanto, podemos supor que a Igreja e os jornais burgueses não eram os únicos responsáveis por esse medo. Talvez a maioria dos trabalhadores fosse conservadora, ou seja, fosse contrária a mudanças radicais. Eles podiam querer mudanças e ao mesmo tempo ter preocupações relativas à segurança. Poderiam essas pessoas que pareciam não ter nada a perder, trabalhadores mal alimentados e submetidos a condições péssimas de trabalho e de moradia, terem preocupações com segurança? Claro que sim. Em princípio, podemos considerar que tudo que é novo ou estranho causa certa preocupação. Mesmo o trabalhador que vive em condição ruim tem algo que deseja preservar. Ele possui valores e costumes que preza. Ele possui uma pequena remuneração, o que é muito diferente de nenhuma remuneração. Os padres e os jornais têm certo potencial para amplificar os medos e as rejeições das pessoas. No entanto, criar medos e rejeições é muito mais difícil do que amplificá-las. Mais difícil ainda é criar medos com base em argumentos sem nenhum fundamento. É claro que as idéias anarquistas eram distorcidas pelos seus adversários, mas somente isso seria suficiente para criar o medo na maioria dos trabalhadores? É razoável afirmar que não. Nesse caso, poderíamos usar o dito popular: onde há fumaça há fogo. O receio com relação as idéias anarquistas existia, entre os trabalhadores, e era explorado pelos adversários dos anarquistas.

Entretanto, temos que considerar que o desconhecimento até certo ponto pode gerar medo. As pessoas normalmente têm medo do desconhecido. Poderíamos então concordar com o militante anarquista, que considerou que o medo do anarquismo estaria relacionado ao fracasso da propaganda anarquista. Mas se por hipótese considerássemos uma situação em que a propaganda anarquista foi bem sucedida? Os trabalhadores então tomariam conhecimento das idéias anarquistas. E que idéias seriam essas? Ora, de modo geral podemos dizer que seriam a defesa do fim do Estado e a construção de uma nova sociedade sem dominação, juntamente com a defesa radical da liberdade do indivíduo. Como um operário reagiria a isso? Obviamente reagiria de formas variadas, mas

consideramos que a maioria teria grandes dificuldades para absorver positivamente essas idéias. Primeiramente, podemos admitir que o Estado seja uma referência para as pessoas, mesmo quando estas não são consideradas cidadãos plenos por esse Estado. As pessoas interagem com as autoridades do Estado. A polícia não atuava somente na repressão aos trabalhadores, quando havia um roubo ou um assassinato as pessoas recorriam a ela. O Estado zelava por valores que não pertenciam somente aos patrões, mas também aos trabalhadores. Quem disse que os trabalhadores estavam dispostos a abandonar a idéia de propriedade privada? Um militante anarquista sem dúvida teria muita dificuldade em convencer um trabalhador, que sonhava com a ascensão social, a abandonar a idéia de propriedade privada. E como ficaria a questão da hierarquia? A hierarquia não existe só no ambiente de trabalho, ela existe em todo lugar onde as pessoas se relacionam. Um chefe de família estaria disposto a acabar com a hierarquia dentro da sua casa? Provavelmente seria muito difícil convencer muitos chefes de família a abdicar da autoridade sobre suas esposas e filhos. No entanto, aproximadamente quarenta por cento dos trabalhadores da indústria têxtil eram mulheres. Essas mulheres não seriam mais sensíveis que os homens à idéia de quebra de hierarquias? Aqui recorreremos aos ensinamentos de Bourdieu que, em seu livro *A Dominação Masculina*, considera que os dominados também são responsáveis pela manutenção das relações de dominação.<sup>76</sup> Assim, defendemos que a grande maioria dessas mulheres considerava certo, que os homens ocupassem a posição de chefe de família, pois esse era o papel atribuído pela sociedade aos homens. Com relação à hierarquia entre os trabalhadores no ambiente de trabalho, esta poderia ser formal ou informal. Formal quando o cargo ocupado pelo operário dava a ele algum tipo de autoridade sobre outros operários. Informal, quando a autoridade de um operário em relação a outros se baseava em relações construídas ao longo do tempo. Por exemplo, um operário por ter conquistado a confiança do patrão, pode ter estabelecido algum tipo de autoridade sobre os outros operários. Essas relações hierárquicas, de um modo geral, eram consideradas legítimas pelos trabalhadores.<sup>77</sup> A construção da futura sociedade também era um problema, pois nem os anarquistas conseguiam chegar a um acordo sobre como ela deveria ser construída. Muitos trabalhadores poderiam considerar que essa futura sociedade não daria certo. Essas observações foram feitas, com objetivo de

---

<sup>76</sup> BOURDIEU, P. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

<sup>77</sup> THOMPSON, E. P. *A Economia Moral da Multidão Inglesa no Século XVIII*. In: THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*: Companhia das Letras, 1998.

mostrar o tamanho do desafio que os anarquistas tiveram que enfrentar. Muitos militantes, em algumas situações, devem ter se sentido como pregadores no deserto. Como observamos, divulgar a doutrina anarquista estava muito longe de ser uma tarefa fácil. Consideramos que a grande maioria dos militantes anarquistas tinha consciência disso.

Apesar da limitada penetração da doutrina anarquista junto à classe operária, os militantes anarquistas eram bastante atuantes. Faziam um grande esforço no sentido de divulgar suas idéias e com freqüência denunciavam o sindicalismo revolucionário, alegando que esta corrente não trazia benefícios à classe operária. Vamos agora analisar trechos de um artigo, publicado em 1913, no jornal de tendência anarquista *La Barricata*. Segundo Paulo Sérgio Pinheiro e Michael M. Hall, o artigo pode ser entendido como uma crítica às idéias do sindicalismo revolucionário, que haviam tido influência no Segundo Congresso Operário realizado em 1913.<sup>78</sup>

[...] Eu não hesito em afirmar e demonstrarei com a minha exposição que o sindicalismo nada tem de comum com o anarquismo, ou melhor tem de mais: o caráter efetivo de ação do sindicalismo é uma negação do anarquismo.

Ideologicamente o sindicalismo almeja a constituição, no campo do trabalho, de uma casta predominante de proletários organizados. Isto é, aspira à constituição de uma aristocracia de classe, ou, para ficar em termos mais claros, à dominação do sindicato, seja no campo da produção seja no campo do consumo.

Na prática, o sindicalismo luta para melhorar o regime do trabalho assalariado. Como melhorar uma coisa significa também conservá-la, sucede que, como consequência lógica, o sindicalismo trabalha para a consolidação do regime burguês.

O fato de haver-se declarado partidário da ação direta e dos métodos violentos de conquista, não implica de forma alguma que o sindicalismo conseba a revolução em um sentido anarquista ou social. [...] Para saber com quem estamos tratando é portanto necessário atentar-mos não somente para os métodos de luta dos partidos, mas também para suas finalidades vizinhas e distantes.

O sindicalismo não é mais do que uma vasta burocracia fanfarrona e dominadora, bastante faminta de fama e de comida. O dinheiro, a infame moeda que o anarquismo odeia, é o ideal das suas batalhas. Greves, greves, greves, para fazer aumentar os salários, para melhorar, para que se conserve até o fim dos séculos o regime de trabalho assalariado, que nós os loucos da anarquia queremos destruir.<sup>79</sup>

O autor do artigo estava preocupado em deixar claro que o anarquismo e o sindicalismo revolucionário eram coisas diferentes. Como havia a preocupação do esclarecimento, podemos supor que estava existindo confusão. Em alguns casos, os

<sup>78</sup> PINHEIRO, P. S. e HALL, M. M. *A Classe Operária no Brasil. Documentos (1889-1930). Vol. I. O Movimento Operário*. São Paulo: Editora Alfa e Omega, 1979. (p. 129.)

<sup>79</sup> Idem. p. 129.

membros da classe operária podiam estar considerando as duas correntes como a mesma coisa. Com certeza havia anarquistas que atuavam nos sindicatos. A entrada dos anarquistas nos sindicatos causou muita polêmica entre os anarquistas. No entanto, o artigo não fala dos anarquistas que atuavam nos sindicatos e que até certo ponto toleravam o sindicalismo revolucionário. Ele procura criar uma oposição entre anarquistas e sindicalistas. Assim, os sindicalistas revolucionários atuavam nos sindicatos, enquanto os anarquistas estariam fora deles, atuando na divulgação de suas idéias. Os sindicatos normalmente não tinham uma orientação política definida. Assim, muitos anarquistas atuavam em sindicatos que não tinham uma orientação anarquista. O autor do artigo evita apresentar essa divisão existente entre os anarquistas. Ele provavelmente era um militante que combatia a presença dos anarquistas nos sindicatos, que não possuíam uma orientação libertária, por considerar que esta atuação os desviaria da doutrina anarquista. Os anarquistas estavam divididos sobre a postura a adotar com relação ao sindicalismo revolucionário. Alguns toleravam o sindicalismo revolucionário, pois consideravam que sua influência nos sindicatos, contribuiria para a difusão das idéias libertárias, entre os trabalhadores. Outros combatiam duramente o sindicalismo revolucionário, pois consideravam que suas idéias afastavam os trabalhadores da doutrina anarquista. Estes anarquistas consideravam o sindicalismo revolucionário como uma ameaça à difusão do anarquismo. O autor do artigo pertencia a esse grupo. Devemos aqui fazer uma observação. Os anarquistas que atuavam nos sindicatos, mesmo quando tolerantes com o sindicalismo revolucionário, não se abstiveram de criticá-lo sempre que julgaram necessário. O autor do artigo combatia vigorosamente o sindicalismo revolucionário. Ele não se limitou a diferenciar o anarquismo do sindicalismo revolucionário, mas procurou desqualificar essa última corrente. Acusou os sindicalistas de serem uma burocracia fanfarrona que só se preocupava em conseguir sucesso e bens materiais. Por que a imprensa anarquista faria esforços no sentido de desqualificar o sindicalismo revolucionário? Provavelmente porque essa corrente do movimento operário estava incomodando ou atrapalhando os anarquistas de alguma forma. Caso contrário, é provável que o sindicalismo revolucionário não merecesse a significativa atenção que recebeu da imprensa anarquista. Apesar de possuírem afinidades, o sindicalismo revolucionário e o anarquismo disputavam espaço dentro do movimento operário. A grande preocupação dos anarquistas com os sindicalistas revolucionários indica que esses últimos estavam ganhando a disputa, ou pelo menos davam sinais de que poderiam ganhar.

Voltemos ao artigo:

O sindicalismo é o ideal da gente prática, o anarquismo é o ideal dos utopistas, que não crêem na grande utilidade de se conquistar dois vinténs à custa do sacrifício de pobres coitados que na praça pública combatem policiais[...] O partidão sindicalista é uma vasta armadilha onde foram colocados os princípios fundamentais do socialismo e da anarquia para enjaular o elemento proletário e lançá-lo em seguida à gloriosa conquista do sagrado aumento de dois vinténs para o dia de trabalho.<sup>80</sup>

O autor anarquista associou os sindicalistas revolucionários à gente prática e os anarquistas aos utopistas. Esta é uma informação importante, pois nos ajuda dimensionar a importância do anarquismo. Os anarquistas demasiadamente presos a suas teorias não conseguiam perceber, ou melhor, nem se interessavam pelas expectativas da maioria dos trabalhadores. Eles não eram “gente prática”, como indica o trecho supracitado. E os anarquistas que percebiam isso e entraram nos sindicatos? É verdade, muitos anarquistas perceberam que se ficassem fechados em suas teorias, não conseguiriam mobilizar a sociedade. Estes militantes se encontraram diante de um impasse. Para mobilizar a sociedade era necessário participar de organizações hierárquicas e dialogar com outras correntes do movimento operário, abdicando de alguns valores libertários quando necessário. Os anarquistas que atuavam nos sindicatos fizeram isso. Como normalmente os sindicatos não adotavam uma linha política específica, eles podiam continuar sendo anarquistas, mas tinham uma atuação dentro dos sindicatos que até certo ponto estava em desacordo com suas idéias. Esse era o preço a se pagar caso quisessem se tornar "homens práticos". Eles eram anarquistas que atuavam em sindicatos que não tinham uma orientação anarquista. O autor do artigo criticava essa postura. Se por um lado uma limitada colaboração entre anarquistas e sindicalistas revolucionários poderia contribuir para o enfraquecimento do sindicalismo reformista, por outro lado poderia contribuir para o fortalecimento do sindicalismo revolucionário. Muitos anarquistas consideravam esse fortalecimento como algo muito prejudicial à difusão do anarquismo. A ênfase dada, pelo sindicalismo revolucionário, à conquista de direitos para os trabalhadores, era duramente criticada pelos anarquistas. Neste ponto o sindicalismo revolucionário se aproximava do sindicalismo reformista. Devemos ter em mente que em muitos momentos havia espaço para a cooperação entre o sindicalismo revolucionário e o sindicalismo reformista. Vamos retornar as

---

<sup>80</sup> Idem. p. 130.

observações do autor do artigo. Ele fala em um "partidão sindicalista" onde havia espaço para idéias socialistas e anarquistas. Esse era o sindicalismo revolucionário que tinha grande influência na maioria dos sindicatos. Os sindicalistas revolucionários ganharam força justamente porque estavam atentos às expectativas da maioria dos trabalhadores. Foi por isso que deram grande ênfase à luta por melhores condições de vida para o trabalhador. O sindicalismo revolucionário surgiu a partir da experiência cotidiana de trabalhadores que atuavam no movimento sindical. O fato, do sindicalismo revolucionário ter sido um fenômeno internacional, pode nos levar a pensar que suas idéias estavam rigidamente ligadas a uma ideologia, não tendo muita ligação com os interesses e expectativas dos trabalhadores. Contudo, o sindicalismo revolucionário surgiu a partir da prática sindical. Consideramos que melhorar de vida era um interesse predominante entre os trabalhadores de várias partes do mundo. Inclusive entre os trabalhadores do Rio de Janeiro. Os sindicalistas de um modo geral, tanto revolucionários quanto reformistas, eram mais sensíveis às expectativas dos trabalhadores do que os anarquistas, devido ao fato desses últimos estarem mais fortemente vinculados a uma doutrina. Mesmo os anarquistas que atuavam nos sindicatos tinham sua doutrina como uma referência fundamental.

Vamos relembrar agora como alguns autores dimensionaram a importância do sindicalismo revolucionário na Primeira República. Paulo Sérgio Pinheiro e Michael M. Hall consideraram que essa doutrina dominou o movimento operário paulista e teve grande influência no movimento operário carioca, nos anos imediatamente anteriores a 1906.<sup>81</sup> Para Cláudio Batalha, o sindicalismo revolucionário foi a tendência mais influente no movimento operário durante a Primeira República. Segundo ele, esta corrente do movimento operário foi a que mais teve iniciativas na área das lutas sociais e na criação de organizações. Foi também a corrente que fez o esforço mais sistemático e consistente de propaganda de suas idéias, tendo publicado vários jornais.<sup>82</sup> Para Edilene Toledo, o sindicalismo revolucionário teve mais influência que o anarquismo no movimento operário em São Paulo, durante a Primeira República. No entanto, o sindicalismo revolucionário teria sido uma corrente política autônoma somente até a Primeira Guerra Mundial. Nesse período, muitas mudanças, principalmente o sucesso da primeira revolução socialista no mundo, teriam influenciado os trabalhadores no

---

<sup>81</sup> Idem. p. 41.

<sup>82</sup> BATALHA, C. H. M. *O Movimento Operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editora, 2000. (p. 31)

sentido de adotarem outras estratégias de luta. Então, o sindicalismo revolucionário teria desaparecido como corrente política, mas suas idéias continuaram influenciando o movimento operário.<sup>83</sup> Consideramos que para podemos afirmar com segurança que o sindicalismo revolucionário desapareceu do cenário como corrente ideológica, no período da Primeira Guerra Mundial, são necessárias mais pesquisas. Porém, o importante para nós são as idéias do sindicalismo revolucionário. Consideramos que suas idéias continuaram tendo influência, no movimento operário, nos anos posteriores a Primeira Guerra Mundial.

Como se organizava o movimento operário no ano de 1918, no Rio de Janeiro? A primeira coisa que gostaríamos de esclarecer é que não eram as correntes organizatórias do movimento operário, termo utilizado por Boris Fausto, que organizavam os trabalhadores. Os trabalhadores é que se organizavam, com base em suas experiências e expectativas. Os trabalhadores não ficavam esperando a chegada de militantes anarquistas ou de outra corrente qualquer, para perguntar a eles se deveriam ou não fazer uma greve. Onde os trabalhadores se organizavam? Em organizações formais, como jornais e sindicatos, ou informalmente. A organização dos trabalhadores não dependia exclusivamente dos sindicatos. Todos os trabalhadores sindicalizados ou não estão de alguma forma organizados. Os trabalhadores se comunicavam. Eles trocavam experiências e compartilhavam expectativas. Os trabalhadores se organizavam informalmente no ambiente de trabalho e fora dele. Por exemplo, os trabalhadores de uma fábrica, que montam um time de futebol, ao se reunirem não estão apenas jogando bola. Eles conversam uns com os outros sobre seus problemas, suas tristezas e suas alegrias. O encontro dos trabalhadores no ambiente de lazer contribui para que eles se organizem dentro e fora do ambiente trabalho. O time de futebol nesse caso pode ser entendido com uma organização de trabalhadores. Vinicius de Moraes dizia que a vida é a arte do encontro embora nela haja tanto desencontro. Ao permitir o encontro dos trabalhadores, um time de futebol também se torna um espaço onde decisões variadas podem ser tomadas. Talvez nesse momento, o leitor esteja achando graça do autor. Este está falando em correntes organizatórias que não organizavam os trabalhadores. O termo, corrente organizatória, utilizado por Boris Fausto, pode provocar erros nas análises sobre o movimento operário. Ele induz o leitor a crer que os trabalhadores dependiam dessas correntes para se organizarem. Essas correntes não organizavam os

---

<sup>83</sup> TOLEDO, E. *Anarquismo e sindicalismo revolucionário: Trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004. (p. 122-123)

trabalhadores, mas contribuíam para sua organização. Na verdade, estamos preocupados em não considerar os trabalhadores como passivos. Os trabalhadores dialogavam com as correntes do movimento operário e não eram conduzidos passivamente por elas. Os trabalhadores tinham um papel ativo. Eles eram capazes de tomar suas próprias decisões. Eram sujeitos de sua própria história. Por isso, preferimos usar os termos tendências ou correntes ideológicas do movimento operário, no lugar de correntes organizatórias.

Como vimos, havia várias correntes ideológicas atuando no movimento operário. Este era resultado da atuação de todas elas, dentro de um ambiente no qual havia uma cultura operária. Essas correntes disputavam espaço dentro do movimento operário, mas cooperavam entre si em muitas situações. As correntes ideológicas não devem ser entendidas como blocos homogêneos. Entre elas existiam fronteiras borradas. A prova disso é a dificuldade que muitas vezes encontramos para classificar um operário dentro de uma corrente ideológica. Ele possui normalmente elementos que o aproximam de mais de uma dessas correntes. Isto mostra como os relacionamentos estabelecidos dentro do movimento dos trabalhadores eram complexos. Defendemos que o sindicalismo teve mais influência que as outras correntes no movimento operário, durante a Primeira República. Assim como o sindicalismo revolucionário, o sindicalismo reformista também exerceu grande influência sobre os sindicatos. Muitas associações de trabalhadores tinham um discurso que estava mais próximo do sindicalismo revolucionário, mas tinham uma atuação prática que mesclava, com ênfase semelhante, elementos do sindicalismo revolucionário e do sindicalismo reformista. A busca do diálogo com autoridades do Estado e o foco na conquista de direitos evidenciam a influência do sindicalismo reformista. Os sindicatos estavam orientados no sentido de melhorar as condições de vida dos trabalhadores, e tinham muito pouco interesse em fazer uma revolução. Os anarquistas eram muito atuantes e contribuíram significativamente para a organização de muitos sindicatos, mas ao mesmo tempo sua doutrina tinha pouca penetração junto aos trabalhadores. O anarquismo tinha sua importância, mas de forma alguma pode ser considerado como corrente hegemônica no movimento operário, durante a Primeira República. A maioria dos trabalhadores não seguia rigorosamente as idéias de uma corrente ideológica. Com base em suas experiências e expectativas e imersos numa cultura operária, eles analisavam a realidade a sua volta e tomavam suas decisões. O movimento operário no Rio de Janeiro era

marcado pela diversidade. Nele havia espaço para os utopistas e para os pragmáticos. Defendemos que estes últimos foram os mais influentes.

### **3) As associações de trabalhadores que participaram da greve de novembro de 1918, no Rio de Janeiro.**

Cinco associações de trabalhadores participaram da greve geral de novembro de 1918. Estas eram a União dos Operários em Fábricas de Tecidos (UOFT), a União Geral dos Metalúrgicos (UGM), a União Geral da Construção Civil (UGCC), o Centro dos Operários em Pedreiras (COP) e a União Geral dos Trabalhadores do Rio de Janeiro (UGT). Nosso objetivo é analisar as associações de trabalhadores que participaram da greve. Contudo, daremos ênfase ao estudo das associações, que foram relacionadas pela polícia à insurreição anarquista, ocorrida simultaneamente à greve. Por isso, trataremos do COP de forma menos detalhada. Estamos interessados na postura política e na estratégia de mobilização adotadas por essas associações. Para que possamos entender essas associações e assim explicar suas participações na greve de 1918, temos que regressar ao ano de 1917, pois todas elas, menos a UGT, foram criadas nesse ano. Vamos procurar identificar e analisar o contexto no qual essas associações foram criadas e observar seus processos de desenvolvimento, até novembro de 1918.

Em agosto de 1903, ocorreram greves na cidade do Rio de Janeiro. Houve mobilização de várias associações de trabalhadores. As seguintes categorias estavam envolvidas: têxteis, canteiros, pintores, chapeleiros, alfaiates e estivadores. Os trabalhadores em fábricas de tecidos fizeram uma greve de grandes proporções, chegando a paralisar milhares de trabalhadores. Eles desejavam a jornada de trabalho de oito horas e um aumento de 40% nos salários. Os trabalhadores da fábrica Cruzeiro, pertencente à Companhia América Fabril, e da Aliança foram os responsáveis pelo início da greve na categoria. Tiveram também a iniciativa de mobilizar seus companheiros das outras fábricas de tecidos. A greve fracassou e teve como consequência a demissão de um grande número de funcionários. Após o fim das greves de agosto, os trabalhadores continuaram mobilizados. Em outubro de 1903, com o objetivo de coordenar as reivindicações dos trabalhadores, foi fundada a Federação das Associações de Classe. A criação da Federação foi inspirada na Confederação Geral do Trabalho, fundada na França no ano de 1895. Em 1905, devido à influência da Federação Operária Regional Argentina, a Federação das Associações de Classe mudou seu nome para Federação Operária Regional Brasileira. Durante o Primeiro Congresso Operário Brasileiro, a Federação Operária Regional Brasileira novamente mudou seu

nome. Ela passou a se chamar Federação Operária do Rio de Janeiro.<sup>84</sup> Desde o início do ano de 1917, a Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ) atuou intensamente junto aos trabalhadores, com o objetivo de combater a carestia e de contribuir para a organização do movimento operário.<sup>85</sup> A Federação buscava viabilizar a atuação conjunta e a solidariedade entre as diversas categorias profissionais existentes na capital. Ela buscava incentivar as categorias, que não estavam organizadas em associações, a criarem suas associações.<sup>86</sup> A Federação Operária do Rio de Janeiro teve papel fundamental na mobilização dos trabalhadores na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1917. Ela era uma espécie de central sindical, pois reunia associações de várias categorias de trabalhadores. Os surgimentos da UOFT, da UGM, da UGCC e do COP estão relacionados à atuação da Federação Operária junto aos trabalhadores. O COP foi criado em janeiro de 1917, a UGCC em abril de 1917, a UGM em maio de 1917 e a UOFT em agosto de 1917. Todas surgiram num contexto de grande mobilização dos trabalhadores. Estes buscavam se organizar, com o intuito de pressionar os patrões por melhores condições de trabalho. O combate à carestia também foi uma preocupação constante dos trabalhadores ao longo dos anos de 1917 e 1918.

No mês de Março de 1917, a Federação Operária do Rio de Janeiro, através do seu Comitê de Agitação contra a Carestia da Vida, organizou vários comícios.<sup>87</sup> As manifestações contra a carestia prosseguiram nos meses seguintes. No dia primeiro de maio de 1917, houve um grande comício, organizado pela FORJ, para comemorar o dia do trabalho e para protestar contra a carestia. Compareceram ao comício, que ocorreu no local no qual ficava o antigo morro do Senado, aproximadamente 20 000 pessoas. Este comício já vinha sendo preparado a certo tempo. A polícia estava dificultando a realização de comícios, pois estava preocupada com a manutenção da ordem. Um contingente de 30 praças de cavalaria e 20 de infantaria, subordinados ao tenente Marcio Limoeiro, um grupo de 30 guardas civis, comandados pelo major Bandeira de Melo, auxiliados por muitos agentes de polícia, ficaram responsáveis pela manutenção da ordem. O comício havia sido autorizado pelo Chefe de Polícia. Vários oradores

---

<sup>84</sup> SAMIS, Alexandre R. *“Minha Pátria é o Mundo Inteiro”*: Neno Vasco, o anarquismo e as estratégias sindicais nas primeiras décadas do século XX. Tese de Doutorado. Orientador: Daniel Aarão Reis Filho. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2006. (p. 160,162 e 171); AZEVEDO, Francisca N. de. *Malandros Desconsolados: o diário da primeira greve geral no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2005.

<sup>85</sup> Jornal do Brasil, 12 de março de 1917 (p. 5); Jornal do Brasil, 13 de março de 1917 (P. 9); Jornal do Brasil, 27 de março de 1918. (P. 8)

<sup>86</sup> Jornal do Brasil, 05 de abril de 1917. (p. 6)

<sup>87</sup> Jornal do Brasil, 30 de março de 1917. (p. 11)

discursaram, responsabilizando os políticos e os comerciantes pela carestia. Paschoal Gravina, secretário da Federação Operária, discursou. Ele defendeu que os trabalhadores fossem aos armazéns, que se encontravam cheios de mantimentos, exigir os gêneros de primeira necessidade. Criticou também os políticos, afirmando que estes iludiam os trabalhadores com falsas promessas. Bento Alonso, trabalhador de origem espanhola, representante do Centro Cosmopolita, defendeu que os trabalhadores estrangeiros, assim como os nacionais, tinham o direito de lutar pelos interesses da categoria e de protestar contra a carestia. José Caiazzo, militante anarquista, falou representando o sindicato dos sapateiros. Ele fez um discurso seguindo a mesma linha de raciocínio de Bento Alonso. Após o discurso, Maximiliano de Macedo, membro da FORJ, declarou o comício encerrado. Os trabalhadores, tendo à frente os organizadores do comício, percorreram de forma organizada e pacífica um trajeto pelo centro da cidade. Quando chegaram à Rua do Senado nº. 215, local no qual funcionava a sede do Centro Cosmopolita, pararam para ouvir um discurso de Raimundo Rodrigues Martins. Este, na sacada do prédio do Centro Cosmopolita, defendeu a obra do anarquismo e criticou a guerra na Europa, que contribuía para a carestia. Em seguida os trabalhadores continuaram sua marcha pela cidade, até chegarem à sede da FORJ. Neste local, às 8 horas, se realizaram as comemorações do dia do trabalho. Neste dia houve comícios em outros pontos da cidade, também organizados pela FORJ. Os trabalhadores mantiveram uma postura pacífica.<sup>88</sup>

No dia 5 de maio de 1917, os trabalhadores da fábrica Corcovado, no Jardim Botânico, entraram em greve. Os grevistas estavam protestando contra as atitudes arbitrárias dos contramestres e principalmente do novo mestre James Smith. Os horários da jornada de trabalho estavam sendo alterados e os trabalhadores estariam sendo ameaçados de demissão em massa. Os grevistas exigiam que os regulamentos das fábricas fossem cumpridos. Eles desejavam a demissão do mestre geral James Smith. Mestre Smith havia assumido recentemente o cargo de mestre geral. Suas ordens iniciais desagradaram muito os trabalhadores. Uma das mudanças que mais incomodaram os trabalhadores dizia respeito ao trabalho das mulheres. Mestre Smith alterou a quantidade de trabalho que as mulheres normalmente executavam. Segundo os grevistas, ele sobrecarregou as mulheres com uma quantidade de serviços que estava além de suas forças. Os trabalhadores procuraram mestre Smith e solicitaram que sua

---

<sup>88</sup> Correio da Manhã, 02 de maio de 1917 (p. 1 e 3)

ordem fosse revogada. Contudo, ele manteve sua posição. No dia seguinte, mestre Smith foi agredido por cinco operários. A diretoria da fábrica agiu rapidamente demitindo os agressores. Isto causou revolta entre os trabalhadores. Como a diretoria se recusou a readmitir os funcionários demitidos, os trabalhadores se declararam em greve. No dia 11 de maio de 1917, os trabalhadores da fábrica Carioca, que tinham aderido à greve, foram proibidos de se reunir na Chácara do Fonseca, local no qual os grevistas tinham se reunido nos dias anteriores. Assim, os grevistas decidiram convidar para a greve os trabalhadores das outras fábricas. Vários comícios foram realizados. Os oradores acusavam a polícia de cercear-lhes os direitos relativos às manifestações e aos protestos. Alguns defendiam que os grevistas adotassem uma postura violenta. Dentre os principais oradores estavam Joaquim Campos, Pedro Matera e Paschoal Gravina. Este chamou o delegado José de Moraes de beleguim policial. Os grevistas se dirigiram à fábrica Corcovado, mas no caminho encontraram a polícia. Entre os grevistas e a polícia houve um grande conflito. Pedras foram lançadas e tiros foram disparados. No fim os grevistas, incluindo mulheres, foram dispersos. Muitos policiais e trabalhadores ficaram feridos. Vários trabalhadores das fábricas Corcovado e Carioca foram presos. Alguns trabalhadores alegaram que a polícia havia sido a responsável pela violência. Ela teria recebido de forma hostil os grevistas, agredindo e ferindo muitos deles. À noite, a situação estava mais calma. Foram presos, e recolhidos ao xadrez da Central de Polícia, Paschoal Gravina, Pedro Matera e Joaquim Campos.<sup>89</sup>

Em meados do mês de julho, a Federação Operária manifestou apoio à greve dos trabalhadores de São Paulo<sup>90</sup> e desenvolveu propaganda pela greve no Rio de Janeiro, apesar de ter deixado a critério dos sindicatos a decisão de entrar em greve ou não.<sup>91</sup> No dia 24 de julho o número de trabalhadores em greve chegava a cinquenta mil, apesar de apenas algumas categorias de trabalhadores terem decidido pela greve. Os trabalhadores tinham várias reivindicações, mas as principais eram o aumento de salário e a redução

---

<sup>89</sup> Correio da Manhã, 12 de maio de 1917 (p. 3)

<sup>90</sup> Essa greve teve relação com o agravamento das condições de vida dos trabalhadores. A greve teve início no setor têxtil, no dia 09 de junho. No início do mês de julho, ela se generalizou, provocando uma reação violenta da polícia. Houve muitos confrontos entre a polícia e os trabalhadores. Num desses confrontos, o sapateiro Antônio Martinez morreu. Sua morte provocou intensa mobilização. O movimento grevista, que já tinha atingido grandes proporções, ganhou muita força e paralisou totalmente a cidade de São Paulo. As autoridades cederam e aceitaram negociar com os trabalhadores. Muitas das reivindicações dos grevistas foram aceitas. Dessa forma, os operários decidiram voltar ao trabalho e a greve terminou. ADDOR, C. A. *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2002. (p. 94-96)

<sup>91</sup> Jornal do Brasil, 15 de julho de 1917 (p. 7); Jornal do Brasil, 18 de julho de 1917 (p. 6); Jornal do Brasil, 20 de julho de 1917 (p. 6)

das horas de trabalho.<sup>92</sup> A greve prosseguiu ganhando força e a polícia começou a prender várias pessoas, acusando-as de anarquistas. A sede da Federação Operária do Rio de Janeiro foi fechada pela polícia.<sup>93</sup> No final do mês de julho e início do mês de agosto, devido à pressão policial e a negociação de acordos entre trabalhadores e patrões, as greves foram gradativamente acabando. Os membros da Federação Operária continuaram se reunindo em outros locais, pois sua sede estava fechada. No dia vinte e dois de setembro a sede da Federação Operária foi reaberta. Seus representantes no entanto tiveram que assumir o compromisso, junto ao Chefe de Polícia, de não permitir a reunião de anarquistas conhecidos em sua sede.<sup>94</sup>

A Federação Operária do Rio de Janeiro foi fechada, porque a polícia considerava que esta promovia a desordem e estava ligada aos anarquistas. Estas acusações seriam verdadeiras? O *Jornal do Brasil* publicou o seguinte, no mês de julho, sobre o grupo anarquista Renovação.

Pedem-nos os anarquistas do grupo Renovação para declarar que esse grupo não está ligado á Federação Operária, carecendo por isso de fundamento a notícia, dada por alguns jornaes, de que ante-hontem depois do *meeting* realizado em frente ao Teatro Municipal, foram a sede da Federação informal-a dos resultados obtidos com o mesmo *meeting*.<sup>95</sup>

No dia vinte e dois de julho temos uma nova declaração de anarquistas sobre a Federação Operária.

Declaração – como alguns jornaes insistem em demonstrar que o movimento da Federação Operária é prestigiado pelos anarquistas, temos a dizer, por nossa parte, que a dous annos e meio nos encontramos afastados dessa instituição, não tomando parte na sua propaganda, fazendo conta que não existe e considerando-a prejudicial aos ideaes que a todo momento estamos dispostos a propagar e defender. – O. Castinheira, J. Buela.<sup>96</sup>

Baseados nessas declarações, podemos afirmar primeiro que, durante as greves de julho de 1917, muitas pessoas estavam associando a atuação da Federação Operária à atuação dos anarquistas. Podemos afirmar também que muitos anarquistas não só não concordavam com isso, mas também faziam questão de deixar claro publicamente as

<sup>92</sup> *Jornal do Brasil*, 23 de julho de 1917 (p. 5); *Jornal do Brasil*, 24 de julho de 1917 (p. 5)

<sup>93</sup> *Jornal do Brasil*, 25 de julho de 1917 (p. 5); *Jornal do Brasil*, 26 de julho de 1917 (p. 5)

<sup>94</sup> *Jornal do Brasil*, 16 de agosto de 1917 (p. 10); *Jornal do Brasil*, 23 de setembro de 1917 (p. 9)

<sup>95</sup> *Jornal do Brasil*, 17 de julho de 1917 (p. 5)

<sup>96</sup> *Jornal do Brasil*, 22 de julho de 1917 (p. 8)

diferenças existentes entre eles e a Federação. O grupo anarquista Renovação afirmou que agia de forma independente, sem nenhum tipo de subordinação à Federação Operária. O grupo anarquista representado por O. Castinheira e J. Buella, nos dá informações mais interessantes. Eles afirmam estarem afastados da Federação Operária por considerarem a atuação dela prejudicial aos ideais que defendiam. Os anarquistas defendiam o fim da dominação sobre os homens, o fim do Estado e a criação de uma nova sociedade na qual o homem seria livre e feliz. Assim, pregavam a destruição do sistema capitalista. Por que a Federação Operária seria prejudicial a esses ideais? Pelo fato de defender as diversas demandas dos trabalhadores das categorias que representava. Ao lutar por melhores condições de vida e trabalho, a Federação contribuiria para a manutenção do sistema capitalista e não para o seu fim. A melhoria das condições de vida dos trabalhadores reduziria as tensões inerentes ao sistema capitalista, contribuindo dessa forma para sua manutenção. Esses grupos de anarquistas eram mais ortodoxos e parece que se recusavam a atuar nos sindicatos que não tinham uma orientação anarquista. No entanto, devemos lembrar que outros anarquistas eram mais flexíveis nessa questão, aceitando atuar nos sindicatos mesmo que estes não tivessem uma orientação anarquista.

Havia grupos anarquistas ligados à Federação. Em maio e junho de 1917, os grupos Jovens Libertários e Centro Libertário fizeram reuniões na sede da Federação Operária. Joaquim Campos foi representante do grupo anarquista Jovens Libertários junto ao Comitê de Agitação da Federação Operária.<sup>97</sup> Fica clara a existência de uma ligação entre a FORJ e vários grupos anarquistas. Mesmo o grupo anarquista Renovação, que afirmou não ter ligações com a Federação, tinha ligações com associações de trabalhadores. A sede do grupo era no Centro Cosmopolita, associação que representava os trabalhadores de bares, hotéis e restaurantes.<sup>98</sup> Este Centro teve importante atuação, durante as greves de julho de 1917, tentando organizar e mobilizar os trabalhadores de diversas categorias. O Centro Cosmopolita tinha boas relações com a FORJ. Ele foi fechado pela polícia no mesmo dia do fechamento da Federação, para evitar que os trabalhadores que estavam sendo expulsos da Federação se dirigissem para lá. As acusações da polícia não eram totalmente desprovidas de fundamento. O relacionamento existente entre a Federação e grupos anarquistas, levou a polícia a

---

<sup>97</sup> Jornal do Brasil, 02 de abril de 1917 (p. 7); Jornal do Brasil, 01 de maio de 1917 (p. 7); Jornal do Brasil, 25 de junho de 1917 (p. 8)

<sup>98</sup> Jornal do Brasil, 05 de abril de 1917 (p. 6)

considerá-la uma associação anarquista, ou pelo menos uma associação que dava cobertura à atuação dos anarquistas.

A FORJ era uma associação anarquista? No dia vinte e seis de março de 1917, houve uma reunião no salão da Federação Operária. O número de trabalhadores presentes foi muito grande. Representantes de várias associações de trabalhadores também estavam presentes. Nesta reunião foi lido um manifesto que explicava a difícil situação econômica em que se encontravam os trabalhadores. As reivindicações dos trabalhadores também estavam relacionadas neste documento. Após a leitura do manifesto, vários oradores se pronunciaram.<sup>99</sup> Lustosa de Aragão fez o seguinte discurso:

...Uma vez que está publicado o manifesto em que os operários neste momento pretendem reivindicações imediatas, julga-se no dever de dar sobre o assumpto explicações que orientem os interessados. A hora da campanha está na organização de sindicatos organizados de accordo com seus interesses...

...Aproveita o orador o ensejo para declarar que o movimento actual é todo no terreno economico. Não tem nenhuma feição anarchista, embora anarchistas façam parte da Federação...

...Disse o orador que se o socialismo europeu não se desviasse do seu programma, em vez da guerra tremenda que emociona o mundo, ter-se-ia dado a revolução social.

Fallou sobre as conquistas que o operariado póde alcançar, se agir intelligentemente dentro das normas do syndicalismo...

...A guerra, termina o orador, talvez venha precipitar a solução do problema social: o operariado deve organizar-se tendo por divisa um por todos e todos por um. Só dessa forma elle poderá caminhar para a victoria que almeja.

O orador foi muito applaudido...<sup>100</sup>

Lustosa de Aragão declarou que o movimento liderado pela Federação Operária era econômico e não político. Com isso queria dizer que seu objetivo era a conquista de direitos para os trabalhadores. Ele reconhecia a existência de anarquistas dentro da Federação, mas afirmava que esta não tinha uma orientação anarquista. O esforço da Federação estava voltado para a organização das associações de trabalhadores. Lustosa defendia o sindicalismo, pois considerava que este caminho permitiria a melhoria das condições de vida dos operários. No entanto, este sindicalismo não estava orientado somente para a conquista de direitos econômicos e sociais. Ele permitiria, no futuro, a realização da revolução social. Segundo Lustosa, a concretização desses objetivos dependeria sobretudo da união dos trabalhadores. Essa união deveria se dar através dos

<sup>99</sup> Jornal do Brasil, 27 de março de 1917 (p. 7)

<sup>100</sup> Jornal do Brasil, 27 de março de 1917 (p. 7)

sindicatos. Os líderes da Federação Operária tinham consciência que a busca do consenso entre os trabalhadores era fundamental, pois sem isso não poderia haver união.

Estas idéias estavam presentes também em um manifesto distribuído pela Federação Operária, no início de abril de 1917. O manifesto tinha como alvo os operários em fábricas de tecidos. Era um convite sugerindo que estes trabalhadores fundassem sua associação de classe.

Operários – O momento de tormentos e agruras para a classe operaria, veio despertar em seu meio a necessidade premente da “organização”, a qual agora freneticamente iniciaremos levando a efeito nos centros produtores do Rio de Janeiro...

...Por tanto esta luta de operários deve imprescindivelmente travar-se contra os patrões, abatendo o privilegio, nascido e creado com o trabalho insano e infamemente remunerado dos operarios.

São dous antagonistas inconciliaveis que têm de se degladiarem até o momento decisivo, onde desaparecerão as causas da luta: - A exploração e a opressão dos trabalhadores...

Preparando-se tambem para a luta tremenda; para a luta final que ruiará esta sociedade agonisante, fazendo ressurgir sobre os escombros de suas ruínas uma sociedade de homens emancipados e livres...

...Livres trabalhadores! Fundae a vossa sociedade de resistencia, que será tambem a vossa escola de acção e em torno do pavilhão luminoso dessa collectividade, lutar como verdadeiros homens pelos vossos interesses que tambem são os interesses de nossa família e de nossa sociedade...

A acção syndical é a mais pratica e solida para a acção directa do direito operário.

E’ no syndicato que se ventilam e resolvem as questões operarias. E’ no syndicato de resistencia que vamos reforçar o nosso espírito rebelde com as lamentações continuas de nossos companheiros de infortúnios, dizendo que a sua esposa esta tuberculosa, que seus filhos agonizam de fome e que não têm um real para lhes comprar pão...

...Vinde e não fiquéis em casa contemplando a vossa miseria! Vinde construir forças para combater os vossos potentados algozes!...<sup>101</sup>

No manifesto podemos perceber que a situação de miséria, em que se encontravam os trabalhadores, contribuía em muito para a mobilização destes. A FORJ tinha consciência disso e defendia que só a organização dos trabalhadores poderia modificar sua difícil situação. As associações de trabalhadores teriam então algo concreto a oferecer. A Federação estava tentando colaborar para a organização do maior número de categorias de trabalhadores possível. Haveria uma luta inevitável entre trabalhadores e patrões. O caminho para a vitória dos trabalhadores era a união, através dos sindicatos. Estes deveriam ser associações de resistência, com sua prática baseada na ação direta. A luta dos trabalhadores deveria ser feita por eles mesmos, sem a interferência de pessoas estranhas à classe, como os políticos por exemplo. Essas

<sup>101</sup> Jornal do Brasil, 28 de março de 1917 (p. 8)

associações eram vistas também como escolas. No convívio diário com seus iguais, dentro das associações, os trabalhadores aprenderiam como se organizar e a melhor maneira de preparar a luta contra os patrões. O sindicalismo baseado na ação direta era considerado o melhor caminho. As associações eram o espaço ideal, no qual deveriam ser resolvidos e discutidos os problemas dos trabalhadores. Nas associações seria possível encontrar conforto na hora do sofrimento e conseguir apoio na hora da luta. A Federação Operária não estava somente fazendo um grande esforço para contribuir com a criação das associações dos trabalhadores, ela tentava também influenciar os programas e as estratégias de mobilização que essas futuras associações adotariam. A FORJ tentava assumir e manter um papel de liderança dentro do movimento dos trabalhadores.

Vamos agora observar uma declaração feita pelo *Jornal do Brasil* durante as greves. Este jornal considerava legítimas as reivindicações dos trabalhadores, desde que essas fossem feitas sem violência e respeitando o sistema legal.

Fechados os principais centros operários, os obreiros só se têm reunido de acordo com deliberações tomadas de momento, de modo a impedir que a policia contra elles exerça constantemente sua força e seu poder.

Não quer o *Jornal do Brasil* occupar-se do character profundamente odioso e deplorável do cancelamento do direito de reunião constitucionalmente assegurado.

Não cremos, dado o aspecto pacífico da greve, que teria seguido seu curso sem derramamento de uma só gota de sangue sê não fora a própria policia, fosse necessário recorrer ao golpeamento de um direito para solucionar a questão formulada pelos operários...<sup>102</sup>

O *Jornal do Brasil* condenou duramente a atitude da polícia durante as greves. A polícia estaria agindo de forma violenta e arbitrária. O jornal considerou inaceitável a violação do direito de reunião dos trabalhadores. Estaria ocorrendo até mesmo um desrespeito à Constituição. A atitude dos trabalhadores, durante as greves, estava sendo pacífica. Os excessos da polícia é que teriam gerado confusões e violências. O erro estava sendo atribuído às autoridades do Estado e não aos trabalhadores. Como essas autoridades não conseguiam dar uma solução às justas reivindicações dos trabalhadores, a violência era utilizada para conter a agitação operária inevitável.

O *Jornal do Brasil* também publicou a carta de um conhecido publicista. Esta também tratava das greves.

---

<sup>102</sup> Jornal do Brasil, 28 de julho de 1917 (p. 6)

... A nossa policia, com aquella segura e inabalável decisão que caracteriza as autoridades que acima de sua força não reconhecem juizes nem instâncias, declara que afastará sempre que encontrar. “O elemento anarchista, que é todo elle alheio ao operariado.

... A policia investe-se de poderes para, sem agravo nem appellação, considerar anarchista e, pois, em condições de ser “afastado” pelos meios menos brandos, todos os que ella entenda que como taes devam ser considerados.

... Enquanto não forem decretadas medidas que estabeleçam um justo equilibrio entre os interesses dos patrões e os dos proletários, teremos greves, tumultos, reacções ainda que a policia chegue a perfeição de abarrotar de “anarchistas” todas as enxovias existentes nesta capital.<sup>103</sup>

Como podemos perceber, a polícia novamente é criticada por agir com violência e com autoritarismo, sob o argumento de manutenção da ordem. Não era fácil, para os membros da força policial, identificar com clareza as diversas correntes ideológicas existentes entre os trabalhadores. Eles faziam uma associação automática entre desordem e anarquismo. Se existisse algum tipo de desordem, entre os trabalhadores, esta teria provavelmente sido provocada pelos anarquistas. Estes eram considerados por muitos, como homens que procuravam influenciar negativamente os operários, com o intuito de se beneficiar da agitação deles. Os anarquistas eram considerados pelas autoridades elementos estranhos ao operariado. Seriam pessoas que não trabalhavam como operários, mas buscavam se aproveitar da ingenuidade destes. Seriam também na sua grande maioria estrangeiros. O anarquismo significava uma ameaça à ordem estabelecida. Trabalhadores que adotassem uma postura radical durante as greves, facilmente seriam confundidos com anarquistas. Até mesmo os que adotavam uma postura pacífica, apenas pela opção de terem recorrido à ação direta, costumavam ser confundidos. O simples fato de ter um diálogo e um convívio com anarquistas podia ser suficiente para transformar uma pessoa ou associação em anarquista, aos olhos das autoridades. Segundo o *Jornal do Brasil*, o fechamento dos centros operários foi uma arbitrariedade, pois a greve era pacífica. Os centros operários representavam os trabalhadores e não os anarquistas. A polícia estava vendo anarquistas em todos os lugares. A Federação Operária do Rio de Janeiro sem dúvida dialogava e tinha contato com conhecidos anarquistas, mas não era uma associação anarquista. Durante as greves, a Federação Operária defendeu as demandas dos trabalhadores e não o fim do Estado, apesar de ter defendido no futuro uma revolução social. A atuação da FORJ estava voltada para a organização dos trabalhadores. O objetivo principal era que os patrões

---

<sup>103</sup> *Jornal do Brasil*, 30 de julho de 1917 (p. 5)

atendessem às reivindicações deles. No entanto, a polícia não entendeu dessa forma. O Chefe de Polícia considerou a associação não como um órgão representante dos trabalhadores, mas como um núcleo anarquista que promovia a desordem, com o objetivo de manipular os trabalhadores de acordo com seus interesses. Os trabalhadores, de forma indiscriminada, foram acusados de anarquistas e presos. A polícia prendia os trabalhadores sem possuir provas ou pelo menos razoáveis evidências da culpa deles. O publicista condenava a atitude da polícia, pois considerava que ela não contribuía para resolver o problema da agitação operária. Para ele, este tipo de atitude complicaria ainda mais a situação. A solução do problema dependia da ação das autoridades, que deveriam adotar medidas que estabelecessem o equilíbrio entre os interesses dos patrões e os interesses dos trabalhadores. As autoridades estavam sendo duramente criticadas, por não se empenharem para a criação de condições, para um relacionamento harmônico entre patrões e operários. A crítica ia mais longe, pois a polícia não estaria sabendo lidar com a agitação operária. Sua postura arbitrária e violenta até certo ponto funcionava, pois em muitos casos desmobilizava os trabalhadores, mas gerava cada vez mais revolta. Isto fornecia argumento aos grupos mais radicais, que defendiam que os trabalhadores adotassem uma postura menos pacífica.

A União dos Operários em Fábricas de Tecidos surgiu como resultado da mobilização dos trabalhadores, durante as greves de julho de 1917 no Rio de Janeiro. No dia 22 de julho de 1917, quando várias categorias de trabalhadores já se encontravam em greve na capital, os operários, representando vinte e sete fábricas de tecidos da cidade Rio de Janeiro, se reuniram na sede da Federação Operária. Seu objetivo era discutir se a categoria deveria entrar em greve ou não. Estes trabalhadores decidiram tornar públicas algumas reivindicações que consideravam justas. Eles enviaram um ofício, aos diretores das fábricas de tecidos, com as seguintes exigências: jornada de trabalho de oito horas, trinta por cento de aumento dos salários, abolição do trabalho noturno e reconhecimento do direito de associação. Deram um prazo de quarenta e oito horas para a resposta dos patrões e solicitaram que esta fosse enviada para a sede da Federação Operária.<sup>104</sup> No dia 26 de julho, um comitê dos operários das fábricas de tecidos levou ao Conselho Municipal uma lista com a relação das reivindicações da categoria. Suas reivindicações foram as mesmas comunicadas anteriormente aos patrões, porém acrescentaram a responsabilização do patronato pelos

---

<sup>104</sup> Jornal do Brasil, 23 de julho de 1917 (p. 5)

acidentes de trabalho e a manutenção dos empregos dos operários. Como a sede da Federação havia sido fechada, os trabalhadores têxteis conseguiram a autorização do Chefe de Polícia para se reunirem na sede da União dos Estivadores, na rua Acre número setenta e oito.<sup>105</sup> No dia seguinte, no Conselho Municipal, uma comissão de cinco intendentess intermediou uma negociação entre os patrões e comissões de operários, que foram recebidos separadamente. As comissões de operários eram ouvidas e suas reclamações eram levadas por escrito aos patrões que podiam se manifestar livremente. A comissão de operários das indústrias têxteis foi uma das comissões ouvidas.<sup>106</sup>

Gradativamente ao longo dos últimos dias do mês de julho, muitas fábricas de tecidos foram entrando em greve. No dia trinta e um, o total de fábricas paralisadas chegava a vinte e uma. A comissão de operários têxteis se reunia na sede da União dos Estivadores, aguardando a resposta dos industriais para decidir sobre o destino da greve.<sup>107</sup> Neste mesmo dia, um numeroso grupo de trabalhadores chegou à sede da União dos Estivadores e comunicou que os operários da fábrica Andaraí haviam aderido à greve. Os poucos operários que ainda trabalhavam na fábrica Botafogo também paralisaram os trabalhos. Os patrões não deram respostas às reivindicações feitas pelos operários e sugeriram que cada fábrica negociasse em separado com seus trabalhadores. Essa proposta foi debatida e recusada, ficando decidido que a defesa da classe como um todo ficava confiada ao comitê de operários de fábricas de tecidos.<sup>108</sup> No dia primeiro de agosto, o major Bandeira de Melo, Chefe do Corpo de Segurança, foi até o prédio da União dos Estivadores e comunicou ao comitê dos operários de fábricas de tecidos, que se achava em sessão permanente, que o Chefe de Polícia, Aurelino Leal, desejava exercer mediação entre patrões e operários. Mais tarde o Chefe de Polícia comunicou, através da imprensa, que os industriais das fábricas de tecidos de algodão aceitaram sua mediação e nomearam uma comissão para dar andamento às negociações.<sup>109</sup> No dia seguinte, o comitê de operários de fábricas de tecidos enviou ao Palácio da Polícia uma comissão, composta por um operário de cada fábrica em greve, para negociar com a comissão de industriais. Não só os industriais de tecidos de algodão, mas também os de lã aceitaram algumas reivindicações dos trabalhadores. As fábricas passariam a

---

<sup>105</sup> Jornal do Brasil, 27 de julho de 1917 (p. 5)

<sup>106</sup> Jornal do Brasil, 28 de julho de 1917 (p. 7)

<sup>107</sup> Jornal do Brasil, 31 de julho de 1917 (p. 6)

<sup>108</sup> Jornal do Brasil, 01 de agosto de 1917 (p. 7)

<sup>109</sup> Jornal do Brasil, 02 de agosto de 1917 (p. 6)

funcionar cinquenta e seis horas por semana, haveria um aumento de dez por cento nos salários, houve um acordo sobre limitações do trabalho noturno, ficava reconhecido o direito dos operários fundarem associações, desde que não fosse permitida a participação de pessoas estranhas à classe. Também ficou determinado que operários não fossem dispensados de nenhuma fábrica. Patrões e trabalhadores concordaram que questões como a adoção das oito horas de trabalho, a limitação do trabalho dos menores e a responsabilização pelos acidentes de trabalho deveriam ser decididas pelo Congresso Nacional. O Chefe de Polícia empenhou sua palavra, como garantia do acordo e solicitou a volta imediata dos operários ao trabalho. Os operários concordaram com isso.<sup>110</sup>

No dia quatro de agosto, os operários em fábricas de tecidos se reuniram na sede da União dos Estivadores, para tratar da organização da classe. Alguns operários denunciaram que certas fábricas não estavam respeitando o acordo recentemente celebrado. No entanto, este acordo foi considerado pela maioria como uma grande vitória dos operários. Comunicados estavam sendo preparados para serem enviados às fábricas, com cópia do acordo celebrado, pois assim todos os patrões ficariam cientes dos detalhes do acordo. Líderes operários aconselharam a todos que mantivessem uma postura pacífica e honrassem os compromissos assumidos. O Chefe de Polícia havia empenhado a sua palavra. Caso os patrões não cumprissem o acordo, ele deveria resolver o problema. Os operários em fábricas de tecidos fundaram sua associação e a chamaram de União dos Operários em Fábricas de Tecidos. Em seguida foi escolhida a seguinte diretoria interina para a associação: presidente, José Pereira de Oliveira; vice-presidente, Rafael Garcia; primeiro secretário, Joaquim Moraes; segundo secretário, Guilherme Leite Nery; primeiro tesoureiro, Adolfo P. da Silva; segundo tesoureiro, Hidelbrando de Carvalho e procurador, Manuel da Costa. A União também decidiu manter uma delegação de três dos seus representantes em cada fábrica.<sup>111</sup>

No final do mês de agosto, com o apoio da UOFT, os operários das fábricas de tecidos Botafogo e Progresso já se encontravam novamente em greve. Eles alegavam que os patrões não estavam cumprindo o acordo celebrado com os trabalhadores. O principal motivo de reclamação era a demissão de vários funcionários. A fábrica Botafogo chegou mesmo a fixar um boletim na sua porta de entrada, na Rua Barão de Mesquita, com os nomes dos funcionários dispensados por indisciplina. Os

---

<sup>110</sup> Jornal do Brasil, 03 de agosto de 1917 (p. 6)

<sup>111</sup> Jornal do Brasil, 05 de agosto de 1917 (p. 6)

administradores das fábricas Botafogo e Progresso afirmavam que estavam cumprindo rigorosamente o acordo feito recentemente. Eles argumentavam que alguns operários, se garantindo no item do acordo que proibia demissões, estavam aproveitando para adotar uma postura de indisciplina. Desrespeitavam as ordens da gerência e os regulamentos das casas, também desafiavam constantemente os mestres. Os patrões alegaram que buscaram o diálogo com o intuito de que estes trabalhadores mudassem sua conduta, mas seu esforço de nada adiantou. Assim, o último recurso dos patrões para manter a hierarquia e a disciplina em seus estabelecimentos teria sido a demissão destes funcionários. Segundo os administradores, os trabalhadores indisciplinados estavam ligados à UOFT. O presidente da fábrica Progresso fez acusações contra um de seus funcionários e o demitiu. Este era Manuel Costa, membro da direção da UOFT. Ele foi acusado de promover a greve e andar armado, ameaçando e obrigando os companheiros a aderirem à greve. Manuel também foi acusado de planejar um ataque ao estabelecimento. Foi registrada uma queixa na polícia contra Manuel Costa, que estava sendo procurado. Na reunião da UOFT, na sede da União dos Estivadores, houve várias manifestações de apoio à greve. Trabalhadores de várias fábricas doaram dinheiro para ajudar a sustentar os grevistas. Muitos trabalhadores defenderam Manuel Costa das acusações sofridas. Eles declararam que os trabalhadores que participavam das reuniões da UOFT estavam sendo perseguidos, pelos administradores das fábricas.<sup>112</sup>No dia vinte e um de agosto, os operários da fábrica Progresso retornaram ao trabalho, mas os da Botafogo permaneceram em greve. Uma comissão da UOFT foi até a Polícia Central e solicitou novamente a mediação do Chefe de Polícia, numa negociação entre trabalhadores e patrões. A comissão queria a readmissão dos funcionários e que as fábricas fixassem em lugar visível seus regulamentos internos. No entanto, as tentativas do Chefe de Polícia fracassaram, pois os patrões se recusaram a aceitar essas novas condições e a greve continuou. A UOFT distribuiu regularmente alimentos para os trabalhadores em greve, da fábrica Botafogo.<sup>113</sup>

No dia vinte e três de outubro, apoiando a atitude dos trabalhadores menores de idade que reivindicavam um aumento anteriormente prometido, os trabalhadores da fábrica Aliança, nas Laranjeiras, entraram em greve. Eles receberam o apoio dos trabalhadores da fábrica Cruzeiro, que já se encontrava em greve. Em represália à atitude dos grevistas, no dia vinte e três, a fábrica Aliança foi fechada por ordem de sua

---

<sup>112</sup> Jornal do Brasil, 21 de agosto de 1917 (p. 9)

<sup>113</sup> Jornal do Brasil, 22 de agosto de 1917 (p. 8); Jornal do Brasil, 14 de setembro de 1917 (p. 7)

diretoria. Os diretores afirmaram que a fábrica permaneceria fechada até que os funcionários voltassem ao trabalho, sem terem nenhuma de suas reivindicações atendidas. No dia seguinte, em reunião da UOFT, os trabalhadores consideraram o fechamento da fábrica como uma afronta à classe em geral. Em outra reunião da UOFT, no final de outubro, membros da direção da associação protestaram contra os proprietários das fábricas Aliança e Cruzeiro. Estes estariam pedindo garantias à polícia, com relação às suas fábricas. Eles estavam afirmando que os trabalhadores representavam uma ameaça para suas propriedades. A direção da União considerou que os proprietários das fábricas acusavam os trabalhadores, de apedrejadores, com a intenção que a polícia os reprimisse com violência.<sup>114</sup> Muitos oradores, dentre eles Manuel Castro, defenderam a greve. A direção da UOFT mais uma vez recorreu ao Chefe de Polícia para que este fosse um intermediário entre trabalhadores e industriais. O Chefe de Polícia concordou novamente em assumir esse papel.<sup>115</sup> Em assembléia extraordinária na UOFT, no dia oito de novembro, ficou decidido o fim da greve nas fábricas Cruzeiro, Marviles e Bonfim, todas pertencentes a Companhia América Fabril. Muitos oradores haviam se manifestado contrários à greve, devido à situação que o país passava, Estado de Guerra com a Alemanha. Os operários resolveram atender a um apelo, feito pelo Presidente da República às classes operárias, pedindo apoio. O presidente da UOFT também se declarou contrário à continuação da greve. Contudo a postura adotada pelos patrões trouxe problemas. Os trabalhadores da Cruzeiro voltaram ao trabalho, mas os trabalhadores da Marviles e da Bonfim não retornaram, pois os patrões se recusaram a aceitar de volta os trabalhadores demitidos. A direção da UOFT enviou um ofício, ao Chefe de Polícia, explicando os motivos que os tinham levado à greve. Queriam deixar claro que respeitaram a ordem e lutaram por reivindicações justas.<sup>116</sup> O presidente da UOFT censurou os trabalhadores da fábrica Cruzeiro, por terem voltado ao trabalho sem a autorização da União. No dia dezessete de novembro, os industriais enviaram um ofício à UOFT, solicitando a volta ao trabalho dos operários da Marvilles e Bonfim. Eles alegaram que as greves nessas fábricas haviam sido decretadas em solidariedade aos trabalhadores da Cruzeiro. Como esses trabalhadores já haviam retornado ao trabalho, as greves na Marviles e Bonfim teriam perdido o motivo. A direção da UOFT recomendou que os operários só voltassem ao trabalho, quando os

---

<sup>114</sup> Jornal do Brasil, 25 de outubro de 1917 (p. 7); Jornal do Brasil, 28 de outubro de 1917 (p. 6); Jornal do Brasil, 09 de novembro de 1917 (p. 7)

<sup>115</sup> Jornal do Brasil, 25 de outubro de 1917 (p. 7); Jornal do Brasil, 28 de outubro de 1917 (p. 6)

<sup>116</sup> Jornal do Brasil, 09 de novembro de 1917 (p. 7)

trabalhadores demitidos fossem aceitos de volta. As fábricas Aliança, Marviles e Bonfim continuavam em greve. A UOFT estava distribuindo regularmente alimentos e dinheiro para os grevistas. Os funcionários da fábrica Aliança estavam sendo retirados de suas casas e sendo presos, por se recusarem a trabalhar. No início de dezembro uma comissão de trabalhadores foi recebida por um assessor do Presidente da República. A comissão solicitou que os trabalhadores demitidos da Aliança fossem readmitidos e os operários presos injustamente fossem postos em liberdade. Finalmente, em meados de dezembro, os trabalhadores da Aliança e os patrões chegaram a um acordo. No dia vinte, em assembléia na UOFT, os trabalhadores decidiram pelo fim da greve na fábrica Aliança. Eles tinham permanecido em greve por aproximadamente dois meses.<sup>117</sup>

No mês de dezembro, houve eleição para a nova diretoria da UOFT, que exerceria mandato durante o ano de 1918. Aproximadamente cinco mil operários votaram. A nova diretoria tomou posse no dia primeiro de janeiro de 1918. A diretoria era a seguinte: presidente, Manuel Ignácio de Castro; vice-presidente, Albino Dias Moreira; primeiro secretário, Joaquim Moraes; segundo secretário, Guilhermino Leite Nery; primeiro tesoureiro, Adolfo Pereira e procurador, Rafael Garcia.<sup>118</sup> Interessante notar, com relação a nova direção da UOFT, que apesar do presidente e do vice-presidente terem mudado, os outros quatro membros restantes eram oriundos da direção anterior. O primeiro secretário, o segundo secretário e o primeiro tesoureiro mantiveram os cargos. O antigo vice-presidente se tornou o novo procurador.

No dia seis de julho de 1918, aproximadamente dois mil operários da fábrica Confiança, em Vila Isabel, entraram em greve. Os motivos foram reivindicações relativas ao valor pago pelos serões e ao tempo de duração destes. Os operários também exigiam a readmissão de trinta e dois funcionários demitidos por recusarem o trabalho extraordinário. Estava ocorrendo nessa fábrica uma disputa entre patrões e operários, em torno da jornada de trabalho. A diretoria da fábrica instituiu serões das dezessete às vinte e uma horas, oferecendo sessenta réis por hora. Os operários não concordaram e solicitaram mais quarenta réis. Como os patrões não atenderam à reivindicação, cerca de novecentos operários decidiram não comparecer aos serões. A diretoria da fábrica em represália decidiu demitir os líderes dos operários. Isto motivou a greve. Os operários decidiram que só voltariam ao trabalho, quando fosse adotado o horário de trabalho de

---

<sup>117</sup> Jornal do Brasil, 09 de novembro de 1917 (p. 7); Jornal do Brasil, 18 de novembro de 1917 (p. 6); Jornal do Brasil, 27 de novembro de 1917 (p. 7); Jornal do Brasil, 05 de dezembro de 1917 (p. 7); Jornal do Brasil, 20 de dezembro de 1917 (p. 7)

<sup>118</sup> Jornal do Brasil, 18 de dezembro de 1917 (p. 7); Jornal do Brasil, 02 de janeiro de 1918 (p. 5)

cinquenta e seis horas por semana, o aumento de cem réis para a hora de serão e a readmissão dos operários demitidos.<sup>119</sup>

Durante as reuniões feitas nos dias seguintes, membros da diretoria da UOFT solicitaram que os trabalhadores se mantivessem calmos e unidos. Manuel de Castro, numa das reuniões, pediu que os operários evitassem se aglomerar nas esquinas e se mantivessem em suas casas. Joaquim de Moraes, em outra reunião, recomendou que os operários mantivessem a mesma conduta pacífica dos dias anteriores. Eles queriam evitar que a polícia conseguisse argumentos, para reprimir com violência o movimento dos trabalhadores. Os diretores da Confiança inicialmente se recusaram a atender as reivindicações dos trabalhadores, mas gradativamente foram cedendo. Primeiro demitiram o contra-mestre Mathias Vilalongo, que havia indicado ao gerente do estabelecimento os nomes dos operários demitidos. Isto porém não foi suficiente para fazer com que os operários retornassem ao trabalho. O Segundo Delegado Auxiliar, com o consentimento da direção da fábrica, assumiu a responsabilidade de negociar o fim da greve com a direção da UOFT. No dia onze de julho, a direção da UOFT e a direção da fábrica, com a ajuda do delegado, chegaram a um acordo. Os trinta e dois trabalhadores demitidos seriam readmitidos e os serões seriam suspensos, até a realização de um futuro acordo sobre eles. Os operários concordaram em retornar ao trabalho no dia seguinte. Para que os trinta e dois trabalhadores fossem readmitidos, Manuel de Castro, presidente da UOFT, teve que assinar uma declaração se responsabilizando pela conduta deles. Esta declaração teve como testemunha, o Segundo Delegado Auxiliar, Ozório de Almeida, e os diretores da fábrica Confiança.<sup>120</sup>

Em meados de julho de 1918, havia rumores sobre o possível início de uma greve geral. Os motivos para essa greve seriam: a carestia de vida e os baixos salários pagos aos trabalhadores. Os operários em fábricas de tecidos foram apontados como uma das categorias em preparação para a greve. O presidente da UOFT declarou que as reivindicações de melhores salários, feitas pelos trabalhadores aos industriais, estavam sendo ignoradas. Haveria motivação, entre os trabalhadores das fábricas de tecidos, para a greve geral. Estes acreditavam contar com o apoio de todos os companheiros agregados à União Geral dos Trabalhadores, associação que substituiu a Federação

---

<sup>119</sup> Jornal do Brasil, 07 de julho de 1918 (p. 6)

<sup>120</sup> Jornal do Brasil, 09 de julho de 1918 (p. 7); Jornal do Brasil, 10 de julho de 1918 (p. 8); Jornal do Brasil, 11 de julho de 1918 (p. 6); Jornal do Brasil, 12 de julho de 1918 (p. 6)

Operária.<sup>121</sup> No início de agosto, Manuel de Castro, Presidente da UOFT, criticou a carestia e alegou que os trabalhadores estavam passando por grandes dificuldades. Os industriais afirmaram que a atual situação da indústria não permitia aumento, no salário dos trabalhadores em fábricas de tecidos. A UOFT fez uma pesquisa por conta própria, com o objetivo de identificar se as indústrias tinham ou não condição de reajustar os salários. A União afirmou que buscou fazer a pesquisa baseada em critérios técnicos. Manuel de Castro declarou, através do *Jornal do Brasil*, que o resultado da pesquisa se encontrava fixado na sede da UOFT e era acessível a todos. A pesquisa concluía que as reivindicações dos trabalhadores poderiam ser atendidas.<sup>122</sup> Com base nisso, a UOFT fez as seguintes reivindicações: aumento de trinta por cento sobre os salários, jornada de oito horas de trabalho, fixação de ordenado mínimo para os adultos, limitação do número de teares por tecelão, não admissão de trabalhadores menores de quatorze anos, licença relativa a parto de dois meses para mulheres, abolição das lançadeiras que requeriam o esforço da aspiração para funcionar, aumento para os contra-mestres e abolição de todos os descontos nos salários dos funcionários.<sup>123</sup>

A mobilização dos trabalhadores e os boatos de greve geral continuaram. Assim o Chefe de Polícia, Aurelino Leal, e o Secretário do Centro Industrial<sup>124</sup>, Costa Pinto, se reuniram no Palácio da Polícia, com o objetivo de evitar uma possível greve geral dos operários em fábricas de tecidos.<sup>125</sup> No dia primeiro de setembro foi celebrado um acordo entre o Centro Industrial, representante dos donos de fábricas de tecidos, e a UOFT. Nesse acordo os industriais reconheceram a UOFT como representante dos trabalhadores em fábricas de tecidos. Ficou determinado que nenhum trabalhador seria obrigado a treinar os aprendizes e o adicional sobre os salários em vigor passou a ser de trinta por cento. A semana de cinquenta e seis horas deveria ser adotada por todas as fábricas. Houve uma proposta para a criação de cooperativas de consumo, instituições de beneficência e escolas primárias e profissionais. A criação destas instituições era um assunto bastante polêmico, dentro da UOFT. Muitos eram a favor, outros tantos eram contra. Alguns aceitavam a criação dessas instituições, mas consideravam que elas de forma alguma deveriam estar vinculadas aos patrões. Foi organizada então uma comissão para consultar os trabalhadores sobre essa proposta. Esta comissão era

---

<sup>121</sup> *Jornal do Brasil*, 15 de julho de 1918 (p. 4)

<sup>122</sup> *Jornal do Brasil*, 02 de agosto de 1918 (p. 8)

<sup>123</sup> *Jornal do Brasil*, 02 de agosto de 1918 (p. 8)

<sup>124</sup> O Centro Industrial do Brasil era a associação que representava os industriais do setor têxtil.

<sup>125</sup> *Jornal do Brasil*, 17 de agosto de 1918 (p. 6)

composta pelos seguintes trabalhadores: Antônio Escambo, Pereira de Oliveira, Joaquim Moraes, Ernesto Fernandes, Targino Costa, Rafael Garcia, Cláudio Soares e José Torres.<sup>126</sup>

Vamos analisar a estratégia de mobilização da UOFT. Essa associação declarou explicitamente, nos seus estatutos, que era defensora da ação direta.<sup>127</sup> Contudo, um fato relevante é que, apesar de apoiar muitas greves, a União não priorizava a ação direta. Ela não recusava a presença de intermediários nas negociações entre patrões e empregados. Muito pelo contrário, a União desejava a atuação de mediadores. Em julho de 1917, antes mesmo da UOFT ser criada, o Conselho Municipal já atuava como mediador entre os industriais e os trabalhadores em fábricas de tecidos. Posteriormente, as direções da UOFT solicitaram sistematicamente a atuação do Chefe de Polícia como mediador. Até mesmo delegados fizeram esse papel. Para atender as expectativas dos trabalhadores, normalmente a União privilegiava o diálogo com os patrões, recorrendo à greve quando os patrões se recusavam a negociar. O mediador não deveria somente facilitar as negociações, mas devia atuar também como um fiador, garantindo que ambas as partes cumpririam suas promessas. Daí a preferência por autoridades do Estado, como mediadores. A União tinha uma enorme preocupação em passar uma imagem positiva para a sociedade de um modo geral, inclusive para a polícia. Eles afirmavam que faziam reivindicações justas e que respeitavam as leis. A direção da União chegou até mesmo a enviar, por iniciativa própria, explicações ao Chefe de Polícia, esclarecendo os motivos que os levaram a fazer uma determinada greve. As direções da União normalmente recomendavam que os trabalhadores, durante as greves, adotassem uma postura pacífica. A União estava lutando para que as reivindicações dos trabalhadores fossem reconhecidas como legítimas, pelo maior número de segmentos da sociedade possível. Discursos a favor de uma revolução social sem dúvida existiam dentro da associação, mas suas direções não atuaram tendo isto como referência central na organização da estratégia de mobilização da União.

Após as greves e a insurreição anarquista de novembro de 1918, a polícia prendeu muitos trabalhadores. No mês de dezembro, líderes da UOFT estavam sendo procurados. O *Jornal do Brasil* escreveu o seguinte a esse respeito.

---

<sup>126</sup> *Jornal do Brasil*, 02 de setembro de 1918 (p. 5)

<sup>127</sup> Estatutos da União dos Operários em Fábricas de Tecidos. Arquivo Nacional. Fundo: Primeiro Ofício de Registros de Títulos e documentos do Rio de Janeiro. Série: Estatutos de Sociedade Civil. Notação: V-61. Registro n°.910. 24 de janeiro de 1918. (art. 4º)

... – Mas a polícia continua pesquisando?

- A's tontas como sempre. Imagine V. que ella procura Manuel Castro, presidente da União dos Operários de Tecidos, e José Pereira de Oliveira, ex-presidente desta associação.

Este é visto quase que diariamente nas ruas e praças mais centraes da cidade e até a dous dias estava em um botequim do Largo São Francisco de Paula, com um amigo tomando um refresco. Pois bem todo mundo vê menos a polícia e elle mesmo não liga ao interesse policial, porque garanto-lhe que elle nada tem que ver com os últimos acontecimentos.

- Então como explica o afinco com que a polícia os procura?

- Diz ella que apurou que a União dos Operários de Tecidos foi quem forneceu o dinheiro para a fabricação das bombas.

- E que fundamento tem taes supposições?

- Eu sei lá! Não é só esta, são muitas outras...<sup>128</sup>

A polícia estava procurando Manuel Castro e José Pereira de Oliveira porque estava associando a atuação destes à atuação dos anarquistas. Bombas de dinamite tinham sido explodidas pela cidade. A polícia responsabilizou os anarquistas, embora nenhum dos responsáveis por esses atos tenha sido identificado. A UOFT foi acusada, apesar da ausência de provas, de financiar os supostos atos terroristas dos anarquistas. O jornalista considerou esta acusação absurda, pois não existia evidência nesse sentido. Ele foi mais longe, pois considerou que todos, menos a polícia, sabiam que os trabalhadores procurados não tinham nenhuma relação com os atentados. O jornalista provavelmente acompanhava o movimento operário do Rio de Janeiro, e sabia que estes trabalhadores atuavam como sindicalistas e não como revolucionários. Ele não defendeu os anarquistas das acusações, mas defendeu os líderes da UOFT delas. O que estava sendo recusado era a associação feita pela polícia entre sindicalismo e anarquismo. A atuação da polícia estava sendo criticada. Parece que a história construída por esses dois trabalhadores, dentro do movimento operário, deixava claro que eles não eram anarquistas. Não devemos esquecer que a direção da UOFT defendeu constantemente que os operários adotassem uma postura pacífica. Não parece razoável supor que um grupo, que se esforçava para que a sociedade reconhecesse a legitimidade de suas reivindicações e buscava o diálogo com o Estado e com os patrões, apoiasse atos terroristas. Atos que eles tinham clara consciência que poderiam prejudicar muito a imagem da associação perante a sociedade, dificultando uma luta que já vinha sendo travada, com os patrões, há aproximadamente um ano e meio. O histórico construído por esses líderes operários, no movimento dos trabalhadores, embora não contribua para classificá-los como indivíduos radicais, também não garante nenhuma previsão com

<sup>128</sup> Jornal do Brasil, 05 de dezembro de 1918 (p. 7)

relação a suas condutas. Nada impede que indivíduos que tradicionalmente mantiveram uma postura pacífica, numa determinada conjuntura, adotem uma postura radical. Isto causaria certa surpresa, mas é perfeitamente possível.

Os principais objetivos, da luta travada pela UOFT, eram: o reconhecimento da associação como representante dos trabalhadores da categoria, e o reconhecimento das reivindicações desses trabalhadores como legítimas. As principais reivindicações dos trabalhadores em fábricas de tecidos, que inclusive estavam expressas nos seus estatutos, eram: a regulamentação e a melhoria das condições de trabalho nas fábricas, o aumento progressivo dos salários, a diminuição das horas de trabalho, a abolição completa dos extraordinários e indenização para os trabalhadores que sofressem acidentes de trabalho. A UOFT também tinha a intenção de criar cooperativas de consumo e cooperativas de produção, nos bairros nos quais existissem fábricas de tecidos.<sup>129</sup> A direção da UOFT sabia que seu relacionamento com líderes anarquistas, assim como a existência de trabalhadores anarquistas filiados à associação, lhe trazia problemas. A presença de anarquistas na UOFT era usada como argumento, pela polícia e pelos patrões, para legitimar a repressão sobre a associação. Embora houvesse conflitos ideológicos dentro da UOFT, os trabalhadores anarquistas, e até mesmo divulgadores do anarquismo que não pertenciam à categoria profissional dos trabalhadores em fábricas de tecidos, eram considerados mais como companheiros de luta, do que como partidários de uma corrente ideológica específica. A UOFT não adotava oficialmente uma corrente ideológica como referência.<sup>130</sup> Ela buscava a união de todos os trabalhadores, independente de suas influências ideológicas. Apenas uma pequena parcela dos trabalhadores se declarava como partidário de uma corrente ideológica específica. A maior parte deles sofria influências de várias correntes, mas não se considerava como membro de nenhuma delas. Eles se consideravam homens que lutavam por justiça. Assim, para a direção da UOFT, a presença dos anarquistas na associação era algo natural. Contudo, as direções da UOFT procuravam esclarecer a sociedade sobre a postura política da associação. Não queriam que a UOFT fosse vista como uma associação anarquista, pois sabiam que o rótulo de anarquista traria problemas. Isto prejudicaria a concretização dos objetivos almejados pela associação.

---

<sup>129</sup> Estatutos dos Operários em Fábricas de Tecidos. Arquivo Nacional. Fundo: Primeiro Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro. Série: Estatutos de Sociedade Civil. Notação: V-61. Registro n.º. 910. 24 de Janeiro de 1918. (art. 3º e art. 5º)

<sup>130</sup> Idem. (art. 4º).

No dia quatro de agosto de 1918, a UOFT organizou vários eventos para comemorar um ano de sua fundação. Houve festas no teatro *Maison Moderne*, na sede central e nas sucursais. O acadêmico Álvaro Palmeira fez uma conferência pregando a substituição do regime operário vigente pelo regime libertário, no qual não se daria a exploração do homem pelo homem.<sup>131</sup> Esta sem dúvida é uma informação muito importante. Por que Álvaro Palmeira, conhecido anarquista, na festa de um ano de fundação da UOFT, pregaria a adoção do regime libertário, diante de uma platéia de operários de fábricas de tecidos? Pelo simples fato da grande maioria desses operários não seguir o regime libertário. Apesar da existência de idéias anarquistas na UOFT, o que vigorava era justamente aquilo que ele chamou de regime operário. A preocupação principal dos trabalhadores dizia respeito à melhoria das suas condições de vida. Apesar da presença anarquista na UOFT, esta associação não tinha a doutrina anarquista como referência central. Poucos dias antes desse discurso, a UOFT havia feito reivindicações perfeitamente compatíveis com o sistema capitalista, pois contribuía para melhorar a vida dos trabalhadores dentro do sistema. Álvaro Palmeira era um professor e não um operário. Ele era um militante anarquista oriundo da classe média, que pregava a doutrina anarquista aos trabalhadores. Ele provavelmente conseguiu certo sucesso nesse sentido. Suas idéias devem ter influenciado muitos trabalhadores, e até mesmo levado alguns à adoção do anarquismo. Contudo, com relação à tentativa de fazer com que a UOFT adotasse uma postura política, ele não foi bem sucedido. Ele tinha esperança que a UOFT adotasse uma orientação anarquista, mas isto não ocorreu em momento nenhum, entre 1917 e 1918.

A UOFT era dirigida por uma Diretoria Executiva. Esta era eleita anualmente e tinha a seguinte composição: presidente, vice-presidente, 1º e 2º secretários, 1º e 2º tesoureiros e procurador. A diretoria era fiscalizada por um Conselho Fiscal eleito, composto por sete membros. O Conselho Fiscal deveria fiscalizar todos os atos administrativos da União, apresentando trimestralmente um relatório sobre essa fiscalização. A UOFT também possuía delegados nas fábricas. A nomeação de um delegado era feita por aclamação, da maioria dos funcionários da fábrica na qual ele trabalhava, em assembléia convocada para esse fim. Os delegados, além de representarem a UOFT em cada estabelecimento, também tinham a obrigação de cobrar as mensalidades dos filiados. Estes podiam pagar suas mensalidades aos delegados ou

---

<sup>131</sup> Jornal do Brasil, 05 de agosto de 1918 (p. 8)

diretamente na sede da associação, quando estes não estivessem temporariamente trabalhando em fábricas de tecido. Quando esse pagamento era feito na sede, o 1º secretário era responsável pelo recebimento e pelo repasse do dinheiro ao 1º tesoureiro. Os delegados deviam repassar o dinheiro das mensalidades ao 1º tesoureiro, até cinco dias após o pagamento das fábricas.<sup>132</sup>

Devemos considerar, para se entender o movimento dos trabalhadores em fábricas de tecidos, a existência de um grande número de mulheres trabalhando nesse setor. Isto diferenciava a categoria dos têxteis da grande maioria das categorias profissionais. A grande presença feminina dentro das fábricas gerava problemas e demandas específicas. Em muitos casos, as fábricas se tornavam um espaço de atuação conjunta das famílias. Trabalhavam ao mesmo tempo em uma fábrica, o pai, a mãe e os filhos. Neste caso, o trabalho das crianças tinha um duplo objetivo: contribuía, assim como o trabalho das mulheres, no aumento da renda familiar e permitia que as mães trabalhassem, pois assim as crianças não ficariam sozinhas em casa. Assim, podemos considerar que alguns trabalhadores foram criados dentro das fábricas. Muitos desses trabalhadores estavam criando seus filhos da mesma forma que foram criados, por uma questão de necessidade. Muitas crianças trabalhavam com seus pais desde muito jovens e foram criadas dentro de uma cultura fabril. A educação de uma criança é naturalmente algo complicado. A “educação” feita em um ambiente de trabalho fabril é algo ainda mais complicado. Nesse ambiente, não só os pais, mas as crianças estão submetidas à autoridade dos mestres e dos contra-mestres. Devemos considerar que, em muitos casos, a autoridade dos mestres sobre as crianças entrava em conflito com a autoridade dos pais. Havia problemas também com relação à subordinação das mulheres aos superiores hierárquicos. Muitos chefes de família deviam se incomodar com as relações hierárquicas de trabalho existentes entre os mestres e as esposas dos operários. Como os operários reagiriam a agressões físicas feitas contra as crianças e a repreensões feitas de forma grosseira às mães de família? Normalmente isto geraria muita insatisfação, complicando ainda mais as relações, muitas vezes tensas, existentes entre trabalhadores e patrões.

Além da significativa presença das mulheres nas fábricas têxteis, a presença das mulheres também era um traço marcante na UOFT. As reuniões dessa associação

---

<sup>132</sup> Estatutos dos Operários em Fábricas de Tecidos. Arquivo Nacional. Fundo: 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro. Série: Estatutos de Sociedade Civil. Notação: V-61. Registro nº. 910. 24 de janeiro de 1918. (art. 15º, art. 19º, art. 24º e art. 25º)

contaram com uma presença constante e significativa das trabalhadoras do setor. No dia trinta de julho de 1917, alguns dias antes da criação da UOFT, os operários em fábricas de tecidos estavam reunidos na sede da União dos Estivadores. Eles discutiam sobre os rumos da greve, enquanto aguardavam que os patrões respondessem às suas reivindicações. Nessa ocasião, uma operária da fábrica do Caju obteve a palavra e propôs que os trabalhadores se dirigissem ao Presidente da República, solicitando a análise das suas reivindicações. Sua proposta foi amplamente discutida, obtendo o apoio de muitos trabalhadores e oposição de outros tantos. Ao final das discussões, a proposta da trabalhadora não obteve o apoio da assembléia. Por esse motivo, a operária da fábrica do Caju se retirou, apesar dos pedidos dos companheiros para que não tomasse tal atitude.<sup>133</sup> Os operários em fábricas de tecidos estavam reunidos em sessão permanente na União dos Estivadores. As assembléias estavam ocorrendo com grande número de trabalhadores. A presença das trabalhadoras foi muito significativa. Em outubro de 1917, devido à greve da fábrica Aliança, houve uma assembléia na sede da UOFT. Nesta, compareceram grande número de trabalhadores, predominando os trabalhadores da Aliança. Várias senhoras estavam presentes. A operária Elisa Gonçalves obteve a palavra e fez um vibrante discurso, no qual demonstrou inteligência e dotes oratórios. Ela defendeu a greve da fábrica Aliança e pediu a solidariedade dos trabalhadores, para a unificação da classe e o prestígio da sociedade de resistência.<sup>134</sup> A greve na Aliança havia sido iniciada pelos trabalhadores menores de idade e obteve o apoio dos trabalhadores adultos de ambos os sexos. A greve na Aliança evidenciou a importância da atuação tanto dos trabalhadores menores de idade quanto das trabalhadoras. Os interesses dos trabalhadores menores eram também os interesses das famílias. Havia mais do que solidariedade de classe. Os pais estavam apoiando seus filhos. A significativa presença de mulheres, nas fábricas e na UOFT, influenciava os objetivos e a estratégia de mobilização dessa associação. Não foi por acaso que a direção da UOFT reivindicou, em agosto de 1918, o estabelecimento de licença de dois meses para mulheres, devido ao parto.

No dia 18 de novembro de 1918, dia da insurreição anarquista e dia em que se iniciou a greve da qual participaram têxteis, metalúrgicos, trabalhadores da construção civil e trabalhadores em pedreiras, aproximadamente às quatro horas da tarde, os trabalhadores da fábrica de tecidos Confiança do Brasil, situada em Vila Isabel, pararam

---

<sup>133</sup> Jornal do Brasil, 01 de agosto de 1917 (p. 7)

<sup>134</sup> Jornal do Brasil, 25 de outubro de 1917. (p. 7)

as máquinas em todas as seções. O gerente da fábrica, Sr. Braga Neto, supondo que uma greve havia sido iniciada, saiu do escritório para descobrir o que realmente estava acontecendo. Contudo, ele não teve tempo de conversar com os funcionários, pois uma grande confusão teve início. Temendo por sua segurança, ele se escondeu no almoxarifado. Assim que as máquinas pararam, os funcionários haviam se dirigido para a parte de fora do pátio. Eles estavam reunidos em grandes grupos, que travavam intensas discussões. Um grupo de grevistas liderado pelo operário Miguel Martins, que empunhava um revólver, invadiu o escritório da fábrica. Miguel Martins atirou várias vezes contra o mestre Felipe Avelino Moraes, que foi atingido na perna. Mestre Felipe tentou abrigar-se, enquanto Miguel continuava atirando. Um desses tiros atingiu o ventre de Julio Moraes, filho do mestre, que caiu gravemente ferido. A partir desse momento o conflito tomou um caráter generalizado. Laura Moraes, caixa da fábrica que também era filha de mestre Felipe, também estava na linha de tiro de Miguel Martins. Num gesto ousado ela atacou Miguel e conseguiu desarmá-lo. O conflito, entre vários trabalhadores, continuou. Em certo momento, os agressores pararam o ataque, devido a um acontecimento que os deixou perplexos. Miguel Martins, atingido por duas facadas, caia morto. O delegado do 16º distrito, Dr. Coelho Gomes, junto com uma força de polícia, comandada pelo tenente Madureira, chegou ao local e dispersou os grupos de grevistas, prendendo mais de quarenta trabalhadores. Mais tarde, policiais, liderados pelo tenente Montenegro, dispersaram os grupos de trabalhadores que se encontravam nas proximidades da fábrica. Um grupo de grevistas resistiu, disparando tiros de revólver contra o soldado Moacir Magalhães da Silva. Mais alguns trabalhadores foram presos. No bolso da calça de Martins foi encontrada uma bomba de dinamite.<sup>135</sup> No dia 19 de novembro foi realizado o enterro do operário Miguel Martins. O enterro foi pago e organizado pela UOFT. O caixão saiu do necrotério coberto com a bandeira dessa associação. No cemitério São Francisco Xavier compareceram muitos trabalhadores e falaram vários oradores. Os operários não permitiram que os coveiros cobrissem de terra o caixão de Martins. Os próprios operários fizeram questão de realizar essa tarefa. Alguns trabalhadores, que se encontravam nas proximidades da fábrica Confiança, declararam que Miguel Martins foi morto devido à traição de um companheiro, também operário.<sup>136</sup> No dia 22 de novembro, Julio Avelino de Moraes, filho do mestre Felipe

---

<sup>135</sup> Correio da Manhã, 19 de novembro de 1918 (p. 1); Jornal do Brasil, 19 de novembro de 1918 (p. 5)

<sup>136</sup> Correio da Manhã, 20 de novembro de 1918 (p. 1); Jornal do Brasil, 20 de novembro de 1918 (p. 5)

que havia sido gravemente ferido no dia dezoito, morreu.<sup>137</sup> Os operários da Confiança apresentaram a seguinte justificativa para os conflitos ocorridos:

...os operários como justificativa ao ataque feito ao mestre Felipe Avelino de Moraes, que tudo teve como origem o mau procedimento do mestre, que era odiado pelos trabalhadores, devido á maneira de tratar á todos, principalmente ás operárias mães de família, que tinham necessidade de , nos dias de plantão, suspender um pouco o serviço, as 8 ½ da noite, para amamentar seus filhos. Essas operárias – dizem os que assim explicavam os motivos do conflicto – eram alvos de pilherias grosseiras da parte do mestre Moraes.

Além disso, que o tornava mal visto, o mestre hontem annunciou que haveria abono, e esse abono tanto demorou em ser dado, que veio o conflicto, originado da atitude violenta do operario Miguel Martins...<sup>138</sup>

Podemos observar que alguns operários se aproveitaram de uma situação específica, uma greve, para ajustar contas com um superior. Segundo a declaração dos grevistas, mestre Moraes normalmente tratava mal os operários. No entanto, os grevistas fizeram questão de destacar um determinado comportamento de mestre Moraes que causava grande descontentamento. Ele debochava das operárias, mães de família. Ele fazia isso com freqüência no momento em que elas paravam o serviço para amamentar seus filhos, nos dias de plantão. Essas mulheres exaustas, por terem trabalhado o dia todo, tinham que ouvir caladas as grosserias de mestre Moraes, pois este era superior hierárquico delas. Ficava evidente o desrespeito e a inexistência da mínima consideração, com mulheres que tentavam conciliar sua função de operária com seu papel de mãe de família. Não é de admirar que isso causasse um sentimento de revolta entre os operários. Se observarmos os acontecimentos, podemos supor que mestre Moraes não era somente mal visto. Ele na verdade devia ser odiado por muitos operários. Caso contrário, como justificaríamos a atitude extremamente radical de Miguel Martins e seus companheiros. O atraso do abono prometido, num momento de agitação operária, deve ter sido somente o estopim que desencadeou a atitude violenta dos trabalhadores. Nos incidentes ocorridos na fábrica Confiança, podemos observar a existência não só de conflitos de classe, mas também a existência de conflitos familiares. A freqüente atitude desrespeitosa de mestre Moraes, com as famílias operárias, era algo que estava vivo na mente dos trabalhadores. Outra observação importante é que a família de mestre Moraes trabalhava junto com ele na fábrica. Os

<sup>137</sup> Correio da Manhã, 23 de novembro de 1918 (p. 1)

<sup>138</sup> Correio da Manhã, 19 de novembro de 1918 (p. 1)

operários não atacaram somente mestre Moraes. Eles atacaram também sua família, que estava junto dele no momento do ataque. Seu filho foi morto e sua filha correu risco de vida. Assim, podemos considerar que a fábrica era também um espaço de atuação das famílias. Além da solidariedade de classe, havia também a solidariedade baseada nas relações familiares. Essas relações devem ser entendidas de forma mais abrangente, de modo que englobe várias formas de vínculos criados entre os operários. Não devemos esquecer que entre os trabalhadores devia haver filhos, primos, tios, noivos, afilhados, compadres, comadres e amigos que conviviam juntos no mesmo ambiente de trabalho. Sem dúvida também existia inimizade e desentendimentos entre os trabalhadores. Alguns trabalhadores defenderam a família de mestre Moraes. Foi um operário, considerado por muitos como traidor, quem matou Miguel Martins. Dessa forma, conflitos, entre superiores e subalternos ou entre operários do mesmo nível hierárquico, eram situações que envolviam direta ou indiretamente um número significativo de pessoas. Devemos observar que as relações dos mestres e contramestres com os operários nem sempre eram ruins. Havia espaço para a solidariedade e até mesmo união entre eles. Uma evidência disso foi uma das reivindicações feitas por Manuel de Castro, Presidente da UOFT, em agosto de 1918. Além de fazer várias reivindicações em benefício dos operários, ele também reivindicou aumento de salário para os contramestres. Para ser admitido na UOFT era necessário ter mais de 14 anos e exercer qualquer atividade em uma fábrica de tecidos. Os diretores e mestres das fábricas não podiam se filiar à União, mas os contramestres e encarregados eram admitidos. Porém, os contra-mestres, os encarregados, os empregados de escritório e os portadores de patentes militares, não podiam se candidatar a cargos eletivos na associação.<sup>139</sup>

Na cidade do Rio de Janeiro, no início do século vinte, os laços de solidariedade construídos pelas pessoas das classes populares tinham grande importância. Devido à pobreza e às difíceis condições de vida, os laços de solidariedade, que se baseavam na ajuda mútua entre homens e mulheres, eram fundamentais para a estratégia de sobrevivência dessas pessoas. A miséria unia solidariamente os humildes. As obrigações de solidariedade eram muito valorizadas, sendo consideradas importantes as manifestações constantes de hospitalidade e respeito mútuo, que reafirmavam o compromisso de todos com a luta em conjunto pela sobrevivência. Estas relações entre

---

<sup>139</sup> Estatutos dos Operários em Fábricas de Tecidos. Arquivo Nacional. Fundo: 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro. Série: Estatutos de Sociedade Civil. Notação: V-61. Registro nº. 910. 24 de janeiro de 1918. (art. 7º e art. 9º)

membros das classes populares eram entendidas como relações entre pessoas iguais, entre pessoas que se encontravam na mesma situação. Todos eram pobres, buscando sobreviver e melhorar de vida. Estes laços de solidariedade eram construídos entre parentes, compadres e amigos. Os compadres e amigos, assim como os parentes, eram pessoas com que se esperava poder contar nos momentos difíceis da vida.<sup>140</sup>

Embora nenhuma mulher tenha pertencido às direções da UOFT, as trabalhadoras participaram ativamente do cotidiano do sindicato e da mobilização da categoria em busca de melhores condições de vida. Elas atuaram de muitas formas, em alguns casos tendo uma atuação complementar à atuação dos homens. Em dezembro de 1917, quando trabalhadores da fábrica Aliança estavam sendo presos dentro de suas casas pelo simples fato de se recusarem a trabalhar, um grande grupo de trabalhadores se reuniu. Este grupo se dirigiu para o Palácio do Catete, com o objetivo de falar com o Presidente da República. Esse grupo era composto na sua maioria por mulheres e crianças. Nas proximidades do palácio, a polícia bloqueou a passagem dos grevistas. Houve grande confusão. Dezesseis operários que estavam mais exaltados foram presos. O Major Bandeira de Melo, Chefe do Corpo de Segurança, chegou ao local e conseguiu acalmar os grevistas. Estes, seguindo a orientação do major, formaram uma comissão para se encontrar com o Presidente da República. Os outros grevistas voltaram para suas casas. Nesta comissão havia algumas mulheres. A comissão foi recebida pelo Dr. Raúl Sá, oficial de gabinete do chefe da nação, e fez suas reclamações.<sup>141</sup> Quando julgava necessário, a polícia não exitava em prender tanto operários quanto operárias. No entanto, havia certo constrangimento em usar de violência contra senhoras. Muitos setores da sociedade reprovavam tal atitude, inclusive parte da imprensa. Era menos provável que a polícia usasse violência excessiva contra uma multidão composta de mulheres e crianças, do que contra uma multidão composta por homens. Assim, em determinadas situações, a presença das mulheres facilitava a mobilização da categoria. Nos momentos críticos, nos quais normalmente havia grande repressão policial, a atuação das mulheres contribuía para o restabelecimento do diálogo, entre os trabalhadores e as autoridades. Porém, nem sempre a atuação das mulheres era moderada. Elas também assumiram posições radicais, chegando mesmo a praticar

---

<sup>140</sup> CHALHOUB, S. Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Campinas: Editora UNICAMP, 2001. (p. 185 e 194-197)

<sup>141</sup> Jornal do Brasil, 05 de dezembro de 1917 (p. 7)

atitudes violentas. O seguinte episódio, ocorrido durante a greve de novembro de 1918, nos mostra isso.

A operária Georgina Alvarenga trabalha numa das fábricas de tecidos da Gávea e ao toque da sineta hontem compareceu proptamente.

A saída para o almoço foi a operária Georgina apedrejada pelas grevistas Antonia e Assunta Paty, Izabel Rita, Margarida de Freitas e Josephina Galbarda. As pedras não atingiram o alvo. As operárias agressoras foram presas e postas em liberdade depois de um grande susto que lhes passou a policia.<sup>142</sup>

Podemos notar pelo sobrenome que Assunta Paty e Antônia Paty eram parentes. Podiam ser mãe e filha ou talvez irmãs. Dessa forma, podemos observar novamente a coexistência entre relações familiares e relações de classe. As grevistas lançaram pedras contra uma funcionária que estava furando a greve. Essas grevistas tiveram uma postura independente dos homens. Elas consideraram provavelmente Georgina como uma traidora. Talvez tivessem alguma rixa antiga com essa funcionária. Talvez a considerassem desunida e aliada dos patrões. Seja como for, elas se mobilizaram em defesa do movimento grevista. As operárias foram presas, mas não permaneceram nessa condição. Elas foram duramente repreendidas e soltas em seguida. Muito provavelmente se homens tivessem sido presos por esse motivo, nessa conjuntura de greve geral, não teriam sido soltos logo em seguida. Normalmente seriam considerados, pela polícia, como uma ameaça à ordem. As autoridades julgaram que o susto que essas grevistas haviam sofrido já seria suficiente para mantê-las sob controle. Assim, elas foram soltas, podendo continuar contribuindo ativamente no movimento grevista. Para que uma greve geral fosse bem sucedida no setor têxtil, a participação das mulheres era fundamental. Elas representavam grande parte da mão-de-obra desse setor. Tanto elas quanto os homens tinham consciência disso. Elas não se omitiram e participaram das mais variadas formas, do movimento dos trabalhadores organizado pela categoria. A significativa presença das mulheres tornava a repressão contra os trabalhadores em fábricas de tecidos algo ainda mais difícil e complexo. A luta dos trabalhadores em fábricas de tecidos não era travada diretamente somente pelos chefes de família, mas pelas próprias famílias de trabalhadores.

---

<sup>142</sup> Correio da Manhã, 27 de novembro de 1918 (p. 3)

O número aproximado de operários, por estabelecimento, que trabalhavam nas principais fábricas de tecidos de lã, algodão e malha da cidade do Rio de Janeiro, em novembro de 1918, era:

Confiança, em Villa Isabel, 1800 pessoas.  
 Cruzeiro, á rua Barão de Mesquita, 1500.  
 Marville, na ponta do Cajú, 900.  
 Bonfim, no Cajú, 600.  
 Carioca, no Jardim Botânico, 2000.  
 Aliança, nas Laranjeiras, 1900.  
 Botafogo, á rua Barão de Mesquita, 950.  
 Bangu, 3950.  
 Corcovado, no Jardim Botânico, 1300.  
 Sapopemba, em Deodoro, 1800.  
 Aurora, á rua Real Grandeza, 60.  
 Minerva, na Tijuca, 270.  
 Corvilhã, na Tijuca, 50.  
 Esperança, á rua Francisco Eugênio, 250.  
 Manufatura Progresso, á rua Alegria, 30.  
 Tecidos de Juta, em São Christovam, 300.  
 Babylonia, á rua Major Ávila, 250.  
 Aldeia Campista, na Aldeia Campista, 80.  
 Bocheu, na Tijuca, 120.  
 Santo Antonio, em São Christovam, 200.  
 Santa Heloisa, no Mattoso, 500.  
 S. Felix, na Gávea, 550.<sup>143</sup>

Em novembro de 1918, nas 22 principais fábricas de tecidos da cidade do Rio de Janeiro, havia aproximadamente 19 360 trabalhadores. Em julho de 1917, o *Jornal do Brasil* informou que existiam 34 fábricas de tecidos no Distrito Federal.<sup>144</sup> Dessa forma, podemos afirmar com segurança que o número de trabalhadores em fábrica de tecidos em 1918, na cidade do Rio de Janeiro e proximidades, era superior a 20 000. Outro fator importante era que grande parte das fábricas de tecidos, no que diz respeito ao número de funcionários, era de médio ou grande porte. Dezesesseis fábricas possuíam mais de 250 funcionários. Algumas destas possuíam mais de 1000 funcionários. A Bangu empregava aproximadamente 4000 trabalhadores. Esta grande concentração de trabalhadores por estabelecimento diferenciava o setor têxtil dos setores metalúrgico, da construção civil e das pedreiras. Outra diferença era que o trabalho no setor têxtil era menos especializado que o trabalho nesses outros três setores. Não estamos dizendo que não havia trabalho especializado no setor têxtil. Estamos apenas afirmando que os setores metalúrgico, da construção civil e das pedreiras necessitavam de uma porcentagem de trabalhadores

<sup>143</sup> *Jornal do Brasil*, 28 de novembro de 1918 (p. 8)

<sup>144</sup> *Jornal do Brasil*, 29 de julho de 1917 (p. 6)

especializados, em relação ao total de trabalhadores empregados, significativamente superior ao setor têxtil. A presença de grande número de mulheres e crianças trabalhando no setor têxtil tinha relação com isso. As mulheres e crianças normalmente executavam tarefas que não demandavam trabalho especializado. As mulheres e as crianças recebiam um salário ainda pior que o salário dos homens. Não há evidência de um número significativo de mulheres trabalhando na metalurgia, na construção civil e nas pedreiras. Esses setores exigiam um trabalho, que envolvia grande esforço físico. Este tipo de trabalho normalmente não era considerado adequado para as mulheres. Havia crianças trabalhando nesses setores, mas em número inferior ao número de crianças que trabalhavam nas fábricas de tecidos. Num primeiro momento, sem a reflexão necessária, podemos supor que os setores metalúrgico, da construção civil e das pedreiras empregavam, em sua maioria, profissionais com baixa qualificação. Porém, um pedreiro, um canteiro ou um fundidor, por exemplo, era um trabalhador especializado, mesmo possuindo normalmente baixa escolaridade. Pedreiros desqualificados podiam sem dúvida comprometer a construção de um prédio. Seus erros podiam causar aumento dos custos e o não cumprimento dos prazos de conclusão das obras. A UOFT, diferentemente da UGM, da UGCC e do COP, não era um sindicato de ofício. Os trabalhadores não se agrupavam, dentro do sindicato, de acordo com os ofícios que exerciam. A grande quantidade e a significativa concentração, dos trabalhadores em fábrica de tecidos, facilitavam a mobilização de grande número de trabalhadores da categoria. Devido à grande quantidade de trabalhadores existentes e pelo significativo grau de organização deles, os trabalhadores em fábrica de tecidos e seu sindicato eram muito respeitados no movimento dos trabalhadores do Rio de Janeiro. Por outro lado, a pouca especialização exigida para trabalhar no setor era um ponto fraco. Isso facilitava a demissão dos trabalhadores, pois os patrões tinham certa facilidade para substituí-los por outros funcionários. A grande oferta de mão-de-obra, característica de setores que utilizam trabalho pouco especializado, dificultava a luta dos trabalhadores por direitos. Caso tivesse a pretensão de controlar o mercado de trabalho, vinculando a admissão de trabalhadores nos estabelecimentos à indicação do sindicato, a UOFT provavelmente teria muito mais dificuldade que a UGM, que a UGCC e que o COP para realizar tal intento. O grupo de trabalhadores aptos ao trabalho no setor têxtil era muito maior que nos outros três setores. Dessa forma, controlar esse mercado de trabalho era muito mais difícil.

No mês de abril de 1917, a Federação Operária já estava tentando mobilizar os trabalhadores metalúrgicos, para que estes se organizassem. A Federação organizou reuniões em sua sede e convidou os metalúrgicos.<sup>145</sup> No dia quatro de abril em assembléia na Federação Operária, foi criada uma comissão de oito membros para dirigir provisoriamente os trabalhos para a organização da associação dos metalúrgicos.<sup>146</sup> A União Geral dos Metalúrgicos foi fundada no dia primeiro de maio.<sup>147</sup> Durante os meses de maio e junho os metalúrgicos tiveram alguma dificuldade para mobilizar os trabalhadores.<sup>148</sup> Isto criava dúvidas com relação ao futuro da associação. Em meados de julho, a comissão de metalúrgicos ainda estava tentando marcar uma reunião para eleger uma direção para sua associação. No entanto, as greves de julho, que aconteceram de forma repentina e inesperada, desviaram a atenção dos metalúrgicos. Eles agora se mobilizavam, junto com as outras categorias, com o objetivo de terem suas reivindicações atendidas pelos patrões. A organização da associação teria que esperar mais um pouco. No dia quinze de julho, dia marcado para uma reunião dos metalúrgicos, foi feita na sede da Federação Operária uma grande reunião de trabalhadores, com o objetivo de decidir que postura adotar com relação às greves de São Paulo. Os trabalhadores do Rio de Janeiro já estavam mobilizados e a possibilidade de greve era muito grande.<sup>149</sup> No dia vinte e dois de julho, a comissão operária da UGM lançou aos metalúrgicos o seguinte apelo:

Aos metallurgicos – Companheiros:

Custa a crer que vós, que sois com todos os outros igualmente explorados, espezinhados, não vos levanteis ao clamor da revolta que agita todas as classes trabalhadoras.

Por que esperaes? Acaso quereis ficar nessa apathia mórbida e intolerante? Sede homens e vinde, como todos os outros trabalhadores, reclamar os direitos que nos assistem, vinde assistir á reunião que se realiza hoje, ás 7 horas da noite, na praça Tiradentes 71...<sup>150</sup>

O comunicado da comissão de operários metalúrgicos deixa claro que mobilizar os trabalhadores metalúrgicos estava sendo uma tarefa difícil. A comissão encontrava dificuldade não só para organizar a associação de classe, mas também para mobilizar os

<sup>145</sup> Jornal do Brasil, 04 de abril de 1917 (p. 7)

<sup>146</sup> Jornal do Brasil, 05 de abril de 1917 (p. 6)

<sup>147</sup> Estatutos da União Geral dos Metalúrgicos. Arquivo Nacional. Fundo: Primeiro Ofício de Registros de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro. Série: Estatutos de Sociedade Civil. Notação: V-60. Registro nº 902. 21 de dezembro de 1917.

<sup>148</sup> O Metallurgico: órgão oficial da união geral dos metallurgicos, 01 de maio de 1918 (p. 1)

<sup>149</sup> Jornal do Brasil, 13 de julho de 1917 (p. 8); Jornal do Brasil, 16 de julho de 1917 (p. 5)

<sup>150</sup> Jornal do Brasil, 23 de julho de 1917 (p. 6)

metalúrgicos, para que esses se unissem à agitação operária das demais categorias. Buscando atrair os trabalhadores para o sindicato, os líderes metalúrgicos utilizaram a inteligente estratégia de apelar para a masculinidade dos trabalhadores. Essa estratégia parece ter surtido algum efeito, pois um numeroso grupo de metalúrgicos atendeu ao apelo e compareceu à Federação Operária, para debater sobre a possibilidade de greve.<sup>151</sup>

No dia vinte e quatro de julho, grande parte dos metalúrgicos já havia aderido à greve. No dia vinte e oito, a comissão de metalúrgicos compareceu ao Conselho Municipal. Este conselho estava tentando mediar as negociações entre patrões e empregados. A comissão organizada pelo comitê grevista da classe dos metalúrgicos entregou ao intendente Garcez a seguinte proposta:

- 1º. – Oito horas de trabalho, começando às 7, terminando às 16 horas, uma hora de almoço;
  - 2º. – Aumento de 10% aos operários que ganham mais de 6\$000;
  - 3º. – Aumento de 20% aos que ganham menos de 6\$000;
  - 4º. – Abolição do trabalho por hora, percebendo no entanto o mesmo ordenado que actualmente percebem e o aumento respectivo;
  - 5º. – Abolição das sociedades beneficentes creadas pelos patronatos;
  - 6º. – Aos aprendizes cabem as mesmas horas de trabalho, e o aumento de 30% nos seus salários;
  - 7º. – Não será permitida a entrada de aprendizes menores de 14 annos e que não saibam ler e escrever, permitindo-se conservar os que estão;
  - 8º. – Aos que trabalham de empreitada terão o aumento de 20% na mão de obra, não podendo trabalhar mais de oito horas;
  - 9º. – Só será permittido o serão com pagamento duplo;
  - 10º. – O trabalho aos domingos será igualmente pago duplo;
  - 11º. – O trabalho que por sua natureza requer constancia do operário no mesmo dia e noite será dividido em tres turmas de oito horas cada uma, não sendo incluído no extraordinário;
  - 12º. – O pagamento será feito pontual em todas as officinas, fabricas ou companhias;
- Paragrapho único – Os operários envolvidos no movimento grevista não poderão ser demittidos, sob pena de greve geral da classe.<sup>152</sup>

No início de agosto, a greve dos metalúrgicos já havia fracassado. A comissão dos metalúrgicos considerou que este fracasso se deu principalmente devido à falta de organização da classe. Assim, eles marcaram uma reunião com o objetivo de organizar sua associação de classe.<sup>153</sup> A UGM foi fundada no dia primeiro de maio, mas a categoria não se mobilizou de forma significativa. Uma coisa é fundar uma associação, outra é torná-la uma realidade na prática. Isto exigia a participação significativa dos

<sup>151</sup> Jornal do Brasil, 24 de julho de 1917 (p. 5)

<sup>152</sup> Jornal do Brasil, 28 de julho de 1917 (p. 7)

<sup>153</sup> Jornal do Brasil, 07 de agosto de 1917 (p. 6)

trabalhadores da classe. Por isso, a comissão convocava os metalúrgicos através da imprensa, para participarem da sua associação. No dia oito de agosto, foi feita uma reunião, na sede da União dos Alfaiates, com o objetivo de reorganizar a UGM. Nesta reunião compareceram oitenta e sete sócios. Paschoal Gravina sugeriu a reforma dos estatutos. Sua sugestão foi aprovada e a comissão criada para a reforma dos estatutos foi a seguinte: Paschoal Gravina, Olinto R. de Moraes, Albino P. de Carvalho, Estevam Boni, Luiz Vinardi, Delphim P. de Abreu, Guilhermino Marques de Sá, Manoel Brandão, José Cardoso Bessa e Antônio Cardoso. Os estatutos só foram definitivamente aprovados e reconhecidos pela lei do país, no mês de dezembro.<sup>154</sup> No dia nove de setembro, na rua Teófilo Otoni 81, sede da Associação dos Gráficos, foi realizada uma assembléia para eleger a diretoria da UGM. No mesmo local, no dia dezesseis, foi realizada uma reunião para dar posse à diretoria eleita. Esta tinha mandato com encerramento em janeiro de 1918. A diretoria era composta pelos seguintes membros: presidente, Paschoal Gravina; vice-presidente, Estevam Boni; primeiro tesoureiro, Albino Pinto de Carvalho; segundo tesoureiro, Guilhermino Marques Sá; secretário geral, Atanagildo Pereira; primeiro secretário, Olinto Rabelo de Moraes; segundo secretário, João José Malaquias; primeiro bibliotecário, Manuel Gonçalves; segundo bibliotecário, José Viegas da Silva. A comissão fiscal era a seguinte: Apolinário Costa, Manuel Brandão e Luiz Vinardi.<sup>155</sup> No entanto, durante esta administração, por motivo de saúde, o primeiro bibliotecário e o segundo tesoureiro renunciaram aos cargos. Foram substituídos por José Esteves e Lucio Pinto Nunes respectivamente. O primeiro tesoureiro, Albino Pinto de Carvalho, desviou dinheiro da União em benefício próprio. Isto impediu que a União conseguisse honrar alguns de seus compromissos. Ele foi afastado e suas funções foram assumidas por Estevam Boni.<sup>156</sup>

No mês de outubro houve reuniões, entre o Centro Protetor dos Fundidores e Classes Anexas e a União Geral dos Metalúrgicos, com o objetivo de evitar a divisão dentro da classe. Estas reuniões resultaram na dissolução do Centro.<sup>157</sup> Em janeiro de 1918, houve eleição para a nova diretoria da UGM, que tomou posse no dia treze desse mês, com mandato para o ano corrente. A nova diretoria era a seguinte: presidente, Estevam Boni; vice-presidente, Manuel M. dos Santos; primeiro secretário, Joaquim

<sup>154</sup> O Metallurgico: órgão oficial da União Geral dos Metallurgicos, 01 de maio de 1918 (p. 3)

<sup>155</sup> Jornal do Brasil, 07 de setembro de 1917 (p. 10); Jornal do Brasil, 15 de setembro de 1917 (p. 8); O Metallurgico: órgão oficial da União Geral dos Metallurgicos, 01 de maio de 1918 (p. 2)

<sup>156</sup> O Metallurgico: órgão oficial da União Geral dos Metallurgicos, 01 de maio de 1918 (p. 2)

<sup>157</sup> Jornal do Brasil, 15 de outubro de 1917 (p. 7); O Metallurgico: órgão oficial da União Geral dos Metallurgicos, 01 de maio de 1918 (p. 3)

Alves Carneiro; segundo secretário, Zeferino F. da Silva; primeiro tesoureiro, Atanagildo Pereira; secretário geral, Paschoal Gravina; primeiro bibliotecário, Olinto Rabelo. Infelizmente não conseguimos identificar os nomes do segundo tesoureiro e do segundo bibliotecário, que também tomaram posse. Tomaram posse no Conselho Fiscal: Manuel da Costa Ribeiro, Antonio Tavares e José Pinto Carneiro.<sup>158</sup> No mês de Março, devido a demissão dos secretários e do tesoureiro, foram nomeados Felipe Alves Lopes, Afonso Viana e José Gomes Fernandes respectivamente para os cargos de primeiro secretário, segundo secretário e tesoureiro.<sup>159</sup> Em junho, a UGM fundou sucursais em Niterói e no Méier. A sede da UGM passou a funcionar na Rua Senador Pompeu, número 160.<sup>160</sup>

Em meados do mês de julho de 1918, o presidente, o vice-presidente, os tesoureiros e os delegados da UGM junto à UGT pediram demissão de seus cargos. No final do mês de agosto, foram eleitos, para ocupar os cargos de presidente e vice-presidente, Antonio Agostinho Tavares e Joaquim Alves Carneiro. Desde julho, eles já estavam ocupando provisoriamente esses cargos.<sup>161</sup> No mês de setembro, houve um debate na UGM sobre um memorial que deveria ser enviado aos industriais. A UGM desejava o seguinte: estabelecimento de uma tabela de salários com aumentos relativos, jornada de oito horas de trabalho e o reconhecimento da União Geral dos Metalúrgicos como órgão oficial da classe.<sup>162</sup> A carestia continuava sendo um problema grave para os trabalhadores. Em outubro, a UGM declarou apoio moral e material à UGT, caso esta resolvesse conduzir os trabalhadores a uma greve geral. Foi feito também um protesto contra o Chefe de Polícia e o Major Bandeira de Melo, considerados responsáveis pela prisão de Antônio Fernandes, Secretário Geral da UGT. A prisão foi considerada pela UGM como sem fundamento e motivada por perseguição política.<sup>163</sup>

Vamos agora analisar estas informações apresentadas sobre o sindicato dos metalúrgicos. Como podemos observar, Paschoal Gravina foi um líder operário que teve um importante papel na organização da UGM. Ele não só foi seu primeiro presidente, durante os últimos quatro meses de 1917, como também foi secretário geral desta associação, durante o ano de 1918. Paschoal teve importante atuação junto ao

<sup>158</sup> Jornal do Brasil, 14 de janeiro de 1918 (p. 7)

<sup>159</sup> Jornal do Brasil, 13 de março de 1918 (p. 7)

<sup>160</sup> Jornal do Brasil, 12 de junho de 1918 (P. 7); Jornal do Brasil, 18 de junho de 1918 (p. 6); Jornal do Brasil, 02 de julho de 1918 (p. 2)

<sup>161</sup> Jornal do Brasil, 19 de julho de 1918 (p. 7); Jornal do Brasil, 23 de Julho de 1918 (p. 7); Jornal do Brasil, 31 de agosto de 1918 (p. 7)

<sup>162</sup> Jornal do Brasil, 05 de setembro de 1918 (p. 6)

<sup>163</sup> Jornal do Brasil, 01 de outubro de 1918 (p. 9)

movimento dos trabalhadores de um modo geral, nos anos de 1917 e 1918. Ele foi membro do Comitê de Agitação Operária contra a Carestia, organizado pela Federação Operária. Assim, participava da coordenação da mobilização de vários grupos de trabalhadores. Discursou em vários comícios e manteve contatos com as lideranças de várias categorias de trabalhadores, como por exemplo os trabalhadores da construção civil e os gráficos.<sup>164</sup> Visto isto, torna-se interessante perguntar, qual seria a orientação política adotada por Paschoal Gravina? Seria ele um anarquista? Em julho de 1917, o *Jornal do Brasil* publicou a seguinte carta enviada por Paschoal Gravina.

Pouco habituado a acompanhar o debate nas duas casas do Congresso por não me sobrar para isso o tempo preciso, atarefado como vivo pelos encargos de minha profissão, passar-me-ia despercebido o facto de haver merecido a honra de ter sido o meu nome humilde proferido na Câmara pelo Sr. Deputado Álvaro de Carvalho, se para isso não fosse a minha atenção chamada por um amigo.

Esse deputado no entanto, revelou não me conhecer nem saber da minha attitude na sociedade, que, em verdade, não pode ser mais franca.

Disse-me anarchista. Não é verdade. Nunca fiz profissão de fé anarchista nem á S. Ex. a quem não tenho a honra de conhecer, nem ás associações a que pertenço, nem na praça pública onde tantas vezes tenho estado para protestar contra todas as injustiças e iniquidades.

Parece que S. Ex. não me negará o direito de franca manifestação do pensamento, não já pelo facto de ser brasileiro nato, mas pela faculdade que para esse fim é assegurada pela constituição de meu paiz.

Não sou anarchista; se o fosse teria a hombridade de declarar-o com todo o desassombro. – Paschoal Gravina.<sup>165</sup>

Na carta, Paschoal Gravina declara publicamente que não é um anarquista. Como prova disso não usa somente a sua palavra, mas também chama a atenção para sua atuação junto aos trabalhadores. Paschoal apresentava publicamente suas idéias, de forma constante, pois participava de reuniões com várias categorias de trabalhadores e fazia muitos comícios em praça pública. Qualquer um, que acompanhasse de perto o movimento operário, conheceria suas idéias e poderia constatar que ele não era um anarquista. Ele defendia o combate à carestia e a organização dos trabalhadores, com o objetivo de melhorar as condições de vida destes. Isto de modo algum pode ser considerado como defesa do anarquismo. Fica evidente a dificuldade que muitas autoridades tinham em identificar corretamente a orientação política dos líderes dos trabalhadores. A mobilização em praça pública pela defesa da greve podia ser associada com desordem, que era relacionada por muitos ao anarquismo. Paschoal se pronunciou,

<sup>164</sup> *Jornal do Brasil*, 29 de março de 1917 (p. 8); *O Metallurgico*: órgão oficial da União geral dos Metallurgicos, 01 de maio de 1918 (p. 3)

<sup>165</sup> *Jornal do Brasil*, 20 de julho de 1917 (p. 6)

através da imprensa, não só para esclarecer sua orientação política, mas também para não permitir que a repressão sobre o movimento operário, fosse legitimada pelo argumento de combate ao anarquismo. A Federação Operária do Rio de Janeiro mantinha sim diálogo constante com muitos anarquistas e alguns desses faziam parte dessa associação. Muitos deles provavelmente eram conhecidos de Gravina. No entanto, a existência de anarquistas filiados a uma associação não torna essa associação anarquista. Reconhecer anarquistas, como parte do movimento operário, e aceitar o apoio e a solidariedade destes não torna anarquista uma pessoa ou uma associação.

Em março de 1917, em comício contra a carestia na Praça Sete de Março, Paschoal Gravina fez um discurso:

...Em seguida fallou o Sr. Paschoal Gravina, o orador dirigiu-se aos homens de trabalho para pedir-lhes que não dessem ouvidos a política; não tratassem de política; que odiassem a política como a causa de todas as desgraças que affligem as classes laboriosas. Disse o orador que há completa incompatibilidade entre o homem de trabalho e a política; entre o diploma e a ferramenta com que é conquistado o pão cotidiano...<sup>166</sup>

Neste discurso, Paschoal Gravina estava defendendo que a melhoria da situação de vida dos trabalhadores dependia dos próprios trabalhadores. Isto ia ao encontro do esforço para organizar os trabalhadores, feito pela Federação Operária. Assim, os trabalhadores deveriam apostar na luta feita pelos seus sindicatos, e não nas promessas de políticos, que normalmente não se concretizavam. Ele falou na existência de uma incompatibilidade entre o diploma e a ferramenta. Para ele, os interesses dos políticos da elite eram diferentes dos interesses dos trabalhadores. Dessa forma, o caminho da política não seria adequado aos trabalhadores. Seria uma perda de tempo, um desvio daquilo que realmente interessava, a luta feita pelos próprios trabalhadores e por suas associações. Porém, em seis de janeiro de 1918, Gravina parecia já não manter exatamente esta posição. Ele foi empossado na diretoria do Partido Socialista do Brasil, em evento realizado na Praça Tiradentes nº. 71, no edifício no qual havia funcionado até recentemente a sede da Federação Operária. Na hora marcada para a abertura da sessão solene, na qual ocorreria a posse da administração desse novo partido, o grande salão estava repleto de operários filiados e de representantes da maioria das associações de classe, existentes na cidade do Rio de Janeiro. A mesa dirigente dos trabalhos foi formada por Toledo de Loyola, exercendo a função de presidente, Mariano Garcia,

---

<sup>166</sup> Jornal do Brasil, 12 de março de 1917 (p. 5)

Cândido Costa, Nestor Peixoto, Isaac Isekshon, Paschoal Gravina e Domingos Gomes Barbosa. Foram empossados como diretores: Nestor Peixoto de Oliveira, Isaac Isekshon, Paschoal Gravina, Toledo de Loyola, Murilo de Araújo, José Kosky e Francisco Santos. O Conselho fiscal empossado era composto por: Cândido Costa, Alonso Costa e Francisco Leite. Ao final do evento vários oradores, dentre eles Mariano Garcia e Paschoal Gravina, discursaram. Eles solicitaram a participação dos trabalhadores na construção do novo partido.<sup>167</sup> O Partido Socialista do Brasil foi fundado em primeiro de maio de 1917, no Rio de Janeiro, por Nestor Peixoto de Oliveira e alguns outros intelectuais. O partido tinha uma orientação socialdemocrata.<sup>168</sup> Paschoal Gravina era então um socialista. Provavelmente já não possuía mais aquele seu antigo ódio com relação à política, mas isto não impedia que continuasse se considerando um adversário das elites. Provavelmente ele considerava o Partido Socialista do Brasil, ao contrário dos demais partidos, como um partido identificado com os interesses dos trabalhadores. Gravina era socialista, mas a UGM não era. O partido Socialista não falava em nome da União. Os socialistas eram sim mais um grupo solidário aos interesses dos trabalhadores, que mantinha boas relações com a UGM. Os socialistas, assim como os anarquistas e membros de outras correntes ideológicas, tentavam exercer influência no programa e na estratégia de mobilização da UGM.

A UGM, assim como a UOFT, sofreu grande influência das greves de 1917, no período de sua criação. A associação dos metalúrgicos foi criada em maio, mas só conseguiu se organizar de forma mais consistente, após as greves de julho. A causa do fracasso da greve dos metalúrgicos, em 1917, foi associada pela UGM à falta de organização da classe. Nesta greve, os metalúrgicos haviam reivindicado melhores condições de trabalho e melhor remuneração. Assim, a organização dos trabalhadores em torno da UGM permitiria o alcance dessas metas. A expectativa dos organizadores da UGM era que no futuro ela contribuiria para melhorar as condições de vida dos trabalhadores. Nos Estatutos da UGM, que foram debatidos durante todo o ano de 1917, constava como fins da associação: a obtenção de melhores condições higiênicas nas oficinas, a diminuição das horas de trabalho, o aumento do salário e a criação de leis

---

<sup>167</sup> Jornal do Brasil, 07 de janeiro de 1918 (p. 6)

<sup>168</sup> GURGEL, A.de P. *Socialistas no Brasil: partidos, programas e experiências*: Editora thesaurus, 1984. (p. 25)

sobre os acidentes de trabalho.<sup>169</sup> Em nenhum lugar, nos estatutos da UGM, a mudança da estrutura social estava prevista como um dos objetivos da associação. Apesar disso provavelmente ser uma condição para o registro da associação, os anarquistas certamente teriam dificuldade em concordar com essa declaração de intenções, que não mencionava mudanças estruturais na sociedade. A UGM não foi fundada pelos anarquistas, embora eles tivessem dado sua colaboração. Reivindicações, como o estabelecimento da jornada de trabalho de oito horas e o aumento de salários, não eram consideradas prioridades para os anarquistas. Isto não resolveria, segundo eles, os principais problemas dos trabalhadores: a existência de um sistema social baseado na autoridade e na exploração do homem pelo homem. Como podemos ver, as idéias, defendidas pelos criadores da UGM e estabelecidas nos estatutos da associação, eram diferentes das idéias pregadas pelos anarquistas. Contudo, isto não quer dizer que essas idéias não poderiam ser aceitas e apoiadas pelos anarquistas.

Devemos agora nos perguntar se em algum momento, entre 1917 e 1918, os anarquistas assumiram o controle da UGM? Neste período a UGM teve três presidentes: Paschoal Gravina, Estevam Boni e Antônio Agostinho Tavares. Boni foi vice-presidente na gestão de Gravina. Este foi secretário geral na gestão de Boni. Vários membros da primeira direção também fizeram parte da segunda direção. Houve, na verdade, uma continuidade na orientação adotada pela UGM nessas administrações. Em meados de julho de 1918, houve uma divisão na UGM. Esta divisão estava relacionada com a postura que deveria ser adotada com relação à UGT. A UGM estava filiada a UGT, desde o período da criação desta. A UGT enviou uma mensagem ao Congresso que gerou muita polêmica na UGM. Nesta mensagem, a UGT se declarava contrária à guerra com a Alemanha e fazia reivindicações. Queria a imediata regulamentação de horários e de salários, enquanto aguardava a criação de um Código do Trabalho.<sup>170</sup> O tema da guerra dividia os trabalhadores. O Presidente da República havia pedido o apoio deles. Muitos trabalhadores consideravam que não era correto condenar a guerra ou fazer greve num momento tão difícil para o país. Isto seria falta de patriotismo. Outros consideravam que a guerra era prejudicial aos trabalhadores, pois esta fortalecia a idéia de harmonia entre as classes, paralisando temporariamente a luta por melhores

---

<sup>169</sup> Estatutos da União Geral dos Metalúrgicos. Arquivo Nacional. Fundo: 1º. Ofício de Registros de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro. Série: Estatutos de Sociedade Civil. Notação: V-60. Registro nº. 902. 21 de dezembro de 1917. (p. 4)

<sup>170</sup> Anais da Câmara dos Deputados, 18 de julho de 1918 (p. 121) Biblioteca Nacional (5-084, 4, 14); Cronica Subversiva, 20 de julho de 1918 (p. 1)

condições de vida. Assim, parece que parte dos metalúrgicos apoiou a atitude da UGT e outra parte condenou. Esta divisão dentro da UGM parece ter resultado na demissão do presidente, Estevam Boni, e de membros de sua diretoria.<sup>171</sup> Boni e seus diretores provavelmente apoiavam a postura da UGT. Um forte indício disto é que os delegados da UGM junto à UGT também pediram demissão. Estes delegados tinham apoiado a decisão da UGT de enviar a mensagem ao Congresso Nacional. Além disso, a direção da UGM estava ligada à UGT e dava suporte a ela. Boni parece ter se ofendido com as críticas e falta de apoio que recebeu, por parte dos trabalhadores filiados à UGM. Os desentendimentos parecem ter sido significativos. Não devemos considerar necessariamente que os críticos da direção da UGM tenham sido contagiados por um sentimento patriótico. A questão podia estar ligada à estratégia de luta adotada pela associação. A condenação da guerra abria espaço para que os patrões e autoridades do governo condenassem publicamente a UGM. Isto além de dificultar o diálogo entre a UGM, os patrões e o governo, também podia legitimar a repressão policial contra a associação. A UGM poderia perder o apoio de parte da sociedade que apoiava sua luta, inclusive parte da imprensa. Outro motivo para desentendimentos pode ter sido a questão da ação direta. Sem dúvida muitos membros da UGM, inclusive indivíduos pertencentes a sua direção, eram defensores da ação direta. Uma solicitação formal, feita pela UGT, para que o Estado regulasse as relações entre patrões e trabalhadores, pode ter incomodado os defensores mais rigorosos dessa postura. Cabe destacar que, apesar de tudo, Estevam Boni era muito respeitado dentro da UGM. Muitos trabalhadores se mostraram contrários a sua demissão, mas ele se mostrou irredutível.<sup>172</sup> Antônio Agostinho Tavares assumiu a presidência da UGM, mas não fez grandes alterações na política adotada pela associação. A UGM continuou ligada à UGT, sendo que em outubro chegou a declarar apoio moral e material a ela. A UGM também não alterou o conteúdo de suas reivindicações. As reivindicações continuaram sendo, de um modo geral, o combate à carestia, a melhoria das condições de trabalho dos metalúrgicos e o reconhecimento da UGM como representante legítima dos metalúrgicos, junto ao Estado e aos patrões. Em nenhum momento, entre 1917 e 1918, a UGM adotou como referência principal a doutrina anarquista. Neste período os anarquistas também não assumiram o controle da UGM, apesar de existirem trabalhadores anarquistas filiados à associação e apesar de líderes anarquistas

---

<sup>171</sup> Jornal do Brasil, 19 de julho de 1918 (p. 7); Jornal do Brasil, 23 de julho de 1918 (p. 7)

<sup>172</sup> Jornal do Brasil, 19 de julho de 1918 (p. 7)

divulgarem suas idéias com freqüência nesta associação. As três direções da UGM nesse período apresentaram uma significativa continuidade, alterando muito pouco o conteúdo de suas reivindicações, de acordo com a conjuntura. A estratégia de mobilização era baseada na busca do diálogo com o Estado e com os patrões. A greve era utilizada como recurso quando consideravam necessário. Estas práticas estavam de acordo com os interesses da maioria dos trabalhadores. Havia diálogo da UGM com o anarquismo e outras correntes ideológicas, mas a UGM não adotou uma corrente ideológica específica como referência principal. A UGM sofreu influência dessas várias correntes. As demandas dos metalúrgicos podem ser consideradas a referência principal da UGM. Estas demandas é que permitiram não só a mobilização dos trabalhadores, mas também a união de militantes com diversas orientações políticas em torno da UGM. A idéia de revolução sem dúvida estava presente dentro da associação, mas mesmo sendo uma idéia importante para muitos, não foi central na atuação prática do sindicato.

A União, desde sua criação, se deparou com o grande desafio de mobilizar os metalúrgicos. Sem esta mobilização, a existência da UGM não teria sentido. De que serviria um sindicato que não conta com o apoio dos trabalhadores? A mobilização dos metalúrgicos era o objetivo principal da UGM, assim como o objetivo da Federação Operária era mobilizar os trabalhadores do maior número de categorias possível. Nos primeiros meses de sua existência a UGM não obteve muito sucesso nesse sentido, mas gradativamente a mobilização dos metalúrgicos foi ganhando força. Mesmo assim, isto nunca deixou de ser uma preocupação central da UGM. Estevam Boni, em 1918, escreveu no jornal *O Metallurgico*, o seguinte:

...Agora, para que a União siga em progresso e possa ser o baluarte de nossas reivindicações, é necessário que todos os metallurgicos, sem distinção de classe ou de nacionalidade, saibam cumprir o seu dever, irmanando-se como um só homem, deixando de parte algumas questões individuais que existam ou possam surgir, para que uma só cousa possa existir entre nós: a União Geral dos Metallurgicos...<sup>173</sup>

Estevam Boni defendia a união dos metalúrgicos em torno da UGM. Os trabalhadores deviam tentar se manter unidos, apesar das suas diferenças. Estas diferenças seriam questões menores perto daquilo que realmente interessava, a melhoria das condições de vida dos metalúrgicos. Esta melhoria seria conseguida somente pela

---

<sup>173</sup> O Metallurgico: órgão oficial da União Geral dos Metallurgicos, 01 de maio de 1918 (p. 1)

organização dos trabalhadores, através da UGM. Para ele, não eram doutrinas, como por exemplo o anarquismo, que iriam resolver o problema dos metalúrgicos. A UGM iria possibilitar a resolução desses problemas. Outro ponto interessante é que a UGM não queria resolver o problema dos explorados, mas sim dos trabalhadores metalúrgicos. Ela representava um setor bem específico da sociedade. Sua luta estava atrelada às demandas dos metalúrgicos. Olinto Rabelo escreveu um artigo seguindo a mesma linha de pensamento de Boni:

...E' preciso que todos reconheçaes que a união faz a força e que só se póde conseguir alguma cousa com a cooperação de todos.

A nossa União acha-se fundada e reconhecida como entidade jurídica e defensora dos direitos dos seus associados; portanto vinde cooperar conosco, combinar e estudar os meios, sem prejuízo nosso, sem afronta aos interesses patronaes, visto que é mais fácil mudar-mos de amos que desembaraçarmo-nos delles.<sup>174</sup>

Mais uma vez fica claro o esforço para mobilizar os metalúrgicos. Rabelo observa que a União era reconhecida como entidade de direito jurídico. A luta contra os patrões era entendida como algo muito difícil, por isso a união dos trabalhadores era fundamental. Ele queria deixar claro para os metalúrgicos que a UGM era uma organização séria, que agia dentro da lei. A UGM seria fundamental na luta dos trabalhadores por melhores condições de vida. Buscava-se afastar uma possível relação entre a UGM e a idéia de desordem. Ele defendia que a UGM tinha todo o direito de existir, pois representava os interesses legítimos dos metalúrgicos, sem desrespeitar os interesses do restante da sociedade. A UGM fazia oposição aos patrões, mas esta oposição seria justa. Rabelo deixa claro também que a UGM era um espaço para o diálogo. Ele convidou os metalúrgicos para participarem desse espaço. Ali existiam várias linhas de pensamento que deviam somar forças, para alcançar um objetivo geral comum: o reconhecimento da UGM como representante da categoria dos metalúrgicos e a melhoria das condições de vida destes. Uma idéia de revolta também estava presente, pois ele considerava que se livrar dos patrões era mais fácil que se desembaraçar deles. Assim, havia espaço também para a existência de uma postura mais radical.

Rabelo não abria mão do caráter revolucionário que considerava necessário estar presente no sindicato. Podemos observar isso em outro trecho do seu artigo:

---

<sup>174</sup> O Metallurgico: órgão official da união Geral dos Metallurgicos, 01 de maio de 1918 (p. 4)

Os sindicatos ou sociedades de resistência são associações operárias destinadas á defesa dos interesses dos trabalhadores contra a exploração dos capitalistas. Recebem diversos nomes, conforme os paizes: *syndicatos*, *ligas de resistência*, *uniões de officios*, *associações de classe*, *trade-unions*, etc. E' o conjunto de idéas e de systemas sobre a organização operaria, a sua acção e os seus methods de luta. Essas disposições empregam-se por vezes, em sentido um tanto distincto, em virtude da diferença de methods e tendências de diversas organizações...

A sociedade de resistência mais perfeita, embora não sem defeitos, é o *syndicato francez*, adherente á Confederação Geral do Trabalho. E' puramente de resistência facilitando a entrada de todos, procurando agrupar o maior numero possível, mas sem por isso deixar de agir constantemente pelos meios mais directos.

Trata de conquistar melhoramentos (sobretudo redução de horas), fazendo assim ensaios para a grêve geral revolucionaria...<sup>175</sup>

Para Rabelo, o sindicato francês ligado à Confederação Geral do Trabalho, embora tivesse seus problemas, era uma referência. Ele relaciona as virtudes deste sindicato, nos permitindo identificar como deveria ser um sindicato, segundo suas idéias. Os sindicatos deveriam ser puramente de resistência, não abrindo espaço para o mutualismo e para o cooperativismo. Assim, os sindicatos não correriam o risco de se desviarem de sua verdadeira função, a luta contra os patrões, buscando melhorias para as categorias que representavam. O sindicato ideal também deveria ser acessível a todos os trabalhadores, pois a união de todos fortaleceria a luta operária. Outra característica defendida era a ação direta. Os sindicatos não deveriam buscar intermediários para resolver seus problemas. Para isso, os trabalhadores deveriam negociar diretamente com os patrões ou recorrer à greve. A greve é entendida como tendo uma dupla função. No curto prazo, permitir a conquista de direitos para os trabalhadores. No longo prazo, através da greve geral revolucionária, permitir uma grande mudança na organização da sociedade. A Confederação Geral do Trabalho francesa foi responsável pelo texto, aprovado em 1906, que deu base e fundamento ao sindicalismo revolucionário. Os objetivos centrais desse texto eram a organização dos trabalhadores na defesa de seus interesses, sem relacionar essa luta a qualquer tendência política. Esses princípios poderiam ser aceitos por militantes de várias correntes políticas diferentes. O sindicato seria um espaço de união, no qual deveria ser tolerada a divergência doutrinária.<sup>176</sup>

Poderíamos então afirmar que a UGM era um sindicato baseado no sindicalismo revolucionário? Não. A UGM sofria influência de várias correntes ideológicas. Sofria

<sup>175</sup> O Metallurgico: órgão oficial da União Geral dos Metallurgicos, 01 de maio de 1918 (p. 4)

<sup>176</sup> TOLEDO, E. *Anarquismo e sindicalismo revolucionário: Trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. (p. 49-50)

também forte influência dos trabalhadores que buscava mobilizar. A idéia de greve geral revolucionária poderia ser aceita por grupos diversos. Os anarquistas, por exemplo, poderiam aceita-la. Apesar das greves que buscavam direitos para os trabalhadores estarem em desacordo com a doutrina anarquista, elas podiam ser toleradas e exploradas por eles. O fracasso das greves poderia fortalecer o discurso anarquista, que defendia que somente uma revolução resolveria o problema dos explorados. Os anarquistas poderiam utilizar a greve geral revolucionária como meio para estabelecer a futura sociedade libertária. A idéia de greve geral revolucionária é algo muito vago, pois sugere mudanças significativas, mas não especifica quais mudanças seriam essas, ou seja, não esclarece como funcionaria a nova sociedade. Assim, vários grupos diferentes poderiam abraçar essa idéia transferindo conflitos doutrinários para o futuro. Contudo, nem todos dentro da UGM eram favoráveis à idéia de greve geral revolucionária. Esta idéia não era uma unanimidade. Esta era uma idéia defendida por Olinto Rabelo. Além disso a ação direta, que era uma idéia defendida tanto pelo sindicalismo revolucionário quanto pelo anarquismo, não foi a única estratégia de mobilização adotada pela UGM. Esta recorreu em alguns momentos a intermediários que pudessem mediar suas negociações com os patrões. Como observamos, até mesmo os intendentes do Conselho Municipal fizeram esse papel. A utilização de autoridades do Estado, como mediadores, era uma postura defendida pelo sindicalismo reformista, que também tinha influência na UGM, e por muitos socialistas.

Agora precisamos voltar nossa atenção para uma diferença relevante. Uma coisa era o sindicato defendido por Olinto Rabelo, outra coisa era o sindicato que realmente existia. Vamos observar mais um trecho do artigo de Rabelo:

O mutualismo ( e com elle o cooperativismo) não serve senão para mascarar a acção economica da sociedade, e para attrahir como uma isca traiçoeira, uma multidão de apathicos e inconscientes, que só pensam no subsidio, que só se associam com a mira no socorro e que, depois de associados, só apparecem na séde social quando se trata de reclamar o cobre providencial.

Essa gente não constitui uma força, a não ser negativa: é um embaraço, um peso morto, uma bola aos pés da associação.

A união faz a força, mas é... a união de forças: forças que devem ser concordantes e, portanto, conscientes. Pergunto: são conscientes do verdadeiro fim da associação – a resistencia – os que se associam com o fito do subsidiosinho? [...]

Quando a sociedade se põe a fazer mutualismo e a arregimentar por este meio rebanhos de resignados e de cobardes, sem nenhum intuito de

resistencia, sem nenhuma idéa de protesto, está perdida para toda a actividade fecunda...<sup>177</sup>

Rabelo defendia rigorosamente que a UGM fosse unicamente uma sociedade de resistência. Ele considerava que o mutualismo e o cooperativismo somente atrapalhavam a luta dos trabalhadores, afastando o sindicato do seu verdadeiro fim. Esta crítica não era gratuita. Rabelo estava incomodado com a presença de idéias e práticas mutualistas e cooperativistas dentro da UGM. Ele combatia essas idéias, pois queria impedir que o sindicato fosse fortemente influenciado por elas. Ele não se limitou a criticar o mutualismo e o cooperativismo no plano teórico, mas criticou principalmente os trabalhadores. Para ele, os trabalhadores atraídos pelo mutualismo eram um peso morto, até mesmo um embaraço para o sindicato. As direções da UGM sabiam que as práticas mutualistas interessavam aos trabalhadores. Elas ajudavam os militantes, na sua luta com o objetivo de atrair trabalhadores para o sindicato. A ajuda fornecida, através do sindicato, aos trabalhadores, nos momentos em que estes passavam por situações difíceis, contribuía para a criação de vínculos entre os trabalhadores e o sindicato. A direção da UGM tinha consciência disso, apesar de existirem membros da diretoria contrários às práticas mutualistas. As direções da UGM combateram as iniciativas beneficentes criadas pelos patrões. A UGM queria evitar a “concorrência”, com estas associações, pelos trabalhadores. Os patrões tinham certa influência sobre os trabalhadores ligados às associações beneficentes patronais. Isto poderia dificultar a filiação desses trabalhadores ao sindicato, enfraquecendo as mobilizações dos trabalhadores mais agressivas, como as greves por exemplo.

Como observamos anteriormente, a UGM estava fazendo um grande esforço para mobilizar os trabalhadores. Este esforço atraiu um grupo heterogêneo de trabalhadores para o sindicato. Não necessariamente para se filiar a ele, mas mantendo alguma espécie de vínculo. Durante uma greve, a UGM não recorria somente aos trabalhadores filiados, mas sim a todos os metalúrgicos. Para mobilizar esses metalúrgicos era preciso atender de alguma forma a suas expectativas. Sem dúvida, muitos trabalhadores eram receptivos às idéias do mutualismo e do cooperativismo. A UGM recorreu a práticas mutualistas. Por exemplo, a União arrecadou dinheiro para socorrer as famílias das vítimas do desastre de Mocanguê.<sup>178</sup> A união estava preocupada

---

<sup>177</sup> O Metallurgico: órgão oficial da União Geral dos Metallurgicos, 01 de maio de 1918 (p. 4)

<sup>178</sup> O Metallurgico: órgão oficial da União Geral dos Metallurgicos, 01 de maio de 1918 (p. 2-3)

em socorrer famílias de trabalhadores que sofreram acidentes de trabalho. Este tipo de atitude recebia a aprovação de muitos trabalhadores. Num ambiente, no qual os trabalhadores praticamente não tinham proteção social, é natural que o mutualismo ganhasse espaço.

Podemos considerar como normal que alguém como Rabelo, defensor da ação direta e da greve revolucionária, se incomodasse com o mutualismo. De certa forma, o mutualismo era contrário aos seus princípios. As práticas mutualistas colocavam a responsabilidade da proteção social nos ombros dos trabalhadores. Para Rabelo, o trabalhador consciente sabia que mais importante que os direitos, seria a mudança das relações existentes entre trabalhadores e patrões. Para ele o mutualismo não contribuía em nada nesse sentido. Se os trabalhadores gastassem seu tempo e sua energia buscando construir práticas mutualistas, a resistência, considerada prioridade para Rabelo, poderia ficar em segundo plano. Por considerar a resistência como a razão da existência dos sindicatos, Rabelo considerava que a resistência e o mutualismo eram incompatíveis. Interessante notar que o preconceito contra os trabalhadores não era exclusividade de parte das elites. O preconceito existia entre os próprios trabalhadores. Rabelo dividia os trabalhadores em conscientes e inconscientes. Os conscientes participavam ativamente dos sindicatos, defendiam a ação direta e a revolução. Os inconscientes eram acomodados, submissos e estavam presos a questões menores, como a conquista de benefícios. Estes últimos, considerados covardes, Rabelo queria ver fora do sindicato. Estes ditos acomodados, no entanto, participavam da UGM, ou como filiados ou em momentos que esta precisava do apoio dos trabalhadores. Eles, na verdade, não eram acomodados, apenas tinham interesses e expectativas diferentes das de Rabelo. Muitos podiam não participar tão ativamente do dia a dia do sindicato, mas todos eles tinham que lutar cotidianamente pela sobrevivência.

A UGM tinha duas finalidades centrais. Ela deveria defender e auxiliar os seus membros. A idéia de defesa parece estar associada à luta de classes. Os metalúrgicos unidos através da associação seriam mais fortes, na luta contra os patrões. A idéia de auxílio é algo muito geral. Parece estar ligada a união dos trabalhadores para enfrentar as dificuldades encontradas cotidianamente. Os metalúrgicos eram em sua maioria pessoas pobres, submetidas a duras condições de trabalho. Assim, a idéia de auxílio mútuo, através da sua associação, era algo que interessava à maioria deles. A UGM estava comprometida com essa preocupação dos trabalhadores. No artigo 1º. dos estatutos da associação, que tratava de seus fins, encontramos a idéia de auxílio.

Art.1º. – A União Geral dos Metallurgicos com sede no Rio de Janeiro, fundada em 1º. de Maio de 1917, para defeza e auxilio de seus associados, compõe-se de illimitado numero de artistas metallurgicos, desde a idade de 14 annos, sem distincção de nacionalidade e religião.<sup>179</sup>

Em seus estatutos, art.3º.item f, a UGM declara, como um de seus fins, o objetivo de criar uma caixa beneficente, para o auxilio dos associados quando doentes. A UGM também tinha a intenção, art.3º.item a, de fornecer aos trabalhadores, em sua sede, aulas noturnas sobre português, aritmética, desenho e geometria. Assim, as práticas mutualistas ou beneficentes tinham não somente grande ressonância dentro da UGM, mas eram na verdade uma preocupação fundamental da associação, que chegava mesmo a estar explicitada nos seus estatutos. Dessa forma, para a grande maioria dos metalúrgicos, não devia haver grandes problemas em conciliar as práticas mutualistas com a luta travada com os patrões, por melhores condições de vida. A defesa do mutualismo, feita dentro da UGM, não impedia que os metalúrgicos a considerassem como uma associação de resistência. Devemos lembrar que a UGM era filiada à UGT, que só aceitava como membros associações de resistência.

A UGM, assim como a UGCC e o COP e ao contrário da UOFT, era uma associação de ofício. Ela representava categorias profissionais variadas, que eram agrupadas como pertencentes à área da metalurgia. No artigo 1º. Parágrafo único dos estatutos da União constava:

§ unico – São considerados metallurgicos: Ferreiros, Serralheiros, Machanicos, Torneiros, Segeiros, Fundidores, Caldeireiros de ferro e cobre, Galvanisadores, Bombeiros Hydraulicos, Funileiros, Electricistas, Modeladores, Ourives, e todos aquelles cujas occupações se relacionem com a technica metallurgica.<sup>180</sup>

Por ser um sindicato de ofício, a UGM representava um grupo de trabalhadores bastante heterogêneo, com expectativas variadas. Cada ofício tinha sua especificidade. Assim, a União precisava fazer um grande esforço, caso quisesse acompanhar a mobilização de cada ofício. Por exemplo, as demandas dos serralheiros poderiam ser

<sup>179</sup> Estatutos da União Geral dos Metalúrgicos. Arquivo Nacional. Fundo: 1º. Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro. Série: Estatutos de Sociedade Civil. Notação: V-60. Registro nº. 902. 21 de dezembro de 1917. (p. 3)

<sup>180</sup> Estatutos da União Geral dos Metalúrgicos. Arquivo Nacional. Fundo: 1º. Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro. Série: Estatutos de Sociedade Civil. Notação: V-60. Registro nº. 902. 21 de dezembro de 1917. (p. 3)

diferentes das demandas dos fundidores. Os torneiros poderiam ser mais propícios ao diálogo com as autoridades, enquanto os funileiros poderiam ter uma postura mais favorável à ação direta. A UGM tinha a opção de tentar mobilizar separadamente cada ofício ou podia tentar mobilizar o conjunto dos metalúrgicos. Neste último caso, ela precisaria buscar certo consenso entre as categorias de trabalhadores. Devemos lembrar que, além de divergências entre trabalhadores de categorias profissionais diferentes, também havia divergências entre trabalhadores da mesma categoria, que atuavam em estabelecimentos diferentes. Cada estabelecimento tinha características próprias.

A UGM mantinha delegados nos estabelecimentos metalúrgicos. Podia haver um ou mais delegados em cada estabelecimento, de acordo com o número de seções. Os delegados eram eleitos, pelos seus companheiros de oficina, para o período de um ano. Os delegados tinham duas funções principais. Deviam manter a UGM informada sobre todos os acontecimentos, relacionados à classe dos metalúrgicos, ocorridos nos estabelecimentos. Deviam também facilitar a cobrança da mensalidade dos filiados. Os delegados deveriam prestar contas das mensalidades recebidas no dia primeiro de cada mês. Garantir o pagamento frequente das mensalidades não era tarefa fácil. A presença dos delegados nos estabelecimentos metalúrgicos facilitava essa cobrança. Dessa forma, os filiados não precisavam se deslocar até a sede da UGM para efetivar o pagamento. Caso os trabalhadores se esquecessem de pagar as mensalidades, os delegados deveriam reavivar-lhes a memória. Isto podia ser feito inclusive nos dias de pagamento dos funcionários dos estabelecimentos. A direção da UGM não precisava então cobrar os filiados da associação, bastava que cobrasse os delegados. Esta estratégia facilitava a cobrança, mas não resolvia totalmente o problema. A UGM solicitava com frequência, através do *Jornal do Brasil*, o comparecimento dos delegados à sede, com o objetivo de receber as mensalidades. A UGM tinha certa dificuldade em receber as mensalidades, através dos delegados. Os delegados deviam também fazer a propaganda da União, procurando ampliar o número dos sócios. Eles tinham a obrigação de manter uma postura correta, cumprindo seus deveres profissionais e morais. Eles deviam intervir, sempre que necessário, para manter a harmonia entre os operários. Tinham a obrigação de comparecer às reuniões da diretoria da UGM.<sup>181</sup>

---

<sup>181</sup> Estatutos da União Geral dos Metalúrgicos. Arquivo Nacional. Fundo: 1º. Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro. Série: Estatutos de Sociedade Civil. Notação: V-60. Registro nº. 902. 21 de dezembro de 1917. (p. 14-15)

Em maio de 1918, a UGM possuía 59 delegados que atuavam em 49 estabelecimentos. No Loyd Brasileiro havia seis delegados da União, atuando nas seguintes seções: seção de máquinas, seção de caldeireiro, seção de caldeireiro de ferro da oficina flutuante, oficina flutuante, seção de caldeireiro de cobre e Ilha do Viana. Devemos destacar que na Fábrica de Tecidos Botafogo, na seção de máquinas, havia um delegado da UGM, chamado Rogério Lemos.<sup>182</sup> Assim, em um estabelecimento têxtil havia trabalhadores têxteis e trabalhadores metalúrgicos. Mais que isso, na Botafogo havia representantes da UGM e da UOFT. Dois sindicatos atuavam ao mesmo tempo em um mesmo estabelecimento. Dessa forma, uma greve na Fábrica Botafogo acabaria envolvendo dois sindicatos diferentes. Pelo fato da Fábrica Botafogo ser um estabelecimento têxtil, a UOFT tinha muito mais influência lá do que a UGM. Uma evidência disto foi que na greve realizada na Botafogo, no mês de agosto de 1917, a direção da UOFT falou em nome dos grevistas e pediu o auxílio do Chefe de Polícia, como intermediário entre os trabalhadores e os patrões. No entanto, a presença dos metalúrgicos no estabelecimento nos permite levantar questões. Como esses metalúrgicos, que representavam um número reduzido de trabalhadores da Botafogo, reagiriam a uma greve iniciada pelos têxteis? Eles acatariam as decisões da UOFT, mesmo estando filiados a outro sindicato? Essas perguntas são difíceis de serem respondidas, pois os metalúrgicos agiriam de formas variadas, de acordo com a conjuntura. Parece que, em agosto de 1917, os metalúrgicos da Fábrica Botafogo foram solidários com os trabalhadores têxteis. A imprensa cobriu esse acontecimento e não relatou nenhum desentendimento entre os metalúrgicos e os têxteis. Se os metalúrgicos tivessem boicotado a greve, isso provavelmente teria provocado grande descontentamento nos têxteis, que provavelmente teriam se manifestado repudiando tal atitude. Outro fato relevante era que a UOFT e a UGM tinham bom relacionamento. Contudo devemos ressaltar que os trabalhadores agiam de acordo com as circunstâncias. Seu comportamento podia variar bastante. A UGM tinha o objetivo de representar todos os trabalhadores metalúrgicos. A associação tinha a ambição de exercer certo controle sobre as atitudes dos trabalhadores, mas essa influência da UGM sobre os trabalhadores tinha limitações. Em muitos casos, os trabalhadores tomavam decisões sem antes consultar a UGM. Os delegados tinham dois tipos de vínculos diferentes. Estavam vinculados à diretoria da União, mas ao mesmo tempo representavam os operários dos

---

<sup>182</sup> O Metallurgico: órgão oficial da União geral dos Matallurgicos, 01 de maio de 1918 (p. 2)

estabelecimentos, nos quais atuavam. Se houvesse algum tipo de desacordo entre a postura da UGM e a postura dos trabalhadores de um determinado estabelecimento, o delegado teria que assumir uma posição. Esta normalmente devia ser uma posição conciliadora, pois muitos delegados também fizeram parte das direções ou dos conselhos fiscais da UGM. Por exemplo, José Viegas da Silva era delegado na firma L. B. de Almeida, Estevam Boni era delegado na firma Ângelo Boni, Olinto R. de Moraes era delegado na Cafeteria Brasileira e Atanagildo Pereira era delegado na Garage Laucie.<sup>183</sup>

A UGM declarou em seus estatutos, art. 3º item j, o objetivo de organizar um serviço de estatística e de colocação nas oficinas, com a finalidade de se tornar a única intermediária direta entre patrões e empregados.<sup>184</sup> Isto mostra que a UGM tinha o interesse de controlar o mercado de trabalho na área da metalurgia. Se este objetivo fosse alcançado, o sindicato seria muito fortalecido. A UGM teria maior poder para atrair os trabalhadores, pois a obtenção de um emprego na área da metalurgia dependeria de indicação da associação. A UGM se fortaleceria também diante dos patrões, pois teria maior poder de mobilização e mais comprometimento da parte dos trabalhadores.

No dia vinte e oito de março de 1917, realizou-se uma assembléia geral, na sede da Federação Operária, para tratar da fundação de uma associação dos trabalhadores da construção civil. Nessa assembléia compareceram aproximadamente trezentas pessoas. A mesa que presidia os trabalhos era composta por Antônio Ribeiro, Paschoal Gravina e Juvenal Leal, respectivamente presidente e secretários. Paschoal Gravina consultou a assembléia para saber se a associação que seria fundada deveria manter o nome antigo, União Geral da Construção Civil. A assembléia concordou com o nome. Na verdade, estava ocorrendo a reorganização de uma associação que já havia existido no passado. José Madeira foi escolhido para dirigir os trabalhos da assembléia. Foi eleita uma comissão para dirigir a UGCC. Foram escolhidos: primeiro tesoureiro, Antônio Oliveira; segundo tesoureiro, José Luiz Ferreira; secretários, José Rodrigues Gonçalves e Antônio Sá. Paschoal Gravina sugeriu que a assembléia nomeasse uma comissão para a criação dos estatutos da UGCC. A comissão nomeada era composta por: Francisco Pinto Ferreira, José de Almeida, Augusto Joaquim de Castro, Juvenal Leal, Bernardino

---

<sup>183</sup> O Metallurgico: órgão oficial da União geral dos Metallurgicos, 01 de maio de 1918 (p. 2)

<sup>184</sup> Estatutos da União Geral dos Metalúrgicos. Arquivo Nacional. Fundo: Primeiro Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro. Série: Estatutos de Sociedade Civil. Notação: V-60. Registro nº. 902. 21 de dezembro de 1917. (p. 4)

Dias e Wenceslao Areal.<sup>185</sup> A UGCC foi fundada no dia 3 de abril de 1917.<sup>186</sup> No dia quatro de abril, os operários da construção civil se reuniram em assembléia geral extraordinária, para aprovar os estatutos da UGCC. A assembléia foi presidida por José Madeira e teve como secretários José Rodrigues Gonçalves e Antônio Sá. Os estatutos foram lidos pelo presidente da comissão de estatutos e aprovados por unanimidade pela assembléia.<sup>187</sup> Contudo, esses estatutos continuaram sendo debatidos durante todo o ano de 1917. Eles só foram aprovados de forma definitiva no mês de dezembro de 1917.

No início do mês de julho, a UGCC estava recolhendo dinheiro, para ajudar as famílias dos trabalhadores que foram vítimas do desmoronamento do hotel York.<sup>188</sup> No dia sete de julho, o hotel York que estava em construção, na rua da Carioca esquina com a Silva Jardim, desabou fazendo muitas vítimas. A obra estava sendo conduzida pela firma Jannuzzi, Filhos & C.<sup>189</sup> No dia vinte e dois de julho, a agitação operária era enorme na cidade do Rio de Janeiro. Muitos comícios e reuniões de trabalhadores estavam sendo realizados. A greve de São Paulo influenciava os trabalhadores do Rio de Janeiro. Eles discutiam que postura tomar frente à greve que já havia sido decretada pelas classes dos marceneiros, entalhadores e sapateiros. Foi feita uma reunião da UGCC, na sede da Federação Operária, na qual os trabalhadores da construção civil se declararam em greve geral. Ficou decidido que a greve teria início imediatamente e que os operários só voltariam ao trabalho, quando os patrões atendessem às suas reivindicações.<sup>190</sup> No dia seguinte, em assembléia geral da UGCC, a carestia foi duramente criticada e os trabalhadores da construção civil apresentaram suas reivindicações, que eram as seguintes:

1º - Adopção da jornada de 8 horas de trabalho normal principiando às 7 e terminando às 16, com uma hora para almoço, sendo que aos sabbados e feriados terminem às 15 e domingos às 14 horas.

Na mesma reunião ficou também deliberado que o prazo maximo do pagamento da ferias aos operários seja de 15 dias não excedendo do dia 17 e 2 de cada mez.

2º - Fixação dos salários mínimo em 8\$ para todos os officiaes dos diversos officios de que se compõe a associação e 5\$ para os serventes e 4\$ para os aprendizes menores de 18 annos e maiores de 14.

<sup>185</sup> Jornal do Brasil, 29 de março de 1917 (p. 8)

<sup>186</sup> Estatutos da União Geral da Construção Civil. Arquivo Nacional. Fundo: Primeiro Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro. Série: Estatutos de Sociedade Civil. Notação: V-62. Registro nº. 922. 22 de março de 1918. (art. 1º)

<sup>187</sup> Jornal do Brasil, 06 de abril de 1917 (p. 11)

<sup>188</sup> Jornal do Brasil, 12 de julho de 1917 (p. 10); Jornal do Brasil, 01 de outubro de 1917 (p. 8)

<sup>189</sup> Jornal do Brasil, 08 de junho de 1917 (p. 7)

<sup>190</sup> Jornal do Brasil, 23 de julho de 1917 (p. 5)

3° - Em caso de accidentes de trabalho, o operário terá direito ao seu salário integral, durante o tratamento, assim como ás despesas resultantes do mesmo.

4° - As horas extraordinárias serão pagas pelo dobro.

5° - Abolição completa dos menores de 14 annos e analphabetos, nas fabricas, obras e officinas.

6° - Melhoramento das condições hygienicas nas officinas, fabricas e habitações collectivas.

7° - Exclusão completa, no que concerne ao mister de outro officio ou profissão.

8° - Em caso de falta de operários de que se compõe a associação, só podem ser admittidos ao trabalho os operarios que sejam filiados á União Geral da Construcção Civil.<sup>191</sup>

Uma comissão de intendentes apresentou as reivindicações dos operários da construção civil aos patrões, no Conselho Municipal. Os patrões se recusaram a conceder a jornada de trabalho de oito horas, mas concordaram com um salário mínimo de 5\$500 (cinco mil e quinhentos réis). No dia vinte e oito de julho, os trabalhadores da construção civil, em assembléa geral realizada no teatro *Maison Moderne*, recusaram a proposta dos patrões. Os operários declararam que seu movimento era pacífico e não tinha o objetivo de perturbar a ordem. Eles alegaram que a greve, além de justa, era um direito dos trabalhadores. O deputado Maurício de Lacerda fez um discurso emocionado, no qual protestou contra o modo como os trabalhadores vinham sendo tratados. A polícia estava agindo de forma arbitrária e os patrões resistiam em atender às reivindicações dos trabalhadores.<sup>192</sup>

No dia trinta e um de julho, foi feita uma reunião da UGCC, na sede do *Jornal do Brasil*, na qual compareceu grande número de trabalhadores. Depois do discurso de vários oradores, os trabalhadores decidiram terminar com a greve da construção civil. Apesar da grande maioria das reivindicações dos trabalhadores não terem sido atendidas, muitos consideraram que a greve teve um efeito moral positivo para o movimento operário. Na ocasião, houve um protesto contra a atuação do Chefe de Polícia. Os trabalhadores o criticaram por agir como mediador nas negociações entre operários e patrões. Muitos desconfiavam que Aurelino Leal agia dessa forma com o intuito de controlar o movimento dos trabalhadores. A assembléa também decidiu pela

---

<sup>191</sup> Jornal do Brasil, 25 de julho de 1917 (p. 5)

<sup>192</sup> Jornal do Brasil, 29 de julho de 1917 (p. 6)

retomada dos trabalhos, com o objetivo de reorganização da classe.<sup>193</sup> A direção da UGCC considerou que a greve foi somente em parte vitoriosa, devido a pequena organização existente entre os trabalhadores da classe. Ela solicitou que os trabalhadores retomassem a propaganda em defesa da associação. O número de trabalhadores ligados à UGCC era considerado pequeno. Atrair novos trabalhadores para a União era considerado fundamental.<sup>194</sup>

No dia cinco de agosto de 1917, em reunião realizada no Centro Cosmopolita, a UGCC decidiu enviar um ofício para a Câmara dos Deputados. Este foi endereçado aos deputados Adolfo Gordo, Maximiniano de Figueiredo, Álvaro de Carvalho e Maurício Lacerda. O ofício tratava do projeto sobre a legislação operária, que abordava a questão da jornada de trabalho entre outras coisas. As discussões sobre este projeto, na Câmara, estavam paralisadas. Os trabalhadores queriam que os deputados colaborassem para o debate e a aprovação do projeto o mais rápido possível.<sup>195</sup> Em setembro, a UGCC inaugurou sua nova sede, em um sobrado no Largo de Santa Rira n°. 6. No dia vinte e seis, o senhor Madeira foi eleito Secretário Geral da UGCC e Antônio Ribeiro Souza foi aclamado Primeiro Secretário.<sup>196</sup>

No mês de outubro, a direção da UGCC escreveu uma carta para o Prefeito do Distrito Federal, Amaro Cavalcanti, explicando a difícil situação em que se encontravam os pintores, devido à falta de trabalho. A UGCC queria que o prefeito ordenasse a realização de obras em prédios que se encontravam em mau estado de conservação. Solicitavam o cumprimento de um decreto de 1903. A União se prontificou a esclarecer os engenheiros dos distritos sobre o assunto.<sup>197</sup> Ela estava assim tentando aumentar a oferta de trabalho para a classe. No dia 19 de outubro, alguns membros da UGCC, dentre eles Juvenal Leal, José Madeira, Antônio Valente, Antônio Venâncio e Rafael Domingues, convocaram os trabalhadores para uma reunião. Eles se mostraram muito preocupados com o futuro da União. Para eles, a UGCC corria o risco de ser desviada do fim para o qual foi criada, a defesa dos interesses coletivos. Isto estaria ocorrendo devido a divergências internas e devido ao afastamento de pessoas que haviam contribuído de maneira significativa para a organização da associação. Eles consideravam a possível mudança de rumo da União um grave erro. Querendo evitar

---

<sup>193</sup> Jornal do Brasil, 01 de agosto de 1917 (p. 7)

<sup>194</sup> Jornal do Brasil, 10 de agosto de 1917 (p. 7)

<sup>195</sup> Jornal do Brasil, 06 de setembro de 1917 (p. 8)

<sup>196</sup> Jornal do Brasil, 06 de setembro de 1917 (p. 8); Jornal do Brasil, 08 de setembro de 1917 (p. 6); Jornal do Brasil, 28 de setembro de 1917 (p. 9)

<sup>197</sup> Jornal do Brasil, 15 de outubro de 1917 (p. 7)

isso, apelavam para a mobilização dos trabalhadores ligados à associação.<sup>198</sup> É provável que os anarquistas estivessem conseguindo aumentar sua influência dentro da UGCC. Contudo, isso não significa que eles controlavam a União. Como observamos, muitos líderes do sindicato resistiram ao aumento da influência dos anarquistas. Devemos destacar que os anarquistas tinham significativo espaço para a atuação dentro dessa associação. Mesmo no início da terceira década do século vinte, quando os anarquistas haviam perdido um pouco de espaço dentro das associações de trabalhadores em que tradicionalmente atuavam, a UGCC continuou sendo um importante espaço de atuação dos anarquistas, que tentavam combater o aumento da influência dos comunistas sobre o movimento operário.

No mês de novembro, a UGCC estava se esforçando para negociar com os patrões reivindicações específicas de cada estabelecimento. Ela estava focando sua atenção em casos particulares. Buscava defender as demandas dos trabalhadores de cada empresa de forma separada. Por exemplo, defenderam as reivindicações dos trabalhadores do construtor Jeno Germano. Reuniram separadamente os trabalhadores da firma Jannuzzi e Filhos, para discutir sobre suas reivindicações. Um ofício foi enviado ao senhor Antônio Jannuzzi. As reivindicações diziam respeito à jornada de trabalho e aos descontos sofridos pelos operários. A União transferiu sua sede para a rua General Gomes Carneiro, n.º. 14.<sup>199</sup>

No dia primeiro de dezembro, a UGCC inaugurou a Escola Racionalista e Primária, que tinha o objetivo de fornecer um ensino básico para os operários e seus filhos. A escola oferecia aulas de português elementar e aritmética geral. As aulas de aritmética ficaram sob a responsabilidade de Álvaro Palmeira. Este jovem professor não era apenas um atuante anarquista, mas também foi um dos líderes da insurreição anarquista, de novembro de 1918. A presença de anarquistas em uma escola, criada por uma associação de trabalhadores com o intuito de fornecer ensino básico para os trabalhadores e seus filhos, nos ajuda a analisar as complexas relações existentes entre trabalhadores e anarquistas. A direção da UGCC considerava que grande parte dos trabalhadores da construção civil era inconsciente. O principal motivo disso seria a falta de instrução dos trabalhadores. Assim, uma escola contribuiria para tornar os trabalhadores conscientes, tornando mais coeso e mais forte o movimento dos

---

<sup>198</sup> Jornal do Brasil, 19 de outubro de 1917 (p. 7)

<sup>199</sup> Jornal do Brasil, 02 de novembro de 1917 (p. 7); Jornal do Brasil, 12 de novembro de 1917 (p. 7); Jornal do Brasil, 23 de novembro de 1917 (p. 8)

trabalhadores da categoria. Muitos operários começavam a trabalhar durante a infância, logo não tinham a oportunidade de estudar. A maioria deles tinha muito pouca instrução e o número de analfabetos era grande. A existência de uma escola, mantida pela associação, era uma oportunidade para esses trabalhadores. Muitos trabalhadores, já adultos, poderiam se alfabetizar, ou melhorar seu domínio do português e da matemática elementar. A escola também permitiria que filhos de trabalhadores tivessem a oportunidade de estudar, algo que muitos deles nunca tiveram. A educação até certo ponto estava associada a idéia de ascensão social. Assim, é razoável considerar que muitas famílias de trabalhadores apoiavam a existência da escola. Para os anarquistas, a escola era uma oportunidade de difundir sua doutrina, entre os trabalhadores e suas famílias. Os anarquistas aceitavam trabalhar como professores gratuitamente. Isto era interessante para a UGCC que possuía poucos recursos e tentava viabilizar a existência da escola. Os anarquistas, os trabalhadores e a UGCC tinham interesses específicos que em determinadas situações se complementavam, permitindo que todos caminhassem juntos. Os trabalhadores aceitavam a colaboração dos anarquistas, não porque tinham aceito a doutrina libertária, mas porque os anarquistas contribuíam para que eles alcançassem parte dos seus interesses. Com essa afirmação não estamos dizendo que não existiam trabalhadores anarquistas ou trabalhadores influenciados em vários graus pelas idéias libertárias. Estamos somente mostrando como trabalhadores com influências políticas variadas podiam conviver bem com intelectuais anarquistas, que não eram homens filiados ao sindicato e nem mesmo eram operários.

Em meados de dezembro, houve uma reunião na sede da UGCC para a nomeação de uma nova diretoria. No início de janeiro de 1918, em assembléia geral extraordinária, tomou posse a seguinte diretoria: secretário da correspondência, Valentim de Brito; primeiro secretário, Júlio Moreira da Costa, segundo secretário, Avelino Dominguez; primeiro tesoureiro, Galeano Tostões; segundo tesoureiro, Francisco Fernandes. Neste dia tomou posse também o Conselho da Classe. Este era composto, pelos pedreiros, Manuel Fernandes de Castro, Alfredo Mesquita e José de Almeida, pelos estucadores, Licínio de Almeida, Jerônimo de Brito e Frederico do Nascimento, pelos carpinteiros, Manuel Fernandes, Manuel Victoria e Zeferino Antônio Reis, pelos pintores, José da Silva Varandas, Abílio Lobo e Clementino Galhardo. A nova diretoria e o novo conselho tinham mandato para o ano de 1918.<sup>200</sup>

---

<sup>200</sup> Jornal do Brasil, 17 de dezembro de 1917 (p. 5); Jornal do Brasil, 02 de janeiro de 1918 (p. 5)

Nos meses de janeiro e fevereiro de 1918, a UGCC se manifestou contra o pouco comprometimento dos trabalhadores da categoria e contra a perseguição de trabalhadores ligados à União, feita pelos patrões. Segundo a UGCC, delegados seus junto às obras estavam sendo perseguidos e demitidos. A União apelava aos patrões para que mudassem essa postura. Outro problema que incomodava a associação era o apoio que muitos trabalhadores estavam dando aos patrões. Este apoio estaria prejudicando a luta pela defesa dos interesses da classe. A União considerava estes trabalhadores como inconscientes, e recomendava que eles buscassem se informar e mudassem sua conduta. A UGCC considerava que seu principal problema estava sendo a mobilização dos trabalhadores. Primeiro, havia divergências dentro da associação que dificultavam a criação de um consenso. Segundo, muitos trabalhadores eram considerados acomodados. Estes considerariam que a luta por melhores condições de vida era tarefa da União, e não deles. A UGCC fez um apelo aos trabalhadores, pedindo que eles abandonassem os botequins e fossem participar do dia a dia da associação. A União declarava que a obrigação de lutar por melhores condições de vida era de todos os trabalhadores. Ela nada poderia fazer sem a colaboração e o comprometimento deles.<sup>201</sup> No início do mês de março, realizou-se, na sede da UGCC, uma conferência do senhor Ulrich D'Avila, com o tema "A burla eleitoral". O conferencista criticou o modo como foram feitos os pleitos na capital e nos estados. Seu discurso contou com o apoio dos trabalhadores presentes. O sistema eleitoral não inspirava confiança em grande parte dos trabalhadores.<sup>202</sup>

Desde a criação da UGCC, a jornada de trabalho de oito horas era uma de suas bandeiras. No dia três de junho de 1918, reuniram-se na sede da União, os fundidores e formadores do serviço de estuque. Eles decidiram reivindicar a jornada de trabalho de oito horas. Ficou marcado que futuramente seria decidido o modo como eles iriam fazer isso.<sup>203</sup> Nesse mês a União também instalou uma sucursal no bairro da Piedade, com o objetivo de mobilizar os trabalhadores dos subúrbios.<sup>204</sup> No final do mês, de acordo com os estatutos da União Geral dos Trabalhadores, foi realizada a eleição para a nova diretoria da UGCC. Esta ficou assim constituída: primeiro secretário, Júlio Madeira; segundo secretário, José Madeira; primeiro tesoureiro, Felix Gomes; segundo tesoureiro, Galeano Tostões e bibliotecário, Clementino Galhardo. Esta nova diretoria

---

<sup>201</sup> Jornal do Brasil, 21 de janeiro de 1918 (p. 6); Jornal do Brasil, 18 de fevereiro de 1918 (p. 7)

<sup>202</sup> Jornal do Brasil, 06 de março de 1918 (p. 6)

<sup>203</sup> Jornal do Brasil, 04 de junho de 1918 (p. 8)

<sup>204</sup> Jornal do Brasil, 20 de junho de 1918 (p. 6)

tomou posse no dia quatro de julho.<sup>205</sup> No dia dez de julho, em assembléia geral, o primeiro tesoureiro, Galeano Tostões, pediu e obteve sua demissão. A demissão só foi aceita devido à insistência de Galeano. Manuel Victorio foi aclamado para o cargo de primeiro tesoureiro.<sup>206</sup>

Em meados de julho houve grandes desentendimentos dentro da UGCC. O motivo foi o mesmo que parece ter causado a demissão de Estevam Boni, presidente da UGM. A mensagem enviada pela UGT ao Congresso Nacional. A mensagem, como observamos anteriormente, criticava a guerra e reivindicava leis que regulassem o trabalho. Em reunião na sede da UGCC houve um caloroso debate, no qual se manifestaram oradores contrários e a favor da mensagem da UGT. A sessão foi bastante agitada e muitos se exaltaram. Houve alguns pedidos de demissão, mas estes foram recusados pela assembléia. Em nova reunião, no dia doze, a discussão continuou. O senhor Samurano fez uma proposta solicitando a retirada dos delegados da UGCC que atuavam junto à UGT. Estes delegados haviam apoiado o conteúdo da mensagem enviada pela UGT ao Congresso. A retirada desses delegados deixaria claro que a UGCC não concordava com o conteúdo dessa mensagem. Esta proposta que causaria um afastamento entre as associações, foi rejeitada por uma diferença de apenas quatro votos. Em seguida, depois de muito combatida, foi aprovada uma moção do senhor J. Madeira. Esta aplaudia a atitude dos delegados da UGCC junto à UGT, afirmando que a UGCC estava de acordo com a redação, da mensagem enviada pela UGT ao Congresso.<sup>207</sup> J. Madeira era membro da direção da UGCC. Esta direção fez um esforço muito grande para apoiar a UGT, num momento em que esta estava sendo duramente questionada. Isto mostra como a direção da UGCC dava suporte à atuação da UGT.

No dia vinte e três de outubro de 1918, a UGCC decidiu em assembléia geral criar o Comitê Pró-Combate à Fome, para atuar junto às outras classes, com o objetivo de combater a situação de miséria em que se encontravam os trabalhadores. Estes além de sofrerem com a carestia habitual, também estavam sendo vítimas da epidemia de gripe espanhola. Foram feitas várias reuniões com outras categorias. No final de outubro, a sede da UGCC foi invadida por policiais. Estes, na ausência dos diretores da União, ameaçaram o funcionário da limpeza e fizeram uma busca na sede, com o intuito de encontrar manifestos. A UGCC protestou considerando a busca ilegal e

---

<sup>205</sup> Jornal do Brasil, 27 de junho de 1918 (p. 7); Jornal do Brasil, 05 de julho de 1918 (p. 8)

<sup>206</sup> Jornal do Brasil, 12 de julho de 1918 (p. 7)

<sup>207</sup> Jornal do Brasil, 19 de julho de 1918 (p. 7); Jornal do Brasil, 20 de julho de 1918 (p. 6)

completamente desnecessária, uma vez que os manifestos eram distribuídos ao público em geral, logo não eram secretos. A União considerou que esta busca, feita pela polícia, tinha como motivação combater a atuação que a UGCC vinha tendo entre as outras categorias, através de seu Comitê Pró-Combate à Fome. Sua diretoria considerou que isto também não fazia sentido, pois a UGCC além de atuar pacificamente e dentro da legalidade, também informava regularmente a todos, através de notas na imprensa, sobre o conteúdo de suas reuniões. Para eles, a atitude correta seria a polícia aguardar a chegada de membros da diretoria, e só então efetuar sua busca. A atitude da polícia foi considerada ilegal, arbitrária e uma provocação aos trabalhadores.<sup>208</sup> No mês de novembro, o Comitê Pró-Combate à Fome da UGCC continuou organizando atividades e convidando os trabalhadores e o povo para participar.<sup>209</sup>

Vamos observar agora um trecho do protesto feito pela diretoria da UGCC, contra a invasão da sua sede pela polícia.

Esta União legalmente constituída e registrada, vem por meio deste jornal fazer o seu vehemente protesto contra as violencias policiaes praticadas em sua sede...

...A busca a que procederam sem a minima formalidade legal, sem o minimo escrupulo à propriedade alheia não foi mais do que o inicio de um assalto á séde na ausencia dos responsaveis pela sua guarda, abusando da fraqueza de um simples empregado que nada poderia fazer nem se oppor mostrando a esses policiaes o caminho legal a seguirem...<sup>210</sup>

Estes trechos do protesto são esclarecedores. Aqui valores caros à direção da UGCC ficam evidentes. Eles afirmaram que a União era legalmente constituída e registrada. Com isso queriam mostrar que atuavam dentro da lei. A estratégia de mobilização da UGCC prezava a legalidade. A polícia era mostrada como uma instituição que atuava fora da legalidade, causando prejuízos aos interesses legítimos dos trabalhadores. O discurso da direção da UGCC chega até mesmo a defender a propriedade privada. Para a associação, a polícia, ao invadir de maneira arbitrária sua sede, estaria desrespeitando a propriedade alheia. A UGCC estava invertendo o discurso habitual da polícia, que dizia que usava a força para manter a ordem, defender a propriedade e garantir os direitos individuais. A direção da UGCC afirmava ser defensora da legalidade. Ela se julgava defensora dos direitos legítimos dos

<sup>208</sup> Jornal do Brasil, 30 de outubro de 1918 (p. 5)

<sup>209</sup> Jornal do Brasil, 02 de novembro de 1918 (p. 6)

<sup>210</sup> Jornal do Brasil, 30 de outubro de 1918 (p. 5)

trabalhadores, que eram violados pelas arbitrariedades das autoridades do Estado e pela exploração feita pelos patrões. A União também deixava clara sua preocupação em conseguir apoio da opinião pública. Esta postura estava muito distante de uma postura anarquista. Os libertários sempre defenderam abertamente o fim do Estado e a subversão da ordem estabelecida. Sem dúvida havia disputas políticas dentro da União. Como observamos anteriormente, em outubro de 1917, importantes líderes da UGCC manifestaram publicamente preocupação, com a possibilidade da associação ser desviada do fim para o qual foi criada, a defesa dos interesses coletivos. No entanto, esta possibilidade não se concretizou. As direções seguintes que foram eleitas eram compostas por homens que estiveram, desde a fundação da associação, comprometidos com a defesa dos interesses coletivos. José Madeira, por exemplo, assumiu o cargo de segundo secretário em julho de 1918. Entre 1917 e 1918, os anarquistas atuaram dentro da UGCC e tiveram influência nessa associação, mas as direções da UGCC não eram compostas por anarquistas, nem tinham o anarquismo como referência central.

Como podemos observar, no parágrafo único do art. 1º dos seus estatutos, a UGCC era um sindicato de ofício. Ele afirma que a União:

Procurará agremiar todos os operários que se empregam em construção civil, taes como: pintores, carpinteiros, estucadores, pedreiros, serventes, etc.<sup>211</sup>

Em algumas ocasiões, a UGCC defendeu as demandas de ofícios específicos que pertenciam à área da construção civil. Em outubro de 1917, a União lutou pelos interesses dos pintores. Solicitou a intervenção do Prefeito do Rio de Janeiro, para a realização de obras em prédios que se encontravam em mau estado de conservação. Com isso a União desejava aumentar a oferta de emprego, principalmente para os pintores. Nesse momento, o número de desempregados entre os pintores era grande. Em julho de 1918, se reuniram, na sede da UGCC, os fundidores e os formadores do serviço de estuque. Eles desejavam reivindicar a jornada de trabalho de oito horas. Essa era uma reivindicação de toda a área da construção civil, mas nessa ocasião só se reuniram estucadores e fundidores. A UGCC tinha o objetivo de mobilizar em conjunto todas as categorias de trabalhadores da construção civil, mas com frequência atuava focando

---

<sup>211</sup> Estatutos da União Geral da Construção Civil. Arquivo Nacional. Fundo: Primeiro Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro. Série: Estatutos de Sociedade Civil. Notação: V-62. Registro nº. 922. 22 de março de 1918. (art. 1º)

interesses de ofícios específicos ou interesses de trabalhadores de estabelecimentos específicos.

Os estatutos da UGCC determinavam que a diretoria dessa associação fosse composta por nove membros: presidente, vice-presidente, secretário geral, 1º e 2º secretários, 1º e 2º tesoureiros e 1º e 2º bibliotecários.<sup>212</sup> No entanto, nas diretorias da UGCC, parece que não existiram pessoas ocupando os cargos de presidente e vice-presidente entre 1917 e 1918. O Conselho Fiscal tinha a função de fiscalizar a diretoria. Este conselho era eleito trimestralmente e seus membros não podiam ser reeleitos. Na UGCC, além da diretoria e do Conselho Fiscal, também existia um Conselho de Classe. Este conselho tinha o dever de sugerir medidas que pudessem contribuir para o engrandecimento da União. Devia também organizar e fiscalizar as obras e oficinas, solucionando questões de interesse específico de uma determinada oficina. O Conselho de Classe era constituído pelos delegados das obras e oficinas. Este conselho deveria se reunir regularmente às segundas-feiras e extraordinariamente sempre que necessário. Os delegados das obras e oficinas eram eleitos por seus companheiros de trabalho, para um período de três meses. Eles podiam ser reeleitos. Os delegados tinham a obrigação de fiscalizar as condições de segurança das obras e cobrar as mensalidades dos filiados da UGCC. Os delegados deviam prestar contas, das mensalidades cobradas dos associados, ao 1º tesoureiro.<sup>213</sup>

A UGCC tinha interesse no mutualismo e no cooperativismo. Como mencionamos anteriormente, a União criou uma Escola Racionalista e Primária. Nos seus estatutos, a União declarou ter como objetivos, entre outros, a criação de uma Dispensa Operária de Consumo e a criação de um Instituto Profissional, para seus associados e seus filhos. Consideramos que o interesse na criação dessas instituições não estava relacionado somente com o desejo de auxiliar os trabalhadores. Isto fazia parte da estratégia de mobilização da UGCC. O acesso a esses benefícios estaria ligado à filiação dos trabalhadores ao sindicato. A aprovação de leis que garantissem direitos para os trabalhadores também era uma preocupação central da União. Ela declarou, nos seus estatutos, que iria trabalhar pela regulamentação da jornada de trabalho de oito

---

<sup>212</sup> Estatutos da União Geral da Construção Civil. Arquivo Nacional. Fundo: Primeiro Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro. Série: Estatutos de Sociedade Civil. Notação: V-62. Registro nº. 922. 22 de março de 1918. (art. 5º)

<sup>213</sup> Estatutos da União Geral da Construção Civil. Arquivo Nacional. Fundo: Primeiro Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro. Série: Estatutos de Sociedade Civil. Notação: V-62. Registro nº. 922. 22 de março de 1918. (art. 2º, art. 5º, art. 6º, art. 8º, art. 10º)

horas e pela regulamentação do salário mínimo.<sup>214</sup> Parece que a UGCC tinha o interesse em obter algum controle sobre o mercado de trabalho, no setor da construção civil. Os sócios da União, além de pagarem uma mensalidade de 1\$000 (mil réis), deviam também pagar no ato da admissão 1\$000 (mil réis), para a obtenção de uma caderneta profissional. A União se propunha a conseguir emprego para seus associados, quando esses se encontrassem desempregados.<sup>215</sup> Uma das reivindicações da UGCC, durante a greve de julho de 1917, foi o compromisso dos patrões de só aceitarem em seus estabelecimentos trabalhadores ligados à associação.<sup>216</sup>

Durante o mês de janeiro de 1917, os operários em pedreiras já estavam mobilizados. Eles realizaram várias reuniões na sede da FORJ, na Praça Tiradentes, nº. 71. Nessas reuniões foram tratados diversos assuntos. Entre os temas mais discutidos estavam o desemprego e a carestia. O Sindicato dos Operários das Pedreiras foi reorganizado no final do mês de janeiro e manteve sua sede no prédio da FORJ.<sup>217</sup> Ele foi registrado somente no mês de outubro do ano seguinte, com o nome de Centro dos Operários em Pedreiras (COP). O Sindicato dos Operários das Pedreiras era um sindicato de ofícios. Seus estatutos especificavam as categorias de trabalhadores que poderiam pertencer ao sindicato.

Poderão fazer parte do Centro todos os operários de pedreiras, a saber: ferreiros e ajudantes de ferreiros, cavouqueiros, ancunhadores, canteiros, macaqueiros, serventes, marmeiros e aprendizes da mesma arte.<sup>218</sup>

O COP declarava explicitamente não ter interesse em questões políticas ou religiosas.<sup>219</sup> Suas finalidades eram as seguintes:

O Centro tem por fim:

a) Defender os direitos econômicos e moraes dos sócios;

<sup>214</sup> Estatutos da União Geral da Construção Civil. Arquivo Nacional. Fundo: Primeiro Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro. Série: Estatutos de Sociedade Civil. Notação: V-62. Registro nº. 922. 22 de março de 1918. (art. 2º)

<sup>215</sup> Estatutos da União Geral da Construção Civil. Arquivo Nacional. Fundo: Primeiro Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro. Série: Estatutos de Sociedade Civil. Notação: V-62. Registro nº. 922. 22 de março de 1918.

<sup>216</sup> Jornal do Brasil, 25 de julho de 1917. (p. 5)

<sup>217</sup> Jornal do Brasil, 07 de janeiro de 1917. (p. 8); Jornal do Brasil, 15 de janeiro de 1917. (p. 5); Jornal do Brasil, 01 de fevereiro de 1918. (p. 7).

<sup>218</sup> Estatutos do Centro dos Operários em Pedreiras. Arquivo Nacional. Fundo: 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro. Série: Estatutos de Sociedade Civil. Notação: V-65. Registro nº. 967. 17 de outubro de 1918. (art. 4º)

<sup>219</sup> Idem. (art. 3º)

- b) Intervir diretamente em todas as questões que possam surgir entre operários e patrões;
- c) Cuidar de tudo que diga respeito á dignidade e decôro da classe;
- d) Educar e instruir moralmente seus associados;
- e) Combater qualquer divergência de nacionalidade ou raça;
- f) Manter inalterado o horário de 8 horas de trabalho e o pagamento mensal e quinzenal.<sup>220</sup>

Assim como as outras associações de trabalhadores estudadas, o COP estava interessado em questões econômicas. A jornada de trabalho de oito horas, assim como o estabelecimento de datas para os pagamentos, era uma questão que interessava à grande maioria dos trabalhadores da cidade do Rio de Janeiro. O desenvolvimento educacional e moral dos operários também era uma preocupação da maioria das associações de trabalhadores da cidade. Contudo, entre todas as associações estudadas, o COP foi a única que se preocupou em citar nos seus estatutos, de forma enfática, o combate a divergências de nacionalidade ou de raça. A UGM mencionou a intenção de não fazer distinções com base na nacionalidade ou na religião, mas parece que dava menos atenção a essa questão do que o COP. Conflitos étnicos não eram incomuns no movimento operário, mas na maioria dos casos a solidariedade de classe prevalecia. Consideramos que esses conflitos estavam ocorrendo com significativa freqüência no setor de pedreiras. Por isso, o combate a esses conflitos foi citado, nos estatutos do COP, como uma das finalidades da associação. A associação buscava a união entre os trabalhadores, pois sabia que isto era fundamental para o progresso da categoria e para o fortalecimento do sindicato.

A direção do COP era aclamada em assembléia geral. Ela era composta por sete membros, que deveriam ocupar os seguintes cargos: um secretário geral, dois secretários auxiliares, dois tesoureiros e dois bibliotecários. Os mandatos dos diretores tinham duração de um ano. Em outubro de 1918, os diretores do COP eram os seguintes: secretário geral, Albino Ferreira Monteiro; primeiro secretário auxiliar, Alfredo Silva; segundo secretário auxiliar, Benanço Moreira; primeiro tesoureiro, Manoel Ribeiro da Costa; segundo tesoureiro, Guilherme Barroso; primeiro bibliotecário, Agostinho Moreira Gonçalves e segundo bibliotecário, Francisco Henrique. Os diretores deviam apresentar trimestralmente um balancete, explicando as despesas e as receitas do Centro, a uma assembléia geral. Nesta, deveria ser nomeada uma comissão para revisar o balancete. Os membros da administração não podiam ser

---

<sup>220</sup> Idem. (art. 2º)

reeleitos. Também não podiam exercer cargo algum no período de seis meses após o término dos seus mandatos.<sup>221</sup>

O COP possuía delegados nas oficinas. Eles tinham a obrigação de fazer a cobrança das mensalidades dos sócios. Deviam também distribuir avisos e manifestos. Os delegados eram nomeados pela diretoria. Quando um sócio se recusava a respeitar as decisões dos delegados, estes deveriam comunicar o fato à diretoria da associação, que deveria impor ao sócio infrator uma punição correspondente a sua falta. Para que um operário fosse inscrito no COP, ele precisava apresentar-se ao delegado da oficina em que trabalhava e ser abonado por dois sócios do Centro. Ele deveria contribuir com a quantia mensal de mil réis. Para ocupar um cargo na associação, o sócio deveria ter mais de dezoito anos. Os encarregados e feitores podiam pertencer ao COP, mas não tinham o direito de votar ou serem votados.<sup>222</sup> Como podemos observar, ao compararmos as associações de trabalhadores estudadas, o COP era a associação que designava mais atribuições aos delegados. Isto estava relacionado com o grande esforço, feito pelo COP, para subordinar os trabalhadores da categoria à autoridade da associação. Os delegados das associações deviam representar os trabalhadores de cada estabelecimento. Deviam também representar as associações nos estabelecimentos e cobrar as mensalidades dos associados. Com base nos estatutos, podemos afirmar que delegados do COP, além de terem todas essas funções, também tinham o dever de contribuir para o fortalecimento e para a manutenção da autoridade da associação, sobre os trabalhadores dos estabelecimentos. Os estatutos do COP buscavam garantir que os delegados tivessem vínculos mais fortes com a direção da associação, do que com os trabalhadores dos estabelecimentos que representavam. Por isso os delegados eram nomeados pela diretoria da associação e não eleitos por seus companheiros de trabalho, como era feito nas outras associações de trabalhadores estudadas. O COP buscava fornecer significativo poder aos delegados, pois assim eles poderiam contribuir, para o fortalecimento da autoridade da associação, sobre os trabalhadores da categoria. Por isso, os trabalhadores para entrarem na associação dependiam dos delegados, e os trabalhadores associados podiam ser punidos, mediante denuncia dos delegados.

O COP estava interessado nas práticas mutualistas. A associação tinha a intenção de criar escolas racionalistas, para educar os trabalhadores. O Centro pretendia também criar uma Caixa de Socorros Mútuos, desvinculada dos cofres da associação.

---

<sup>221</sup> Idem. (art. 16º, 17º, 18º e 22º)

<sup>222</sup> Idem. (art. 5º, art. 6º, art. 7º, art. 30º, art. 33º, art. 36º e art. 37º)

Em julho de 1918, o COP forneceu auxílio a operários que haviam sofrido acidentes de trabalho e desejavam se tratar. Nessa ocasião, foram feitas duras críticas à falta de apoio dos patrões a esses operários. O COP era filiado à UGT e especificou em seus estatutos que, no caso de sua dissolução, seus bens deveriam ser entregues à UGT. Esta deveria organizar uma nova associação para representar a classe.<sup>223</sup>

O COP desejava controlar o mercado de trabalho da categoria. Defendia em seus estatutos que, caso um operário fosse demitido por falta de serviço, outro só poderia ser contratado após a readmissão do funcionário demitido, se este ainda estivesse desempregado. O COP também desejava punir o operário que atuasse como espião dos patrões. Este deveria ser expulso da oficina, na qual trabalhava, e somente após cumprir 15 dias de suspensão poderia trabalhar em outra oficina. O sócio que deixasse de pagar três meses de mensalidade, salvo por motivo de desemprego ou doença, deveria ser expulso do sindicato. O Centro deveria também auxiliar os companheiros, perseguidos injustamente pelas autoridades e pelos patrões, durante conflitos coletivos.<sup>224</sup> No mês de julho de 1918, o atraso na cobrança das mensalidades estava causando embaraços à agremiação. O COP então pediu aos seus delegados, que não deixassem trabalhar os associados que devessem ao sindicato mais de dois meses.<sup>225</sup> Parece que o COP tinha um maior controle sobre o mercado de trabalho da categoria que representava, do que as outras associações estudadas. Dessa forma, o Centro ganhava força para barganhar com os patrões melhores condições de trabalho. Quanto maior fosse o controle de uma associação sobre o mercado de trabalho, maior seria seu controle sobre os trabalhadores da categoria. Estes, por serem mais dependentes da associação, teriam maior dificuldade para entrar em conflito com ela. Um trabalhador que entrasse em conflito com o sindicato poderia ter suas chances de arrumar trabalho significativamente reduzidas. Isto geraria maior fidelidade e maior comprometimento com as resoluções aprovadas pelo sindicato. Isto daria maior poder ao sindicato para pressionar os patrões.

Durante o ano de 1917 foi criada uma Comissão Central de Melhoramentos. Ela era composta por operários e patrões. Esta comissão tinha o objetivo de harmonizar os interesses dos patrões e dos operários. Tinha também o objetivo de contribuir para o desenvolvimento do setor das pedreiras. Em fevereiro de 1918, foram empossados os

---

<sup>223</sup> Idem. (art. 32º, art. 40º e art. 41º); *Jornal do Brasil*, 08 de julho de 1918. (p. 6)

<sup>224</sup> Estatutos do Centro dos Operários em Pedreiras. Arquivo Nacional. Fundo: 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro. Série: Estatutos de Sociedade Civil. Notação: V-65. Registro nº. 967. 17 de outubro de 1918. (art. 10º, art. 12º, art. 14º e art. 15º)

<sup>225</sup> *Jornal do Brasil*, 06 de julho de 1918. (p. 6)

novos diretores da Comissão Central de Melhoramentos. Representando os industriais, foram empossados: José Ferreira Ribeiro, Antônio Ferreira Monteiro (reeleito), Alberto Magalhães, Américo Pinto dos Santos e Manuel Gomes Vieira. Representando os operários, foram empossados: Marcelino da Costa Ramos, Antônio Silva (reeleito), Mathias de Figueiredo, Álvaro Dias Duarte e Antônio José Moreira.<sup>226</sup> A Comissão Central de Melhoramentos era um importante espaço para o diálogo entre os industriais e os operários do setor de pedreiras. Esta comissão, além de contar com o reconhecimento de ambas as partes, possuía diretores eleitos, representando tanto os operários quanto os industriais, que mantinham contato permanente. Isto contribuía para a solução de conflitos existentes entre industriais e operários. Em outros setores, as associações de trabalhadores encontravam muita dificuldade para manter um diálogo, permanente e produtivo, com as associações que representavam os industriais. Normalmente os patrões resistiam em reconhecer as associações de trabalhadores como legítimas representantes dos operários. No setor das fábricas de tecidos, a UOFT tinha muita dificuldade para estabelecer um diálogo com o Centro Industrial, associação que representava os industriais do setor. Normalmente o estabelecimento do diálogo entre as duas associações era alcançado em momentos de tensão, através da intervenção de um intermediário. Este, com freqüência, era um representante da polícia.

Consideramos que o movimento operário no setor das pedreiras tinha duas características marcantes, que diferenciavam esse setor dos demais setores envolvidos na greve. Primeiro, a associação de trabalhadores tinha grande influência sobre um significativo número de trabalhadores, porque possuía algum controle sobre o mercado de trabalho. Consideramos que as outras associações de trabalhadores, que participaram da greve, também tinham significativa influência sobre os trabalhadores. No entanto, elas tinham menos influência sobre os trabalhadores das categorias que representavam, do que o COP tinha sobre os trabalhadores do setor das pedreiras. Apesar de terem mobilizado um grande número de operários, elas não conseguiram evitar que um razoável número de trabalhadores se recusasse a aderir à greve, em novembro de 1918. Os trabalhadores de muitas fábricas de tecidos e de muitas oficinas metalúrgicas se recusaram a participar da greve. Na construção civil, muitos trabalhadores também adotaram a mesma postura. Defendemos que no setor de pedreiras, houve um apoio mais abrangente dos operários à greve e à associação de trabalhadores, do que nos

---

<sup>226</sup> Jornal do Brasil, 02 de fevereiro de 1918. (p. 7); Jornal do Brasil, 21 de novembro de 1918. (p. 6)

outros setores que também estavam envolvidos na greve. Segundo, ao contrário dos outros setores estudados, existia no setor de pedreiras significativo espaço para o diálogo, entre a associação de trabalhadores e a associação dos industriais. A Comissão Central de Melhoramentos era um mecanismo muito importante, para a viabilização e manutenção desse diálogo. A identificação dessas características, específicas do setor das pedreiras, é fundamental para que possamos entender o sucesso da greve, iniciada pela categoria em novembro de 1918.

Vamos tratar agora da União Geral dos Trabalhadores do Rio de Janeiro. No dia dezanove de março de 1918, a Federação Operária do Rio de Janeiro publicou um comunicado no *Jornal do Brasil*. Neste, ela fazia um sintético histórico de suas atividades. A FORJ declarava ser uma associação com doze anos de existência, que atuava desde a época do Primeiro Congresso Operário do Rio de Janeiro, em 1906. Durante sua existência, ela alternou momentos de grande sucesso na mobilização dos trabalhadores com momentos de apatia. Segundo a direção da Federação, o ano de 1917 representou um período de sucesso na mobilização, pois as agitações contra a carestia, iniciadas em janeiro desse ano, resultaram nas greves do mês de julho. A FORJ considerou que o movimento dos operários em julho, apesar de moralmente bem sucedido, não teve boa orientação e coesão entre os trabalhadores, devido a carência numérica de operários conscientes. No segundo semestre de 1917, a Federação lamentava que muitas categorias de trabalhadores que foram iniciadas na organização por ela neste ano, depois de organizadas se recusaram a se federar. Elas buscaram um caminho de independência com relação à FORJ. Isto foi visto pela Federação como prova da falta de consciência de grande parte dos trabalhadores. A união das associações em torno de uma federação era considerada como fundamental, para o sucesso da luta dos trabalhadores. Em outubro de 1917, preocupadas com essa questão, algumas associações de trabalhadores ligadas à FORJ, dentre elas a UGCC, criaram uma comissão que convidou todas as associações não federadas para uma reunião. O objetivo dessa reunião era encontrar a melhor forma de unificar em um só bloco as sociedades de resistência do Rio de Janeiro. Esta reunião aconteceu no dia vinte e cinco de outubro de 1917. Nesta ocasião constituiu-se um entendimento para a criação de um novo organismo federativo.<sup>227</sup>

---

<sup>227</sup> *Jornal do Brasil*, 19 de março de 1918 (p. 9)

Durante o ano de 1918, esse novo organismo se tornou uma realidade, a União Geral dos Trabalhadores do Rio de Janeiro. No dia quatorze de março de 1918, a FORJ deixou de existir, pois se incorporou a UGT. A UGT substituiu a FORJ. Não interessava a existência de duas federações de associações de trabalhadores. Isto poderia dividir os trabalhadores em dois blocos, criando conflitos entre eles. A criação da UGT foi motivada pela dificuldade que a FORJ estava encontrando, para atrair grande parte das associações de trabalhadores. Esta tarefa não era fácil, pois dentro do movimento dos trabalhadores havia muitas divergências. As disputas pelo poder entre diferentes grupos de trabalhadores também devem ser consideradas. Na verdade, a criação da UGT era uma tentativa de estabelecer um consenso entre um grupo maior de associações de trabalhadores. Esta tentativa foi bem sucedida. A UGT foi criada com base no debate entre várias associações de trabalhadores que tinham suas diferenças. Para a criação da UGT, foi necessário que ressentimentos existentes, entre associações, fossem colocados de lado. Este esforço tinha o objetivo de unir as classes trabalhadoras em um organismo federativo, organizado de baixo para cima, com métodos e critérios de ação próprios. A UGT deveria contribuir para o fortalecimento dos laços de solidariedade entre os trabalhadores. Ela deveria possibilitar a existência de uma federação de associações de trabalhadores maior, mais unida e mais forte.<sup>228</sup>

Como não poderia deixar de ocorrer, a criação da UGT encontrou resistência em parte dos trabalhadores, que fizeram duras críticas à nova federação. Vamos observar um comunicado da assembléia de delegados da UGT, rebatendo algumas dessas críticas. Esta assembléia estava reunida na sede da UOFT.

...A assembléa de delegados da União Geral dos Trabalhadores resolveu:

1º - Protestar contra a villissima infamia do Sr. H. de Olinda de que nesta União havia dinheiro de patrões;

2º - Declarar categoricamente que os fins a que esta associação se propõe são os expressos nos seus estatutos não se tratando em seu seio de quaisquer doutrinas políticas, religiosas ou filosoficas sendo por isso insidiosa a exclamação do mesmo senhor. “Não queremos anarquistas aqui dentro”.<sup>229</sup>

A UGT, no início de suas atividades, sofreu todo tipo de críticas. Até mesmo críticas que pareciam não ter muito fundamento. Era bastante improvável que a UGT recebesse dinheiro dos patrões. Não podemos esquecer que a UGT incorporou a FORJ,

<sup>228</sup> Jornal do Brasil, 19 de março de 1918 (p. 9)

<sup>229</sup> Jornal do Brasil, 23 de março de 1918 (p. 8)

logo parte dos membros de sua direção provavelmente pertenceu à antiga direção da FORJ. Esta nunca teve uma postura submissa aos patrões, pelo contrário sempre os desafiou. A UGT tinha a FORJ como referência, por que então os patrões lhe dariam dinheiro? Esta parece ter sido uma acusação infundada, inspirada por disputas existentes no movimento operário. Se observar-mos as acusações de H. de Olinda, perceberemos que elas parecem ser incompatíveis. Uma sugere subordinação aos patrões enquanto outra sugere adesão ao anarquismo. Temos que reconhecer que os anarquistas normalmente não eram acusados de receber dinheiro dos patrões. Isto não teria sentido. De qualquer forma, essas acusações além de ofenderem, também preocuparam os dirigentes da UGT. Esta era uma associação nova, que estava se esforçando para ganhar o apoio e o respeito dos trabalhadores. Ao rebater essas críticas, a Assembléia de Delegados da UGT afirmou publicamente que a nova instituição não queria ter relações com os anarquistas. Os anarquistas não eram mal vistos somente pelas autoridades, mas também por parte dos trabalhadores. Se a imagem da UGT ficasse fortemente associada aos anarquistas, isto poderia dificultar a união entre os trabalhadores, que era o principal objetivo da UGT. Importante observar que entre os delegados das associações de trabalhadores, que faziam parte da assembléia da UGT, estavam os delegados da UOFT, da UGM, da UGCC e do Sindicato dos Operários das Pedreiras, que mais tarde adotaria o nome de COP. Com o objetivo de esclarecer os trabalhadores sobre as idéias que orientavam a UGT, a Assembléia citou os estatutos desta. Vamos tratar desses estatutos.

Capítulo 1º - Fins – Art 1º - A União Geral dos Trabalhadores do Rio de Janeiro, organizada de acordo com os presentes estatutos, tem por fim:

- A) Promover o levantamento moral e intelectual dos trabalhadores;
- B) Empregar todos os esforços para melhorar as condições economicas, profissionaes e sociaes dos mesmos.

[...]

Art 3º - A União Geral dos Trabalhadores do Rio de Janeiro, não pertence a nenhuma escola, facção ou doutrina política ou religiosa, não podendo tomar parte collectivamente em eleições, manifestações partidarias ou religiosas, nem tampouco qualquer de seus membros, individualmente livres e autonomos poderá servir-se de um titulo ou função da U. G. dos Trabalhadores do Rio de Janeiro, com esse intuito.<sup>230</sup>

A finalidade da UGT era a melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Em nenhum item dos seus estatutos se defendia uma mudança radical da estrutura social. Isto é um indício forte de que esta associação não era liderada por anarquistas.

<sup>230</sup> Jornal do Brasil, 26 de março de 1918 (p. 6)

Os anarquistas não deixariam de mencionar algo que consideravam fundamental, a derrubada do regime vigente para a construção da nova sociedade livre. O artigo terceiro evidencia a preocupação da UGT com a união entre os trabalhadores. Este artigo afirma explicitamente que a união não pertencia a nenhuma escola, facção, doutrina política ou doutrina religiosa. A União pertencia aos trabalhadores, não importando a doutrina política ou religiosa que eles adotassem. Em outros artigos dos seus estatutos, a União esclareceu o modo como pretendia alcançar seus objetivos. Para melhorar o grau de instrução dos trabalhadores, a União pretendia promover palestras e conferências nas sedes das associações federadas. Pretendia também criar bibliotecas, escolas e cursos, para o ensino primário, secundário e profissional. A UGT desejava promover a união dos trabalhadores do Rio de Janeiro, através das associações de classe. Estas permitiriam que eles lutassem pela defesa dos seus interesses. A União afirmou interesse em manter relações apenas com sociedades exclusivamente operárias, organizadas sobre o terreno econômico. Só poderiam pertencer a UGT associações formadas exclusivamente por trabalhadores assalariados, que tivessem como base de ação a resistência direta aos patrões. Outro requisito para se associar à UGT era a obrigatoriedade da associação aceitar, em assembléia geral dos seus membros, os estatutos da União.<sup>231</sup> Estes estatutos mostram claramente que a UGT não tinha um projeto anarquista. A sua orientação era explicitamente sindicalista.

Joaquim Alves Carneiro, primeiro secretário da UGM, publicou um artigo que revelava que os estatutos da UGT foram aceitos pela UGM e por mais quinze associações de trabalhadores. Ele também declarava que, como constava em seus estatutos, a UGT pretendia criar um jornal diário.<sup>232</sup> Joaquim saudava esta proposta, pois tinha uma opinião ruim sobre os jornais do Rio de Janeiro.

...Devemos ter em vista que a maioria dos jornaes desta cidade só deturpa as razões que nos assistem, appellidando-nos de anarchisadores e outras coisas mais, porque lhe convém defender o capitalismo. Porém, enquanto não vem esse campeão, que divulgará todas as nossas verdades e protestará contra todas as prepotencias praticadas contra nós, devemos comprar sempre aquelles que vão noticiando com mais imparcialidade a nossa causa...<sup>233</sup>

Joaquim Alves Carneiro considerava que a maioria dos jornais da cidade era defensora do capitalismo. Isto os levaria a fazer uma campanha contra os interesses dos

<sup>231</sup> Jornal do Brasil, 26 de março de 1918 (p. 6)

<sup>232</sup> O Metallurgico: órgão oficial da União Geral dos Metallurgicos, 01 de maio de 1918 (p. 3)

<sup>233</sup> O Metallurgico: órgão oficial da União Geral dos Metallurgicos, 01 de maio de 1918 (p. 3)

trabalhadores. Eles além de deturparem seus objetivos, também procuravam difamar as associações dos trabalhadores. Joaquim rejeitou o rótulo de anarquistas, posto nos trabalhadores ligados às associações. Assim ele defendia que tanto a UGT quanto a UGM não eram associações anarquistas. Elas estariam sendo acusadas de adesão ao anarquismo, por aqueles que tinham interesse em impedir que os trabalhadores conseguissem os justos direitos que reivindicavam.

Como observamos anteriormente, a Assembléia de Delegados da UGT havia afirmado não ter interesse em manter relações com os anarquistas, mas na prática isto não aconteceu. Em outubro de 1918, a UGT convidou os trabalhadores para assistirem a uma sessão solene, no teatro *Maison Moderne*, no qual falaram vários oradores. Entre esses oradores estavam Álvaro Palmeira e José Elias, anarquistas muito conhecidos. A UGT também convidou, através da imprensa, os trabalhadores para uma conferência que se realizaria no mesmo dia. A União comunicou que a conferência seria feita pelo companheiro Carlos Dias e o tema seria: “A grandeza da obra de Ferrer e sua interpretação entre os trabalhadores”.<sup>234</sup> No final do século dezenove e início do século vinte, dentro do anarquismo, surgiu um movimento que defendia a criação de escolas libertárias. Francisco Ferrer foi um anarquista que atuou na área da educação. Ele criou a Escola Moderna na região da Catalunha. Na verdade, a escola de Ferrer era uma das muitas experiências desse tipo existentes na região. Seu objetivo principal era a alfabetização de camponeses adultos e trabalhadores da indústria. Ele não apresentava idéias inovadoras, era um racionalista ortodoxo. Apesar disso, Ferrer desafiou o domínio que a Igreja possuía sobre a educação na Espanha. Em 1909, Ferrer foi preso e fuzilado, pelo governo conservador, sob a falsa acusação de ter fomentado um levante na Catalunha. Após sua morte, ele se tornou um mártir para os anarquistas. Estes, procurando difundir a educação libertária, exageraram muito suas qualidades como pedagogo.<sup>235</sup> Carlos Dias, Álvaro Palmeira e José Elias da Silva além de serem anarquistas conhecidos e muito atuantes junto ao movimento operário, também estavam entre os principais líderes da insurreição anarquista, que aconteceria em novembro de 1918, no Rio de Janeiro. Era de conhecimento público o relacionamento da UGT com anarquistas. Sua direção tratou Carlos Dias não só como um conferencista, mas como um companheiro. Isto mostra que Carlos Dias era respeitado na UGT.

---

<sup>234</sup> Jornal do Brasil, 12 de outubro de 1918 (p. 8); Jornal do Brasil, 13 de outubro de 1918 (p. 10)

<sup>235</sup> WOODCOCK, G. *História das idéias e movimentos anarquistas Vol. 2*. Porto Alegre: L&PM, 2006.

Vamos agora observar a opinião que a polícia tinha sobre a UGT. Em novembro de 1918, após a insurreição anarquista, foi decretada a dissolução da UGT. Aurelino Leal, Chefe de Polícia, enviou o seguinte ofício ao Ministro da Justiça:

...Existiu nesta Capital uma sociedade intitulada Federação Operária, que era um foco de anarquistas, quasi todos estrangeiros...

Numa greve promovida pela referida Federação Operária, greve que tomou largas proporções e trouxe a cidade um grande panico, resolvi fechala. Mais tarde surgiu uma outra associação, com o nome de União Geral dos Trabalhadores do Rio de Janeiro, e, segundo a polícia apurou, ella reproduz a “Federação”; foco de anarquistas, centro de propaganda das chamadas idéias libertárias e, conseguintemente, de subversão da ordem jurídica e legal...<sup>236</sup>

Aurelino Leal reconhecia que a UGT havia substituído a FORJ. Para ele, as duas associações tinham o mesmo objetivo. A UGT reproduziria a FORJ. Aurelino afirmou que, assim como a Federação, a UGT era um foco de anarquistas que funcionava como centro de propaganda libertária. Isto era em parte verdadeiro. Muitos anarquistas freqüentavam a UGT e buscavam difundir suas idéias nesse espaço. No entanto, muitas outras idéias diferentes do anarquismo eram divulgadas na União. O Chefe de Polícia parecia ter consciência disso. O problema estava no fato do diálogo, entre anarquistas e trabalhadores, ser para ele inaceitável. Os anarquistas estariam manipulando os trabalhadores, considerados ingênuos, de acordo com seus interesses. Isto justificaria o fechamento da associação. Aurelino deixou claro que sua preocupação central era a manutenção da ordem jurídica e legal. Ele só estava disposto a tolerar a existência de associações de trabalhadores que não mantivessem relações com os anarquistas. Estes deveriam ser combatidos a todo custo.

José Oiticica, que posteriormente seria o principal líder da insurreição anarquista de novembro de 1918, escreveu uma carta aberta ao Chefe de Polícia, meses antes da UGT ser fechada, na época em que Aurelino havia aberto um inquérito sobre a UGT. Nesta carta, Oiticica fazia comentários sobre a FORJ e a UGT.

...Diz V. Ex<sup>a</sup> que a Federação Operaria Brasileira, violentamente extinta por V. Ex<sup>a</sup>, o ano passado, era “um antro de anarquistas e velhacoito ostensivo e audacioso da vasa internacional atirada às nossas praias, aqui vivendo em perene abuso da nossa índole hospitaleira e da liberdade de nossas leis”...

...Se V. Ex<sup>a</sup> quer salvar o Brasil, comece pela vasa nacional, e se não tem animo nem fôrças para começar de cima, inicie seu trabalho pela estrebaria da Chefatura de Polícia. É realmente indecoroso, nauseante,

<sup>236</sup> Jornal do Brasil, 23 de novembro de 1918 (p. 5)

repulsivo, esse corpo de agentes que V. Ex<sup>a</sup> sustenta e ouve. Há nêle desde o delator mentiroso, falso, até o assassino criminosamente indultado. São espíões a quem faltam as extraordinárias qualidades de um espião de guerra. São covardes, mexeriqueiros, gatunos. Servem pelo dinheiro que lhes dão, sem nenhuma nobreza de alma, sem nenhum sentimento de dignidade humana. Humilham-se a tôdas as concessões, agacham-se às mais tristes ordens. É a vasa mais miasmenta. Faz pena vê-los arredios, envergonhados de si mesmos ou inconscientes do seu papel indigno, a ouvirem, sem reagir, as palavras de repulsa dos trabalhadores espionados. Por essa escória humana é que V. Ex<sup>a</sup> é instruído do que se passa entre os trabalhadores, do que se passava na Federação Operária, nessa Federação onde eu fiz numerosas conferências, um curso inteiro de sociologia, aulas de ciências naturais e muitas preleções sôbre higiene...

...Assevera V. Ex<sup>a</sup> que se pregou, na Federação Operária, “a subversão da ordem jurídica e legal”. Esse é realmente o fulcro da revolução social moderna. Mas, note V. Ex<sup>a</sup>, não é a Federação que a prega. V. Ex<sup>a</sup> ignora que a Federação não é uma “sociedade”, mas a agremiação de várias “sociedades operárias”, nenhuma delas, veja bem V. Ex<sup>a</sup>, “nenhuma delas” anarchista, V. Ex<sup>a</sup> teria o direito de fechar a Federação, se a Federação incluísse nos seus estatutos e pregasse sistemáticamente a subversão social. Ora, isso nunca se deu. V. Ex<sup>a</sup> teria tal direito, se a Constituição o permitisse, de enclausurar apenas os pregadores das tais doutrinas. Por isso o ato de V. Ex<sup>a</sup>, extinguindo uma associação a que se achavam filiadas sociedades legalmente constituídas, como a dos marmoristas, foi uma arbitrariedade, aliás muito comum entre os homens do poder...

...O inquérito ordenado por V. Ex<sup>a</sup> é trabalho inútil. Posso informar a V. Ex<sup>a</sup> que a atual União Geral dos Trabalhadores é a mesma antiga Federação Operária com os antigos elementos e outros muitos novos. Os cinco mil trabalhadores de hontem, graças a V. Ex<sup>a</sup>, são hoje trinta mil, sòlidamente arregimentados. Não constituem uma “sociedade”, mas representam a solidariedade de vários grupos operários unidos para um mesmo fim de defesa mútua. Nenhuma dessas associações, posso garantir a V. Ex<sup>a</sup>, é anarchista. Os elementos anarchistas que entre elas há, ou são brasileiros ou estrangeiros “residentes no Brasil”, que se fizeram anarchistas no Brasil.<sup>237</sup>

O inquérito solicitado por Aurelino Leal, sobre a UGT, motivou José Oiticica a escrever essa carta. Ela é muito esclarecedora, pois trata das relações existentes entre as associações de trabalhadores do Rio de Janeiro e os anarquistas. Oiticica considerava que os policiais, que auxiliavam Aurelino Leal, eram despreparados e mal intencionados. Assim, a liderança da polícia teria construído uma impressão equivocada sobre as associações de trabalhadores. Oiticica conhecia muito bem tanto a FORJ quanto a UGT, pois fazia conferências e dava cursos nessas associações. Ele considerou que o inquérito pedido por Aurelino era desnecessário, pois a UGT era a FORJ com os mesmos elementos antigos e mais alguns novos. A UGT substituiu a FORJ e tinha a mesma função dela. Tanto a UGT quanto a FORJ eram a reunião de um conjunto de

<sup>237</sup> A Rua, 19 de abril de 1918. In: OITICICA, J. *Ação Direta – antologia dos melhores artigos publicados na imprensa brasileira – meio século de pregação libertária*: Editora Germinal, 1972. (p.52-57)

associações, unidas com o objetivo da defesa mútua.<sup>238</sup> Segundo ele, a FORJ, a UGT e as associações federadas a elas não eram associações anarquistas. Estas associações não defendiam de forma sistemática a subversão da ordem jurídica e legal. Seus estatutos também não apontavam esse objetivo. Os anarquistas presentes nessas associações é que defendiam essas idéias. Então, as associações não eram anarquistas, mas nelas havia espaço para a atuação dos anarquistas. As associações não defendiam o anarquismo, mas permitiam que os anarquistas divulgassem sua doutrina no seu interior.

Em julho de 1918, Astrogildo Pereira, outro importante líder da insurreição anarquista de novembro de 1918, escreveu no seu jornal, *Crônica Subversiva*, sobre a mensagem enviada pela UGT ao Congresso Nacional. Esta mensagem, como observamos anteriormente, causou muita polêmica na UGM e na UGCC. Na declaração de Astrogildo, podemos observar claramente as divergências existentes, entre os interesses da UGT e os interesses dos anarquistas.

...A mensagem da UGT é o mais cândido e modesto dos programas proletarianos que já se apresentaram nesses dias sanguinolentos de guerras e revoluções. O Sr. Álvaro de Carvalho, e com ele a Câmara, o Congresso, o Governo, se tivessem uma visão exata dos acontecimentos formidáveis que agitam o mundo, teriam recebido a representação da comissão federal da UGT como um presente de amigos e, amigavelmente (...) tratariam de concretizar, com uma série de decretos, as medidas apontadas e reclamadas. Evidentemente, os graves problemas do momento não ficariam solucionados com isso: mas seriam anteparados, suavizados, disfarçados por algum tempo mais. Para as classes trabalhadoras, seria a maior das desgraças a sua aceitação pelos governantes. Seria o triunfo da colaboração de classes, colaboração, já se sabe, de benefícios unilaterais, de exclusivos benefícios para a burguesia. (...) Temos um século de democracia e de industrialismo a provar-nos, com provas contínuas, invariáveis, repetidas, na Europa como na América, que as poucas e verdadeiras conquistas realizadas pelo proletariado são devidas a uma luta cotidiana, a uma guerra constante, mantidas pelo proletariado contra a burguesia. Todas as vezes, absolutamente todas as vezes, que a trégua se estabelece e a burguesia, abnegadamente, distribui favores e melhorias, o resultado final para os melhorados e favorecidos tem sido um único: negativo. Os tais indispensáveis paliativos imediatos, vindos de cima, atirados do alto, são bálsamos que, ao em vez de curar, mais alimentam e cultivam as chagas abertas... Fosse a mensagem da UGT aceita e fossem decretadas as suas reclamações, e isso fatalmente viria, de um lado amortecer as energias combativas do operariado em organização, e de outro lado reforçar o

---

<sup>238</sup> Carlos Augusto Addor citou as seguintes associações de trabalhadores, como filiadas da UGT: Sindicato dos Operários das Pedreiras, União Geral dos Metalúrgicos, União dos Alfaiates, Sindicato Federal dos Manipuladores de Tabacos, Sindicato dos Entalhadores, Sindicato dos Marceneiros e artes Correlativas, Centro Internacional dos vendedores de Pão, União geral dos Trabalhadores em Calçado, Sindicato dos Operários Vassoureiros e Artes Correlativas, Centro dos Operários Marmoristas, União dos Operários em Fábricas de Tecidos, União dos Chapeliros, União dos Oficiais Barbeiros e o Centro Cosmopolita. ADDOR, C. A. *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2002. (p. 102 e 104); A União Geral da Construção Civil também era filiada à UGT. *Jornal do Brasil*, 23 de julho e 1918 (p. 7)

prestígio do Estado burguês, retardando a hora do choque decisivo, numa palavra – prolongando a exploração capitalista e a tirania estatal... Esta é a enérgica panacéia receitada pela comissão federal da UGT...<sup>239</sup>

Astrogildo estava irritado com a UGT porque esta não tinha como referencia para sua atuação a revolução social. Dentro da UGT a idéia de revolução tinha espaço em alguns discursos, mas não era, nesse momento, referencia para a estratégia de mobilização da associação. Ele considerava que a UGT tinha um cândido e modesto programa proletário. Para ele, esse programa não só não contribuiria para a revolução social, como ajudaria a retardá-la. Segundo Astrogildo, o único remédio que poderia acabar com os males que afligiam os trabalhadores era a revolução social. A conquista de direitos para os trabalhadores somente contribuiria para a criação de maior harmonia, nas relações entre patrões e empregados. A harmonia não contribuía para a revolução. O aumento dos conflitos é que favoreceria a adoção de uma postura mais radical, pelos trabalhadores. Isto era fundamental para a revolução, que para os anarquistas iria resolver a maioria dos problemas do mundo. A comissão da UGT estaria propondo uma panacéia que não produziria efeito. As diferenças entre as idéias anarquistas de Astrogildo e a linha de atuação adotada pela UGT ficaram claras. O problema não era que as medidas sugeridas pela UGT não produziram efeitos. Elas produziram efeitos, mas estes não seriam os esperados por Astrogildo. Produziram sim os efeitos esperados pelos trabalhadores e pela UGT. As medidas tinham o objetivo de melhorar as condições de vida dos trabalhadores. A UGT por representar os trabalhadores estava muito mais comprometida com os interesses destes do que Astrogildo, que tinha compromisso com a doutrina anarquista. Os trabalhadores tinham necessidades básicas e urgentes, como alimentar e vestir suas famílias. Na visão dos trabalhadores, a conquista de direitos poderia ajudar a garantir essas demandas. A revolução era algo vago, muito menos concreto que os direitos. Quem saberia com certeza o que a revolução poderia garantir? Os trabalhadores provavelmente não se incomodariam com o discurso revolucionário e talvez até o apoiassem, desde que as associações mantivessem o foco na luta por direitos. Este que na verdade era um comportamento extremamente inteligente da parte dos trabalhadores, era visto como falta de consciência pelos anarquistas.

---

<sup>239</sup> ADDOR, C. A. *A insurreição anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2002. (p.20)

Nenhuma das associações de trabalhadores, estudadas nesse capítulo, adotou uma orientação política específica. Elas tiveram como objetivo principal a mobilização dos trabalhadores, para a conquista de direitos. Dentro delas houve espaço para a atuação de várias correntes ideológicas, que lutaram entre si para influenciar as associações. Essas correntes tiveram maior ou menor influência de acordo com a conjuntura. Contudo, as referências principais para essas associações eram as expectativas dos trabalhadores. Isto ajuda a explicar a significativa mobilização alcançada no período estudado. No que diz respeito à estratégia de mobilização, nenhuma dessas associações esteve comprometida exclusivamente com a ação direta. Todas elas, em maior ou menor grau, aceitaram as autoridades do Estado como mediadores, entre patrões e trabalhadores.

Nos anos de 1917 e de 1918, entre as associações estudadas, que foram fechadas pela polícia em novembro de 1918, aquela que estava menos comprometida com a ação direta era a UOFT. Ela solicitou sistematicamente a atuação das autoridades do Estado como mediadores, na solução de conflitos entre trabalhadores e industriais. O Chefe de Polícia fez esse papel em várias ocasiões. Durante esse período, a UOFT normalmente atuou da seguinte forma: os operários de alguma fábrica se declaravam em greve e comunicavam sua situação à UOFT. Esta procurava negociar com os patrões, em nome dos operários, o fim da greve. As direções da UOFT com frequência solicitavam a ajuda do Chefe de Polícia, nas negociações entre patrões e empregados. A iniciativa para envolver o Chefe de Polícia, nessas negociações, a maioria das vezes partia da UOFT. Assim, nestes casos, os trabalhadores das fábricas que declaravam greves se orientavam pela ação direta, mas a direção da UOFT não. A presença do Chefe de Polícia era vista, pela direção da UOFT, como algo positivo, pois contribuía não só para evitar a repressão policial sobre os trabalhadores, mas também para dar maior legitimidade aos acordos firmados. Não queremos dizer que a UOFT não recorria à ação direta. Ela apoiou e incentivou muitas greves. Suas direções, com frequência, se dirigiam aos patrões para apresentar as reivindicações dos trabalhadores. No entanto, as direções da UOFT estavam dispostas a abrir mão da ação direta, sempre que julgassem que isso contribuiria para a conquista de direitos para os trabalhadores. Se as autoridades do Estado pudessem ajudar, essa ajuda era bem vinda.

As outras associações também desejavam que as autoridades do Estado intervissem nas relações existentes no mundo do trabalho. A UGT enviou carta ao Congresso Nacional solicitando leis que regulassem as relações de trabalho. A UGM,

nas greves de julho de 1917, aceitou a mediação dos intendentos do Conselho Municipal. A UGCC criticava a atuação do Chefe de Polícia como mediador, mas aceitava a mediação de outras autoridades. Ela enviou carta à Câmara dos Deputados solicitando urgência na aprovação de um Código do Trabalho. O COP estava mais comprometido com a ação direta, pois buscava alcançar as suas reivindicações através da Comissão Central de Melhoramentos, que colocava em contato direto os representantes dos trabalhadores e os representantes dos patrões.

Além das influências do anarquismo, do socialismo e do sindicalismo revolucionário, essas associações de trabalhadores também sofreram forte influência do sindicalismo reformista. A busca do diálogo com as autoridades do Estado e a ênfase dada à conquista de direitos são fortes evidências disto. Em momento algum, entre 1917 e 1918, os anarquistas possuíram o controle dessas associações. O sindicalismo teve mais influência sobre elas do que o anarquismo. Os sindicalistas de um modo geral eram mais sensíveis às demandas dos trabalhadores do que os anarquistas. Não é que os anarquistas ignorassem essas demandas, mas eles julgavam que a satisfação delas não era fundamental. Não contribuiria para resolver o verdadeiro problema dos explorados. Para eles, as relações de exploração, existentes entre os homens, só deixariam de existir com a realização da revolução libertária. Aquilo que os principais militantes anarquistas da cidade do Rio de Janeiro realmente valorizavam, no movimento dos trabalhadores, não era a conquista de direitos, mas a organização e a mobilização necessárias para lutar por esses direitos. Esses anarquistas tinham a expectativa de contar com os trabalhadores, mobilizados e organizados pelos sindicatos, na sua revolução libertária, que permitiria a construção de um novo mundo. Como os interesses desses anarquistas e os interesses da grande maioria dos trabalhadores eram diferentes, houve dificuldades para que eles estabelecessem objetivos comuns, apesar da aproximação entre esses anarquistas e as associações de trabalhadores ter sido significativa. Parte dos anarquistas colaborava com os sindicalistas, enquanto mantinha o sonho de converter os trabalhadores ao anarquismo. Eles obtiveram certo sucesso na divulgação das idéias libertárias, apesar de terem convertido somente um número muito reduzido de trabalhadores ao anarquismo. Os trabalhadores dependiam muito da conquista de direitos, pois lutavam cotidianamente pela sobrevivência de suas famílias. Nesta luta, aceitavam a ajuda de todos, inclusive dos anarquistas. As idéias revolucionárias tiveram alguma influência sobre os trabalhadores, no período estudado, mas não foram a referência principal para a mobilização deles.

#### 4) Os anarquistas que planejaram a insurreição de novembro de 1918, na cidade do Rio de Janeiro.

Neste capítulo, em alguns momentos, estaremos tratando dos anarquistas de um modo geral, mas nosso foco estará voltado, principalmente, para a análise dos anarquistas que planejaram a insurreição de novembro de 1918, no Rio de Janeiro. Os principais líderes da insurreição foram: José Oiticica, Manuel Campos, Agripino Nazaré, Astrogildo Pereira, Álvaro Palmeira, João da Costa Pimenta, Carlos Dias e José Elias da Silva.<sup>240</sup>

José Rodrigues Leite Oiticica foi considerado o principal líder da insurreição. Era filho de um Senador, proprietário de terras em Alagoas. Ele se formou em Direito, na Faculdade de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro, em 1902. Também estudou Medicina por quatro anos, mas não concluiu o curso. Oiticica era um homem muito culto e conhecia bem vários idiomas, dentre eles: latim, grego clássico, francês, inglês, alemão, espanhol, italiano, russo e o esperanto. Converteu-se ao anarquismo em 1912 e passou a atuar no movimento operário no ano de 1913. Assumiu o cargo de professor de português no Colégio Pedro II, em 1916, mediante concurso público.<sup>241</sup> Astrogildo Pereira nasceu na cidade de Rio Bonito, no Estado do Rio de Janeiro. Era oriundo da classe média. Estudou em um colégio de jesuítas, chamado Colégio Anchieta, em Friburgo. Estudou posteriormente no Colégio Abílio, em Niterói. Converteu-se ao anarquismo ainda muito jovem, em 1907, provavelmente devido à leitura do livro *A Conquista do Pão*, de Kropotkin. Esta obra teve muita influência sobre ele. Aos vinte e três anos, participou ativamente do Segundo Congresso Operário Brasileiro, que aconteceu na sede do Centro Cosmopolita, em setembro de 1913, no Rio de Janeiro. Em 1915, contribuiu significativamente para a realização do Congresso Anarquista Sul-Americano e do Congresso da Paz, ambos realizados na sede da Federação Operária do Rio de Janeiro.<sup>242</sup> Carlos Simões Dias era brasileiro e exercia a profissão de tipógrafo. Ele começou a militar no movimento operário bem no início do século vinte. Dias também foi jornalista, escritor e grande orador. Ele colaborou em vários jornais. Em 1904, junto com o sapateiro Manuel Moscoso, já publicava o periódico anarquista, *O*

<sup>240</sup> Jornal do Brasil, 19 de Novembro de 1918. (p. 5); Jornal do Brasil, 24 de Dezembro de 1918. (p. 7)

<sup>241</sup> OITICICA, J. *Ação Direta – Antologia dos melhores contos publicados na imprensa brasileira – Meio século de pregação libertária*. Rio de Janeiro: Editora Germinal, 1972.

<sup>242</sup> DULLES, J. W. F. *Anarquistas e Comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. (p. 34); RODRIGUES, E. *Os companheiros I*. Rio de Janeiro: Editora VJR associados, 1994. (p. 43)

*Libertário*. Carlos Dias foi delegado no Primeiro Congresso Operário Brasileiro, em 1906, e participou da comissão que reorganizou a Confederação Operária Brasileira, em 1913.<sup>243</sup> José Elias da Silva nasceu em Pernambuco e tinha uma origem humilde. Ele foi um autodidata. No Nordeste, trabalhou em fábrica de tecidos. Depois atuou na Marinha Mercante, mas foi mandado embora por espalhar idéias anarquistas, entre os marinheiros embarcados. Em seguida, aprendeu o ofício de sapateiro para senhoras. Assim como Astrogildo, participou do Segundo Congresso Operário Brasileiro.<sup>244</sup> João da Costa Pimenta era operário gráfico. Anteriormente, em Campos no estado do Rio de Janeiro, havia atuado como padeiro. Ele era considerado um competente organizador de trabalhadores. Atuou no Centro Cosmopolita e ajudou significativamente na organização dessa associação.<sup>245</sup> Álvaro Palmeira era brasileiro. Ele era um jovem professor que tinha influência sobre os operários da construção civil. Era um excelente orador. Agripino Nazaré era um advogado, nascido na Bahia e Manuel Campos era um espanhol, que trabalhava como estivador.<sup>246</sup>

Muitas autoridades, dentre elas o Chefe de Polícia Aurelino Leal, normalmente acusavam os anarquistas de serem indivíduos “estranhos” ao movimento operário. Se considerarmos alguns dos principais líderes da insurreição, teremos que reconhecer que até certo ponto, Aurelino tinha razão. José Oiticica, Astrogildo Pereira, Agripino Nazaré e Álvaro Palmeira não eram operários. Eles conheciam muito bem o movimento operário, mas não estavam submetidos às mesmas condições de vida dos operários. Manuel Campos, Carlos Dias, José Elias da Silva e João da Costa Pimenta eram operários. No entanto, nenhum deles fazia parte das categorias envolvidas na greve de novembro de 1918. Dois deles estavam ligados à categoria dos gráficos, um era sapateiro e o outro era estivador. Esses homens faziam com frequência palestras e conferências para várias categorias de trabalhadores. Esse grupo de anarquistas possuía uma média de instrução muito superior à média de instrução dos trabalhadores. Entre esses anarquistas, mesmo os que eram operários tinham um grau de instrução considerável. José Elias da Silva era um homem simples, mas tinha uma cultura reconhecida pelos colegas. Carlos Dias já possuía uma longa história de militância entre os trabalhadores. Era, sem dúvida, muito respeitado. Manuel Campos era estivador e

---

<sup>243</sup> RODRIGUES, E. *Os companheiros I*. Rio de Janeiro: Editora VJR associados, 1994. (p. 159-162)

<sup>244</sup> DULLES, J. W. F. *Anarquistas e Comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. (p. 34)

<sup>245</sup> DULLES, J. W. F. *Anarquistas e Comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. (p. 66)

<sup>246</sup> DULLES, J. W. F. *Anarquistas e Comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. (p. 36 e 67); RODRIGUES, E. *Os companheiros I*. Rio de Janeiro: Editora VJR associados, 1994. (p. 71)

João da Costa Pimenta era operário Gráfico, mas também atuaram como jornalistas anarquistas. Em 1918, já fazia algum tempo que esses homens militavam no movimento operário. Eles aprenderam muito nas reuniões, palestras e comícios que participavam com frequência. Além das doutrinas anarquistas, eles estudavam outros assuntos, para poderem criticar o sistema estabelecido. Astrogildo Pereira era um homem extremamente bem informado. Ele dominava as línguas inglesa e francesa, pois utilizava constantemente expressões e transcrições nesses idiomas, em seus jornais. Lia compulsivamente jornais anarquistas, jornais da grande imprensa e também jornais estrangeiros. Muitos desses homens tinham uma condição financeira precária. Precisavam conciliar o trabalho pela sobrevivência com a militância anarquista, que tomava muito tempo. Carlos Dias, além de ter poucos recursos financeiros, tinha uma saúde frágil e uma numerosa prole para sustentar. Astrogildo, apesar de sua família ter uma condição financeira razoável, vivia com os poucos recursos que conseguia, com a publicação dos seus jornais anarquistas.<sup>247</sup>

Os principais líderes da insurreição eram homens que já se conheciam há algum tempo. O Centro de Estudos Sociais, fundado em 1914 no Rio de Janeiro, forneceu um espaço no qual os anarquistas puderam realizar palestras e conferências. Esse espaço permitiu o encontro entre intelectuais e trabalhadores. José Oiticica, Fábio Luz, Manuel Campos e José Elias da Silva participaram de reuniões nesse centro. Eles debatiam várias questões com socialistas. Entre esses socialistas estavam os intelectuais Pedro do Couto e Silva Marques. José Elias da Silva foi secretário da Comissão Organizadora do Congresso Anarquista Sul-Americano, que por contar somente com dois delegados estrangeiros passou a se chamar Congresso Anarquista Nacional do Rio de Janeiro. Ele foi realizado na sede da Federação Operária do Rio de Janeiro, no ano de 1915. Nesse congresso, entre outros assuntos, foram discutidos os principais fundamentos do anarquismo, o movimento em defesa da paz e o desenvolvimento da imprensa anarquista. Os membros do Congresso convidaram seus camaradas a organizarem pelo menos um semanário exclusivamente anarquista, pois consideraram que não existia nenhum jornal desse tipo, no Rio de Janeiro. Orlando Correia Lopes e João Gonçalves da Silva cederam seu jornal *Na Barricada* para um grupo de redatores. Estes deveriam lhe dar uma orientação exclusivamente anarquista. Os redatores eram os seguintes: Astrogildo Pereira, José Alves Diniz, João da Costa Pimenta, José Elias da Silva e

---

<sup>247</sup> Cronica Subversiva, 07 de setembro de 1918. (p. 2)

Manuel Campos. Este último ficou sendo o novo administrador.<sup>248</sup> Os anarquistas sem dúvida deram uma significativa contribuição para a organização do movimento operário no Rio de Janeiro. Eles atuaram em vários sindicatos. Publicaram jornais anarquistas e artigos em jornais da grande imprensa, que abordavam com frequência questões relativas aos trabalhadores. Eles também deram importante contribuição para a organização da Federação Operária do Rio de Janeiro. Esta associação foi fundamental para a organização e mobilização dos trabalhadores, entre os anos de 1917 e 1918.

Como podemos perceber, os principais líderes da insurreição eram antigos companheiros de militância anarquista junto aos operários. A maioria deles, entre os anos de 1917 e 1918, atuou sistematicamente nas associações de trabalhadores do Rio de Janeiro, realizando cursos, palestras e conferências. Muitos deles atuaram com frequência na União dos Operários em Fábricas de Tecidos, na União Geral dos Metalúrgicos, na União Geral da Construção Civil e na União Geral dos Trabalhadores. Contudo, os homens que planejaram a insurreição anarquista não pertenciam à estrutura organizacional dessas associações. Eles atuavam nos sindicatos divulgando suas idéias. Buscavam converter os trabalhadores ao anarquismo e influenciar na estratégia de organização e mobilização das associações de trabalhadores. Com certeza, conseguiram converter alguns operários filiados aos sindicatos ao anarquismo, apesar destes serem minoria. Esse pequeno grupo, de líderes citados, não planejou a insurreição sozinho. Eles contaram com a ajuda de trabalhadores, ligados principalmente à categoria dos têxteis.

Como já observamos anteriormente, o ano de 1917 foi um período de grande mobilização dos trabalhadores, na cidade do Rio de Janeiro. Aconteceram muitas greves, inclusive uma greve geral, envolvendo grande número de operários de diferentes profissões. Muitas categorias de trabalhadores organizaram ou reorganizaram suas associações. Embora essas associações não tivessem uma orientação anarquista, muitas delas solidificaram laços de amizade e solidariedade com anarquistas. Dentro dessas associações havia muitas críticas à atuação dos anarquistas, mas também havia espaço para que estes divulgassem as suas idéias. Alguns militantes anarquistas eram muito respeitados em muitas dessas associações. Eles atuavam com frequência, em associações de trabalhadores, realizando palestras e cursos. No início do ano de 1918, os anarquistas comemoravam o aumento da agitação, entre os trabalhadores, e a

---

<sup>248</sup> DULLES, J. W. F. *Anarquistas e Comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. (p. 35-38)

consolidação da atuação dos anarquistas nos sindicatos. Eles já não precisavam mais oferecer seus serviços às associações de trabalhadores. Muitas delas organizavam conferências e com frequência convidavam os anarquistas para atuarem como conferencistas.<sup>249</sup> Em janeiro de 1918, muitos anarquistas da cidade se reuniram e resolveram acabar com as discussões sobre anarquismo e sindicalismo. A polêmica, sobre se os anarquistas deveriam ou não atuar nos sindicatos de trabalhadores, gerava atritos e divisões entre os militantes. Eles consideraram que essas discussões eram estéreis e fizeram um esforço para promover a união entre os anarquistas. Como fruto desse esforço, foi criada a Aliança Anarquista do Rio de Janeiro. A Aliança tinha como objetivo ser um órgão de união e de entendimento entre todos os anarquistas do Rio de Janeiro. Sua finalidade era agrupar esforços para ampliar a propaganda anarquista.<sup>250</sup>

Para que possamos identificar quais eram as referências que estavam orientando os anarquistas que planejaram a insurreição, precisamos analisar os assuntos que eles estavam debatendo e as idéias que eles tentavam divulgar, nos meses que antecederam a insurreição. A Revolução Russa, de outubro de 1917, causou grande impacto nos anarquistas, inclusive nos que atuavam na cidade do Rio de Janeiro. A revolução social era até então algo que eles vislumbravam somente através da imaginação. A Revolução Russa dava-lhes a impressão de que seus sonhos estavam se materializando. Inicialmente as intenções dos revolucionários russos não estavam muito claras. Devido à guerra e às disputas ideológicas, a imprensa européia sofria censura. A situação na Rússia também estava bastante conturbada. Assim, era difícil conseguir informações confiáveis sobre o que realmente estava acontecendo lá. Os anarquistas, durante os anos de 1918 e 1919, consideravam que a Revolução Russa era uma revolução libertária, que inevitavelmente iria contagiar o resto do mundo.<sup>251</sup> Astrogildo Pereira pensava dessa forma. Para ele, a Revolução Russa iria contribuir para a eclosão de uma revolução mundial, que iria resolver definitivamente os problemas dos trabalhadores. A Revolução Russa era considerada um exemplo e um incentivo para os explorados de todo o mundo. Astrogildo considerava que o mundo estaria então se dividindo em dois blocos, que inevitavelmente entrariam em choque. Os trabalhadores do mundo, ao lado dos revolucionários russos, combateriam as burguesias. Estaria chegando a hora do confronto decisivo. Os explorados iriam derrubar o atual sistema social, orientado pela

---

<sup>249</sup> Boletim da Aliança Anarquista, n°2, Março de 1918. (p. 4)

<sup>250</sup> Boletim da Aliança Anarquista, n°1, Fevereiro de 1918. (p. 1)

<sup>251</sup> Boletim da Aliança Anarquista, n°1, Fevereiro de 1918. (p. 4)

burguesia e baseado na propriedade e na autoridade. A Revolução Russa era vista como o início de uma revolução muito mais ampla, que abrangeria todo o mundo. Este trecho de um artigo de Astrogildo evidencia esse pensamento:

...A revolução russa não é um motim qualquer, que se esmague assim com tanta facilidade: ela em si mesma contém inesgotáveis forças de resistência e, além disso, levanta sobre o mundo o lábaro supremo das grandes reivindicações definitivas, vindo ao encontro, como um exemplo e um incentivo, das velhas aspirações proletarianas, de liberdade e bem-estar. E' natural que as burguezias do mundo, ante o espectro temeroso da revolução social iniciada na Rússia, organizem a reação, lançando mão, para isso, de todos os meios, desde a calúnia, a mentira, o confuzionismo, até á intervenção armada. Isso constitui mesmo uma prova de que a revolução russa é uma verdadeira revolução libertária contra o atual sistema social burguez, de propriedade e autoridade... A' ação conjunta das burguezias do mundo contra os revolucionários moscovitas responderá forçozamente a ação dos proletariados do mundo e então... veremos!...<sup>252</sup>

Outro assunto muito abordado pelos anarquistas era a Primeira Guerra Mundial. Os anarquistas, desde o início, criticaram duramente a guerra. Isto não surpreende, pois eles tinham uma postura internacionalista. Não estavam interessados na guerra entre as nações, mas sim na guerra contra os exploradores. Defendiam não só os explorados do Brasil, mas os explorados de todo o mundo. Consideravam que a guerra trazia benefícios aos burgueses e aos trabalhadores só trazia prejuízos. Um exemplo disso era a carestia, que tanto sofrimento trazia aos pobres. A guerra contribuiria para o aumento da carestia, pois o volume dos alimentos exportados aumentou depois do início da guerra. Isto provocou escassez de alimentos no mercado interno. A guerra também teria criado oportunidades para os burgueses fazerem negócios, à custa do sofrimento dos humildes. Assim, os negociantes de armas estariam enriquecendo. As pessoas estariam morrendo para satisfazer a cobiça das burguesias que controlavam os estados beligerantes. A partir de outubro de 1917, as críticas se intensificaram, pois o Brasil entrou na guerra contra a Alemanha. Os trabalhadores se encontravam mobilizados, e já há algum tempo vinham travando uma luta com os patrões, por melhores salários e melhores condições de trabalho. Com a declaração de guerra à Alemanha e a declaração do Estado de Sítio que a acompanhou, os anarquistas consideravam que o Estado usaria a segurança pública e a defesa nacional, como argumentos para legitimar a repressão aos trabalhadores e aos militantes libertários.<sup>253</sup> Havia também a possibilidade do governo brasileiro decidir enviar soldados para a

<sup>252</sup> Cronica Subversiva, 03 de Agosto de 1918. (p. 2-3)

<sup>253</sup> Boletim da Aliança Anarquista, nº2, Março de 1918. (p. 1)

guerra. Com relação a isso, os anarquistas eram intransigentes. Eles alegavam que esta não era uma guerra dos trabalhadores. Por isso, eles não deveriam morrer lutando, pelos interesses da burguesia. Caso o governo decidisse enviar soldados para a guerra, eles defendiam abertamente a deserção. Devido a sua postura contrária à guerra, os anarquistas estavam sendo acusados de falta de patriotismo. No momento em que o Brasil se encontrava em guerra, as declarações contra a guerra eram extremamente mal vistas por grande parte da população. O nacionalismo estava em alta e o combate à guerra era visto, por muitos, como prova evidente de falta de patriotismo. Parte da imprensa, extremamente assustada com o discurso radical adotado pelos anarquistas, alegava que eles eram traidores, pois seriam indivíduos vendidos e favoráveis à Alemanha.<sup>254</sup> Com isso buscavam desqualificar os anarquistas perante a sociedade, pois isso legitimaria a repressão policial contra eles. Tentaram também mostrar aos trabalhadores, que os anarquistas não tinham boas intenções. Os dirigentes da “grande imprensa” estavam preocupados com a possibilidade de aproximação, entre trabalhadores e anarquistas. Obviamente os anarquistas não eram defensores da Alemanha. Grande parte da imprensa sabia disso. No entanto, parte da imprensa, devido à ignorância ou devido a uma postura radical de oposição aos libertários, fazia críticas que não eram fundamentadas. O discurso radical dos militantes libertários e da imprensa anarquista estava se tornando mais intenso, em um momento no qual as condições de vida dos trabalhadores estavam piorando rapidamente. Nesta conjuntura de aumento da instabilidade, parte da imprensa radicalizou seu discurso habitual de combate ao anarquismo. Em alguns momentos, esse combate era orientado, mais pelas posições políticas e pelas emoções do que pelos fatos. Apesar das calúnias e do aumento da oposição legítima da imprensa de um modo geral, os anarquistas não se intimidaram e continuaram criticando duramente a guerra. Porém, o clima de tensão entre eles e seus opositores sem dúvida aumentou.

A Primeira Guerra Mundial foi um acontecimento que surpreendeu a humanidade. O mundo nunca havia visto uma guerra de tamanha amplitude, em vários aspectos. O número de mortos era impressionante. Havia uma grande quantidade de países envolvidos na guerra. Os conflitos duraram aproximadamente quatro anos. Houve problemas econômicos para vários países, inclusive países que não estavam diretamente envolvidos na guerra. Como consequência da guerra, houve uma epidemia

---

<sup>254</sup> Boletim da Aliança Anarquista, n°2, Março de 1918. (p. 1)

de gripe, conhecida como gripe espanhola, que matou muitas pessoas e se espalhou para muitos países, inclusive o Brasil. Devido a esse contexto, os anarquistas em sua maioria acreditavam que o mundo estava passando por um período de grandes transformações. A guerra era entendida como algo que poderia acelerar o processo revolucionário. Seguindo essa linha de raciocínio, Astrogildo Pereira afirmou:

...Ha quatro anos quazi que se verifica esse interminavel fluso e refluxo das ondas guerreiras. Tudo nos mostra que ele continuará enquanto durar a guerra. E' o empate. Outra solução, que não a militar, tem, pois, de ser dada ao conflito. Ora, a não ser pelas armas, com o esmagamento dum dos grupos beligerantes pelo outro, a unica solução possível será a rezultante da ação revolucionaria dos povos, sobrepondo-se ao Estado e ás burguezias e dinastias dirijentes. Foi o que fez e esta fazendo o povo russo. E' o que, parece, está o povo austro-hungaro a ponto de iniciar... Que este espirito de revolta se alastre e dinamize em potencia acionadora irrezistivel, e a revolução popular subjugará e esmagará a camarilha dinastica, militar, politica e industrial da Austria-Hungria, inaugurando, a exemplo da Rússia, um novo período de organização social, bazeada nos reais interesses coletivos do povo e não no interesse monopolizador das pretensas elites. E não é prezizo possuir vizão de profeta, para prever a deciziva influencia que isso ezercherà na Alemanha e na Italia... Será o juízo final da burguezia... Porque eu espero que o juizo final chegue tambem por cá, por estes Brazis amados. Ah! Não me sai da mente esta luminosoza idéa: subir as escadas do Catete e pegar pela gola o patife que lá estiver a prezidir e arremessal-o das janelas do segundo andar, a esborrachar-se integralmente no asfalto...<sup>255</sup>

Astrogildo Pereira considerava que a Revolução Russa era o estopim de um processo, que seria dinamizado pelas convulsões sociais provocadas pela Primeira Guerra Mundial. Este processo teria como consequência a derrubada do sistema social existente e sua substituição pela nova sociedade libertária. Muitos dos anarquistas da cidade pensavam como Astrogildo. Para eles, a hora da revolução social estava próxima. O processo que levaria a ela já havia começado. A partir da Rússia, a revolução se espalharia pela Europa, abrangendo posteriormente todo o mundo. Eles aguardavam ansiosos o momento em que a revolução eclodiria no Brasil. Esta crença incentivou e mobilizou muitos anarquistas do Rio de Janeiro, no ano de 1918. Provavelmente isso contribuiu para a criação da Aliança Anarquista. Esta era um esforço para unir os anarquistas do Rio de Janeiro. Neste momento decisivo, os anarquistas não poderiam cometer o erro de permanecerem desunidos. Eles precisavam fortalecer os laços de solidariedade, não somente entre si, mas com os trabalhadores. Por isso, para muitos deles, não faziam mais sentido discussões, sobre se os anarquistas deviam ou não atuar nos sindicatos. Para realizar a revolução, os anarquistas iriam

---

<sup>255</sup> Cronica Subversiva, 29 de Junho de 1918. (p. 1-2)

precisar dos trabalhadores. Assim, a divulgação das idéias anarquistas nos sindicatos deveria ser intensificada. Os líderes anarquistas que planejaram a insurreição estavam ligados à Aliança Anarquista. Esta informou sobre conferências e cursos que foram realizados por eles nos meses de fevereiro e março. José Oiticica apresentou uma conferência intitulada de *A Revolução Russa*, na UOFT. Carlos Dias discursou na União Geral dos Operários em Calçados, sobre a educação operária. José Elias da Silva também realizou uma conferência na UOFT, com o título: *A Situação Universal*. Álvaro Palmeira iniciou um curso de sociologia, com aulas semanais, na sede da UGCC.<sup>256</sup> Muitos anarquistas não estavam dispostos a adotar uma postura passiva. Diante dos acontecimentos, eles queriam agir, com o intuito de criar as condições para que a revolução libertária acontecesse o mais rápido possível. José Oiticica seguia a mesma linha de pensamento adotada por Astrogildo:

...Os despedaçamentos inenarráveis da hedionda guerra atual não de emover todas as vontades para a supressão definitiva dos exploradores de homens, e o destino humano não sairá das conferências colossais, nem das fórmulas mais ou menos fraudulentas de juriconsultos e chefes de nação; há de irromper dos *sovietes*, dos sindicatos libertários, das agremiações dos proletários, porque a dor humana, avolumada com os morticínios gigantescos, as tragédias formidáveis desses três anos, tem agora para dirigir-lhes os ímpetus de reivindicações, essa *consciência* clareadora que o século 19 nos legou e vai ser, no século 20, a luz guiadora da humanidade em marcha.<sup>257</sup>

Oiticica também considerava que as conseqüências da guerra impulsionariam o processo revolucionário. A consciência do século dezenove, a que se refere, é a doutrina anarquista desenvolvida nesse período. Essa doutrina seria referência, no século vinte, para a caminhada da humanidade rumo ao progresso. A Revolução Russa, considerada no momento como uma revolução libertária, seria uma prova disso. Ele considerava que a humanidade estava em marcha, rumo ao estabelecimento da sociedade anárquica. Existiriam forças, as quais estariam orientando a humanidade nesse sentido. Estas, em grande parte, independeriam da vontade humana. Tinham sua origem na estrutura social, baseada na autoridade e na propriedade. Esta estrutura social provocaria inevitavelmente o conflito, entre dominadores e dominados. Quanto mais rápido os trabalhadores tomassem consciência da exploração a que estavam submetidos, mais rápido ocorreria o colapso do sistema de dominação. Os exploradores poderiam resistir,

<sup>256</sup> Boletim da Aliança Anarquista, nº2, Março de 1918. (p. 4)

<sup>257</sup> Correio da Manhã, 27 de Julho de 1918. In: OITICICA, J. *Ação Direta: Antologia dos melhores artigos publicados na imprensa brasileira – meio século de pregação libertária*: Editora Germinal, 1972.

mas o máximo que conseguiriam era retardar o início da revolução. Não teriam como evitá-la. Muitos anarquistas tinham a certeza de que a revolução aconteceria, só não sabiam quando isso ocorreria. A revolução social seria feita pelo povo. Como revolucionários, Oiticica citou os anarquistas e os trabalhadores. Ele também citou os *soviets*, mostrando estar claramente influenciado pela Revolução Russa. Os *soviets* eram associações compostas por camponeses, operários e soldados. Os anarquistas pensavam na possibilidade da formação de um *soviete*, na cidade do Rio de Janeiro. Astrogildo Pereira, por exemplo, era um militante que aguardava ansiosamente a formação desse *soviete*.

Em agosto de 1918, os trabalhadores da Companhia Cantareira e Viação Fluminense entraram em greve. Esta companhia operava as barcas que ligavam a cidade do Rio de Janeiro à cidade de Niterói, através da Baía de Guanabara. Ela operava também os bondes da cidade de Niterói. Os operários da seção de carris tinham tido aumento, mas os marítimos não obtiveram esse aumento. Por esse motivo entraram em greve. Os motorneiros e os condutores de bonde da Cantareira, em Niterói, entraram em greve por solidariedade aos marítimos. Ao longo da primeira semana de greve, operários de várias firmas de Niterói aderiram à greve, exigindo o aumento dos salários. Grupos enormes de grevistas andavam pelas ruas, obrigando o comércio a fechar as portas. Houve confrontos entre os grevistas e a polícia. Vários soldados do 58º Batalhão de Caçadores do Exército, comandado pelo coronel Estilac Leal, desertaram e se uniram à multidão, que apedrejou o carro que conduzia o Comandante da Polícia Militar. No dia sete de agosto, uma multidão, composta por grevistas e por vários soldados do 58º Batalhão do Exército, entrou em choque com a polícia. Muitas pessoas ficaram feridas, inclusive policiais. Nestor Pereira da Silva, soldado do 58º Batalhão, e José Oliveira do Amaral, civil, morreram no local. No dia seguinte, devido aos ferimentos, morreu Antônio Lara França, cabo do 58º Batalhão. Grupos grandes de trabalhadores compareceram aos enterros dos militares do Exército mortos. Várias homenagens e discursos foram feitos. Eles foram considerados, pelos trabalhadores, heróis que tombaram lutando ao lado do povo, contra a opressão da polícia. No dia nove de agosto, os funcionários da Cantareira voltaram ao trabalho, sem que suas reivindicações fossem atendidas.<sup>258</sup>

---

<sup>258</sup> ADDOR, C. A. *A insurreição anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2002. (p. 100); DULLES, J. W. F. *Anarquistas e Comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. (p. 64-66)

Este episódio, no qual soldados do exército morreram lutando, junto com trabalhadores, contra a polícia, provavelmente causou grande impacto no grupo de anarquistas que planejava a insurreição de novembro. Era possível fazer uma comparação direta da união entre soldados e trabalhadores, em Niterói, e os *soviets* russos. Isto aumentava a expectativa para a criação do *soviete* do Rio de Janeiro. Os anarquistas puderam constatar que a união entre trabalhadores e soldados, no Brasil, era algo possível na prática. A população de um modo geral tinha uma impressão ruim sobre a polícia, mas tinha simpatia pelo Exército. As autoridades mostraram muita preocupação com a participação dos soldados no movimento grevista. Elas responsabilizaram os anarquistas pelos problemas ocorridos.

Durante o mês de agosto, por causa da greve, dezessete pessoas foram presas por serem consideradas agitadores perigosos. Entre elas estavam Astrogildo Pereira e João da Costa Pimenta. Junto com eles foram presos quinze trabalhadores, dos quais alguns eram anarquistas e outros não. Eles ficaram presos em salas no Corpo de Segurança. Foram bem tratados e tiveram contato diário com os policiais que trabalhavam no local. Astrogildo foi preso por causa de um bilhete apreendido pela polícia. Nesse bilhete um conhecido de Astrogildo, chamado Alexandre e residente em Niterói, lhe pedia que enviasse “aquela encomenda”. Na verdade, Alexandre queria que Astrogildo lhe enviasse manifestos anarquistas, mas a polícia achou que a expressão “encomenda” poderia significar algo perigoso, como armas e bombas talvez. Assim Astrogildo foi preso no dia seis de agosto e permaneceu preso por vinte e cinco dias. Em favor de Astrogildo havia sido feito um pedido de *habeas-corpus*, que foi recusado pelo Chefe de Polícia. Aurelino Leal, amparado pelo estado de sítio, alegou que Astrogildo não estava preso, mas sim detido. Ele seria solto somente quando a polícia julgasse conveniente. A polícia temia a atuação desses homens, que estavam presos, junto aos grevistas de Niterói.<sup>259</sup> Alguns deles, como os sapateiros Antonio Maçãs e José Caiazza, eram anarquistas conhecidos que já haviam sido presos anteriormente.<sup>260</sup> Nesse momento, apesar de prender muitos trabalhadores que não eram anarquistas, a polícia já conhecia muito bem os anarquistas mais atuantes da cidade do Rio de Janeiro. A

---

<sup>259</sup> Jornal do Brasil, 27 de Agosto de 1918. (p. 4); Crônica Subversiva, 07 de Setembro de 1918. (p. 1, 2 e 4)

<sup>260</sup> A Rua, 19 de Abril de 1918. In: OITICICA, J. *Ação direta – antologia dos melhores artigos publicados na imprensa brasileira – meio século de pregação libertária*. Rio de Janeiro: Editora Germinal, 1972. (p. 52-57)

seguinte descrição de Astrogildo sobre seu contato com os policiais, no período em que esteve preso, evidencia isto.

...Uma tarde, já por volta de sete horas, o Major, e estava então em companhia do Dr. Autran, veio fazer-nos a sua visita habitual... O Raimundo em mangas de camisa, recostara-se na cadeira e dormia, vencido pela dispepsia. O Pimenta e eu líamos, cada qual com o seu livro. O Major gostava de fazer as suas ironias, conosco, rindo-se e fazendo rir. Assim, naquela tarde, ao encontrar o Raimundo dormindo a sono solto, apontou-o, dirigindo-se a nós: - “Como dorme, o Raimundo!” exclamou. E o Pimenta: - “Dorme o sono dos justos, Major!” – O Major riu-se e retrucou, rindo-se mais ainda: - “Dos justos e dos quimericos!” Ao que eu atalhei, cerce: - “E não serão os quimericos os justos?” Novas risadas amplas...E, batendo em retirada, o Major replicou, por fim: - “Pelo menos enquanto estão dormindo...” E foi-se, em companhia do Dr. Autran... O Raimundo continuava a dormir. O Pimenta tornou á sua brochura. E eu ruminava esta resposta grave, que queria dar ao Major Bandeira de Melo, agente massimo, ali, do Estado prepotente que nos privava da liberdade: - “E vós outros, nem mesmo quando dormis sois justos”.<sup>261</sup>

Com relação à participação dos trabalhadores na revolução, Astrogildo comentou o seguinte:

Gréve de tecelões. Gréve de leiteiros. Greve de trapicheiros. Greve de carvoeiros. Greves nas oficinas Trajano de Medeiros. Gréves, gréves, gréves... , continuas, diarias, crescentes, em todas as classes operarias, em todos os ramos de trabalho... E’ o sintoma decizivo para a caracterização do mal estar presente. Estas greves de agora são movimentos absolutamente espontaneos, surjidos irrezistivlmente aqui e ali, num ponto e noutro: prova material da jeneralização da angustia e do descontentamento que minam as classes proletarias. Soluções? Remedios? Ha quem espere remedios e soluções vindos do alto, das alturas governamentais. E’ impossivel. Pois si as gréves são rezultantes duma situação social de que os governantes são parte e são os naturais defensores – como esperar seja o mal curado por quem tem nele responsabilidade? Mais: o dezaparecimento do mal estar presente só se dará com uma transformação do rejimem em que vivemos. Ora, essa transformação implica necessariamente na anulação completa da ação governamental – portanto na desnecessidade de governantes. Impossivel, pois, esperar que estes se anulem por si mesmos. Não: a transformação do rejimem, de que rezultará a cura dos males de agora, tem que ser feita contra a vontade dos governantes, por esses que sofrem dirétamente as consequencias do mau rejimem atual, pelo proletariado...<sup>262</sup>

Astrogildo reconheceu que não eram os anarquistas que organizavam as greves, pois estas eram movimentos espontâneos, surgidos devido à generalização do descontentamento dos trabalhadores. Existiria então um clima de mal estar, entre os

<sup>261</sup> Cronica Subversiva, 07 de setembro de 1918. (p. 4); O Raimundo citado no texto era o garçom Raimundo Rodrigues Martins.

<sup>262</sup> Cronica Subversiva, 03 de agosto de 1918. (p. 3)

proletários. No entanto, trabalhadores descontentes e trabalhadores dispostos a fazer uma revolução são duas coisas muito diferentes. Apesar do discurso revolucionário ter ganhado força, junto aos trabalhadores no ano de 1918, devido à conjuntura internacional, a grande maioria dos trabalhadores não esperava que seus problemas fossem resolvidos por uma revolução social. Eles esperavam melhorar suas condições de trabalho. Os sindicatos dos têxteis, dos metalúrgicos e dos trabalhadores da construção civil, desde meados de 1917, estavam empenhados na luta, para que a sociedade reconhecesse como legítimos, os direitos pleiteados pelos trabalhadores. Pressionaram continuamente o Estado e os patrões, para que reconhecessem as associações de trabalhadores e as reivindicações feitas por elas. Os líderes anarquistas que planejaram a insurreição criticavam duramente esse tipo de postura, pois consideravam o Estado como parte do problema social, logo ele nada poderia resolver. A conquista de direitos relativos ao trabalho, segundo eles, não solucionaria os problemas dos trabalhadores, pois não alteraria o modo como se organizava a estrutura social. Esses anarquistas tentavam convencer os trabalhadores, que o único caminho para a solução definitiva de seus problemas era a revolução social. Os anarquistas sabiam que a maioria dos trabalhadores não tinha a revolução como uma referência, para sua atuação. Apesar disso, estavam empolgados com o fortalecimento do discurso revolucionário entre os trabalhadores. Eles reconheciam que a revolução deveria ser feita pelo proletariado. Assim, era fundamental, para os anarquistas, que o descontentamento dos trabalhadores fosse amplificado ao máximo, para que pudesse ser convertido em desejo de revolução. A greve era um instrumento que os trabalhadores tinham para pressionar os patrões, por melhores salários e melhores condições de trabalho. Por outro lado, as greves violentas eram temidas pelas autoridades, pois ameaçavam a ordem. Durante uma greve, as possibilidades de confronto, entre os trabalhadores e as autoridades, aumentavam bastante. Assim, muitos anarquistas consideravam que movimentos grevistas poderiam acabar resultando em revolução. Dessa forma, o aumento do número de greves e o aumento da mobilização operária eram vistos com bons olhos pelos anarquistas que planejaram a insurreição. José Oiticica considerava que a postura adotada pela polícia, com relação aos trabalhadores, contribuía para o aumento da insatisfação destes. Em carta aberta para o Chefe de Polícia, ele declarou:

... V.Ex.<sup>a</sup> está cooperando excelentemente com os propagandistas na obra tenebrosa e assustadora. A Federação Operária era uma agremiação frágil, hesitante, com cinco mil sócios, mais ou menos, entre as sociedades componentes. O ato arbitrário de V.Ex.<sup>a</sup>, fechando-a, foi laço forte para a união dos trabalhadores...

... Eu, porém, interessado nos problemas sociais do mundo, desejo intimamente que V.Ex.<sup>a</sup> leve avante uma perseguição tenaz contra a União Geral dos Trabalhadores. Peço, imploro, rogo a V. Ex.<sup>a</sup> este serviço extraordinário, que pagarei com a idéia de erguer a estátua de V. Ex.<sup>a</sup> ao lado da de Floriano, com os primores de arte que a superornam. Foi V.Ex.<sup>a</sup> que elevou de cinco mil a trinta mil o número de operários federados. Com mais um toquezinho, V.Ex.<sup>a</sup> elevará o número a cem mil. Cem mil aqui, outros cem mil em São Paulo! Que beleza!<sup>263</sup>

José Oiticica considerava que a perseguição aos trabalhadores, movida pelo Chefe de Polícia, era responsável direta pelo aumento da organização e mobilização deles. Oiticica atribuía a Aurelino Leal um mérito que ele não tinha. As perseguições e atitudes arbitrárias da polícia não foram responsáveis pelo aumento do número de filiados à UGT. Este aumento tinha relação com o esforço de mobilização, feito pelas associações de trabalhadores ligadas à Federação Operária. As perseguições não ajudavam, mas sim prejudicavam este esforço das associações, pois criavam novos problemas para os trabalhadores, que já tinham que se preocupar com a sobrevivência de suas famílias. No entanto, o importante é notar que os anarquistas consideravam que a violência, praticada pela polícia, iria provocar uma reação dos trabalhadores. Os anarquistas tinham a expectativa que, em algum momento, essa reação iria se tornar mais radical e violenta, possibilitando a realização da revolução. Este era um dos motivos pelos quais muitos anarquistas eram contrários a criação de leis sobre o trabalho. Estas contribuiriam para reduzir as tensões existentes, entre o capital e o trabalho, atrasando a realização da revolução. Os anarquistas que planejaram a insurreição anarquista de novembro de 1918, no momento decisivo, esperavam poder contar com os trabalhadores mobilizados e organizados, pelas associações de trabalhadores, mesmo sabendo que eles na sua grande maioria não eram anarquistas. Se eles não podiam agir em conjunto em função de um objetivo comum, pelo menos que agissem de forma complementar, orientados por interesses diferentes. Para os anarquistas o importante era que uma revolução popular acontecesse, pois essa, segundo eles, naturalmente no decorrer do processo, se tornaria uma revolução libertária. A Revolução Russa seria uma prova disso. A expectativa de poder contar com os

---

<sup>263</sup> A Rua, 19 de abril de 1918. In: OITICICA, J. *Ação Direta: Antologia dos melhores artigos publicados na imprensa brasileira – meio século de pregação libertária*. Rio de Janeiro: Editora Germinal, 1972. (p. 56-57)

trabalhadores, no momento decisivo, era um dos motivos pelos quais esses anarquistas defendiam a sindicalização dos trabalhadores. O desinteresse, de grande parte dos trabalhadores pelos sindicatos, era considerado como algo que dificultava a conscientização dos trabalhadores, retardando assim a revolução social. Oiticica considerava que os anarquistas não tinham apoio dos trabalhadores que não eram sindicalizados.

A Revolução russa despertou a atenção do mundo inteiro para o anarquismo...

...Foi uma revelação. A utopia se realizava. As federações de operários governavam com milhões de homens no trabalho, os Sovietes demonstravam ser possível e desejável a eliminação do Estado e do capitalismo, fomentadores de guerras e perturbadores da produção e distribuição justa das riquezas, aparelhos de exploração, compressão e desperdício de energia aproveitável.

No Brasil só viam isso os anarquistas e a massa proletária sindicalizada. O resto, os proletários inconscientes, a imprensa na quase unanimidade, os dirigentes sem exceção, profligavam o maximalismo, detestavam-lhe as pretensas atrocidades, viam nêlo o maior perigo atual, conjuravam a plutocracia aliada a despachar tropas sustentadoras da sua marcha, aniquiladoras do Exército Vermelho triunfador.<sup>264</sup>

Ao contrário da maioria dos trabalhadores, os anarquistas que planejaram a insurreição não estavam preocupados com a conquista de direitos. Eles estavam interessados na possibilidade de revolução. A luta, pelo reconhecimento de direitos sobre o trabalho, era considerada como um meio de atrair os trabalhadores para os sindicatos. Assim, em seguida, eles poderiam receber esclarecimento, através do convívio com a coletividade nos sindicatos e através do contato com a doutrina anarquista, que era divulgada nesse espaço. O trecho seguinte de um artigo de Oiticica confirma esta forma de pensar.

...No regime anárquico, tanto faz ao trabalhador o horário de seis horas como o de dez, desde que êle saiba que o excesso de serviço é para o bem comum. Pois oito horas não são *dogma* de operários; são reivindicação atual, no regime estatal-capitalista, porque o operário sente que o excesso de serviço não lhe traz vantagem, é *usurpação do capitalista*. Mesmo assim, os anarquistas hão mostrado, muitas vêzes e em tôda parte, e eu mesmo o expus aqui, faz poucos dias, que a *conquista* das oito horas nada vale...

...Todos êsses expedientes que o Dr. Lima denuncia são, para nós outros, meros *paliativos*. Não é isso o que almejamos. A utilidade dessas campanhas é fomentar a organização sindicalista, mover a massa

---

<sup>264</sup> Jornal do Brasil, 08 de maio de 1919. In: OITICICA, J. *Ação Direta: Antologia dos melhores artigos publicados na imprensa brasileira – meio século de pregação libertária*. Rio de Janeiro: Editora Germinal, 1972. (p. 65-66)

inconsciente para despertá-la, interessá-la na questão social, dar-lhe certeza da sua força pela união...<sup>265</sup>

Os anarquistas que planejaram a insurreição eram militantes que atuavam há muito tempo nos sindicatos de trabalhadores. Eles atribuíam muita importância a essas associações. Suas idéias sobre a organização social, que deveria ser criada após a revolução, até certo ponto se aproximava das idéias de muitos sindicalistas revolucionários. Para eles, na futura sociedade, os sindicatos teriam um papel fundamental. Astrogildo Pereira considerava que a organização da nova sociedade libertária não era algo tão difícil de ser feito, como alguns consideravam. Segundo ele, o órgão legítimo de administração da sociedade deveria ser constituído pelo povo, ou seja, pelos operários, pelos lavradores e pelos soldados. O povo deveria se organizar em assembleias, nas quais todas as decisões seriam tomadas. Essas assembleias seriam organizadas com base nos sindicatos. A reunião dessas assembleias formaria os conselhos municipais. Cada um desses conselhos possuiria uma comissão executiva, que deveria executar as deliberações das assembleias do conselho municipal. Cada conselho municipal deveria escolher representantes para formar o Congresso Federal dos Conselhos de Operários e Soldados. Este também deveria possuir uma comissão executiva. O Congresso só poderia cuidar de questões gerais, não tendo poder para intervir em questões locais. Segundo Astrogildo, a solução para os grandes problemas da humanidade dependia da união entre trabalhadores e soldados.<sup>266</sup> Observando o modo como Astrogildo pensou a organização da futura sociedade, fica fácil perceber a grande influência que a Revolução Russa exercia sobre ele nesse momento. Os *soviets* eram claramente uma referência para ele.

Como almejavam a criação de uma nova sociedade, livre da exploração e da dominação, os anarquistas eram severos críticos do sistema estabelecido. Como esse sistema era em grande parte legitimado pela democracia, eles eram também contrários a ela. Sobre a democracia, José Oiticica escreveu:

Jean Gravé definiu o sufrágio universal: “êsse recrutador de mediocridades”. Essa definição exata condena a democracia. Os inventores

<sup>265</sup> Jornal do Brasil, 21 de maio de 1919. In: OITICICA, J. *Ação Direta: Antologia dos melhores artigos publicados na imprensa brasileira – meio século de pregação libertária*. Rio de Janeiro: Editora Germinal, 1972. (p. 71-72)

<sup>266</sup> Manuscrito redigido por Astrogildo Pereira, no período em que esteve preso na Casa de Detenção. Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1919. Arquivo Edgard Leuenroth (PP05P6).

dessa burla conheciam bem a massa rude que tinham de engodar, e ergueram-na a ídolo, para substituir, na consciência ludibriada dos escravos, o ídolo do poder real, de emancipação divina. Os oprimidos viam bem os reis devassos, cruéis ou mentecaptos, e não se conformavam com a teoria que os arvorava em porta-vozes da Providência oculta. Era já difícil repetir a farsa da escolha de um Saúl...

... E o sufrágio universal se alçou como princípio da revolução triunfante. A massa contentou-se, submeteu-se à aparência de sua autonomia. O republicanismo, o parlamentarismo, o sistema representativo, em suma, teve seus apóstolos, seus teóricos, seus executores fiéis, desafogou um pouco a ânsia de rebeldia e logrou, como resultado principal, iludir o proletariado, dar-lhe a crença da libertação com a velha moeda do sufrágio...

... O sufrágio universal foi um recurso hábil da *politicalha* velha como as eras. É a garantia da dominação dos menos tolos sobre os mais tolos, dos parasitas sobre os parasitados, com o aniquilamento certo, pressuposto, previsto, precalculado, de todos os perturbadores do disfarce. As almas insubmissas não de ser apeadas; os insubordinados às chefias não de ser desaprumados, alijados, depurados. Quer-se a mediocridade ou menos que a mediocridade, de inteligência, de capacidade, de caráter.<sup>267</sup>

Para Oiticica, a democracia era um meio bastante inteligente, encontrado pela burguesia, para manter a dominação sobre a maioria da população. A Revolução Francesa teria acabado com o domínio dos reis, que foi substituído pelo domínio da burguesia. O sufrágio universal seria fundamental para a manutenção desse domínio, que para existir teve que se tornar mais sofisticado que a forma de domínio anterior, baseada no direito divino dos reis. Segundo Oiticica, a burguesia se proclamaria defensora das liberdades, para na prática exercer uma cruel dominação sobre os proletários. Esta liberdade seria uma ficção, sustentada em grande medida pela idéia do sufrágio universal. Ao elegerem seus representantes, os trabalhadores teriam a falsa impressão de que seus interesses estariam sendo representados. Para Oiticica, os políticos somente representavam seus próprios interesses e os interesses da classe dominante, a burguesia. Dessa forma, a democracia servia somente para iludir o povo. Os anarquistas eram contrários a qualquer tipo de Estado, inclusive o Estado democrático. Segundo eles, os homens não deveriam delegar seu direito de decidir a outros homens, pois isto implicaria sempre em subordinação. Segundo Oiticica, os anarquistas seriam perseguidos porque denunciavam a farsa representada pela democracia. Estes, por esclarecerem o povo, representariam uma grande ameaça ao sistema estabelecido. Isto explicaria por que as autoridades tentavam combatê-los a todo custo.

---

<sup>267</sup> Correio da Manhã, 28 de Agosto de 1918. In: OITICICA, J. *Ação Direta: Antologia dos melhores artigos publicados na imprensa brasileira – meio século de pregação libertária*. Rio de Janeiro: Editora Germinal, 1972. (p. 61-63)

Outro assunto que era abordado com frequência pelos anarquistas era a questão da carestia. Este não era um problema novo, os trabalhadores já o enfrentavam há muitos anos. A guerra contribuiu para agravar o problema. Os anarquistas sabiam que o combate à carestia era um tema que mobilizava os trabalhadores. Durante os anos de 1917 e 1918, o movimento operário reivindicou sistematicamente o combate à carestia. Sobre isto, o atuante anarquista Astrogildo Pereira pensava o seguinte.

...A carestia tem, assim, como causa direta, o jogo desses abutres do alto comercio. Contra eles, portanto, é que o povo deve agir. O governo é impotente, e confessa-se impotente: o povo nada mais tem que esperar dele e só lhe resta, ou agir por suas próprias mãos e resolver definitivamente a crise, ou estiolar-se á mingua de alimentação, morrer literalmente de fome...Mas como agir? Simples: ajindo. Indo aos depozitos, aos armazens, e arrancando o que lá eziste. E' claro que, indo izoladamente, cada homem, a policia o agarrará e o trancafiará na cadeia. Necessario é que o povo se reuna em multidão e em multidão vá aos lugares em que se amontoam os jeneros de que precisa... De antemão se sabe que os policiais só atacarão o povo porque lhes ordenam que ataquem. E quem lhes ordena? A autoridade superior, ou, numa palavra, o governo. Porque o governo compõi-se de pessoas que, diréta ou indirétamente, tambem fazem parte dos trusts e das ligas de açambarcadores. Portanto, não sómente contra os policiais terá o povo que lutar, mas contra todas as forças do governo, até botal-o abaixo, derrotado e esmagado. Botal-o abaixo e não deixar que mais nenhum governo autoritário e centralizador se constitua... Nesse dia estará acabada a carestia... E eis ai está, em termos simples, claros, concretos, a solução anarquica e revolucionaria para o até hoje insolúvel problema... A cauza imediata da carestia peza sobre os hombros dos açambarcadores, mas estes, por sua vez, são um produto do sistema economico e politico que nos reje. Inutil, por conseguinte, querer estirpar os açambarcadores, conservando-se intacto o rejimem da propriedade monopolizada e deixando-se a administração centralizada nas unhas da burguesia.<sup>268</sup>

Os anarquistas, de um modo geral, consideravam que a revolução libertária seria uma panacéia. Assim, entre outros problemas, resolveria também o problema da carestia. A insatisfação popular, causada pela carestia, era vista pelos anarquistas como um fator que contribuiria diretamente para a revolução social. A carestia estaria levando os trabalhadores ao desespero. Submetidos à fome, eles estariam mais suscetíveis à adoção de atitudes radicais. Os anarquistas que planejaram a insurreição tentavam então canalizar a insatisfação popular de acordo com seus interesses. Tentavam transformar a insatisfação generalizada em intenção de revolução. Astrogildo incitava a população faminta ao saque. Isto seria legítimo, mesmo sendo ilegal. Ele considerava que as leis existiam não para defender o povo, mas sim para garantir os interesses da burguesia. Considerava que as leis deveriam ser desobedecidas. Enquanto a revolução social não

---

<sup>268</sup> Cronica Subversiva, 08 de Junho de 1918. (p. 1-2)

chegava, o melhor meio de amenizar o problema da carestia, segundo os anarquistas, era através da ação direta. Isto, no entanto, deveria ser combinado com o desrespeito às leis e a valores fundamentais da sociedade burguesa. Os anarquistas não só incitavam o povo à violência, como sugeriam que violassem a propriedade privada. Este tipo de atitude, adotada por eles, numa conjuntura de grande insatisfação popular, causava uma enorme preocupação às elites e às autoridades do Estado. Os adversários dos anarquistas, ao considerarem que o discurso libertário aumentava parcialmente sua influência sobre os trabalhadores, adotaram uma postura mais agressiva. A maior parte da imprensa criticava duramente a defesa da violência, feita pelos anarquistas. As autoridades estavam alarmadas e buscavam se preparar para combater movimentos populares violentos, que poderiam acontecer a qualquer momento. As autoridades, preocupadas com a insatisfação popular e com os problemas que em função disso poderiam surgir, tentaram resolver o problema da carestia. Para isso criaram o Comissariado de Alimentação Pública. Leopoldo Bulhões foi nomeado chefe do Comissariado, que tinha o objetivo de encontrar soluções para o problema da carestia. Apesar dos seus esforços, o Comissariado não obteve sucesso nesse intento. A cada fracasso do governo no combate à carestia, mais intensas se tornavam as críticas dos anarquistas. No mês de setembro de 1918, Astrogildo Pereira sobre esses fracassos comentou:

Quando, ha trez mezes, se criava o Comissariado de Alimentação Publica, eu fui talvez a primeira voz que se levantou duvidando da eficacia da nova maquina burocratica, em contraste com o côro unanime e esperançozo dos aplauzos da primeira hora. Não tardou que a unanimidade alviçareira se transmudasse, dezanimada, em ataque virulento ou em chasqueio ironico. Só eu fiquei onde estava, e os fatos posteriores provaram que eu estava com a razão: o Comissariado mostrou logo o que era e o que não poderia deixar de ser - uma repartição pública a mais, com um ezercito de funcionarios a inundar de mais papelorio esta democracia ja atulhada no papelorio e que no papelorio se vai afogando. A ação da pompoza engrenajem, montada para combater a carestia, deu os resultados mais paradocsais: o preço dos jeneros disparou a subir com uma vertijinozidade nunca vista até então. Vertijinozidade tal, que elevou ao desespero a paciencia popular, arrastando ao saque a população de Juiz de Fora, de Petropolis, de Palmira e ameaçando rebentar em bernarda aqui na capital do paiz. E foi diante da ameaça tremenda, cercado de greves parciais e na iminencia da greve jeral, que o governo, pelo orgam do espalhafatozo Comissariado, estabeleceu uma tabela arbitrarissima de preços que conseguiu esta vantajem notavel: criar para o governo uma nova classe de inimigos, os varejistas, e trazer mais uma desiluzão ao povo... Não creio na eficacia da ação do Comissariado. E não creio por este motivo fundamental: que o Comissariado (ou o governo) ataca os efeitos da crise sem tocar nem de leve nas suas cauzas. A sua ação é, pois, ineficacissima. E de resultados

perigozíssimos, segundo teremos ocasião de verificar... Tão certo como trez e dous são cinco!<sup>269</sup>

O Comissariado de Alimentação Pública se mostrou impotente para resolver o grave problema da carestia, que tanto afligia os trabalhadores. O problema além de não ser resolvido, ainda se agravou. A insatisfação dos trabalhadores se tornava maior à medida que suas condições de vida pioravam. Em algumas cidades a população havia recorrido ao saque. Havia possibilidade de saque também na capital do país. Greves parciais já aconteciam e havia a possibilidade de uma greve geral. O cenário negativo de desordem, que era uma hipótese para as autoridades, começava em parte a se materializar. A polícia tentava permanecer alerta vigiando de perto a atuação do movimento operário e dos anarquistas. Estes criticavam o governo, alegando que ele era incapaz de resolver os problemas que afligiam os trabalhadores. Ao mesmo tempo os trabalhadores travavam uma luta com os patrões, tentando forçá-los a melhorar os salários e as condições de trabalho. O clima era tenso. Os anarquistas não tinham controle sobre o movimento operário. Assim, tentavam tornar a situação mais tensa quanto fosse possível, para que os atores envolvidos radicalizassem suas posições. Quando o confronto se tornasse iminente, os anarquistas tentariam direcionar a atuação dos trabalhadores, de acordo com seus objetivos. Eles faziam uma intensa propaganda com o intuito de desmoralizar o Estado. Queriam mostrar aos trabalhadores que o Estado não poderia resolver seus problemas. Defendiam que os trabalhadores seriam os únicos que poderiam resolver seus próprios problemas. Para isso, eles precisavam agir, não em colaboração com o Estado, mas contra ele. Esta postura dos anarquistas, em um momento tão conturbado, devia estar levando o Chefe de Polícia ao desespero. Enquanto Aurelino Leal se esforçava para garantir a manutenção da ordem, os militantes libertários faziam de tudo para desestabilizar essa ordem. Aurelino esperava a chance de botar um fim na campanha a favor da revolta, promovida pelos anarquistas. Sua tarefa, nesse momento, não era nada fácil. Ele estava tendo que lidar com um movimento operário, que estava bastante organizado e mobilizado. As associações de trabalhadores, refletindo o descontentamento geral, estavam exercendo uma pressão significativa sobre os patrões. Estes, por outro lado, se mostravam muito resistentes a essa pressão. Aurelino Leal atuava como intermediário, nas negociações entre os patrões e as associações de trabalhadores. Ele queria evitar impasses, que poderiam

---

<sup>269</sup> Cronica Subversiva, 07 de Setembro de 1918. (p. 2-3)

resultar em greve geral. Os anarquistas, como era de se esperar, não estavam facilitando em nada a sua vida.

Vamos agora observar a opinião dos anarquistas, que planejaram a insurreição de novembro, sobre os trabalhadores. José Oiticica, em carta aberta para Rui Barbosa, revelou seu pensamento sobre o assunto:

... Li a *expressiva* carta de V.Ex<sup>a</sup>. ao senhor Evaristo de Moraes, *candidato popular*, candidato, ainda mais, do *operariado*. Rogo de V.Ex<sup>a</sup>. permissão para lamentar, antes de tudo, o operariado brasileiro. Disse, há poucos dias, numa conferência ante operários, que o maior mal dêles é a *ignorância crassa*, e eles me saudaram com palmas atroadoras, confirmando, confessando essa verdade triste. Poderá V.Ex<sup>a</sup>. , poderão os operários informar-me que tem feito o Sr. Evaristo de Moraes em prol dêsses infelizes?...

... Os operários de hoje, menos os brasileiros, sabem muito bem que a base da sociedade é a exploração, da minoria dos *acumuladores dos frutos do trabalho* contra os produtores de tais frutos, que ficam na miséria...<sup>270</sup>

Podemos ver claramente como o principal líder da insurreição anarquista tinha uma visão preconceituosa, com relação aos trabalhadores. Oiticica havia declarado diante dos próprios trabalhadores que os achava ignorantes, e eles concordaram com a afirmação. Contudo, devemos notar que a linha de pensamento de Oiticica era diferente da linha de pensamento dos trabalhadores. Aquele era um anarquista, estes em sua maioria não. Os trabalhadores tinham consciência que possuíam pouca instrução. Ao mesmo tempo, reconheciam José Oiticica como um homem extremamente culto. Em sua grande maioria, tinham respeito e admiração por ele. Isto não quer dizer que concordavam com tudo que ele falava. Eles aproveitavam, do seu discurso, aquilo que lhes interessava, e desconsideravam o resto. Oiticica se incomodava com a falta de instrução dos trabalhadores, mas aquilo que realmente o incomodava era a falta de adesão deles ao anarquismo. Para ele, isto só poderia ser justificado pela falta de instrução. Segundo o pensamento de Oiticica, tinha sentido um burguês instruído ser contrário ao anarquismo, pois isto seria necessário para que ele mantivesse sua dominação. Já um explorado, contrário ao anarquismo, não fazia sentido, pois isto só contribuiria para que ele permanecesse na sua posição de dominado. Para explicar tal fato, só restava o argumento da ignorância. Oiticica não reconhecia que a adesão ao

---

<sup>270</sup> Correio da Manhã, 26 de Fevereiro de 1918. In: OITICICA, J. *Ação Direta: Antologia dos melhores artigos publicados na imprensa brasileira – meio século de pregação libertária*. Rio de Janeiro: Editora Germinal, 1972.

anarquismo dependia de crença, assim como a religião, tão criticada por ele, também dependia. Para Oiticica, a adesão ao anarquismo dependeria somente de uma escolha racional. Dessa forma, os anarquistas associavam instrução à adesão ao anarquismo. Para Oiticica, se os trabalhadores fossem instruídos, eles seriam anarquistas, pois ficaria evidente para eles, que este seria o único modo de saírem da sua condição de explorados. Segundo ele, os trabalhadores brasileiros seriam menos preparados do que os trabalhadores do resto do mundo, que já teriam clara consciência da existência da luta de classes. No Brasil, o número de trabalhadores filiados aos sindicatos ainda era proporcionalmente pequeno. Isto, para muitos, evidenciaria a falta de consciência deles. Para os anarquistas, as expectativas dos trabalhadores, com relação à intervenção do Estado para a solução de seus problemas, eram a maior prova da sua ignorância. Os anarquistas que planejaram a insurreição acreditavam que os trabalhadores, devido a sua ignorância, eram facilmente manipulados por políticos e por reformistas interesseiros. Eles não reconheciam que os trabalhadores, apesar de sua pouca instrução, quando discordavam das doutrinas anarquistas, podiam tomar decisões extremamente sensatas, baseadas em suas experiências e expectativas. Se a atuação dos trabalhadores contrariasse aquilo que eles consideravam essencial na doutrina anarquista, os trabalhadores estariam errados. A origem desse erro estaria na sua ignorância. Os anarquistas, assim como as elites, julgavam saber melhor do que os trabalhadores, aquilo que estes deveriam fazer para melhorar de vida. As elites e os líderes anarquistas tinham, no fim das contas, algo em comum. Eles eram arrogantes com relação aos trabalhadores. É realmente impressionante como grupos que se consideravam tão diferentes, em determinadas questões, podiam pensar de forma tão parecida.

Esses dois grupos na prática tentavam manipular os trabalhadores de acordo com seus interesses. Eles obviamente não acreditavam estar fazendo isso. Consideravam que estavam agindo em benefício dos trabalhadores. As elites tentavam afastar os trabalhadores dos anarquistas. Segundo eles para o próprio bem dos trabalhadores, pois julgavam que os anarquistas queriam explorá-los. Os anarquistas queriam evitar que os trabalhadores negociassem com o Estado, também para o próprio bem dos trabalhadores, pois julgavam que o Estado era a causa principal dos problemas existentes. Quando os trabalhadores discordavam deles, surgiam os atritos. Em muitos momentos, devido à postura independente dos trabalhadores, tanto as elites quanto os anarquistas os criticavam, embora o discurso normal fosse de exaltação das qualidades dos trabalhadores. As elites afirmavam que os trabalhadores eram ingênuos, por isso

eram facilmente manipulados pelos anarquistas ou por outros grupos subversivos. Os anarquistas alegavam que os trabalhadores, por buscarem a negociação com o Estado e não adotarem uma postura mais radical, baseada na ação direta, eram indivíduos sem consciência, que agiam contra seus próprios interesses. Esta postura não era exclusividade dos anarquistas, muitas lideranças das associações de trabalhadores também utilizavam esse discurso. Os trabalhadores não eram passivos. Eles tinham interesses próprios e agiam baseados em suas experiências e expectativas. Era justamente pelo fato dos trabalhadores terem uma postura ativa, não sendo facilmente manipuláveis, que eles eram criticados, tanto pelos anarquistas que planejaram a insurreição quanto pelas elites. Alguns trabalhadores se converteram ao anarquismo, mas a maioria deles não. Isto não impediu que grande parte dos trabalhadores considerasse muitos anarquistas como camaradas, mesmo quando discordavam deles. Os trabalhadores não eram reféns das disputas existentes, entre as elites e os anarquistas. Eles tinham seus próprios objetivos e se mobilizavam de formas variadas para concretizá-los. A diferença de objetivos entre os anarquistas que planejaram a insurreição e as direções das associações de trabalhadores, que participaram da greve de novembro de 1918, é uma evidência clara disso.

### 5) A greve geral e a insurreição anarquista, em novembro de 1918.

Durante o segundo semestre do ano de 1918, houve vários boatos sugerindo que algo sério vinha sendo planejado, com o objetivo de perturbar a ordem pública na cidade do Rio de Janeiro. Com frequência, agentes do Corpo de Segurança apreenderam panfletos redigidos em termos violentos, convidando os soldados e marinheiros a participarem da revolução. Esses panfletos afirmavam que operários e soldados eram irmãos. Assim, estes deveriam se unir, para combater os políticos e os poderosos que os exploravam. A polícia vinha desmentindo publicamente os boatos sobre a possibilidade de perturbação da ordem, pois planejava criar uma armadilha para os agitadores. A polícia acompanhava de perto a atuação dos anarquistas e sabia que estes planejavam um golpe. Ela esperava que eles agissem para poder desmascará-los e prendê-los.<sup>271</sup>

No dia 18 de novembro de 1918, aproximadamente às 15 horas, os operários de várias fábricas de tecidos da cidade do Rio de Janeiro pararam o serviço e entraram em greve. Muitos deles não souberam explicar os motivos que os levaram a tomar tal atitude. Uns alegaram que haviam recebido ordens. Outros afirmaram que entraram em greve por solidariedade de classe. Os operários da fábrica São Félix, que já se encontravam em greve há certo tempo, declararam seu apoio ao movimento grevista. Muitos trabalhadores se aglomeraram nas imediações das fábricas. Os trabalhadores de um modo geral mantiveram uma atitude pacífica, mas em algumas fábricas houve tumultos. Na fábrica Confiança, em vila Isabel, houve confusão e confronto entre os trabalhadores. Vários tiros foram disparados. Julio Moraes ficou gravemente ferido. Miguel Martins, o operário autor dos disparos, foi morto. Alguns trabalhadores da fábrica de tecidos Sapopemba, que se encontrava paralisada, manifestaram receio de que alguns operários, influenciados por companheiros mais exaltados, tentassem realizar um atentado contra o edifício da fábrica. Entre os trabalhadores, circulava a informação de que muitos grevistas possuíam significativa quantidade de dinamite.<sup>272</sup>

Aproximadamente às 17 horas, começaram a chegar ao Campo de São Cristóvão grupos de operários, que se mantiveram em atitude pacífica. A polícia do 10º distrito, que teve conhecimento antecipado dessa reunião, se encontrava no local. Quando a quantidade de grevistas reunidos chegava a aproximadamente 400 pessoas, o delegado Dr. Benedito da Costa Ribeiro, tendo recebido por telefone ordens de Aurelino Leal,

---

<sup>271</sup> Jornal do Brasil, 19 de novembro de 1918. (p. 5); Correio da Manhã, 19 de novembro de 1918. (p. 1)

<sup>272</sup> Jornal do Brasil, 19 de novembro de 1918 (p. 5)

reuniu seus homens e se aproximou dos operários. Ele, alegando falar em nome do Chefe de Polícia, ordenou que os trabalhadores se dispersassem. De forma generalizada irromperam gritos de protesto: Não pode! Não pode! Não pode! Costa Ribeiro procurou dialogar com os grevistas, deixando claro que caso seu pedido não fosse atendido, seria obrigado a recorrer à violência. Os grevistas indignados novamente manifestaram o seu protesto: Não pode! Não pode! Não pode! Assim, os policiais se espalharam e tentaram prender os trabalhadores mais exaltados. Esta atitude provocou grande revolta nos trabalhadores que continuaram protestando. A situação se tornou tensa, pois os policiais, que agora recuavam, ficaram envolvidos pela multidão. Um soldado empunhou sua pistola. Nesse momento, alguém escondido na multidão disparou um tiro de revólver. Em seguida, vários tiros foram disparados. A polícia, batendo em retirada, também disparou suas armas. Os policiais se abrigaram dentro da delegacia do Campo de São Cristóvão. Eles tentaram defender a delegacia que estava sendo invadida pelos grevistas. A confusão se tornou generalizada. Havia intenso tiroteio entre os policiais e os trabalhadores. Um operário subiu no poste para cortar as linhas telefônicas. Uma bomba de dinamite explodiu no Campo de São Cristóvão. Em seguida, outra bomba explodiu dentro da delegacia. Esta foi invadida pelos trabalhadores, que causavam grande destruição. Nesse momento, chegaram ao local vinte praças de cavalaria do Exército. Eles dispararam contra a delegacia, que se achava em poder dos grevistas. Estes, de forma desesperada, fugiram. Os operários estavam recuando, quando ouviram a sirene do automóvel de socorro da 10ª Brigada Policial. Os operários foram em sua direção e o dinamitaram, ferindo levemente quatro policiais. Os policiais reagiram e os operários correram tentando abandonar o Campo de São Cristóvão. A força de cavalaria do Exército, agora auxiliada pela polícia, perseguiu os operários que desorganizados fugiam, correndo em várias direções. Os trabalhadores lançaram outra bomba de dinamite que explodiu próximo ao automóvel de socorro, que já estava destruído. A cavalaria novamente se lançou contra os grevistas, que continuaram sua fuga desesperada. Finalmente a ordem foi restabelecida no Campo de São Cristóvão. A delegacia ficou completamente destruída. As famílias que moravam próximas ao Campo de São Cristóvão, ficaram em pânico durante o confronto. Muitos trabalhadores tentaram fugir do local. Como resultado do confronto, alguns policiais ficaram feridos. O delegado Dr. Costa Ribeiro teve um ferimento leve na perna.<sup>273</sup>

---

<sup>273</sup> Jornal do Brasil, 19 de novembro de 1918. (p. 5); Correio da Manhã, 24 de dezembro de 1918 (p. 3)

Durante o dia, muitas prisões de grevistas foram feitas pelos agentes do Corpo de Segurança e pelos delegados. Manuel Domingues, operário de nacionalidade espanhola empregado na fábrica São Félix, foi preso. Ele possuía um revólver carregado e uma caixa de balas. Na Vila Militar, foi preso um operário que fazia distribuição de boletins anarquistas. Um embrulho que estava no meio da Rua Francisco Eugênio chamou a atenção de três menores de idade que por ali passavam. Eles eram trabalhadores de uma fábrica de chapéus em São Cristóvão. Quando um dos menores pegou o embrulho, houve uma grande explosão. No embrulho, havia uma bomba de dinamite. Os menores gravemente feridos foram levados para a Santa Casa. No final da noite, a cidade já se encontrava em completa calma, mas ainda circulavam boatos alarmantes.<sup>274</sup>

As autoridades associaram o movimento de rua, feito pelos grevistas, a um plano anarquista para derrubar o governo e tomar o poder. O Chefe de Polícia, Aurelino Leal, comunicou ao Vice-Presidente da República em exercício, Delfim Moreira, que a cidade estava sendo ameaçada por um movimento subversivo, no qual operários de várias fábricas eram liderados por alguns anarquistas. A polícia possuía um espião infiltrado entre os anarquistas, o tenente do Exército Jorge Elias Ajus. Dessa forma, as autoridades conseguiram saber com antecedência dos planos para a insurreição anarquista e se prepararam para combatê-la. A mobilização dos trabalhadores, ocorrida no dia 18 de novembro, já era esperada pela polícia, que vinha se mantendo de prontidão há vários dias. Segundo a polícia, os anarquistas pretendiam utilizar os trabalhadores e os soldados do Exército e da Marinha para derrubar o governo. O plano dos anarquistas seria o seguinte: no dia 18 de novembro, após o início da greve, os trabalhadores deveriam se dirigir para o Campo de São Cristóvão. Quando houvesse um grande número de trabalhadores reunidos nesse local, os anarquistas conduzindo os trabalhadores atacariam a Intendência de Guerra e se apossariam de armamento e de fardamento. Os anarquistas esperavam que, quando as forças do Exército chegassem, os soldados confraternizassem com os trabalhadores. Assim, soldados e trabalhadores unidos deveriam marchar pela cidade. O prédio da prefeitura deveria ser dinamitado. Em seguida, eles deveriam atacar o Palácio da Polícia e a Câmara dos Deputados, prendendo o maior número possível de deputados. O Presidente da República e alguns

---

<sup>274</sup> Jornal do Brasil, 19 de novembro de 1918. (p. 5); Correio da Manhã, 19 de novembro de 1918. (p. 1)

gerais deveriam ser presos. Então seria proclamado o Conselho de Operários e Soldados do Rio de Janeiro.<sup>275</sup>

Tendo conhecimento do local no qual os anarquistas se encontravam reunidos, o Chefe de Polícia ordenou que fossem presos. Assim, o major Reis seguiu para a casa da Rua da Alfândega nº. 22. Chegando neste local, prendeu José Oiticica, Manuel Campos, Astrogildo Pereira, Fernandez e outros. O comissário Júlio Rodrigues também esteve no local e efetuou prisões. Os presos foram conduzidos ao Palácio de Polícia, permanecendo incomunicáveis. José Oiticica foi levado à presença do Chefe de Polícia. Os dois tiveram uma breve conversa.

...Foram ter ao gabinete do Chefe de Policia.

Este convidou o Dr. Oiticica a sentar-se dizendo-lhe:

- Então o Sr. quer ser o salvador brasileiro, o Lenine?

- Não senhor.

- Abusa da sua cultura para pregar ideas subversivas a honrados operários que se deixam empolgar por taes doutrinas?

- São idéas... idéas

- Idéas anarchistas, mas o senhor está enganado; não conseguirá seus intentos. Major Reis faça conduzir o doutor para o Corpo de Segurança, concluía o Chefe de Policia...<sup>276</sup>

Mais tarde, o Dr. Oiticica foi transferido do Corpo de Segurança para o Quartel General da Brigada Policial. Como podemos observar, o Chefe de Polícia associou os acontecimentos, envolvendo os operários no Campo de São Cristóvão, ao plano anarquista para derrubar o governo e tomar o poder. O discurso da polícia afirmava que os operários eram indivíduos ingênuos, que estavam sendo manipulados pelos anarquistas. Dessa forma, a polícia estaria combatendo um movimento grevista que na verdade fazia parte de uma insurreição planejada pelos anarquistas. A repressão policial, além de justificável, era também necessária para garantir a manutenção da ordem.

No dia 19 de novembro a UGM se declarou solidária à UOFT. A UGM, através de um comitê, publicou um manifesto dirigido à classe, defendendo a greve geral. Este mesmo comitê comunicou ao *Jornal do Brasil* que o movimento grevista dos operários metalúrgicos não obedecia a fins políticos ou subversivos da ordem pública. Segundo eles, seus objetivos eram econômicos. A principal justificativa para a greve era a carestia e o fato dos industriais não terem respondido ao memorial dos metalúrgicos.<sup>277</sup> Os metalúrgicos afirmaram que a dois meses tinham enviado um memorial aos patrões.

<sup>275</sup> Jornal do Brasil, 19 de novembro de 1918. (p. 5)

<sup>276</sup> Jornal do Brasil, 19 de novembro de 1918. (p. 5)

<sup>277</sup> Jornal do Brasil, 20 de novembro de 1918, (p. 5)

Neste, eles faziam reivindicações que não foram atendidas. As reivindicações dos metalúrgicos eram as seguintes:

- 1° - Que seja reconhecida a União como única intermediária entre patrões e empregados.
- 2° - Que seja estabelecido o dia normal de 8 horas.
- 3° - Que seja estabelecido o salário mínimo para todos os operários, desde o oficial ao aprendiz
  - a) Para officiaes, 8\$000.
  - b) Para meios officiaes, 6\$000.
  - c) Para ajudantes e serventes, 5\$000.
  - d) Para aprendizes maiores de 14 annos, com seis mezes de officina, 2\$000.
- 4° - Aumento proporcional ao ordenado de cada um.
- 5° - Que sejam abolidos os extra-ordinários, ficando, porém, ao alvitre do operário, quando por força das circunstancias o exigir, que sejam pagos á razão de 300%, isto é, percebendo 3 horas, por cada hora, de trabalho extraordinario.
- 6° - Abolição completa de todo e qualquer trabalho de empreitada.<sup>278</sup>

Os trabalhadores da construção civil também se uniram ao movimento grevista. Eles alegaram que desejavam o dia de oito horas de trabalho e garantias contra acidentes de trabalho.<sup>279</sup> A maioria dos grevistas pertencia ao setor têxtil, devido à existência de um grande numero de trabalhadores nesse setor. No entanto, a greve também foi de proporções significativas nos setores metalúrgico, da construção civil e de pedreiras.

Durante o dia 19 de novembro, muitas fábricas de tecidos estavam paralisadas, mas muitas continuavam funcionando. Nas seguintes fábricas o serviço estava paralisado: Corvilhã e Manchester, na Tijuca; Esperança, em São Cristóvão; Santa Heloisa, na Rua Saldanha da Gama; Aliança, nas Laranjeiras; São Felix, Carioca, Aurora e Corcovado, na Gávea; Confiança, em Vila Isabel; Botafogo e Cruzeiro, no Andaraí, Babilônia, na Aldeia Campista; Sapopemba, em Deodoro e Bangu, na Estação de Bangu. Todas essas fábricas estavam sendo vigiadas pela polícia. A polícia recebeu queixas, informando que os trabalhadores de várias fábricas de tecidos receberam intimação dos grevistas, exigindo a paralisação do serviço. O comissário Américo Ribeiro, do 21° distrito, prendeu várias pessoas consideradas suspeitas, que se encontravam nas imediações das fábricas Carioca e Corcovado. Em São Cristóvão, o operário Oswaldo Ferreira Mendes foi preso. Ele foi acusado de intimar, com um revolver em punho, os operários da fábrica Silveira Machado & Cia. a abandonarem o serviço. Na fundição do senhor João Torino, na Rua da Gamboa n° 118, diversos

<sup>278</sup> Jornal do Brasil, 20 de novembro de 1918. (p. 5)

<sup>279</sup> Jornal do Brasil, 20 de novembro de 1918. (p. 5)

grevistas intimaram os trabalhadores desse estabelecimento a abandonarem o serviço. Como esses trabalhadores se recusaram a entrar em greve, os grevistas ameaçaram dinamitar a oficina. Muitos grevistas estiveram na cidade de Niterói, buscando a adesão dos trabalhadores dessa cidade à greve. Os trabalhadores da Companhia Manufatura Fluminense, localizada no Barreto, entraram em greve. No entanto, a maioria dos trabalhadores de Niterói se recusou a aderir à greve. Houve a explosão de uma bomba de dinamite. Nos terrenos do Morro do Senado, um trapeiro que apanhava papéis mexeu em um embrulho, que se encontrava embaixo de uma pedra. Nesse momento, houve uma explosão que o atirou longe, com o ventre esfacelado e o braço direito fraturado. O infeliz faleceu.<sup>280</sup>

No dia 20 de novembro não houve muita agitação nas ruas da cidade. A polícia continuou efetuando algumas prisões. Três associações de trabalhadores foram fechadas: a UOFT, a UGM e a UGCC. Em nota oficial o Chefe de Polícia declarou:

O acto da autoridade policial fechando homtem as sedes das três associações operárias, inspirou-se em motivos de segurança pública. Os operários em tecidos em uma minoria despótica que domina, por meio de ameaças, a grande maioria da classe, foram os principais auxiliares dos dynamiteiros que pretenderam assaltar a Intendência da Guerra para estabelecer na Capital da Republica o truculento regimen dos “soviets”.

Procurada a polícia por uma comissão que lhe declarara estar foragida a directoria da sociedade, e lhe confessa-ra o propósito de depol-a por um golpe de força, aclamando uma junta governativa. O Sr. Chefe de Polícia resolveu fechar a sede, nem só como garantia dos direitos da directoria ausente, como por medida de segurança.

Quanto ás sociedades dos operários metallurgicos e da construção civil, a polícia fechou-as porque suas directorias estavam fazendo violenta pressão sobre consócios que trabalhavam pacificamente, obrigando-os a abandonar o serviço, sob ameaças de bombas de dynamite.

Foram innumeradas as reclamações particulares recebidas contra essa coacção, praticada até – tal foi a ousadia dos coactores – contra operários empregados nas obras do Quartel General do Exército. Todos esses operários violentos reduzem os companheiros a verdadeiros escravos seus, e é por isso que o Governo corre em socorro dos oprimidos, garantindo a liberdade de trabalho...<sup>281</sup>

A direção da UOFT foi associada aos anarquistas. Também foi acusada de obrigar, através de ameaças, os trabalhadores em fábricas de tecidos a auxiliarem a insurreição dos anarquistas. A polícia havia responsabilizado os anarquistas pelas explosões das bombas que ocorreram na cidade, apesar dos responsáveis pelas explosões não terem sido identificados. Os membros da direção da UOFT foram

<sup>280</sup> Jornal do Brasil, 20 de novembro de 1918. (p. 5); Correio da Manhã, 20 de novembro de 1918 (p. 1)

<sup>281</sup> Jornal do Brasil, 21 de novembro de 1918. (p. 6)

considerados anarquistas ou cúmplices dos anarquistas. A defesa da sociedade da ameaça anarquista foi o principal argumento, utilizado pelas autoridades, para justificar a repressão ao movimento grevista. Outro argumento importante, utilizado com essa finalidade, foi a defesa da liberdade de trabalho. Esse argumento habitualmente era utilizado pela polícia, durante as greves, assim como o argumento da manutenção da ordem. Segundo a polícia, a UGM e a UGCC foram fechadas porque essas associações estavam fazendo forte pressão sobre os trabalhadores dessas categorias, para que eles entrassem em greve. A polícia recebeu muitas queixas, de trabalhadores das três categorias em greve, que tiveram suas associações fechadas pela polícia. Muitos trabalhadores que se recusaram a aderir à greve, afirmaram ter recebido ameaças dos grevistas. Estes estariam dispostos a recorrer à violência e até mesmo a utilizar bombas de dinamite. Em Copacabana foram presos, e recolhidos ao xadrez da delegacia do trigésimo distrito, Domingos Soares, Francisco Fernandes e Adriano de tal. Eles foram acusados de incentivar a desordem, pressionando os trabalhadores desse bairro a aderirem à greve.<sup>282</sup> Desde suas fundações, as três associações de trabalhadores, que foram fechadas, recomendavam que os trabalhadores se mantivessem unidos, agindo em bloco, e adotassem uma postura pacífica. As direções das associações de trabalhadores desejavam que os operários seguissem suas recomendações. Como elas não tinham, obviamente, o controle sobre os trabalhadores que representavam, muitos operários se recusavam a aderir às greves. Não podemos esquecer que, apesar das associações serem muito importantes na organização das greves, quem fazia as greves não eram elas, mas sim os trabalhadores. Muitos destes, em muitos casos, possuíam opiniões diferentes das opiniões das direções das associações de trabalhadores. Grevistas, mais exaltados, costumavam recorrer à violência, muitas vezes entrando em conflitos com os “fura-greves”. A polícia tendo evidências de violências praticadas pelos grevistas, sempre que julgasse conveniente, podia acusar as associações de trabalhadores de incentivar a violência e desrespeitar a liberdade de trabalho. Em defesa desse princípio, greves podiam ser reprimidas e associações de trabalhadores podiam ser fechadas. Podemos perceber que as divergências existentes entre os trabalhadores, em muitos momentos, enfraqueciam o movimento operário. Por isso, as associações de trabalhadores lutavam tanto pela união dos operários em torno delas. Consideramos que outra informação muito importante foi fornecida, pelas declarações do Chefe de Polícia. Ele informou que

---

<sup>282</sup> Jornal do Brasil, 21 de novembro de 1918. (p. 6)

foi procurado por uma comissão de operários em fábricas de tecidos, que lhe confessou a intenção de depor a diretoria da UOFT. Essa atitude radical evidencia a existência de uma séria divisão, entre os integrantes da UOFT. Trataremos desta questão mais adiante.

Os metalúrgicos procuraram o *Jornal do Brasil* para protestar contra o fechamento da sua associação.

Membros do comitê de operários metallurgicos procuraram hontem, á noite, o “Jornal do Brasil” para protestarem contra o acto do Sr. Chefe de Polícia, fechando a sede da União Geral dos Metallurgicos, á Rua Senador Pompeo n°. 160.

Esse acto, affirmaram elles, é mais uma inqualificável violência do Dr. Aurelino Leal, pois os operários metallurgicos não têm nenhuma coparticipação nos graves acontecimentos destes últimos dias e não têm mesmo qualquer ligação com os tecelões. Arbitrariamente, dizem elles, a policia invadiu a sede social e prendeu nove associados que alli se encontravam em palestra, levando-os para o xadrez da Policia Central.

Disseram mais que o facto dos metallurgicos se recusarem ao trabalho é devido aos industriaes ainda não terem respondido ao Memorial que a União lhes enviou a dous meses, pedindo o dia de oito horas de trabalho...<sup>283</sup>

Os metalúrgicos acusaram Aurelino Leal de agir de forma injusta. O fechamento da UGM foi considerado uma arbitrariedade. Eles afirmaram que não tinham nenhuma relação com os atos violentos praticados recentemente na cidade. Eles queriam a todo custo não serem associados aos anarquistas, pois sabiam que isso legitimaria a repressão violenta sobre a categoria. Por isso afirmaram, mesmo não sendo totalmente verdade, não terem nenhuma relação com os operários em fábricas de tecidos. Estes estavam sendo, pelas autoridades, diretamente relacionados ao movimento dos anarquistas. Os metalúrgicos declararam que a greve no seu setor tinha motivações exclusivamente econômicas. Em setembro de 1918, a UGM enviou um memorial aos industriais. Neste, os metalúrgicos reivindicavam: o estabelecimento de uma tabela de salários com aumentos relativos, a jornada de oito horas de trabalho e o reconhecimento da UGM como órgão oficial da classe. Já havia aproximadamente dois meses que o memorial havia sido enviado e ainda não tinha sido respondido. Nesse período, devido à carestia e a epidemia de gripe espanhola, a situação econômica dos trabalhadores havia piorado.

No dia 22 de novembro, o Presidente da República decretou a dissolução da UGT. Esta foi considerada uma associação anarquista que explorava as associações de

---

<sup>283</sup> *Jornal do Brasil*, 21 de novembro de 1918. (p. 6)

trabalhadores. Ela foi considerada a principal responsável pela adesão da UOFT, da UGM e da UGCC à greve. A greve estava sendo considerada uma greve violenta, não como consequência da violenta repressão policial, mas pela influência da UGT. Os operários honestos e pacíficos estariam sendo forçados a participar da greve, por elementos desordeiros que existiriam nessas associações citadas. Esses desordeiros seriam anarquistas violentos e descontrolados, em sua maioria estrangeiros, que não exitavam em utilizar bombas de dinamite. Metalúrgicos, ligados à UGM, protestaram contra as acusações feitas pela polícia. Eles afirmavam que os metalúrgicos estavam sendo rotulados como anarquistas e destruidores. Eles alegaram que os operários eram em sua maioria chefes de família e respeitadores da ordem pública.<sup>284</sup>

Os operários em pedreiras iniciaram sua greve no dia 18 de novembro. Eles mantiveram uma postura pacífica. Os trabalhadores tinham se desligado da Comissão Central de Melhoramentos. Esta tinha o objetivo de harmonizar os interesses dos patrões e dos operários. Tinha também o objetivo de desenvolver, em benefício de ambas as partes, esse setor industrial. No dia 20 de novembro, aproximadamente 30 oficinas estavam com os serviços paralisados. Nesse dia, o Centro de Indústrias de Pedreiras, associação que representava os patrões, decidiu mandar um ofício ao Centro dos Operários em Pedreiras, informando que concedia um prazo de 48 horas para os operários voltarem ao trabalho. Se a greve continuasse, o Centro de Indústrias de Pedreiras ameaçava romper o acordo firmado, extinguindo a Comissão Central de Melhoramentos. O Centro também se recusou a adotar a jornada de trabalho de 8 horas, reivindicada pelos grevistas. Os industriais decidiram, por unanimidade, que só adotariam a jornada de 8 horas, quando a construção civil a adotasse ou quando o governo estabelecesse essa medida. Os trabalhadores não cederam à pressão e continuaram em greve. No dia 25 de novembro, o Centro dos Operários em Pedreiras divulgou um manifesto, dirigido à classe, solicitando a manutenção da greve pacífica. Apesar da polícia, de forma violenta, perseguir e prender os operários em pedreiras, a greve da categoria não foi associada pelas autoridades à insurreição anarquista. O COP não foi fechado na ocasião em que foram fechadas a UOFT, a UGM e a UGCC. A greve dos operários em pedreiras teve longa duração. Ela durou mais de três meses. Os industriais estavam sendo pressionados a assinar uma tabela de salários, organizada pelos trabalhadores. Apesar da forte resistência dos patrões, no mês de março de 1919,

---

<sup>284</sup> Jornal do Brasil, 23 de novembro de 1918. (p. 5)

os grevistas já haviam conseguido a aceitação da jornada de trabalho de 8 horas e da tabela de salários, pelas principais firmas da cidade. Cinquenta e uma firmas já haviam aceitado essas reivindicações. Dentre estas, se encontrava a firma do construtor Jannuzzi. Ao contrário das outras categorias envolvidas na greve geral, a greve dos operários em pedreiras foi considerada um sucesso.<sup>285</sup>

Por que o COP, ao contrário da UOFT, da UGM e da UGCC, não foi fechado pela polícia? A UOFT foi diretamente associada aos anarquistas, pela polícia. Seus líderes foram até mesmo acusados de financiar as bombas de dinamite, que explodiram pela cidade. As autoridades sabiam que líderes dos operários em fábricas de tecidos e dos metalúrgicos tinham participado da reunião, ocorrida no dia 15 de novembro, na qual foi decidida a realização da insurreição. Segundo a polícia, a UOFT foi fechada por participar diretamente da insurreição. A UGM e a UGCC foram fechadas, porque a polícia considerou que trabalhadores desses setores participaram das desordens, ocorridas no Campo de São Cristóvão. Outro motivo seria o fato dessas associações estarem pressionando os trabalhadores, através de ameaças, a aderirem à greve. Dessa forma, elas estariam violando a liberdade de trabalho. Os líderes da UGCC não participaram de nenhuma reunião, na qual a insurreição foi planejada. No entanto, a associação tinha um contato muito freqüente com líderes anarquistas. A UGCC recentemente também havia se envolvido em desentendimentos com a polícia. A associação, nos meses de outubro e novembro, através de seu Comitê Pró-Combate à Fome, estava tentando mobilizar várias categorias de trabalhadores. Eles tentavam organizar protestos contra a carestia e o desemprego. Em outubro, a sede da UGCC foi invadida pela polícia. A associação criticou publicamente tal atitude. Parece que o COP seguia uma estratégia diferente, das outras associações de trabalhadores envolvidas na greve. Enquanto essas associações criticavam publicamente às autoridades e tentavam organizar manifestações públicas, que na visão da polícia podiam ameaçar a manutenção da ordem, o COP dava ênfase ao diálogo com os patrões, através da Comissão Central de Melhoramentos. O COP tentava convencer os patrões a concordarem com suas reivindicações. Esta estratégia de atuação, além de não ameaçar a ordem, era considerada legítima pelas autoridades. Assim, quando o COP rompeu com a Comissão Central de Melhoramentos e entrou em greve, por não ter suas

---

<sup>285</sup> Jornal do Brasil, 21 de novembro de 1918 (p. 6); Jornal do Brasil, 26 de novembro de 1918 (p. 5); O Graphico: órgão da associação graphica do Rio de Janeiro, 01 de fevereiro de 1919 (p. 1); O Graphico: órgão da associação graphica do Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1919 (p. 2); O Graphico: órgão da associação graphica do Rio de Janeiro, 01 de abril de 1919 (p. 2)

reivindicações atendidas, os trabalhadores do setor foram duramente reprimidos, mas a associação não foi fechada pela polícia. Parece que também contribuiu nesse sentido, o fato de não ter existido no setor de pedreiras, como existiram nos outros setores, grande quantidade de trabalhadores que se recusaram a entrar em greve, se queixando às autoridades de ameaças feitas pelos grevistas. O apoio à greve no setor de pedreiras foi mais abrangente que nos outros setores. Além disso, o COP estava menos ligado aos anarquistas, que as associações das outras categorias de trabalhadores envolvidas na greve. Isto também contribuiu para que a greve, liderada pelo COP, não fosse vinculada à insurreição.

Por que a greve no setor de pedreiras, ao contrário das greves iniciadas em novembro de 1918 nas outras categorias, foi um sucesso? Havia maior união dos trabalhadores do setor das pedreiras em torno da sua associação de classe, do que nas outras categorias de trabalhadores que participaram da greve geral. Enquanto a greve nas outras categorias durou aproximadamente apenas uma semana e meia, a greve no setor de pedreiras durou mais de três meses. Uma paralisação tão longa, mesmo numa conjuntura econômica recessiva, na qual as indústrias provavelmente possuíam significativa quantidade de produtos acabados estocados, causou sérios problemas aos industriais. No setor de pedreiras, havia uma cultura de diálogo entre os trabalhadores e os industriais, estabelecida durante os anos de 1917 e 1918, através da Comissão Central de Melhoramentos. Os trabalhadores e os industriais do setor haviam criado condições, para a existência de um diálogo permanente e produtivo, entre ambas as partes. Ao contrário das outras categorias envolvidas na greve, os trabalhadores e os industriais do setor das pedreiras, para chegar a um acordo que desse fim à greve, não precisavam criar mecanismos que viabilizassem o diálogo entre eles. Bastava que utilizassem os mecanismos já existentes, dos quais haviam temporariamente se afastado. A Comissão Central de Melhoramentos já havia estabelecido um conjunto de procedimentos para a manutenção do diálogo, que era reconhecido tanto pelos operários quanto pelos patrões. A Comissão Central de Melhoramentos possuía um espaço físico, no qual representantes dos operários e dos patrões podiam se reunir com frequência, para resolver os conflitos existentes. As lideranças dos industriais e dos trabalhadores se conheciam bem e estavam acostumadas com a realização de encontros, que tinham o objetivo de equacionar seus interesses. Os industriais reconheciam a legitimidade dos representantes dos trabalhadores. Estes fatores contribuíram para a realização dos acordos que terminaram com a greve na categoria. Cada estabelecimento decidiu

separadamente se aceitaria ou não as reivindicações dos grevistas, mas o Centro das Indústrias das Pedreiras tinha influência entre as direções dos estabelecimentos industriais.

Os donos das fábricas de tecidos se mostraram muito irritados com a greve geral, feita pelos trabalhadores da categoria. Eles alegavam terem tido uma decepção, pois julgavam que tinham feito um grande esforço para ajudar os trabalhadores, apesar da situação econômica difícil. Eles afirmaram que recentemente tinham dado um aumento de 30% nos salários dos trabalhadores. Tinham também reconhecido a UOFT como órgão oficial da classe. Assim, a atitude dos trabalhadores foi entendida como um ato de ingratidão.<sup>286</sup> O Centro Industrial publicou uma declaração com suas resoluções. A primeira elogiava a atuação da polícia. A segunda rompia relações com a direção da UOFT.

...Segunda – O Centro Industrial do Brasil assegurando-se que a directoria da “União dos Operários em Fábrica de Tecidos” não preenche de maneira alguma os fins para que foi eleita pois que em vez de ajudar o operariado e defender-lhe os seus direitos só o tem prejudicado e comprometido por todas as formas, resolve declarar nulo o ajuste celebrado entre o “Centro” e os representantes daquela aggremação em 1º de setembro do corrente anno, e não mais tratar com aquella directoria.<sup>287</sup>

Um dos diretores da UOFT comentando sobre a postura dos industriais declarou o seguinte:

... Elles teimam em recusar-se a cumprir o accordo firmado entre nós, por intermédio da União e do Centro. Esse accordo, como o Jornal do Brasil já noticiou, se refere a fiel execução do horário de 56 horas de serviço na semana, á concessão de 30% sobre os salários, mas sem os sophismas grosseiros que tem sido feitos, e ao exacto cumprimento da cláusula que diz: - “o Centro Industrial do Brasil, único e legítimo representante de todas as fábricas de tecidos brasileiras, reconhece na União dos Operários em Fábricas de Tecidos a única representante dos operários dessa industria e, portanto, com direito de intervir em qualquer pendência entre operários e patrões.”

No entanto, a União por mais que officiasse ao Centro, solicitando uma conferência das respectivas directorias para a solução de irregularidades e abusos praticados na vigência do referido accordo, jamais conseguiu ser attendida.

Como resposta, talvez, as suas constantes solicitações o Centro Industrial declarou-lhe que a partir do dia 1 de Outubro ultimo o trabalho nas fabricas de tecidos de algodão passariam a ser de 28 horas na semana... e que os salários dos diaristas seriam reduzidos. Uma outra coisa foi feita. Não contentes com isso, os industriaes prosseguiram na violação do accordo,

<sup>286</sup> Jornal do Brasil, 21 de novembro de 1918. (p. 6)

<sup>287</sup> Jornal do Brasil, 24 de novembro de 1918. (p. 6)

dispensando das fabricas centenas e centenas de operários que, com razão, pediam o aumento de 30% sobre os salários...

..Relativamente as lamentáveis occurrencias em que, dizem, se viram envolvidos alguns de nossos companheiros, podemos garantir ao Jornal do Brasil que a União dos Operários em Fábricas de Tecidos jamais pensou em attentar contra a propriedade alheia ou contra a vida de quem quer que seja, e menos ainda pretendeu ou pretende agir com fins políticos.

Composta unicamente de trabalhadores, amigos da ordem e respeitadores das leis e das autoridades, a União não deixará de pugnar pelos direitos e interesses de seus associados, mas sem quebra da norma de conducta que adoptou para esse fim, não se prestando de forma alguma a servir aos interesses dos que só vêm no operário um instrumento para a satisfação dos seus ódios, das suas paixões ou ambições condemnaveis.<sup>288</sup>

Como podemos observar, a associação da UOFT ao anarquismo e à violência lhe causou grande prejuízo. Isto desmoralizou a direção da União e legitimou a repressão policial, num momento em que os trabalhadores travavam uma queda de braços com os patrões. Estes se aproveitaram para quebrar o acordo firmado com a UOFT em setembro, alegando que a direção dessa associação, agora influenciada pelos anarquistas, não representava mais os interesses dos trabalhadores da categoria. Por isso, o diretor da UOFT em seu discurso fez um grande esforço, para desvincular essa associação de trabalhadores dos anarquistas. Desde sua fundação, apesar da resistência dos patrões, a UOFT reivindicou constantemente direitos e melhores condições de trabalho para os operários. Em setembro de 1918, devido a grande pressão da União que ameaçava declarar greve geral na categoria, os industriais mesmo contrariados acabaram cedendo. O Centro Industrial firmou um acordo com a UOFT. Neste acordo, o Centro Industrial reconheceu a UOFT como legítima representante dos trabalhadores em fábricas de tecidos, concedeu 30% de aumento nos salários e determinou que todas as fábricas adotassem a semana de 56 horas.<sup>289</sup> Os trabalhadores alegavam que o acordo não vinha sendo cumprido de forma adequada. Segundo eles, as fábricas não estavam adotando a semana inglesa, ou seja, não estavam funcionando 56 horas distribuídas em seis dias na semana. Além disso, ao contrário do que fora acordado, estavam adotando o trabalho por hora. Isto provocava uma redução nos pequenos salários dos trabalhadores. Os industriais informaram que o acordo estava sendo cumprido, mas reconheceram que o número de horas trabalhadas diminuiu. Eles negavam que tinham intenção de reduzir os salários, mas como o número de encomendas havia diminuído, eles não tinham como não diminuir o número de horas trabalhadas.<sup>290</sup>

<sup>288</sup> Jornal do Brasil, 24 de novembro de 1918. (p. 6)

<sup>289</sup> Jornal do Brasil, 02 de setembro de 1918. (p. 5)

<sup>290</sup> Jornal do Brasil, 20 de novembro de 1918. (p. 5)

Durante o mês de outubro de 1918, a cidade do Rio de Janeiro foi assolada pela epidemia de gripe espanhola. No início de novembro, o número de novos casos de pessoas infectadas na cidade havia diminuído, mas nos subúrbios ainda era significativo. A epidemia de gripe e a sua consequência, a fome, estavam causando muitas mortes entre a população pobre. Os trabalhadores doentes não conseguiam trabalhar. Eles não recebiam remuneração pelos dias não trabalhados. As fábricas, devido à conjuntura de crise econômica, também haviam reduzido o número de horas trabalhadas. Isto reduzia o salário dos trabalhadores. Doentes e sem dinheiro eles agonizavam. Em outubro, algumas fábricas de tecidos entraram em greve. A UOFT já estava afirmando que os industriais não estavam cumprindo o acordo celebrado em setembro. No dia 30 de outubro, a UOFT encaminhou um ofício ao Centro Industrial. Neste, ela reivindicava um abono de 30% no salário dos operários parados por causa da epidemia, a dispensa dos aluguéis das casas de propriedade das indústrias e o retorno do funcionamento das fábricas por 56 horas semanais. No dia 9 de novembro, os industriais, que haviam se reunido no Centro Industrial, informaram que não poderiam atender às reivindicações da UOFT, devido à conjuntura recessiva e a existência de grande quantidade de produtos estocados.<sup>291</sup> Essa resposta dos industriais irritou profundamente os trabalhadores, que a consideraram uma demonstração de grande insensibilidade dos patrões. Durante o mês de outubro e o início do mês de novembro, as relações entre os industriais e os trabalhadores em fábricas de tecidos foram se tornando mais tensas. A significativa deterioração da situação econômica dos trabalhadores, nesse curto período, foi fundamental para a ocorrência da greve em novembro.

No dia 24 de novembro, o comitê dos metalúrgicos se reuniu para avaliar o andamento do movimento grevista. Os membros do comitê decidiram consultar os operários dos principais estabelecimentos que estavam paralisados, sobre se deviam ou não acabar com a greve. Os líderes metalúrgicos consideraram que a polícia utilizava, de forma generalizada, falsas acusações contra os operários. Sob os rótulos de baderneiros ou anarquistas, os operários estavam sendo duramente reprimidos e presos. Os metalúrgicos decidiram que os operários, tanto dos estabelecimentos que adotaram as recomendações do memorial da UGM quanto dos estabelecimentos que não se manifestaram, deveriam retornar ao trabalho. Dessa forma, esperavam deixar claro para

---

<sup>291</sup> Jornal do Brasil, mês outubro de 1918; Jornal do Brasil, 09 de novembro de 1918. (p. 6); ADDOR, C. A. *A insurreição anarquista do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2002. P. 118-119)

a sociedade que os metalúrgicos não tinham nenhuma relação com políticos e com as desordens ocorridas recentemente. Planejavam aguardar o término das discussões sobre o Código do Trabalho, que já estava há muito tempo em andamento na Câmara dos Deputados. Caso o Código não fosse aprovado ou caso suas resoluções não agradassem aos trabalhadores, a UGM deixava em aberto a possibilidade de uma nova greve.<sup>292</sup>

Os industriais informaram que iriam reabrir as fábricas de tecidos e solicitaram que todos os operários voltassem ao trabalho. A UOFT publicou um manifesto abordando esse assunto.

...O dever dos operários de tecidos é prosseguir na greve pacífica até que seja dada, com o nosso pleno assentimento, uma solução honrosa a nossa pendência com os industriaes.

Fomos levados á luta, não por simples capricho ou por um acto de irreflexão, mas porque estávamos, como estamos, reduzidos a mais negra miséria.

E assim, só depois de serem satisfeitas as nossas justas reclamações, que se cifram nos seguintes pontos: 1º. Completa liberdade de pensamento; 2º. Seis dias de trabalho por semana; 3º. Salário mínimo; 4º. Oito horas de trabalho por dia, é que devemos voltar ao trabalho.

Na reunião secreta realizada no Centro Industrial ficou resolvido, conforme conseguimos saber que na próxima segunda-feira, 25 do corrente as fabricas apitarão, para chamar os operários ao serviço.

É um laço que pretendem armar contra nós, pois só serão admittidos aquelles que os industriaes julgarem conveniente e os outros serão, naturalmente, seguros pela polícia e incontinenti promovidos a “anarquistas”.

É um “truc” dos patrões e para elle a attenção de todos os companheiros afim de nelle não cahirem.

Devem portanto estar alerta, e só voltarem ao trabalho de cabeça erguida e ao lado de todos os companheiros.

Não appareçam pois ao trabalho na segunda-feira, porque o apparecimento será a nossa morte moral e a da União, e o regresso á fome e á escravidão, ficando a classe para sempre desprestigiada e entregue de mãos atadas á vontade egoísta dos industriaes...<sup>293</sup>

No dia 25 de novembro, todas as fábricas de tecidos reabriram no horário normal e apitaram suas máquinas, chamando os operários para o trabalho. Segundo a polícia, apenas um terço dos operários compareceu ao trabalho. Grande parte dos trabalhadores se recusou a voltar ao serviço, pois nenhuma das suas reivindicações havia sido atendida. No dia seguinte, o número de operários que compareceram ao serviço foi bem maior. No dia 27 de novembro, o trabalho já havia sido normalizado no setor da

<sup>292</sup> Jornal do Brasil, 25 de novembro de 1918. (p. 4)

<sup>293</sup> Jornal do Brasil, 25 de novembro de 1918. (p. 4)

construção civil.<sup>294</sup> Quase todas as fábricas estavam dispensando trabalhadores de ambos os sexos. Durante a tarde, na Avenida Pedro Ivo, alguém atirou uma bomba que explodiu, matando uma criança.

Logo nos primeiros dias da greve, a polícia havia prendido o conhecido anarquista, de origem espanhola, Pedro Matera. A polícia o prendeu por considerá-lo, além de anarquista, um dos principais líderes dos conflitos ocorridos na cidade. Matera era proprietário e diretor do semanário *A Liberdade*, publicado na cidade do Rio de Janeiro e orientado às classes populares. Como não obteve do preso nenhuma declaração que o comprometesse, a polícia realizou rigorosa busca em sua casa, no dia 25 de novembro. Foram encontrados muitos boletins sediciosos e carretéis de fios, os quais normalmente eram utilizados nas fábricas de tecidos. Todo o material foi apreendido. Querendo descobrir se os carretéis de fio tinham sido roubados, a polícia os levou até a fábrica Confiança para verificar se seriam reconhecidos. A polícia estava tendo dificuldade em provar as acusações feitas contra os anarquistas.<sup>295</sup> No dia 28 de novembro, já estavam presos na Casa de Detenção aproximadamente duzentas pessoas. Havia rumores de que a polícia iria deportar os estrangeiros e desterrar os trabalhadores nacionais para Fernando de Noronha e outros lugares. A polícia procurava por vários trabalhadores, considerados perigosos. Entre esses procurados se encontravam Manuel Castro, Joaquim Moraes, Raimundo Martins e João da Costa Pimenta.<sup>296</sup> Outro desses procurados era Paschoal Gravina. Este, apesar de não ser, era visto pelas autoridades como um anarquista perigoso. A polícia foi informada que Gravina se encontrava gravemente doente, atacado pela tuberculose pulmonar.<sup>297</sup>

No dia 30 de novembro, a UOFT publicou um comunicado informando que liberava os trabalhadores, para que eles decidissem se queriam se manter em greve ou não. Alegava que esta atitude foi tomada, em virtude da violenta repressão policial. A UOFT, na verdade, estava reconhecendo publicamente o fracasso da greve. Como a maioria dos operários já tinha voltado ao trabalho, a minoria que se mantinha em greve corria sério risco de perder o emprego e de ir para a prisão. Os jornais continuavam recebendo muitas queixas de trabalhadores, que alegavam que a polícia permanecia prendendo grevistas, sob a falsa acusação de serem anarquistas. No dia 02 de dezembro,

---

<sup>294</sup> Jornal do Brasil, 26 de novembro de 1918. (p. 5); Jornal do Brasil, 27 de novembro de 1918. (p. 5);  
Jornal do Brasil, 28 de novembro de 1918. (p. 8)

<sup>295</sup> Jornal do Brasil, 26 de novembro de 1918 (p. 6)

<sup>296</sup> Correio da Manhã, 24 de dezembro de 1918 (p. 1)

<sup>297</sup> Correio da Manhã, 28 de Novembro de 1918. (p. 3)

todas as fábricas de tecidos da cidade, com exceção da Aliança, estavam funcionando.<sup>298</sup>

A polícia não conseguiu provar que os anarquistas e os trabalhadores presos tinham participado de uma insurreição anarquista, que almejava derrubar o governo. As evidências existentes contra os acusados eram muito frágeis. As duas únicas testemunhas de acusação eram o comissário Júlio Rodrigues e o tenente Ajus. Ambos atuavam a serviço da polícia. Ajus como espião infiltrado entre os anarquistas. Júlio Rodrigues como funcionário do Corpo de Segurança, encarregado de acompanhar a atuação dos anarquistas. Durante o inquérito, aberto pelo Chefe de Polícia, José Oiticica alegou inocência. Os advogados de defesa dos acusados, dentre eles Evaristo de Moraes e Nicanor Nascimento, não só negaram as acusações, mas também fizeram duras críticas e graves acusações contra Chefe de Polícia. O Dr. Joaquim Gonçalves da Silva acusou Aurelino Leal de corrupção, considerando que este utilizava o cargo que ocupava com o objetivo de enriquecer. Também acusou Aurelino de, quando esse ainda atuava na Bahia, ter se apropriado de dinheiro destinado para a fundação de um orfanato. Aurelino Leal foi acusado, por vários advogados, de inventar um plano para a perturbação da ordem, com o objetivo de se valorizar. Segundo os advogados de defesa, seguindo ordens de Aurelino Leal, o tenente Ajus, auxiliado pela polícia, seria o responsável pelos conflitos ocorridos no Campo de São Cristóvão. Júlio Rodrigues teria sido o responsável pela distribuição das bombas de dinamite, que teriam sido utilizadas pelos próprios policiais. Aurelino Leal teria ficado com a responsabilidade de fornecer notas sensacionalistas à imprensa. O Chefe de Polícia pretenderia com isso se valorizar diante dos seus superiores e se manter no cargo de Chefe de Polícia por mais tempo. A recente mudança de Presidente da República teria ameaçado a sua posição. Rodrigues Alves havia sido eleito para substituir Wenceslau Brás. No dia 15 de novembro, o Vice-Presidente Delfim Moreira assumiu o cargo, pois Rodrigues Alves se encontrava doente. Os advogados terminaram a defesa solicitando que os denunciados não fossem pronunciados. Até meados de março de 1919, para a tristeza do Chefe de Polícia, nenhum juiz havia aceitado os autos do processo instaurado, contra os acusados de planejarem as desordens ocorridas em 18 de novembro de 1918.<sup>299</sup> No entanto, ainda no mês de março, 14 pessoas foram pronunciadas como incursas nas penas do artigo 107

---

<sup>298</sup> Jornal do Brasil, 30 de novembro de 1918 (p. 5); Jornal do Brasil, 03 de dezembro de 1918 (p. 7)

<sup>299</sup> O Graphico: órgão da associação graphica do Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1919 (p. 1 e 2); O Graphico: órgão da associação graphica do Rio de Janeiro, 01 de março de 1919 (p. 1)

do Código Penal, crime de atentado. José Rodrigues Leite Oiticica foi denunciado como líder do atentado. Como co-autores foram denunciados: Agripino Nazaré, Álvaro Palmeira, Ricardo Corrêa Perpétua, Astrogildo Pereira, Carlos Dias, Manuel Campos, João da Costa Pimenta, Gaspar Gigante, Manuel Castro, Joaquim Moraes, Manuel Domingues, Oscar Silva e Adolfo Buste.<sup>300</sup> As pessoas pronunciadas recorreram. O Juiz Federal da Primeira Vara, Dr. Raul Martins, aceitou o recurso, tornando sem efeito a pronúncia que classificava, como criminosos, os implicados no movimento de novembro de 1918.<sup>301</sup>

Em fevereiro de 1919, a UGM e a UGCC voltaram a funcionar. Durante aproximadamente três meses, Claudino José Soares foi presidente da Junta Governativa da UOFT. No dia 8 de março de 1919, houve uma imponente solenidade, na qual tomou posse a nova direção da UOFT. Muitos trabalhadores e representantes de associações de trabalhadores estavam presentes. Entre as associações, que haviam mandado representantes à solenidade, estavam a UGM, a UGCC e o COP. Em homenagem à memória de Miguel Martins, operário morto em 18 de novembro, foi inaugurado um retrato na sede social da associação. Ele foi considerado, por alguns na ocasião, um mártir do movimento operário do Brasil. A diretoria que tomou posse foi a seguinte: presidente, José Pereira de Oliveira; vice-presidente, Francisco Dias de Oliveira; primeiro secretário, Rafael Garcia; segundo secretário, Antenor da Silva Faria; primeiro tesoureiro, Servan Heitor de Carvalho; segundo tesoureiro, Francisco Castilho; procurador, João Correia da Costa. Tomaram posse no Conselho Fiscal: Antônio Souza Dias, Pedro Scorceli, João Reis Caldeira e Antônio Duarte Bento.<sup>302</sup>

As autoridades e a imprensa de um modo geral condenaram os conflitos ocorridos a partir do dia 18 de novembro. O *Jornal do Brasil* comentou sobre o assunto:

... Não é certamente com a dinamite, com o assalto aos edifícios públicos, com o ataque à propriedade particular que o proletariado ha de conseguir o que pretende. Outros elementos possui, dentro da lei e da ordem, para alcançar aquilo a que julga com direito.

Agora mesmo esta o Congresso a legislar sobre o assumpto, discutindo o Código do Trabalho e a comissão respectiva, na Camara, marcou prazo para os próprios interessados, os operarios, levarem a essa casa do Congresso as suas reclamassões e suggestões, pleiteando assim os seus interesses. Com o Código do Trabalho, que regularizará as horas de serviço, o trabalho das mulheres e dos menores e os accidentes de trabalho, terá alcançado o proletariado uma grande vitória.

<sup>300</sup> ADDOR, C.A. A insurreição anarquista no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Achiamé, 2002. (p. 129)

<sup>301</sup> O Grafico: órgão da associação graphica do Rio de Janeiro, 01 de maio de 1919. (p. 2)

<sup>302</sup> O Graphico: órgão da associação graphica do Rio de Janeiro, 16 de março de 1919 (p. 3)

Vê, pois, o operariado que trilha o caminho errado deixando-se levar pelos demagogos e arruaceiros, pelos anarquistas e pseudo libertários que, no fim, outra coisa não fazem senão explorar a boa fé dos proletários. E tanto é isso verdade que, no momento presente, no movimento em boa hora reprimido pela policia, *os operários não sabiam ao certo do que se tratava*. Deixaram o trabalho, abandonaram as officinas, “porque tiveram ordem para isso”, segundo as próprias expressões de alguns delles.<sup>303</sup>

A maioria dos trabalhadores tinha muitas expectativas com relação à aprovação de leis que regulassem as condições de trabalho. O *Jornal do Brasil* apresentou como solução dos problemas dos operários a aprovação do Código do Trabalho, que estava sendo discutido na Câmara dos Deputados. Os trabalhadores e principalmente às associações dos trabalhadores acompanhavam de perto as discussões sobre o Código do Trabalho, feitas no Congresso. No entanto, a demora na aprovação desse Código causava certa tensão e desapontamento entre os trabalhadores. O Código já estava há muito tempo no Congresso e as discussões sobre ele pareciam intermináveis. Os trabalhadores tinham pressa, pois consideravam a aprovação do Código uma grande conquista, que poderia melhorar de forma significativa suas condições de vida. Parte das elites, políticos e empresários, resistia em aprovar esse Código, pois se recusava a reconhecer as reivindicações dos trabalhadores como direitos. Mas seria um equívoco considerar que essa posição representava a posição da maioria da sociedade. Entre os empresários realmente a resistência era muito significativa. Entre os políticos e na imprensa, havia um grande apoio à aprovação de leis que regulassem o trabalho.

Como podemos observar no artigo do *Jornal do Brasil*, a greve geral foi associada à insurreição anarquista. A violência foi duramente condenada. Ao mesmo tempo, grande parte da imprensa e mesmo muitos políticos reconheceram que muitas das reivindicações dos trabalhadores eram justas. Não condenavam a luta por direitos. Condenavam sim a violência como meio para alcançar esses direitos. Por outro lado, os anarquistas eram duramente criticados. Eram vistos como exploradores dos operários. Eram considerados homens violentos que representavam uma ameaça à sociedade. A união entre trabalhadores e anarquistas preocupava as elites, que sempre aconselharam os trabalhadores a não darem ouvidos às promessas dos libertários. Entre as elites, prevalecia o discurso que considerava os trabalhadores em sua maioria como pacíficos e ordeiros. Os agitadores seriam quase todos estrangeiros influenciados por idéias anarquistas. O discurso não era contrário aos trabalhadores e a suas reivindicações. O

---

<sup>303</sup> *Jornal do Brasil*, 20 de novembro de 1918. (p. 5)

problema era que, nos momentos de tensão social, a polícia taxava grande número de trabalhadores, que estavam em greve pacífica, de desordeiros anarquistas. A afirmação de que a maioria dos anarquistas era composta de estrangeiros também era equivocada. Pelo contrário, no Rio de Janeiro, os anarquistas eram em sua maioria brasileiros ou estrangeiros que residiam no Brasil há muitos anos, tendo entrado em contato com as idéias libertárias no país.

Durante a greve de novembro, foi publicado em alguns jornais, um comunicado do gabinete do Inspetor do Corpo de Segurança:

O que os operários precisam saber – Enquanto os operários pacíficos passam privações os anarchistas estão providos de dinheiro. E' assim que *Manuel Campos* ao ser prezo trazia consigo mais de 400\$, *Galiano Tostões* cerca de 500\$ e *Raphael Garcia* seiscentos e tantos mil reis.

Que prova mais clara de que os anarchistas exploram os trabalhadores ordeiros?

Esse regimen de coação está acabando. Hontem já voltaram ao trabalho 8010 operários.

Voltem os demais sem receio porque a polícia está agindo e não dará tréguas aos dynamiteiros.<sup>304</sup>

O Inspetor do Corpo de Segurança, major Bandeira de Melo, tentava desmoralizar os anarquistas junto aos operários, e restabelecer a normalidade do trabalho nas fábricas. Fica claro que ele associava a greve ao movimento dos anarquistas. Segundo ele, três trabalhadores ao serem presos possuíam significativa quantia em dinheiro. Esses trabalhadores foram tachados de anarquistas. O Inspetor sugeria que a única explicação, para esses trabalhadores possuírem tais quantias em dinheiro, era a exploração dos trabalhadores pacíficos e honestos. Assim, os agitadores anarquistas estariam manipulando e explorando os trabalhadores de bem. O Inspetor também relacionou a coação à liberdade de trabalho aos anarquistas. Dessa forma, não seriam os grevistas que teriam a iniciativa de pressionar os trabalhadores “fura-greves”. Eles faziam isso por estarem sendo manipulados pelos anarquistas. Além de exagerar com relação à capacidade de influência dos anarquistas sobre os trabalhadores, o Inspetor do Corpo de Segurança, assim como as autoridades em geral, tinham dificuldade em identificar corretamente quem eram os trabalhadores anarquistas. Manoel Campos, Galeano Tostões e Rafael Garcia não foram presos juntos. Eles foram presos em situações diferentes. Manoel Campos, este sim conhecido anarquista

---

<sup>304</sup> Jornal do Brasil, 27 de novembro de 1918 (p. 5)

trabalhador de trapiche de café, foi preso no dia 18 de novembro, na Rua da Alfândega nº. 22, junto com outros líderes da insurreição anarquista. O dinheiro encontrado com ele poderia talvez ser usado pelos conspiradores anarquistas. No dia 25 de novembro, juntamente com Manuel Peres, Domingos Carreira e Luiz Martins, Rafael Garcia foi preso, nas proximidades de fábricas de tecidos situadas na Tijuca. Ele e seus companheiros, por serem apontados como membros do Comitê de Agitação, foram conduzidos até a Polícia Central. Eles foram acusados de impedir que companheiros voltassem ao trabalho. Nenhuma arma foi encontrada com eles.<sup>305</sup> Não temos informações sobre as circunstâncias nas quais Galeano Tostões foi preso.

Comentando as acusações contidas no boletim do Inspetor do Corpo de Segurança, a UOFT solicitou ao *Jornal do Brasil* a publicação da seguinte declaração:

Pelo boletim publicado hontem pelo Corpo de Segurança, a Policia deu conhecimento aos operários de que entre muitos trabalhadores presos se acha o tecelão Raphael Garcia, em cujo poder foi encontrada a quantia de 600 e tantos mil réis. Diz a Policia que, enquanto os operários pacíficos passam privações, os “anarchistas” estão cheios de dinheiro. Temos a declarar, a bem da verdade, que sobre a allegação de “anarchista” já é notório que a policia transformou o palácio da rua da Relação numa verdadeira faculdade, tanto assim é que estão dando diploma de anarchista seja a quem fór, sem mesmo esses agraciados terem idéas definidas, a não ser que todos os trabalhadores que lhe cahem nas garras, pelo simples facto de se rebelarem contra a fome e as privações que soffrem sejam todos “anarchistas”!...

... Nós, trabalhadores sinceros nada temos com a opinião da policia. Vimos a publico apenas para dizer a verdade e provamos como a policia procura achincalhar as suas próprias victimas. Raphael Garcia é um trabalhador sincero, honesto e, honrado, é um chefe de família exemplar. E a prova, temol-a no seguinte fato, que a policia não pode desmentir: Esse nosso digno companheiro mora a mais de 20 annos nesta capital e nunca teve entrada na Policia. A não ser agora.

Na parte que a policia o chama de explorador de operários, toda classe sabe que elle nunca recebeu ordenado em qualquer associação, vivendo exclusivamente do seu trabalho e prestando gratuitamente seus bons serviços á collectividade a que pertence, nas horas que lhe ficam de descanso da luta diária pela existencia...<sup>306</sup>

Rafael Garcia, operário em fábrica de tecidos, havia pertencido à diretoria da UOFT. Ele já havia ocupado os cargos de vice-presidente e de procurador. Era um trabalhador que atuava intensamente no movimento operário. Como era comum aos operários que pertenciam às diretorias das associações de trabalhadores, ele não recebia salário por isso. Precisava cumprir uma dupla jornada. Trabalhava de graça para a UOFT e trabalhava em seu ofício para poder sustentar sua família. Não podemos

<sup>305</sup> *Jornal do Brasil*, 26 de novembro de 1918 (p. 5)

<sup>306</sup> *Jornal do Brasil*, 28 de novembro de 1918 (p. 8)

afirmar com certeza que Rafael Garcia não tenha tido nenhum envolvimento com a insurreição anarquista. Alguns líderes da UOFT, mesmo não sendo anarquistas, estavam envolvidos com a insurreição. Não sabemos se Rafael Garcia tomou parte nos conflitos ocorridos no Campo de São Cristóvão. Também não sabemos se ele esteve presente na reunião na qual foi decidida a realização da insurreição, no dia 15 de novembro de 1918. Esta reunião foi realizada no local no qual funcionava o curso de José Oiticica, na Rua do Carmo, número 71. Alguns líderes dos operários em fábricas de tecidos e dos metalúrgicos estiveram presentes nessa reunião.<sup>307</sup> A insurreição anarquista teve seu início e seu fim no dia 18 de novembro de 1918. Rafael Garcia foi preso no dia 25 de novembro de 1918, em função de atos que teria praticado nesse dia. Mesmo que ele tivesse tido algum envolvimento com a insurreição anarquista, ele não foi preso por esse motivo. Rafael não foi preso junto com anarquistas, mas junto com outros grevistas que atuavam em favor da greve e não em favor da insurreição. Com ele e seus companheiros não foi encontrada nenhuma arma. Ele atuou em direções da UOFT que não tiveram em momento nenhum uma orientação anarquista, embora mantivessem com os libertários um diálogo constante. Dificilmente um anarquista seria eleito para um cargo na direção da UOFT. Primeiro, devemos considerar que os anarquistas, em princípio, tinham grande resistência com relação à participação na estrutura hierárquica de uma associação de trabalhadores, apesar da hierarquia nessas associações ser muito pouco acentuada. Isto violaria sua liberdade individual. Ele teria que pertencer a uma associação que declarava publicamente, e também nos seus estatutos, não ter nenhuma orientação política, mas somente objetivos econômicos. Mesmo que um anarquista decidisse se candidatar a um cargo na diretoria, ele teria que ser eleito, dependendo assim dos votos dos membros da associação. A maioria dos membros da UOFT tinha uma orientação sindicalista, que buscava a união das diversas correntes ideológicas existentes no sindicato. Dessa forma, para ser eleito, o anarquista teria que abdicar de um discurso claramente baseado nas idéias libertárias. Isto não era algo simples, pois a principal tarefa de um militante anarquista era a divulgação das idéias libertárias. Rafael Garcia não era um anarquista, mas sim um operário que defendia a greve da categoria. Galeano Tostões, carpinteiro, havia sido tesoureiro da UGCC. Ele, assim como Rafael Garcia, não era um anarquista, mas sim um sindicalista. Não eram só as autoridades que tinham dificuldades em identificar os anarquistas. Muitos trabalhadores,

---

<sup>307</sup> Correio da Manhã, 24 de dezembro de 1918 (p. 1); Correio da Manhã, 26 de dezembro de 1918 (p. 1)

procurando defender a greve e tentando desvinculá-la dos anarquistas, defenderam Manuel Campos alegando que ele não era um anarquista. Campos era um anarquista conhecido que atuava há muito tempo no movimento operário. Em função disso já havia sido preso quatro vezes.<sup>308</sup> Ele defendia abertamente suas idéias libertárias.

A polícia acompanhava de perto a atuação dos anarquistas, no início do mês de novembro de 1918. O comissário Júlio Rodrigues, chefe da Seção de Segurança Pública e Ordem Social da Inspetoria de Investigações e Capturas, era o responsável por esse acompanhamento. A Inspetoria de Investigações e Capturas era o novo nome atribuído ao antigo Corpo de Segurança. Como a mudança de nome era recente, as pessoas costumavam usar os dois nomes para se referir a esse departamento. O tenente do Exército Jorge Elias Ajus conseguiu se infiltrar no movimento anarquista, através de suas relações com Ricardo Corrêa Perpétua. Este era empregado da mãe do tenente. Certa ocasião, Ajus viu Manoel Campos entregar um embrulho a Ricardo. Manoel disse: devem ser distribuídos na Vila Militar. Quando foi possível, Ajus abriu o embrulho e encontrou panfletos subversivos, os quais convidavam os soldados a se juntarem aos operários, com a finalidade de derrubar o governo. Posteriormente, com a autorização de seus superiores, Ajus comunicou o fato ao Chefe de Polícia.<sup>309</sup>

Ajus foi apresentado a José Oiticica por Ricardo. Ele fingiu se unir aos anarquistas, mas na verdade atuava como um espião da polícia. Mantinha contato diário com o Chefe de Polícia, através do tenente Bustamente. Também foi apresentado ao comissário Júlio Rodrigues. Dessa forma, conseguiu participar das reuniões de preparação da insurreição, ocorridas no mês de novembro. Nessas ocasiões, conheceu alguns dos principais líderes anarquistas, responsáveis pela organização da conspiração. Durante o início do mês de novembro de 1918, compareceram a casa de José Oiticica, com frequência, Manoel Campos, Agripino Nazaré, Astrogildo Pereira, Álvaro Palmeira, João da Costa Pimenta, Carlos Dias, José Elias da Silva, entre outros. Todos esses eram conhecidos militantes anarquistas. Segundo o tenente Ajus, numa dessas reuniões, José Oiticica declarou que o governo não atendia às aspirações nacionais. Para corrigir isso, seria necessário derrubar o governo e substituí-lo por um governo popular, inspirado no exemplo da Rússia. Oiticica também teria afirmado que contava com o apoio de grande número de trabalhadores dos setores têxtil e metalúrgico. Estes, armados com grande quantidade de bombas de dinamite, estariam dispostos a correr

---

<sup>308</sup> Correio da Manhã, 26 de dezembro de 1918 (p. 1)

<sup>309</sup> Jornal do Brasil, 24 de dezembro de 1918 (p. 7)

todo tipo de riscos. Os anarquistas pediram que o tenente Ajus organizasse um plano de concentração e de ataque, para ser posto em prática no dia 18 de novembro. Ajus sugeriu que a concentração fosse feita no Campo de São Cristóvão. Devido à localização, a concentração nesse local facilitaria o ataque à Intendência da Guerra. José Oiticica e Ajus assumiram a condição de chefes da insurreição.<sup>310</sup>

No dia 15 de novembro, feriado da Proclamação da República, houve a mais importante reunião dos conspiradores. Esta aconteceu por volta das treze horas, no curso do professor Oiticica, na Rua do Carmo, número setenta e um. Nesta compareceram aproximadamente quarenta pessoas. Além dos anarquistas envolvidos na conspiração, compareceram alguns líderes dos operários em fábricas de tecidos e dos metalúrgicos. Manoel Castro e Joaquim Moraes, respectivamente presidente e secretário da UOFT, estavam presentes. O principal assunto tratado, nessa reunião, foi o plano de concentração e ataque elaborado pelo tenente Ajus. O plano foi aprovado, sendo aceita a proposta, feita por Ajus, de concentração em um único local. Este seria o Campo de São Cristóvão, que era próximo ao prédio da Intendência da Guerra. O dia marcado para a insurreição foi o dia 18 de novembro de 1918. Ficou combinado que as fábricas deveriam ser paralisadas às quinze horas e trinta minutos. Os trabalhadores deveriam estar concentrados no Campo de São Cristóvão às dezesseis horas. Então deveria ser dado início ao ataque à Intendência da Guerra e também à delegacia de polícia, que se situava nesse local. Os conspiradores aguardavam apenas o início da greve geral, que estava marcada para o dia 18 de novembro, para dar início à insurreição. O tenente Ajus, atendendo a um pedido do Chefe de Polícia, tentou transferir a data da insurreição para o dia 20 de novembro.<sup>311</sup> Em reunião no dia 17 de novembro, na casa de José Oiticica, Ajus fez esse pedido aos conspiradores.

... Nessa reunião procurou conseguir o adiamento do movimento para o dia 20, allegando que no dia 18 não estava de serviço no quartel, sendo assim nulla sua coadjuvação no movimento. Isto não conseguiu apesar de estarem quasi todos de accordo, porque o Doutor Agripino Nazareth lembrou não ser possível mais deter os tecelões que faziam questão de iniciarem a greve no dia seguinte...<sup>312</sup>

---

<sup>310</sup> Jornal do Brasil, 24 de dezembro de 1918. (p. 7); Correio da Manhã, 24 de dezembro de 1918. (p. 1)

<sup>311</sup> Jornal do Brasil, 24 de dezembro de 1918. (p. 7)

<sup>312</sup> Jornal do Brasil, 24 de dezembro de 1918. (p. 7)

Podemos perceber claramente que os trabalhadores em fábrica de tecidos não recebiam ordens dos conspiradores anarquistas. Eles estavam comprometidos com o movimento grevista e não com a insurreição anarquista. Por isso, os anarquistas encontraram dificuldades ao tentarem influenciar os trabalhadores, para que esses agissem de acordo com seus interesses. Apenas algumas poucas dezenas de trabalhadores, principalmente do setor têxtil, influenciados em graus variados pelas idéias libertárias, tinham algum comprometimento com a insurreição. Alguns líderes da UOFT, inclusive membros de sua direção, estavam comprometidos com a insurreição, liderada pelos anarquistas. Este era o caso de Manuel Castro e Joaquim Moraes. Estes, embora provavelmente partilhassem algumas idéias com os anarquistas, não eram anarquistas, mas sim sindicalistas. Como já observamos anteriormente, o discurso revolucionário não exercia influência somente entre os anarquistas, mas sobre todo o movimento dos trabalhadores. A idéia de revolução dos líderes da UOFT, embora tivesse pontos em comum, devia ser um pouco diferente da idéia dos anarquistas. Estes eram fortemente influenciados pela idéia da construção de uma sociedade sem Estado e sem qualquer espécie de dominação. Os líderes da UOFT, que aderiram à insurreição, deviam estar mais preocupados com a construção de uma sociedade, na qual os interesses dos trabalhadores fossem uma prioridade. Os trabalhadores de várias fábricas de tecidos pararam o trabalho aproximadamente no mesmo horário, no dia 18 de novembro, não porque os anarquistas mandaram, mas porque os líderes da UOFT assim decidiram. Os anarquistas desejavam iniciar seu movimento quando tivesse início a greve geral, pois imaginavam que isso permitiria que eles mobilizassem grande número de grevistas. Alguns anarquistas, apoiados por três ou quatro dezenas de trabalhadores, obviamente não teriam sucesso, na tentativa de derrubar o governo. Eles precisavam mobilizar um número maior de trabalhadores e se possível também mobilizar os soldados. Os anarquistas não controlavam os trabalhadores em fábrica de tecidos. Também não controlavam a direção da UOFT. Porém, a maioria dos líderes anarquistas envolvidos na insurreição tinha boas relações com os integrantes da UOFT. Eles freqüentavam essa associação, na qual tinham feito palestras e cursos nos anos de 1917 e 1918. Eles sabiam que uma greve geral no setor têxtil estava para começar. Esses anarquistas, líderes da insurreição, conseguiram o apoio de alguns líderes da UOFT, inclusive de parte da sua direção. Contudo, não foram só os líderes da UOFT, comprometidos com a insurreição, que mobilizaram os trabalhadores, para o início da greve. A UOFT nesse momento estava dividida, inclusive sua diretoria. Alguns líderes

tentaram iniciar uma greve com o intuito de fazer uma revolução. Outros estavam comprometidos apenas com uma greve, que tinha o objetivo de melhorar a situação econômica dos trabalhadores. Muitos trabalhadores declararam, no dia 18 de novembro, não saberem exatamente as razões da greve. Afirmaram que pararam o serviço porque receberam ordens. A grande maioria dos trabalhadores, mesmo não sabendo claramente os motivos da greve, imaginava que ela tinha objetivos econômicos. Afinal, todas as greves que a UOFT ajudou a organizar, desde sua fundação em 1917, tiveram esses objetivos. Apesar disso, devemos ressaltar o fortalecimento do discurso revolucionário nos meses que antecederam à greve. Os anarquistas, influenciados pelo sucesso da Revolução Russa e imaginando que esta seria o estopim que desencadearia um processo revolucionário em todo o mundo, foram fundamentais para o fortalecimento desse discurso, nesse período, na cidade do Rio de Janeiro. Porém, eles não foram os únicos que atuaram nesse sentido. A UGT, em novembro, aprovou a distribuição de boletins que solicitavam que os soldados não combatessem os operários, quando esses iniciassem a revolução. Defendiam a união entre operários e soldados. A UGT mobilizou trabalhadores para a distribuição desses boletins. Oscar Silva, alfaiate associado à União dos Alfaiates, foi um dos trabalhadores que os distribuiu a pedido da UGT.<sup>313</sup> Como podemos perceber, a UGT, sob a influência do discurso revolucionário, havia modificado sua estratégia de atuação. Em julho de 1918, a UGT havia enviado uma mensagem ao Congresso, solicitando a regulamentação da jornada de trabalho e dos salários. Nessa ocasião, os anarquistas criticaram duramente a associação. Eles afirmaram que a estratégia da UGT, que buscava o diálogo com as autoridades do Estado, contribuía para amenizar as tensões existentes entre trabalhadores e patrões. Isto contribuiria para a manutenção do sistema social existente. Segundo os anarquistas, somente a mudança da estrutura social existente resolveria definitivamente os problemas dos trabalhadores. Entre os meses de julho e novembro, o discurso revolucionário ganhou força dentro da UGT. Isto provocou uma mudança na estratégia de atuação da associação. As autoridades, que consideravam a UGT como uma associação anarquista, perceberam essa mudança. O discurso revolucionário não era nenhuma novidade dentro da associação, mas ele havia claramente ganhado força. Não devemos esquecer que enquanto a UOFT, a UGM e a UGCC foram somente fechadas, a UGT foi dissolvida. As autoridades consideraram a UGT como o principal elo de

---

<sup>313</sup> Correio da Manhã, 26 de dezembro de 1918 (p. 1)

ligação entre os anarquistas e os trabalhadores. A UGT, segundo o Chefe de Polícia, teria uma influência negativa sobre as associações de trabalhadores ligadas a ela. Apesar do fortalecimento do discurso revolucionário, consideramos que a grande maioria dos grevistas estava comprometida com uma greve que tinha objetivos econômicos. Apenas poucas dezenas de trabalhadores tinham adotado uma postura revolucionária.

Por que líderes da UOFT, que estavam comprometidos, desde a fundação da associação, com o reconhecimento, pela sociedade, das reivindicações dos trabalhadores como algo legítimo, iriam se envolver com um movimento insurrecional? A direção da UOFT sabia, por experiência, que para uma greve geral ser bem sucedida, esta dependia do apoio dos trabalhadores e do apoio de outros setores da sociedade. Dependia também que a polícia mantivesse uma postura moderada, sem a repressão sistemática dos trabalhadores. O apoio da UOFT à insurreição significaria que meio caminho já teria sido andado rumo ao fracasso da greve. Desde sua fundação, a UOFT não se mostrou interessada em derrubar o governo. Ela estava interessada em melhorar as condições de vida dos trabalhadores. Em alguns momentos o discurso revolucionário teve alguma força dentro da UOFT, mas a atuação prática da associação, em nenhum momento entre 1917 e outubro de 1918, seguiu essa linha. A UOFT defendia a greve pacífica, com o intuito que as reivindicações dos trabalhadores fossem reconhecidas como legítimas. Dessa forma, a decisão de apoiar uma insurreição; adotada por Manuel Castro, Joaquim Moraes e outros; causa grande surpresa. Manoel Castro e Joaquim Moraes eram membros da diretoria da UOFT que, em diversas ocasiões, tinha não só apoiado, mas solicitado a mediação do Chefe de Polícia, para resolver impasses entre patrões e operários. Esses líderes operários tinham também solicitado que os trabalhadores mantivessem uma postura pacífica, durante as greves. Ambos assim procederam na greve da fábrica Confiança, em julho de 1918. É bem provável que esses líderes da UOFT, que apoiaram a insurreição, estivessem influenciados, assim como os anarquistas, pela conjuntura internacional. O sucesso da Revolução Russa e os movimentos sociais que ocorriam na Europa, no final da Primeira Guerra Mundial, tiveram significativo impacto no Brasil. A Revolução Alemã merece destaque. No dia 09 de novembro de 1918, a população de Berlim se mobilizou e saiu às ruas, conseguindo a abdicação do Kaiser. Comissões de operários e soldados foram formadas. Num primeiro momento, houve a possibilidade e a expectativa de que o poder ficasse

nas mãos dessas comissões.<sup>314</sup> A abdicação do Kaiser aconteceu poucos dias antes da insurreição anarquista de 18 de novembro de 1918. Ela foi muito comentada pela imprensa carioca. A conjuntura interna também deve ter contribuído para a mudança de postura de parte dos líderes da UOFT. A difícil situação econômica havia aumentado muito a tensão entre os patrões e os trabalhadores. Assim, alguns líderes da UOFT passaram a acreditar que uma insurreição poderia realmente obter sucesso. O anarquista Ricardo Corrêa Perpétua, em seu depoimento depois do fracasso da insurreição, declarou que estava convicto que a insurreição seria um sucesso. Seu fracasso teria se dado apenas por alguns pequenos erros de planejamento.<sup>315</sup>

Precisamos agora resgatar uma importante informação que nos foi fornecida pelo Chefe de Polícia, quando este, em nota oficial, explicou o fechamento das associações de trabalhadores, no mês de novembro. Ele comunicou que foi procurado por uma comissão de operários em fábrica de tecidos. Esta comissão lhe declarou a intenção de depor a atual diretoria, que se encontrava foragida, e aclamar uma Junta Governativa. Manuel Castro e Joaquim Moraes estavam sendo procurados pela polícia. Essa comissão de operários obteve sucesso em seu intento. A Junta Governativa foi formada, sendo liderada por Claudino José Soares. Essa Junta Governativa foi responsável pela organização da solenidade, na qual tomou posse a nova diretoria eleita da UOFT, em março de 1919. Por que essa comissão de operários em fábrica de tecidos tomou essa posição tão radical, nesse momento? No início do mês de novembro de 1918, o comissário Júlio Rodrigues procurou Manuel Castro e Júlio Moraes. Ele os comunicou que estava muito preocupado com os rumos que a UOFT estava tomando. Para ele, a União estava se desviando do seu fim, que era a defesa dos interesses dos trabalhadores em fabricas de tecidos, para trilhar o caminho da subversão da ordem. Júlio Rodrigues avisou que a polícia acompanhava de perto a atuação da UOFT. Considerou que seria um equívoco seus diretores confiarem no seu grande número de associados, para realizar um movimento subversivo. O grande número de associados da UOFT seria, segundo as palavras de Júlio Rodrigues, uma força platônica.<sup>316</sup> Queria dizer com isso que a UOFT não conseguiria mobilizar e organizar os trabalhadores, de forma eficiente, para realizar tal intento. A polícia já havia percebido uma mudança na postura da direção da UOFT. Foi justamente essa mudança de postura da direção, mais

---

<sup>314</sup> LOUREIRO, I. M. *A Revolução Alemã [1918-1923]*. Revoluções do século XX. Direção da coleção: Emília Viotti da Costa. São Paulo: Editora UNESP, 2005. (p. 55-58)

<sup>315</sup> Correio da Manhã, 26 de dezembro de 1918 (p. 1)

<sup>316</sup> Correio da Manhã, 24 de dezembro de 1918 (p. 1)

precisamente de parte da direção, que motivou a atitude radical da comissão de operários, que decidiu depor a diretoria. Não devemos estranhar essa decisão. Os membros da comissão de operários, assim como muitos membros da UOFT, deviam estar muito decepcionados e irritados, com a participação de parte da diretoria na insurreição liderada pelos anarquistas. Manuel Castro e Joaquim Moraes adotaram uma posição que colocava em risco todo o esforço feito pela UOFT, desde sua fundação em 1917. A associação vinha tentando ser reconhecida como a legítima representante dos operários em fábrica de tecidos. Lutava também para que as reivindicações dos trabalhadores fossem reconhecidas como legítimas, pela sociedade. A UOFT tinha conseguido, no mês de setembro de 1918, que o Centro Industrial reconhecesse a associação como representante dos operários em fábrica de tecidos. A partir de outubro de 1918, devido à difícil situação econômica e devido à epidemia de gripe espanhola, a tensão entre industriais e operários aumentou. A UOFT havia aumentado significativamente a pressão sobre os patrões, com o objetivo de conseguir melhores salários e melhores condições de trabalho. Os industriais resistiram vigorosamente e se recusaram a atender as reivindicações dos trabalhadores. A greve de novembro era entendida como um momento decisivo nessa queda de braços, que estava sendo travada entre operários e industriais. Nesse momento, a grande maioria dos trabalhadores não tinha nenhum interesse em derrubar o governo. Eles estavam interessados em forçar os patrões a atenderem suas reivindicações. Na situação de miséria em que os trabalhadores se encontravam, isto faria muita diferença. Seria fundamental na luta pela sobrevivência de muitos trabalhadores. Assim, não causa admiração que a atitude, dos membros da direção da UOFT que apoiaram a insurreição, tenha sido considerada por muitos como uma traição. A associação corria sério risco de perder o apoio de vários setores da sociedade. A imprensa condenava duramente o apoio da UOFT aos anarquistas. A comissão de operários em fábrica de tecidos, que tinha decidido depor a diretoria, fez questão de procurar o Chefe de Polícia para declarar sua intenção. Eles queriam evitar a repressão policial sobre a categoria. Não tiveram sucesso. Os líderes da UOFT, que não estavam envolvidos com a insurreição, quando perceberam que a greve geral tinha sido associada a uma insurreição anarquista, fizeram um grande esforço para mostrar às autoridades e à sociedade que a greve e a insurreição eram coisas diferentes. O membro da diretoria da UOFT, que comentou no Jornal do Brasil a decisão do Centro Industrial de romper com a diretoria da UOFT, fez questão de afirmar que a greve da categoria tinha objetivos econômicos. Disse que a associação não tinha o objetivo de

agir com fins políticos. Afirmou também que a UOFT não tinha nenhum interesse em atentar contra a propriedade alheia ou contra a vida de qualquer pessoa. Terminou dizendo que os trabalhadores prezavam a ordem e respeitavam as leis e as autoridades.<sup>317</sup> A UGM e a UGCC agiram da mesma forma. A associação, feita entre a greve e a insurreição, permitiu que os trabalhadores fossem duramente reprimidos e presos, sob a acusação de serem anarquistas.

As autoridades possuíam poucas evidencias que permitiam que a greve geral fosse associada à insurreição anarquista. Dentre estas, as principais eram: o conflito ocorrido no Campo de São Cristóvão e o depoimento do tenente Ajus. Consideramos que essas evidencias são muito frágeis. Elas não provam que a greve e a insurreição faziam parte de um mesmo movimento. Para analisar essas evidências, vamos observar uma entrevista, concedida pelo Chefe de Polícia, tratando dos eventos ocorridos na cidade. Nesta, ele relacionou a greve à insurreição anarquista.

... Digo-lhe que o movimento foi puramente anarchista, com intuits maximalistas, isto é, o estabelecimento dos *soviets*, com o seu cortejo de saques, deshonra de virgens, de sangue e de demais praticas selvagens. Como affirmei nas duas notas, que a propósito, enviei á imprensa, a policia vinha acompanhando de perto o plano sinistro. Sabia a senha e contra-senha dos scelerados, respectivamente os ns. 18 e 81, os logares aonde se reuniam, num dos quaes foram presos alguns cabeças, e que o encontro no Campo de São Cristóvão tinha por fim congregar os dynamiteiros para atacar a Intendencia da Guerra, cuja guarnição surprehendida seria assassinada, ficando o edificio e seus depositos entregues a cerca de quinhentos bandidos...

... Por minha vez, em constante comunicação com o 10º districto, mandei que o delegado indagasse do numeroso grupo o que desejava. Um anarchista estrangeiro respondeu que “*esperava outros companheiros para, então, verem o que queriam*”.

Era, evidentemente, uma resposta suspeita e ameaçadora. O delegado fez ver que, de minha ordem, os *meetings* estavam prohibidos e aconselhou-os a deixarem a praça. O mesmo estrangeiro respondeu desabridamente que “*a rua era publica e que dali ninguém sairia*”. A autoridade deu-lhe voz de prisão, á qual o anarchista resistiu, já protegido por todo o grupo. Dahi o tiroteio contra os representantes da policia e o ataque a dynamite, á delegacia.

... Eis ahi o facto. No grupo, havia, principalmente, operários de tecidos, metallurgicos e da construcção civil. E’ uma asseveração absolutamente verídica.

Ainda ante-hontem, na Camara dos Deputados, tecelões confirmaram a um representante da nação que haviam estado em S. Cristóvão, muito embora se desculpassem dizendo que para lá foram attrahidos por anarchistas, cujos intuits não conheciam.

Junte-se a tudo quanto estou dizendo a coincidência de haverem parado o trabalho, precisamente na hora da mashorca, os operários de tecidos e respondam-me se o *complot* foi ou não obra de um punhado de terroristas dessa classe. A elles adheriram vários metallurgicos e operários

<sup>317</sup> Jornal do Brasil, 24 de novembro de 1918 (p. 6)

da construção civil, motivo por que julguei a todos igualmente coniventes na mashorca...<sup>318</sup>

Segundo o Chefe de Polícia, a greve geral ocorrida em novembro de 1918 fazia parte de um movimento anarquista, que planejava derrubar o governo. Para ele, a atuação dos grevistas foi planejada pelos anarquistas. Estes estariam manipulando e até mesmo forçando os trabalhadores ingênuos a agirem de acordo com seus interesses. Assim, os operários em fábrica de tecidos teriam todos paralisado o serviço, aproximadamente às 15 horas, por determinação dos anarquistas. Por ordens destes, muitos operários teriam se dirigido para o Campo de São Cristóvão, com o objetivo de iniciar a insurreição anarquista. Os anarquistas envolvidos na insurreição pertenceriam à classe dos operários em fábrica de tecidos e teriam recebido o apoio dos metalúrgicos e dos trabalhadores da construção civil. Contudo, esta versão dos acontecimentos, sustentada por Aurelino Leal, está somente em parte correta. Os anarquistas, que planejaram e lideraram a insurreição, eram oriundos da classe média e trabalhadores de setores que não participaram da greve. Os trabalhadores em fábrica de tecidos não obedeciam aos anarquistas. Eles pararam o trabalho em várias fábricas no mesmo horário porque a UOFT assim determinou. Uma parte dos líderes da UOFT apoiava a insurreição liderada pelos anarquistas, mas outra parte não apoiava. Estes mobilizaram os trabalhadores para a greve com objetivos econômicos. Os líderes da UOFT, que apoiaram a insurreição, não eram em sua maioria anarquistas. Eles eram sindicalistas que compartilhavam algumas idéias com os anarquistas. Como podemos observar, ao contrário do que falou o Chefe de Polícia, a greve geral não foi um movimento puramente anarquista. Na verdade houve dois movimentos simultâneos que estavam relacionados. Houve um movimento revolucionário, liderado pelos anarquistas. Houve também um movimento grevista, com objetivos econômicos, que representava os interesses da grande maioria dos trabalhadores.

Mas quais seriam os verdadeiros interesses dos trabalhadores reunidos no Campo de São Cristóvão? As próprias declarações de Aurelino Leal nos ajudam a entender, porque os trabalhadores se dirigiram para o Campo de São Cristóvão. Aurelino declarou que alguns trabalhadores em fábrica de tecidos afirmaram que compareceram ao Campo de São Cristóvão, por terem sido atraídos por anarquistas, sem conhecer o intuito destes. O Campo de São Cristóvão era um local no qual os

---

<sup>318</sup> Correio da Manhã, 24 de novembro de 1918 (p. 1)

trabalhadores normalmente faziam *meetings*. Dessa forma, é bem razoável supor que muitos trabalhadores, após o início da greve geral, se dirigissem para lá achando que haveria um *meeting* com a participação de líderes dos trabalhadores. Além desses, no Campo de São Cristóvão, também se encontravam trabalhadores comprometidos com a insurreição. Embora tendo reconhecido que havia dado ordens para que os trabalhadores se dispersassem, pois os *meetings* estavam proibidos, o Chefe de Polícia considerou que os grevistas entraram em choque com a polícia, com o objetivo de defender um companheiro, que seria um anarquista estrangeiro. No entanto, a descrição do conflito, feita pelo *Jornal do Brasil*, nos leva a pensar de forma mais complexa. Os grevistas não se revoltaram somente com a tentativa, feita pela polícia, de prender o trabalhador acusado de ser anarquista. Eles também se revoltaram com a tentativa feita pela polícia de dissolver o suposto *meeting*. Os trabalhadores gritaram para a polícia: Não pode! Não pode! Não pode! Este era o procedimento que os trabalhadores habitualmente utilizavam para protestar contra a proibição de *meetings*, normalmente feita pelas autoridades. O conflito em São Cristóvão ocorreu por dois motivos: o esforço dos anarquistas para mobilizar os trabalhadores de acordo com seus interesses e o completo despreparo da polícia para lidar com multidões de grevistas. Dos trabalhadores que se encontravam no Campo de São Cristóvão, apenas alguns eram anarquistas ou estavam comprometidos de alguma forma com estes. A maior parte dos trabalhadores era composta por grevistas que buscavam informações sobre o andamento da greve. Alguns trabalhadores, que eram anarquistas ou que estavam comprometidos com os anarquistas, se encontravam armados. Eles se aproveitaram de um momento de tensão entre policiais e grevistas, para dar início ao conflito. Quando os policiais tentavam acabar com a reunião dos grevistas, alguém disparou contra os policiais. Este provavelmente era um trabalhador comprometido com a insurreição anarquista. Os anarquistas, e alguns trabalhadores principalmente ligados à UOFT, tentaram então conduzir os trabalhadores rumo à Revolução. Não conseguiram a adesão de todos os trabalhadores presentes no Campo de São Cristóvão. Grande parte desses trabalhadores não estava seguindo suas ordens, mas agindo de acordo com as tumultuadas circunstâncias.

Outro fato relevante é que o número de trabalhadores presentes no Campo de São Cristóvão era muito pequeno. Algo entre 400 e 500 pessoas. Segundo o Chefe de Polícia, a maioria era composta por trabalhadores em fábrica de tecidos, mas também havia metalúrgicos e trabalhadores da construção civil. Segundo o depoimento do tenente do Exército Coriolano Dutra, que se encontrava de serviço na Intendência da

Guerra e pode testemunhar o conflito ocorrido no Campo de São Cristóvão, apenas aproximadamente 200 pessoas participaram do combate que resultou na destruição da delegacia situada no Campo.<sup>319</sup> Dessa forma, podemos considerar que mais ou menos metade dos grevistas que se encontravam no Campo de São Cristóvão não participaram dos conflitos. Quando a explosão de violência começou, eles foram embora ou se afastaram. Esta atitude não causa surpresa. Eles eram trabalhadores que estavam em greve pacífica, com a finalidade de melhorar suas condições de vida. Queriam participar de um *meeting* e não de combates com a polícia. Durante as greves, em muitas ocasiões nas quais os ânimos estavam exaltados, os trabalhadores entraram em choque com a polícia, mas eles normalmente tentavam evitar esses conflitos. Eles sabiam que lutar com a polícia não lhes traria nenhum benefício, muito pelo contrário. Uma parte dos trabalhadores que enfrentaram a polícia no Campo de São Cristóvão provavelmente não era composta por indivíduos comprometidos com a insurreição, liderada pelos anarquistas, mas sim de trabalhadores mais exaltados, que recorreram à violência devido às circunstâncias. Uma pequena parcela dos trabalhadores que participaram dos conflitos estava sim comprometida com a insurreição, liderada pelos anarquistas. Dessa forma, podemos considerar que na melhor das hipóteses, havia apenas poucas dezenas de trabalhadores comprometidos com a insurreição anarquista, no Campo de São Cristóvão. Estes foram os responsáveis pelo tiroteio, pelos ataques com bombas de dinamite e pelas tentativas de cortar os fios telefônicos. Na cidade do Rio de Janeiro, havia mais de vinte mil trabalhadores em fábrica de tecidos. Apesar de algumas fábricas de tecidos não terem aderido à greve, havia milhares de trabalhadores em fábricas de tecidos em greve. Havia também uma grande quantidade de metalúrgicos e de trabalhadores da construção civil em greve. Mesmo que considerássemos que todos esses trabalhadores, que participaram dos conflitos no Campo de São Cristóvão, estivessem comprometidos com a insurreição anarquista, não podemos afirmar, com base nisso, que a greve geral de novembro era uma greve insurrecional. A atuação localizada e circunstancial, de um grupo de operários que contava com aproximadamente 200 trabalhadores, não representa boa referência para identificar os interesses das categorias em greve.

A principal prova da polícia para incriminar os conspiradores anarquistas era o depoimento do tenente Ajus. Nele constavam os nomes dos líderes da insurreição

---

<sup>319</sup> Jornal do Brasil, 24 de dezembro de 1918 (p. 7)

anarquista e a descrição dos preparativos para a colocação em prática da insurreição. O depoimento do tenente Ajus relacionava os conflitos, ocorridos em São Cristóvão, ao plano anarquista para derrubar o governo. Denunciava também a participação de trabalhadores têxteis e metalúrgicos nas reuniões que planejaram a insurreição.<sup>320</sup> Muitos trabalhadores alegaram que Aurelino Leal havia inventado uma insurreição anarquista, com o objetivo de se destacar diante de seus superiores e de desorganizar o movimento operário. A desorganização dos operários interessaria ao Centro Industrial, que o estaria apoiando. Segundo alguns, ele ambicionava um cargo no Supremo Tribunal Federal. Inventando uma insurreição, ele poderia reprimir a greve geral e prender agitadores anarquistas que há muito tempo preocupavam as autoridades. Assim, Aurelino poderia ganhar o reconhecimento dos seus superiores e das elites da sociedade. Políticos e empresários lhe seriam gratos, por controlar a terrível ameaça anarquista.<sup>321</sup> No entanto, Aurelino Leal, durante seu mandato como Chefe de Polícia, sempre se esforçou para através da negociação evitar conflitos entre a polícia e os trabalhadores. Agiu inúmeras vezes como intermediário nas negociações entre patrões e operários. Apesar da polícia ser mal vista e temida pelas classes populares, Aurelino Leal era respeitado não só pelos patrões, mas também por grande parte dos trabalhadores. Além disso, os depoimentos do tenente Ajus e do comissário Júlio Rodrigues, junto com as declarações do Chefe de Polícia, eram mais coerentes que os depoimentos dos acusados de participarem da insurreição anarquista. A polícia descreveu detalhadamente os preparativos para a insurreição e prendeu grande parte dos líderes anarquistas, que se encontravam reunidos no escritório de José Oiticica, no dia em que ocorreu a insurreição. José Oiticica e Manoel Campos, em seus depoimentos, foram contraditórios ao tentarem explicar a reunião de anarquistas nesse local. José Oiticica disse que Manoel Campos havia ido ao seu escritório, na Rua da Alfândega nº. 22, para lhe informar sobre o início da greve dos metalúrgicos. Manoel Campos disse que havia estado nesse local para pedir a Oiticica um remédio para nevralgia. Ele alegou não ter participado da greve, e dela não ter nenhum conhecimento. José Oiticica alegou que, assim como Astrogildo Pereira e Carlos Dias, nunca tinha incitado os trabalhadores à violência. Muito pelo contrário, sempre tentou dissuadi-los dessa postura.<sup>322</sup> Esta declaração, embora compreensível, chegava a ser risível. Oiticica já havia defendido

---

<sup>320</sup> Jornal do Brasil, 24 de novembro de 1918 (p. 7)

<sup>321</sup> O Graphico: órgão da associação graphica do Rio de Janeiro, 01 de março de 1919 (p. 1)

<sup>322</sup> Correio da Manhã, 24 de dezembro de 1918 (p. 1); Correio da Manhã, 26 de dezembro de 1918 (p. 1)

publicamente a radicalização da atitude dos trabalhadores. Astrogildo Pereira, em seu jornal *Crônica Subversiva*, havia incitado os trabalhadores ao saque. Também declarou que aguardava ansiosamente a formação do Soviete do Rio de Janeiro. Os anarquistas estavam mentindo, para evitar a condenação à prisão. Contrariando essa atitude, Ricardo Corrêa Perpétua reconheceu que a insurreição de fato havia ocorrido.<sup>323</sup> Seu depoimento confirmou grande parte do depoimento do tenente Ajus. Apesar de reconhecermos que existe a possibilidade, aliás muito provável, do tenente Ajus ter atuado como um agente provocador, incitando os anarquistas a iniciarem uma revolução para que depois as autoridades pudessem prendê-los, temos que lembrar que um agente provocador estimula indivíduos a tomarem medidas radicais, mas não obriga ninguém a fazê-las. Foram os anarquistas que tomaram a decisão de organizar uma insurreição. Apesar das autoridades policiais terem interesses políticos relativos à possibilidade de ascensão profissional, não acreditamos que Ajus e o Chefe de Polícia tenham inventado uma insurreição, com o objetivo de se livrar dos anarquistas, que eram considerados uma ameaça à ordem pública. Não há evidências significativas nesse sentido. Estas acusações parecem estar relacionadas à existência de certo rancor, com relação ao Chefe de Polícia, da parte de alguns trabalhadores. Tem relação também com a estratégia de defesa adotada pelos advogados, dos indivíduos implicados nos acontecimentos de 18 de novembro de 1918. O Chefe de Polícia, embora fosse um conservador, era um homem sério, que agia de acordo com os valores nos quais acreditava. Ele poderia realmente ter criado uma armadilha para os anarquistas, e tudo indica que fez isso, mas não inventou simplesmente do nada a insurreição anarquista. A insurreição realmente aconteceu, mas a interpretação dos acontecimentos foi feita de acordo com os preconceitos das autoridades e de grande parte da imprensa.

As autoridades costumavam exagerar. Devido à grande preocupação com a manutenção da ordem, durante as greves, elas costumavam enxergar anarquistas e baderneiros em todo lugar. Grevistas que recorriam à ação direta eram associados aos anarquistas. Por considerarem os trabalhadores como indivíduos ingênuos e despreparados, julgavam que eles eram quase sempre manipulados por anarquistas mal intencionados. Partindo dessas premissas, entenderam que a greve geral estava subordinada à insurreição anarquista. Assim, reprimiram ambos os movimentos com o mesmo rigor, com o objetivo de garantir a ordem pública. Devido aos preconceitos

---

<sup>323</sup> Correio da Manhã, 26 de dezembro de 1918 (p. 1)

sociais, que impediam que os trabalhadores na maioria dos casos fossem vistos como indivíduos ativos, capazes de tomar suas próprias decisões de forma racional e com base em dados concretos, o movimento grevista foi duramente reprimido e fracassou, nas três categorias de trabalhadores associadas à insurreição. Assim, não foram os anarquistas que conduziram o movimento operário a uma greve fracassada. Os anarquistas não controlavam o movimento operário. Os trabalhadores e suas associações conduziram uma greve que fracassou, devido à conjuntura recessiva e devido à associação dessa greve a uma insurreição liderada pelos anarquistas. A insurreição fracassou não pela traição do tenente Ajus, mas porque não tinha significativo apoio em nenhum setor social, nem mesmo entre os trabalhadores. A insurreição foi planejada por um pequeno grupo de militantes anarquistas, que recebeu a adesão de alguns líderes dos trabalhadores, principalmente do setor dos operários em fábrica de tecidos. Eles estavam fortemente influenciado pela Revolução Russa e pelos movimentos sociais que sacudiam a Europa, no final da Primeira Guerra Mundial. Eles julgaram equivocadamente que a Revolução Russa era o estopim de um processo revolucionário que derrubaria o Capitalismo em todos os países do mundo.

Comentando um artigo de Maurício de Medeiros, José Oiticica em maio de 1919 fez um breve comentário sobre os acontecimentos de novembro de 1918.

... O movimento de 18 de novembro, tentativa de uma greve geral, convertida logo aos olhos esbugalhados da Polícia, em subversão maximalista, sacudiu a lerdice brasileira e fê-la inquirir melhor do que é, do que pretende, do que propõe o anarquismo. Então sob a ameaça de revolução, os pais-da-pátria saíram da madraçaria endêmica e votaram, de afogadilho com uma celeridade que espantou o próprio Rui Barbosa, a lei de acidentes de trabalho.<sup>324</sup>

Para Oiticica, a Revolução Russa teria chamado a atenção do mundo para o anarquismo. Este começava a deixar de ser considerado, por muitos, como uma utopia. Devido à conjuntura internacional e à propaganda anarquista, a greve geral foi associada uma insurreição liderada pelos anarquistas. A associação entre esses dois eventos teria, até certo ponto, incentivado os políticos a fazerem reformas sociais. A rápida aprovação da lei sobre acidentes de trabalho seria a prova disso. O medo, de que os trabalhadores se unissem aos anarquistas, teria incentivado as autoridades a adotarem a política de

---

<sup>324</sup> Jornal do Brasil, 08 de maio de 1919. In: OITICICA, J. *Ação Direta - Antologia dos melhores artigos publicados na imprensa brasileira – meio século de pregação libertária*. Rio de Janeiro: Editora Germinal, 1972. (p. 66)

ceder os anéis para não perder os dedos. Assim, grande parte das autoridades que considerava que a questão social era um problema exclusivo da Europa, passou a reconhecer, em seus discursos, a existência da luta de classes no Brasil. As discussões sobre o Código do Trabalho ganharam impulso e voltaram a ficar em evidência. Alguns políticos e setores da imprensa defendiam que a aprovação desse código deveria ser uma prioridade. Isto permitiria tornar as relações entre as classes sociais mais estáveis e mais harmônicas.

No início do mês de dezembro, os metalúrgicos e os trabalhadores da construção civil já se mobilizavam para participar das discussões sobre o Código do Trabalho. A greve feita por esses trabalhadores havia acabado de fracassar, mas eles mantinham a esperança de que as reivindicações, que os tinham levado à greve, fossem atendidas com a aprovação do Código. Diretores e delegados da UGM se reuniram para discutir sobre um memorial, tratando das aspirações da classe sobre o Código do Trabalho. Uma comissão da UGM, composta pelos metalúrgicos: Antônio Agostinho Tavares, Atanagildo Pereira e José Esteves, entregou a Metelo Junior, no dia 4 de dezembro, na Câmara dos Deputados, esse memorial.<sup>325</sup> No memorial havia as seguintes reivindicações:

- ...
- 1º - Liberdade de planejamento e de associação, para todos os trabalhadores;
  - 2º - Estabelecimento do dia normal de oito horas de trabalho;
  - 3º - Estabelecimento do salário mínimo;
  - 4º - Creação da lei dos accidentes no trabalho;
  - 5º - Creação nas principais cidades da República, dos tribunales arbitraes;
  - 6º - Protecção á industria nacional;
  - 7º - Creação do Instituto de Trabalho Nacional;
  - 8º - Estabelecimento das caixas de pensões para a velhice sendo sustentada pelos patrões e pelo Estado...<sup>326</sup>

Os trabalhadores da construção civil se reuniram em assembléia geral da UGCC, com o objetivo de elaborar um memorial sobre o Código do Trabalho, que deveria ser enviado à Câmara dos Deputados. Essa assembléia foi realizada na sede do Centro Cosmopolita, no dia 4 de dezembro. No dia seguinte, o memorial contendo as principais reivindicações da categoria foi enviado à Comissão Especial dos Deputados, que estava encarregada de elaborar o Código do Trabalho.<sup>327</sup> As reivindicações eram as seguintes:

<sup>325</sup> Jornal do Brasil, 01 de dezembro de 1918 (p. 7); Jornal do Brasil, 05 de dezembro de 1918 (p. 7)

<sup>326</sup> Jornal do Brasil, 05 de dezembro de 1918 (p. 7)

<sup>327</sup> Jornal do Brasil, 03 de dezembro de 1918 (p. 7); Jornal do Brasil, 06 de dezembro de 1918 (p. 8)

- ...
- 1º - Liberdade de pensamento e de associação,
  - 2º - Estabelecimento do dia normal de 8 horas sem prorrogação,
  - 3º - Estabelecimento do salario minimo e do pagamento quinzenal,
  - 4º - Estabelecimento da lei de responsabilidade nos accidentes de trabalho,
  - 5º - Abolição completa dos menores de 14 annos nas obras e officinas,
  - 6º - Estabelecimento em lei de protecção á velhice por parte dos patrões e Estado...

A UGM e a UGCC continuavam focadas naquilo que era o principal objetivo dessas associações, desde suas criações no ano de 1917. Elas estavam interessadas na melhoria das condições de vida dos trabalhadores das categorias que representavam. A greve de novembro de 1918 tinha sido um momento dessa luta, por melhores condições de vida, que agora tinha continuidade no mês de dezembro. A greve havia fracassado e os operários tinham voltado ao trabalho, mas seus objetivos continuavam os mesmos. Eles continuavam empenhados na longa luta que vinham travando com os patrões e com as autoridades do Estado, pelo reconhecimento dos direitos que julgavam possuir. Em novembro, utilizaram uma greve como estratégia nessa luta. A greve, que buscava pressionar os patrões, fracassou. Em função disso, no mês de dezembro, analisaram a conjuntura e mudaram de estratégia. Agora buscavam dar maior ênfase no dialogo com as autoridades do Estado, buscando pressioná-las, de modo que suas antigas reivindicações fossem contempladas pelo Código do Trabalho. Queriam garantir também que este código, que vinha sendo aguardado por eles há tanto tempo, saísse finalmente do papel e fosse colocado em prática.

Não foram somente os metalúrgicos e os operários da construção civil que tentaram restabelecer, o mais rápido possível, o diálogo com as autoridades. Os operários em fábricas de tecidos seguiram essa mesma linha de atuação. Através da mediação do Deputado Federal Nicanor Nascimento, uma comissão de operárias em fábricas de tecidos conseguiu uma audiência com o Vice-Presidente Delfim Moreira. A comissão era composta por três operarias. Essa comissão, acompanhada por Nicanor Nascimento, entregou a Delfim Moreira uma mensagem. Nessa mensagem, os trabalhadores em fábricas de tecidos apresentavam sua versão, sobre os acontecimentos ocorridos no mês de novembro. Eles afirmavam que a greve que começou no dia 18 foi um movimento de iniciativa exclusiva dos operários, sem nenhuma ligação com outras agitações políticas ou movimentos subversivos. Defenderam que os trabalhadores recorreram à greve como último recurso. Segundo eles, os trabalhadores se encontravam

---

<sup>328</sup> Jornal do Brasil, 06 de dezembro de 1918 (p. 8)

em uma situação muito difícil. Numa conjuntura de carestia e sofrendo com a epidemia de gripe espanhola, os trabalhadores se encontravam na miséria. Como os patrões não deram ouvidos aos justos apelos dos operários, a greve foi o único recurso, para combater a fome e as injustiças praticadas pelos industriais. Segundo os trabalhadores, a greve foi pacífica. Apesar disso, a polícia agiu com extrema violência, beneficiando os interesses dos industriais. Os trabalhadores solicitaram a liberdade dos grevistas que estavam presos, pois não havia nenhuma prova de culpa contra a grande maioria deles. Eles também solicitaram que a UOFT fosse reaberta. Queriam a interferência do Vice-Presidente, junto aos patrões, para que as reivindicações dos trabalhadores fossem atendidas. A comissão também recomendava que os trabalhadores, que ainda estavam em greve, voltassem ao trabalho. Delfim Moreira prometeu que se esforçaria para atender às reivindicações feitas pela comissão.<sup>329</sup> Essa comissão de operárias fez um discurso que ia ao encontro dos interesses da maioria dos trabalhadores do setor. Este discurso estava de acordo com tudo que a UOFT vinha defendendo desde sua fundação em 1917. A maioria dos trabalhadores em fábrica de tecidos havia participado da greve, julgando que ela tinha objetivos econômicos. A comissão de operárias, no entanto, não admitiu a participação de líderes da UOFT na insurreição liderada pelos anarquistas. A atitude radical desses companheiros gerou constrangimento para os trabalhadores do setor. Se admitissem que líderes da UOFT tivessem seguido o caminho da revolução, ficariam desmoralizados frente às autoridades. Receberiam duras críticas de muitos setores sociais. A UOFT tinha se dividido, mas os adeptos da postura revolucionária não tinham o apoio significativo dos trabalhadores da categoria. Eles haviam mudado de postura de maneira repentina, em função da conjuntura. A maioria dos trabalhadores nem mesmo tinha conhecimento, que alguns de seus líderes tinham adotado o caminho revolucionário. Julgavam realmente que a polícia utilizava contra eles falsas acusações.

Os acontecimentos de novembro de 1918 foram muito complexos, pois envolviam vários atores com interesses diferentes. As autoridades e a imprensa estavam preocupados com a manutenção da ordem. As associações de trabalhadores queriam o reconhecimento de direitos, mas alguns de seus líderes adotaram o caminho revolucionário. Os anarquistas queriam realizar uma revolução, com o objetivo de mudar a estrutura da sociedade. Os trabalhadores, sofrendo com a conjuntura econômica desfavorável, a carestia e a epidemia de gripe espanhola, lutavam desesperadamente

---

<sup>329</sup> Jornal do Brasil, 07 de dezembro de 1918 ( p. ?)

pela sobrevivência e por melhores condições de vida. Eles tinham principalmente reivindicações de caráter econômico. Os patrões, alegando a existência de um momento econômico ruim, resistiam em atender às reivindicações dos trabalhadores. Apesar de seus diferentes objetivos, esses atores eram interdependentes. Eles precisavam uns dos outros para que seus objetivos se concretizassem. Com exceção das autoridades e dos anarquistas que tinham interesses claramente antagônicos, os outros atores podiam combinar esforços, de modo que os interesses das partes envolvidas fossem pelo menos em parte atendidos. As dificuldades de negociação entre esses atores, associada a uma mudança de postura de alguns deles, geraram os conflitos de novembro de 1918. A polícia, os patrões e os trabalhadores mantiveram sua postura habitual. Os anarquistas, numa atitude ousada, resolveram mudar sua postura. Parte dos líderes das associações dos trabalhadores, principalmente membros da UOFT e da UGT, também mudou sua conduta e apoiou os anarquistas. Os trabalhadores, através de uma greve, tentaram pressionar os patrões, buscando melhores condições de trabalho. Os patrões resistiram em atender as reivindicações dos trabalhadores. A polícia, com intolerância, tentou manter a ordem, procurando evitar que as disputas entre patrões e operários resultassem em violência generalizada. Os anarquistas não mantiveram sua postura habitual. Eles não se limitaram a participar da greve, orientando e mobilizando os trabalhadores. Eles, com a ajuda de alguns líderes dos trabalhadores, se aproveitaram do ambiente de tensão existente entre a polícia, os patrões e os trabalhadores, para tentar realizar uma revolução, com o apoio dos trabalhadores e dos soldados. A radicalização das atitudes dos anarquistas, associada à adoção da postura revolucionária por parte dos líderes das associações de trabalhadores, provocou uma radicalização das atitudes da polícia. A polícia e as autoridades reprimiram os anarquistas e os trabalhadores de forma extremamente rigorosa. Para as autoridades, a manutenção da ordem justificaria alguns excessos cometidos pela polícia. A associação da greve geral à insurreição liderada pelos anarquistas foi fundamental para o fracasso da greve, nas três categorias de trabalhadores associadas à insurreição. A greve dos operários em pedreiras não foi associada à insurreição. Apesar dos operários em pedreiras terem sido duramente reprimidos pela polícia, sua greve foi um sucesso. Logo após o fracasso da greve em três categorias, os trabalhadores desses setores se reorganizaram. Eles mudaram de estratégia e continuaram sua longa trajetória na luta por direitos.

## Conclusão

Com relação ao mundo do trabalho, o liberalismo não foi uma referência exclusiva para o Estado, durante a Primeira República. Embora não tenha sido adotada, a legislação sobre o trabalho foi debatida pela sociedade. Muitos políticos e muitos setores da imprensa reconheciam a necessidade da sua criação. Os interesses do Estado não estavam alinhados com os interesses da burguesia. O Estado representava interesses variados. Embora os patrões tivessem mais influência que os trabalhadores, as demandas destes também eram levadas em consideração. Muitas autoridades dialogavam com os trabalhadores e se esforçavam para, pelo menos parcialmente, atender a suas reivindicações. Apesar do espaço para o diálogo entre os trabalhadores e o Estado ser restrito, ele existia. Os trabalhadores tinham expectativas com relação ao Estado. Eles lutaram pela regulamentação das relações de trabalho.

Tradicionalmente a historiografia considerou muito frágeis as associações de trabalhadores, durante a Primeira República. Elas teriam um grau de organização muito limitado e não funcionariam de forma ininterrupta. Concordamos que as associações de trabalhadores com frequência eram fechadas pela polícia. Contudo, houve certa continuidade no funcionamento de algumas dessas associações. A Federação Operária do Rio de Janeiro, alternando momentos de grande mobilização com momentos de apatia, funcionou entre 1906 e 1918. Mesmo sendo fechada por alguns curtos períodos, como por exemplo entre julho e setembro de 1917, esta associação manteve certa continuidade. Ela foi substituída por uma nova associação, a UGT, que possuía em linhas gerais as mesmas orientações que ela. A atuação da FORJ, junto aos trabalhadores, foi muito expressiva no ano de 1917. Essa associação contribuiu de forma significativa para a organização de várias categorias de trabalhadores. Organizou vários comícios criticando a carestia e solicitando melhores condições de trabalho. Teve papel fundamental nas mobilizações de trabalhadores, durante as greves de julho de 1917. A UOFT, a UGM e a UGCC também foram associações que mostraram grande capacidade de organização e de mobilização dos trabalhadores. O COP, junto com os operários em pedreiras, surpreendentemente conseguiu conduzir, em condições adversas, uma greve vitoriosa. Apesar da conjuntura econômica recessiva e da repressão policial, os operários em pedreiras conseguiram a jornada de trabalho de oito horas e o aumento dos salários. Consideramos que, no ano de 1917, muitas associações de trabalhadores já possuíam grande capacidade de organização e de mobilização dos

trabalhadores. Dentro dessas associações havia divergências que em muitos momentos as enfraqueciam, mas elas representavam um importante espaço para o debate de idéias e para a organização dos trabalhadores. Entre 1917 e 1918, os trabalhadores e suas associações além de dialogarem com o Estado e com os patrões, também conseguiram exercer sobre eles significativa pressão.

As associações de trabalhadores normalmente não adotavam uma orientação política. Elas buscavam unir os trabalhadores, em torno da luta por melhores condições de trabalho. As associações buscavam ser reconhecidas como representantes dos trabalhadores, das categorias que representavam. Queriam também que as reivindicações desses trabalhadores fossem reconhecidas como legítimas. Entre 1917 e 1918, o discurso revolucionário teve espaço dentro das associações de trabalhadores do Rio de Janeiro, mas as estratégias de mobilização dessas associações não tiveram a revolução social como referência predominante. Os anarquistas foram muito atuantes dentro do movimento operário. Eles contribuíram de forma significativa para a organização de muitas associações de trabalhadores, mas sua doutrina teve pouca penetração junto aos operários.

Alguns autores defenderam que o fracasso das greves, organizadas pelos têxteis, metalúrgicos e trabalhadores da construção civil, teve relação com a posição adotada pelas lideranças dos trabalhadores. O primeiro motivo, para esse fracasso, seria a atitude tomada pelas direções das associações de trabalhadores. Estas, que seriam controladas por anarquistas, teriam cometido o equívoco de associar o movimento grevista a um movimento insurrecional. Isto teria legitimado a dura repressão policial sobre os trabalhadores. Como observamos, os anarquistas não controlavam as associações de trabalhadores em greve. Os anarquistas não organizaram a greve geral. Esta foi organizada pelos trabalhadores e por suas associações. A greve geral e a insurreição anarquista, ocorridos em novembro de 1918, foram dois movimentos diferentes que estavam relacionados. Apesar do fortalecimento do discurso revolucionário ocorrido no período, a grande maioria dos trabalhadores tinha interesse em uma greve com objetivos econômicos. Os anarquistas apoiados por alguns trabalhadores, pertencentes principalmente à categoria dos operários em fábrica de tecidos, tentaram fazer uma revolução, através da tentativa de transformar uma greve que tinha objetivos econômicos em uma greve insurrecional. Isto não aconteceu e o movimento liderado pelos anarquistas fracassou. Contudo, a associação da insurreição anarquista às greves, nas três categorias citadas, foi fundamental para o fracasso dessas greves. O segundo

motivo, para os fracassos das greves, seria outro equívoco cometido pelas lideranças operárias. Essas lideranças teriam errado ao organizar as greves numa conjuntura econômica recessiva. Isto teria fortalecido os patrões que, com grandes estoques e redução das vendas, podiam se dar ao luxo de ficar algum tempo com seus estabelecimentos fechados. Dessa forma, eles ganhavam força para sustentar sua posição, de resistência às reivindicações dos trabalhadores. A greve fracassou em três categorias, mas surpreendentemente foi um sucesso no setor das pedreiras. Isto nos mostra que uma conjuntura econômica recessiva, embora prejudique um movimento grevista, não necessariamente o inviabiliza. O sucesso da greve dos operários em pedreiras, liderada pelo COP, evidencia como os trabalhadores da categoria estavam bem organizados. O início de uma greve não era algo decidido pelas lideranças operárias, de forma isolada e arbitrária. Os líderes operários não se trancavam nas associações, se isolavam do mundo, e então de forma arbitrária decidiam iniciar uma greve. As lideranças, ligadas às associações de trabalhadores, refletiam em grande medida os sentimentos das categorias que representavam. O início de uma greve, mesmo quando essa acontecia de forma repentina, normalmente era algo debatido coletivamente, durante um determinado período. Em novembro de 1918, as associações de trabalhadores, apesar da existência de divergências internas, conseguiram identificar, de forma satisfatória, as expectativas dos trabalhadores. Elas agiram buscando concretizar essas expectativas. As greves só aconteceram porque as lideranças operárias tiveram o apoio de grande parte dos trabalhadores. As associações de trabalhadores dependiam do apoio dos operários, para que suas estratégias de atuação fossem bem sucedidas. Os trabalhadores não aceitavam passivamente as ordens das lideranças operárias. Uma prova disso é que os trabalhadores de muitos estabelecimentos se recusaram a entrar em greve, mesmo quando recebiam ameaças dos grevistas. As associações de trabalhadores só se mobilizaram para dar início a uma greve geral, porque perceberam que, nesse momento, isso teria boa receptividade entre grande parte dos trabalhadores. Inclusive, algumas fábricas já se encontravam em greve. Se as associações de trabalhadores não se posicionassem, uma greve geral poderia ter início, até mesmo sem a aprovação delas.

## **Fontes**

### Biblioteca Nacional

- Jornal do Brasil (1917-1918)
- Correio da Manhã (1917-1918)

### Arquivo Nacional

- Estatutos da União Geral dos Trabalhadores em Fábricas de Tecidos
- Estatutos da União Geral dos Metalúrgicos
- Estatutos da União Geral da Construção Civil
- Estatutos do Centro dos Operários em Pedreiras
- Estatutos da União Geral dos Trabalhadores

### Arquivo Edgard Leuenroth

- O Graphico: órgão da Associação Graphica do Rio de Janeiro (1919)
- Crônica Subversiva (1918)
- Boletim da Aliança Anarquista (1918)
- Manuscrito redigido por Astrogildo Pereira (Período em que esteve preso na Casa de Detenção do Rio de Janeiro. Início de 1919)

### Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ)

- O Metallurgico: órgão oficial da União Geral dos Metallurgicos (01 de maio de 1918)

## Bibliografia

ADDOR, Carlos Augusto. *A insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2002.

ALVES, Paulo. *Anarquismo e anarcosindicalismo: teoria e prática no movimento operário brasileiro (1906-1922)*. Curitiba: Aos quatro ventos, 2002.

AZEVEDO, Francisca Nogueira de. *Malandros Desconsolados: o diário da primeira greve geral no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2005.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O ano vermelho: A Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

BATALHA, Cláudio H. M. FORTES, Alexandre. SILVA, Fernando T. da (Organizadores). *Culturas de classe*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

BATALHA, Cláudio H. M. *Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva*. In: FERREIRA, J. e DELGADO, L. A. N. (Org.). *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. *A Historiografia da Classe Operária no Brasil: Trajetória e Tendências*. In: FREITAS, M. C. (Org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2005.

\_\_\_\_\_. *O Movimento Operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editora, 2000.

BRETAS, Marcos Luiz. *A Guerra das Ruas: Povo e Polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

\_\_\_\_\_. *Ordem na cidade, o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CAMPOS, Cristina Hebling. *O sonhar libertário*. Campinas: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988.

CARONE, Edgard. *O Movimento Operário no Brasil(1877-1944)*. São Paulo: Difel, 1979.

\_\_\_\_\_. *O Pensamento Industrial no Brasil (1880-1945)*. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

\_\_\_\_\_. “Introdução ao estudo do Movimento Operário no Brasil – 1877-1944”. *Ensaios e opiniões*, n° 2-8: São Paulo, 1979.

CHALHOUB, Sidnei. *Trabalho, Lar e Botequim*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

CRUZ, Maria Cecília Velasco. *Amarelo e Negro: matizes do comportamento operário na República Velha*. Tese de Mestrado. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, 1981.

DEMINICIS, Rafael B. e FILHO, Daniel Aarão R. (organizadores). *História do Anarquismo no Brasil. Vol. 1*. Niterói: EdUFF. Rio de Janeiro: MAUAD, 2006.

DULLES, John W. F. *Anarquistas e Comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

ELEY, Geoff. *Forjando a democracia: A historia da esquerda na Europa, 1850-2000*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

FAUSTO, Bóris. *Trabalho Urbano e conflito Social*. São Paulo: Difel, 1976.

FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito: A classe trabalhadora porto-alegrense e a era Vargas*. Caxias do Sul, RS: Edusc; Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

\_\_\_\_\_. *Da solidariedade à assistência: estratégias organizativas e mutualidade no*

*movimento operário de Porto Alegre na primeira metade do século XX*. In: Cadernos AEL: Sociedades operárias e mutualismo v. 6 n.10/11. Campinas, 1999.

FRENCH, John D. *O ABC dos operários: conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950*. São Caetano do Sul, SP: Editora HUCITEC, 1995.

GÓES, Maria Conceição Pinto de. *A Formação da Classe Trabalhadora: movimento anarquista no Rio de Janeiro, 1888-1911*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor – Fundação José Bonifácio, 1988.

GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

GURGEL, Antônio de Pádua. *Socialistas no Brasil: partidos, programas e experiências*. Editora Thesaurus, 1984.

HARDMAN, Francisco Foot. *A Estratégia do Desterro: situação operária e contradições da política anarquista/ Brasil, 1889-1922*. Dissertação de mestrado em ciência política. IFCH. UNICAMP. Campinas, 1980.

\_\_\_\_\_. *Nem pátria, nem patrão! Memória operária, cultura e literatura no Brasil*. São Paulo: Unesp, 2002.

HARDMAN, Francisco Foot e LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil: das origens aos nossos dias*. São Paulo: Global, 1982.

HOBBSBAWM, Eric J. *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e Vadiagem: A origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

LEAL, Aurelino. *Polícia e Poder de Polícia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918.

LOPREATO, Christina da S. R. *A semana trágica: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Museu da Imigração, 1997.

LOUREIRO, Isabel Maria. *A Revolução Alemã (1918-1923)*. Coleção Revoluções do século XX . COSTA, Emília Viotti da. (organizadora). São Paulo: Editora UNESP, 2005.

MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARTINS, Heloisa H. T. S. *O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1989.

MATTOS, Marcelo Badaró. (Coordenador). *Trabalhadores em greve polícia em guarda: greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto: FAPERJ, 2004.

OITICICA, José Rodrigues Leite. *Ação Direta: Antologia dos melhores artigos publicados na imprensa brasileira – meio século de pregação libertária*: Editora Germinal, 1972.

PINHEIRO, Paulo Sergio e HALL, Michael M. *A Classe Operária no Brasil. Documentos (1889-1930). Vol. I. O Movimento Operário*. São Paulo: Editora Alfa e Omêga, 1979.

RAGO, Luzia Margareth. *Sem fé, sem lei, sem rei: Liberalismo e Experiência Anarquista na República*. Dissertação de mestrado. Campinas. UNICAMP, 1984.

RODRIGUES, Edgard. *Socialismo e Sindicalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Laemmert, 1969.

\_\_\_\_\_. *Trabalho e Conflito*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1978.

SAMIS, Alexandre Ribeiro. *“Minha Pátria é o Mundo Inteiro”*: Neno Vasco, o anarquismo e as estratégias sindicais nas primeiras décadas do século XX. Tese de Doutorado. Orientador: Prof. Dr. Daniel Aarão Reis Filho. Niterói: Universidade

Federal Fluminense, 2006.

SANTUCCI, Jane. *Cidade Rebelde: As revoltas populares no Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008.

SEVCENKO, Nicolau. *A Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões: Os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo*. São Paulo: Dominus, 1966.

STEIN, Stanley J. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil (1850-1950)*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

THOMPSON, Edward P. *A Economia Moral da Multidão Inglesa no Século XVIII*. In: Thompson, E. P. *Costumes em Comum*: Companhia da Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. *Economia moral revisitada*. In: Thompson, E. P. *Costumes em Comum*: Companhia da Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

TOLEDO, Edilene. *Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

\_\_\_\_\_. *Travessias Revolucionárias*. Campinas: UNICAMP, 2004.

VARGAS, João Tristan. *O trabalho na ordem liberal: O movimento operário e a*

*construção do Estado na Primeira República*. Campinas:UNICAMP/CMU, 2004.

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

VILELA, Aníbal Vilanova; SUZIGAN, Wilson. *Política do governo e crescimento da economia brasileira (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Ipea, 1973.

WOODCOCK, George. *História das Idéias e Movimentos Anarquistas, vol. I. A Idéia*. Porto Alegre: L e PM, 2002.

\_\_\_\_\_. *História das Idéias e Movimentos Anarquistas, vol. II. O Movimento*. Porto Alegre: L e PM, 2006.